



UNICAMP

LUCIANA SILVEIRA

**FABRICAÇÃO DE IDEIAS,
PRODUÇÃO DE CONSENSO:
ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO MILLENIUM**

CAMPINAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

| | |
|-------|---|
| Si39f | Silveira, Luciana, 1981- Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium / Luciana Silveira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2013. Orientador: Silvio César Camargo. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Instituto Millenium. 2. Institutos de pesquisa. 3. Liberalismo. 4. Neoliberalismo. 5. Imprensa. I. Camargo, Silvio César. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título. |
|-------|---|

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Manufacturing ideas and producing consensus: a case study of Instituto Millenium

Palavras-chave em inglês:

Instituto Millenium
Research institutes
Liberalism
Neoliberalism
Press

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestra em Sociologia

Banca examinadora:

Silvio César Camargo [Orientador]
Pedro Caldas Chadarevian
Josué Pereira da Silva

Data da defesa: 05-04-2013

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNICAMP

LUCIANA SILVEIRA

**FABRICAÇÃO DE IDEIAS,
PRODUÇÃO DE CONSENSO:
ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO MILLENIUM**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio César Camargo

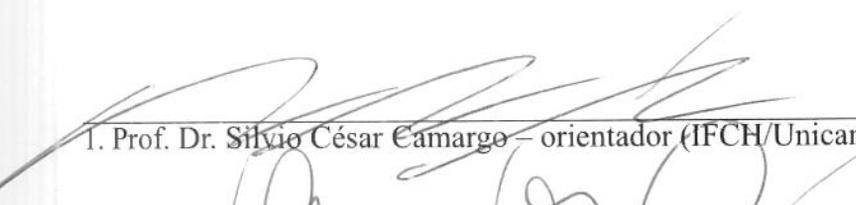
Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Luciana Silveira, e orientada pelo Prof. Dr. Silvio César Camargo

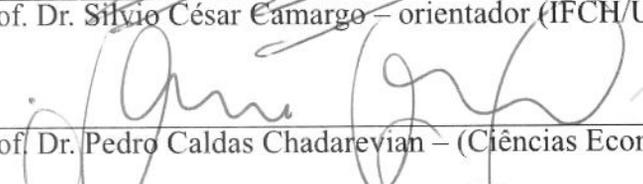
Assinatura do Orientador

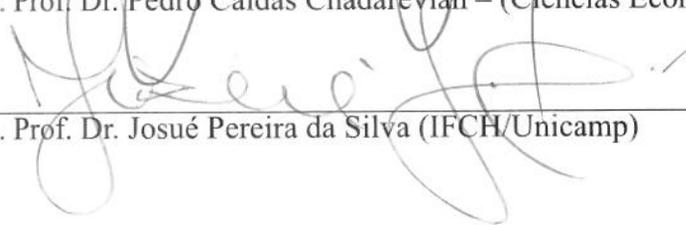
CAMPINAS, 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 5/14/2013.


1. Prof. Dr. Sílvio César Camargo – orientador (IFCH/Unicamp)


2. Prof. Dr. Pedro Caldas Chadarevian – (Ciências Econômicas/UNIFESP)


3. Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (IFCH/Unicamp)

SUPLENTES

Prof. Dr. Cristiano Luis Lenzi (EACH/USP)

Prof. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouveia – (IFCH/UNICAMP)

Abril/2013

Aos meus pais, Leonilda e Sebastião
Silveira, pelo amor, paciência, apoio e
compreensão.

AGRADECIMENTOS

Quero nesta ocasião agradecer a algumas pessoas que contribuíram não apenas para a realização do presente trabalho, mas também para minha formação acadêmica.

Aos professores Dr. Josué Pereira da Silva e Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouveia pelas inestimáveis e determinantes contribuições no exame de qualificação, úteis para a sequência deste trabalho.

Ao professor Dr. Silvio César Camargo, orientador desta empreitada, por sua dedicação e paciência, mas, principalmente, por não permitir que eu perdesse de vista meu objetivo.

À minha amiga e orientadora de iniciação científica, professora Dra. Roseli Coelho, por todo incentivo e atenção: muito obrigada.

À professora e Mestra Carla Dieguez, minha amiga e colega de IFCH, uma das sociólogas mais competentes com quem já tive o prazer de trabalhar e de aprender. Com sua ajuda, consegui desenhar o escopo da pesquisa, o projeto inicial e debater pontos importantes.

Aos excelentes profissionais da Biblioteca Prof. Dr. Otavio Ianni (IFCH), em especial à Maria Helena Segnorelli, pela solicitude, atenção e compreensão comigo e com os prazos dessa pesquisa.

Aos colegas que contribuíram com comentários e sugestões bibliográficas: os libertários do grupo Acadêmicos Liberais, em especial a Fábio Ostermann e Juliano Torres, e aos colegas de IFCH, como Sara Freitas e Kenia Herrera Rivera.

Agradeço também aos meus amigos e familiares porque tiveram a devida paciência comigo durante este processo, particularmente meus pais, Leonilda e Sebastião, e

também meu irmão, Sérgio – os três, meus apoiadores e interlocutores frequentes.

Por fim, mas não menos importante, agradeço o apoio financeiro do CNPq, sem o qual a pesquisa que serve de base a este trabalho não teria sido possível.

Let me tell you a wonderful, old joke from Communist times. A guy was sent from East Germany to work in Siberia. He knew his mail would be read by censors, so he told his friends: "Let's establish a code. If a letter you get from me is written in blue ink, it is true what I say. If it is written in red ink, it is false." After a month, his friends get the first letter. Everything is in blue. It says, this letter: "Everything is wonderful here. Stores are full of good food. Movie theatres show good films from the west. Apartments are large and luxurious. The only thing you cannot buy is red ink." This is how we live. We have all the freedoms we want. But what we are missing is red ink: the language to articulate our non-freedom.

Slavoj Žižek, outubro de 2011
em Occupy Wall Street

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar os chamados centros de pensamento voltados para a defesa de valores, conhecidos internacionalmente como think tanks de terceira geração. O objeto de estudo é o Instituto Millenium, um centro de pensamento liberal criado em 2006 e sediado no Rio de Janeiro: suas ações, seus especialistas e valores defendidos, assim como suas relações com a imprensa nacional e com outras organizações semelhantes. Para tanto, apresenta-se sua trajetória e sua vertente liberal de pensamento confrontada com as linhas editoriais de três jornais de grande circulação no Brasil com o propósito de verificar se há similaridades ou influência.

Palavras-chave: *Think tanks*, Liberalismo, Neoliberalismo, Instituto Millenium, Imprensa.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to present the so called advocacy think tanks, also known as third generation think tanks. The subject of this study is Instituto Millenium, a liberal think tank created in 2006 and based in Rio de Janeiro: its actions, its experts and its advocated values, as well as their relationship with the national press and with other alike organizations. For such, we present its trajectory and its liberal thought (or neoliberal, if you wish), confronted with the editorial guidelines of three major mass-circulation newspapers in order to find similarities and/or influence.

Keywords: Think Tanks, Liberalism, Neoliberalism, Instituto Millenium, Press.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Membros Colaboradores | 69 |
| Tabela 2 - Membros Colaboradores - 2008 | 70 |
| Tabela 3 – Diretoria 2009 | 77 |
| Tabela 4 - Período de amostra - editoriais | 135 |
| Tabela 5 - Seleção de editoriais | 136 |
| Tabela 6 - Principais Temas por veículo (2009) | 137 |
| Tabela 7 - Folha de São Paulo (editoriais) | 139 |
| Tabela 8 - O Estado de São Paulo (editoriais) | 146 |
| Tabela 9 - O Globo (editoriais) | 153 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Membros Fundadores (2008). | 67 |
| Figura 2 - Organograma (2008) | 68 |
| Figura 3 - Organograma 2009/2010 | 84 |
| Figura 4 - Mantenedores 2009-2010 | 85 |
| Figura 5 - Câmara de Instituições, 2009-2012 | 86 |
| Figura 6 - Ramo de atuação dos especialistas | 101 |
| Figura 7 - Atuação dos especialistas (em números absolutos) | 102 |
| Figura 8 – Instrução escolar dos especialistas | 103 |
| Figura 9 – Instrução escolar dos convidados | 105 |
| Figura 10 – Menções ao Instituto Millenium na Folha de São Paulo, por ano | 126 |
| Figura 11 – Tipo de menção na Folha de São Paulo | 127 |
| Figura 12 – Menções ao Instituto Millenium em O Estado de São Paulo, por ano | 128 |
| Figura 13 – Tipo de menção em O Estado de São Paulo | 128 |
| Figura 14 – Menções ao Instituto Millenium em O Globo, por ano | 131 |
| Figura 15 – Tipo de menção em O Globo | 132 |

LISTA DE ABREVIACÕES

- ABAP – Associação Brasileira das Agências de Publicidade
- ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- ABP – Associação Brasileira de Propaganda
- ACLAME – Associação da Classe Média
- ANER – Associação Nacional dos Editores de Revistas
- ANJ – Associação Nacional de Jornais
- BC – Banco Central
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CBN – Central Brasileira de Notícias
- CdG – Casa das Garças
- CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
- CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais
- CEO – Chief Executive Officer
- CNE – Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
- CNI – Confederação Nacional das Indústrias
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPS – Centre for Policy Studies
- CONAJE – Confederação Nacional dos Jovens Empresários
- DDC – Directorio Democratico Cubano (Cuba)
- EPGE – FGV – Escola de Pós-Graduação em Economia – Fundação Getúlio Vargas
- EPL – Estudantes Pela Liberdade
- EUA – Estados Unidos da América
- FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado
- FAES – Fundación para Analises y Estudios Sociales (Espanha)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FECOMERCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo

FED – Federal Reserve System

FEE – Foundation for Economic Education

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FSP – Folha de São Paulo

GB – Grã-Bretanha

GSPM/GWU – The Graduate School of Political Management / George Washington University (EUA)

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IBRE-FGV – Instituto Brasileiro de Economia - Fundação Getúlio Vargas

IEA – Institute of Economic Affairs

IDEIAS - Instituto para o Desenvolvimento Econômico, Institucional e Social

IEE – Instituto de Estudos Empresariais

IEPE – CdG – Instituto de Estudos de Política – Casa das Garças

IERN – Instituto de Estudos da Realidade Nacional

IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

IF – Instituto Federalista

iFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso

IFCH – Instituto Filosofia e Ciências Sociais (UNICAMP)

IFES – International Federation for Electoral Systems

IFL – Instituto de Formação de Líderes

IL – Instituto Liberal

IMB – Instituto Ludwig von Mises Brasil

Imil – Instituto Millenium

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRI – International Republican Institute
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
KAS –Konrad Adenauer Stiftung (Alemanha)
MEB – Movimento Endireita Brasil
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NIESR - National Institute of Economic and Social Research
ODCA – Organización Demócrata Cristiana de America (Chile)
OEA – Organização dos Estados Americanos
OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development
OESP – O Estado de São Paulo
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OrPAPP – Organização de Pesquisa e Aconselhamento em Política Pública
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG – Organização Não-Governamental
PEP – Political and Economic Planning
PT – Partido dos Trabalhadores
PFL – Partido da Frente Liberal
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PUC – RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAND – Research and Development Corporation
RCTV – Radio Caracas Televisión
RIIA – Royal Institute of International Affairs
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC – Serviço Social do Comércio
STF – Supremo Tribunal Federal
UE – União Europeia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 | 9 |
| Introdução | 9 |
| I. <i>Think tanks</i>: delimitações | 13 |
| Outras definições | 21 |
| II. Formas Liberais | 24 |
| III. Bibliografia para os <i>Think tanks</i> | 36 |
| IV. Limitações e Influência | 44 |
| V. Redes Transnacionais | 46 |
| Um exemplo de formação de redes indivíduos-instituições | 48 |
| Considerações | 51 |
| CAPÍTULO 2 | 53 |
| Introdução | 53 |
| I. Brasil +20: O Primeiro Contato | 54 |
| II. A Primeira Fundação: IERN | 56 |
| Fraga, Franco e a Gênese | 60 |
| III. O “mito de origem” | 62 |
| O Instituto Millenium e o Fórum da Liberdade | 64 |
| IV. Linha editorial e Carta de princípios | 70 |
| Carta de Princípios | 74 |
| V. A OSCIP Instituto Millenium | 75 |
| Organização | 83 |

| | |
|---|------------|
| Composição da Câmara de Instituições | 85 |
| VI. Gestão Uebel, 2008-2011 | 87 |
| VII. Campanhas | 88 |
| Dia da Liberdade Sem Impostos | 92 |
| A parceria Imil – Instituto Ling (bolsas de mestrado) | 94 |
| VIII. Nova Gestão (2011) | 96 |
| Quem são os articulistas e especialistas? | 98 |
| Programas e Projetos (2011-2012) | 107 |
| Organização | 110 |
| Imil – modus operandi | 114 |
| Considerações | 116 |
| | |
| CAPÍTULO 3 | 119 |
| Introdução | 119 |
| I. Escolha dos veículos de comunicação | 121 |
| II. Procedimentos | 123 |
| III. Menções institucionais | 127 |
| Folha de São Paulo | 127 |
| O Estado de São Paulo | 129 |
| O Globo | 132 |
| IV. Os Editoriais | 135 |
| Critérios de seleção | 135 |
| Folha de São Paulo – Editoriais da Página A2 | 139 |
| O Estado de São Paulo – Editoriais da Página 3 | 147 |
| O Globo – Editoriais da página 6 | 154 |
| Considerações | 167 |

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 173 |
| BIBLIOGRAFIA | 179 |
| ANEXOS | 187 |
| Assuntos e Frequência, por ano e veículo | 187 |
| Data: 2009 (FSP, OESP, OG) | 187 |
| Data: 2011 (FSP, OESP, OG) | 188 |
| Data: 2009, Veículo: FSP | 189 |
| Data: 2009, Veículo: OESP | 190 |
| Data: 2009, Veículo: OG | 191 |
| Data: 2011, Veículo: FSP | 192 |
| Data: 2011, Veículo: OESP | 193 |
| Data: 2011, Veículo: OG | 194 |
| Perguntas enviadas à Priscila Pereira Pinto para agendamento de entrevista | 195 |
| Entrevista: Priscila Pereira Pinto, Diretora-Executiva desde agosto/2011 | 197 |
| Missão, Visão, Valores | 201 |
| Carta de Princípios | 204 |
| Linha editorial | 206 |

INTRODUÇÃO

A proposta em minha carta de apresentação aos selecionadores foi a de um trabalho multidisciplinar: uma abordagem sociológica aplicada a um objeto tradicionalmente enfocado pelas lentes da Ciência Política, valendo-me de leituras específicas (uma “Sociologia de gabinete”, se o leitor preferir um rótulo) e de alguma empiria bordejando a Antropologia (sistematização de noticiário ou editorial de veículos de comunicação e entrevistas semiestruturadas, quando aplicáveis, além de observação participante). A intenção não é recuperar um “fato social total” ou a unidade perdida no mundo moderno: é tão somente aproveitar ao máximo o ferramental da formação em Ciências Sociais para apresentar uma realidade complexa.

A partir de uma instituição específica – o Instituto Millenium – eu me propus a apresentar o fenômeno das instituições privadas, financiadas por pessoas físicas e jurídicas, dissociadas de partido político, mas não dissociadas da *práxis política*: não me refiro à *realpolitik* do sistema eleitoral e do presidencialismo de coalizão (ou o “toma-lá-da-cá” da política), mas de uma ação humana, institucional, guiada por valores com o objetivo de pautar outras ações humanas. Para tanto, envidei esforços no sentido de participar de alguns eventos organizados por liberais e corresponder-me com eles; busquei compreender, a partir de alguma bibliografia da Escola Austríaca de Economia (principalmente Ludwig von Mises e Friedrich Hayek), as diferentes posições políticas das pessoas que interagem com o Instituto Millenium. Essa “observação participante” possibilitou que eu compreendesse a ação política para além da dicotomia esquerda/direita e *fora do âmbito* da política tradicional dos partidos políticos, apesar da contínua presença desses na paisagem liberal – como o Partido Novo e o Partido Libertários. Há um pouco de tudo, desde o anarquismo *repaginado* sob a égide do capitalismo liberal, até o Estado Mínimo que prima pelos cortes nos investimentos sociais, e não na redução do financiamento de sua burocracia, formato esse que se convencionou

chamar, no Brasil, de agenda da Nova Direita ou neoliberalismo.

Quando dei início à redação do projeto de pesquisa, que agora se desenvolveu em uma dissertação, o Instituto Millenium era pouco conhecido em São Paulo. De meus colegas e ex-professores da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, quase nenhum conhecia a organização. À época da banca de qualificação, cerca de dois anos depois, a instituição era relativamente menos desconhecida entre as pessoas de minhas relações. Começaram a surgir reportagens e mesmo um artigo científico sobre o Instituto Millenium. Em comum, há entre eles a concepção de que o instituto remete ao IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e ao IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), tendo a natureza de um “golpismo de direita”. Na medida do possível, evitei esse viés neste trabalho pela ausência de subsídios empíricos nessa direção. A formação do Instituto Millenium e de organizações semelhantes pós-2002 guarda relação com a eleição majoritária nacional vencida pelo Partido dos Trabalhadores – a “oposição” que enfim se tornou “situação”. A disputa de ideias e concepções políticas divergentes é o princípio da democracia liberal – ou burguesa, se o leitor assim preferir.

Assim, a presente dissertação e os esforços nela envolvidos (observação participante, entrevistas, conversas informais e leituras) não visa esclarecer se o Imil (Instituto Millenium) é ou não o novo IPES porque não há um governo Jango em curso. O propósito é explorar as relações do Instituto Millenium com a imprensa estabelecida, por meio de três veículos representativos; meu objetivo é compreender a organização do Instituto Millenium, suas ações e valores, no contexto da terceira onda de *think tanks*, instituições de defesa de valores organizadas em redes transnacionais; é tentar avançar na análise para além da constatação de que parte de seus conselheiros e fundadores são banqueiros de investimentos e “barões da mídia” – uma informação que, de resto, é pública e notória. O Instituto Millenium é um veículo de divulgação de ideias, tanto quanto a própria imprensa: examinar se essas ideias são liberais, conservadoras, liberais-conservadoras ou influentes

nas linhas editoriais foi o que tentei nesse trabalho.

Algumas reformulações foram necessárias após a qualificação do texto dessa pesquisa. Desde o início, sabia-se que as definições anglo-saxônicas do que vem a ser um *think tank* eram, em alguns casos, concorrentes entre si. Por esse motivo, dediquei um artigo científico em 2011 e o primeiro capítulo dessa dissertação a meramente apresentar algumas classificações possíveis com base nos pesquisadores mais citados quando o objeto é um *think tank*: Donald Abelson, Diane Stone, Andrew Rich, James Smith, James McGann, Andrew Denham e Mark Garnett. No Brasil, o estudo desse objeto é incipiente e teve em Denise Gros a principal referência. Outras pesquisas foram conduzidas e citadas ainda na elaboração de meu pré-projeto de pesquisa, como os trabalhos de Junia Soares (2009) e Tatiane Teixeira (2007).

No segundo semestre de 2012, surgiram *papers* como o de Bruna Pastore (2012) sobre o Instituto Millenium e de Camila Rigolin e Maria Cristina Hayashi (2012), este último propondo uma agenda possível para investigar o tema no Brasil. Esse segundo artigo, especificamente, propõe uma “porta de saída” para um problema de minha pesquisa, que vem a ser justamente o caos gerado pelas múltiplas conceituações possíveis de *think tank* e a questão do financiamento *versus* independência da instituição: assim, no primeiro capítulo há agora uma tipologia possível para a classificação do Instituto Millenium como um *think tank*, menos rígida do que meu modelo anterior, que listava entre suas características: uma instituição privada, sem fins lucrativos, liberal, não recebedora de recursos públicos. A mudança é formal, uma vez que apto a receber dinheiro e estabelecer parcerias com entes públicos, o Instituto Millenium não o faz.

Hoje, o Instituto Millenium se autoqualifica como um “centro de pensamento” – rigorosamente, a versão em língua portuguesa do termo *think tank*: instituição sem fins lucrativos, liberal, que reconhece o papel do Estado estritamente no provimento de serviços básicos, que exerce suas prerrogativas de instituição privada, mas apta a receber recursos

públicos de renúncia fiscal e mesmo de algum dia estabelecer parcerias com o Estado. Como será visto no Capítulo 2, porém, este é um centro de pensamento que não produz pensamento; apenas divulga, por meio da republicação de artigos ou de organização de palestras em salas de aula e redações de imprensa. Produz material audiovisual, ou seja, conduz entrevistas ou divulgações sonoras de seus especialistas – uma categoria bastante difusa, como será relatado no mesmo capítulo. Seus especialistas não são exclusivamente seus: são detentores de elevado capital simbólico, às vezes também de capital econômico; atuam em mercado financeiro, em empresas de comunicação (como controladores ou funcionários), na educação superior e pós graduada. Poucos deles são apresentados pelos jornais como “especialistas do Instituto Millenium”; a instituição, em si, é parcamente citada pela grande imprensa ao longo de seus sete anos de existência (seis anos, formalmente), como veremos no Capítulo 3.

Durante a redação da primeira versão do segundo capítulo, optei por uma abordagem *a la* Teoria das Elites, relacionando a participação de pessoas físicas no Instituto Millenium às suas participações em outras instituições semelhantes, bem como suas vinculações econômicas. Essa opção se revelou improdutiva, uma vez que não jogou luzes sobre a atuação do Instituto Millenium e tampouco disse algo a respeito da qualidade do movimento liberal no país, ilustrando apenas que poucos nomes são responsáveis pela condução e direção da rede liberal no Brasil – algo que não é de menor importância para um movimento que se pretende acéfalo e descentralizado, por certo, mas que não é objeto da pesquisa ora apresentada. Por essa razão, após o processo de qualificação do presente trabalho, esse capítulo foi reformulado: mantive a narração da trajetória do Instituto Millenium a partir do evento de lançamento do Instituto de Estudos da Realidade Nacional em 2005, mas o foco essencialmente recai sobre a atuação do Imil, especialmente online, no que tem sido seu forte, na confusa denominação do que vem a ser um “especialista” no âmbito da instituição e em sua “missão, visão e valores”.

No tocante ao terceiro capítulo, em função do tempo e do parco resultado obtido

no levantamento preliminar do jornal “Valor Econômico”, esse diário foi eliminado desta pesquisa. Para os anos de 2006 a 2012, escolhi três jornais – os critérios estão detalhados no respectivo capítulo – para observar quantas vezes e em quais contextos o Instituto Millenium foi citado. O resultado foi, para mim, negativamente surpreendente e nada dizia sobre a questão da influência. Se o escopo da pesquisa fosse ampliado para incorporar o noticiário televisivo, nomeadamente o canal Globo News, provavelmente o resultado teria sido... o mesmo, ou pouco melhor (permito-me essa especulação porque esta é a introdução do trabalho, e explico a razão).

Não é o nome da organização que aparece, mas sim os seus especialistas e, como afirmado anteriormente, raramente são apresentados como tais. A razão disso, de acordo com a atual diretora executiva do instituto, é que outros vínculos institucionais são priorizados pelo *especialista*. Além disso, o importante é que o jornalista ou veículo saiba que tal especialista é uma fonte do Millenium, mais do que divulgar o nome da instituição. Como desde 2008 acompanho o Imil (à distância) e, desde 2010, acompanho com maior frequência e atenção, não é difícil notar em qualquer noticiário quando um dos 299 nomes está na mídia – isso porque a maior parte dos então 299 nomes simplesmente não aparece; são poucas pessoas e quase sempre as mesmas chamadas a dar sua *opinião autorizada*. Das pessoas que sim aparecem, apenas um punhado delas deve sua “notoriedade” ao instituto. A maior parte é previamente conhecida do grande público (na medida em que o adjetivo caiba para qualificar o público consumidor de noticiário pago). O que trouxe um novo problema: como saber se são “as ideias do Instituto Millenium” ou se são as ideias dos economistas, dos especialistas?

Dei-me conta de que o ponto em comum entre organização e especialistas é o liberalismo. Mas qual liberalismo, uma vez que cada um tem a sua versão para consumo próprio – alguns com mais apreço por políticas sociais, outros a favor das privatizações indiscriminadas, outros favoráveis ao Estado limitado, outros ainda contrários ou favoráveis

ao gasto social, e assim por diante? Ative-me à carta de princípios e à linha editorial do Instituto Millenium uma vez que, repito, não há – ou não estão disponíveis ao grande público – estudos e pesquisas produzidos pelo Imil. Proponho como possibilidade factível que o Instituto Millenium seja um veículo de divulgação de ideias, a exemplo de um jornal ou uma assessoria de imprensa, o que corresponde à natureza essencial de um *think tank* de defesa de valores. Sendo um *think tank sui generis*, dado que possui linha editorial, optei por buscar os valores defendidos pela organização, comparando-os com as linhas editoriais dos três jornais, em dois períodos específicos: o primeiro semestre de 2009, a fase aguda da crise bancária internacional de 2008 e também o pior ano da economia brasileira no decênio de 2000, se considerarmos estritamente os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2009; e o segundo semestre de 2011, quando o advogado Paulo Uebel, então diretor executivo do instituto, deixou a organização, passando a ocupar seu lugar a jornalista Priscila Pereira Pinto.

Essa “troca de comando” agregou novos especialistas e desenvolveu novos projetos, para além do ciclo “colóquio-seminário-jantar” praticado até então, dando visibilidade maior à organização em outras esferas como, nomeadamente, as redações dos jornais e as salas de aula.

Com base em editoriais publicados pelos três jornais nesses doze meses de dois anos distintos, na carta de princípios, na linha editorial e no material audiovisual produzido pelo instituto, verifiquei se o liberalismo da mídia era ao menos semelhante ao da organização. Para tanto, a obra de 2005 de Francisco Fonseca (“O Consenso Forjado”), foi de grande valia como um *controle*, a fim de contrastar as posições ideológicas dos jornais hoje com aquelas mantidas dois decênios atrás: Fonseca se debruçou por oito anos sobre editoriais e noticiários de quatro grandes jornais à época da redemocratização do país para estudar o funcionamento da imprensa como aparelho de hegemonia, útil na formação do consenso sobre o que o autor chama de “agenda ultraliberal” – outros chamariam “neoliberalismo”.

Os editoriais 2009 e 2011 bem como os desdobramentos desses produtos estão no Capítulo 3 e também resumidos nas “Considerações Finais”. Ao longo do trabalho, há referências vertidas por mim do inglês, livres traduções, a menos quando expressamente referido em contrário.

Não há um capítulo chamado “Conclusão”, uma vez que não há possibilidade de se concluir de vez o presente trabalho, dada a natureza cambiante desse objeto.

CAPÍTULO 1

“The role of think tanks and wonks for hire in British politics and policy making is also diverse. But they’re all in the same business – making friends and influencing people”.

(Wayne Parsons, Policy Analysis in Britain)

Introdução

Há termos empregados nas Ciências Sociais sobre os quais não há pleno consenso quanto à sua aplicação e propriedade; ao contrário das *hard sciences*, das ciências duras, as categorias empregadas em nossas disciplinas estão frequentemente em disputa.

A utilização da noção de *think tank* é uma dessas áreas cinzentas. A depender do autor, o enquadramento do tema pode variar; a depender do país estudado, as definições também variam. Isso porque a natureza dessas instituições acompanha, em grande medida, as características da sociedade civil e do sistema político no qual se instalam.

Por reunir intelectuais (alguns, acadêmicos) e profissionais de outros segmentos, os *think tanks* aproximam duas pontas que são contraditórias: a objetividade científica, caracterizada pelo rigor metodológico – suposta garantia de produção de um saber neutro, imparcial, isento, acima de outros saberes – e a prática política, que em sua essência é ação humana estratégica, mas guiada por valores que configuram o pensamento político¹.

De forma sucinta, pode-se afirmar que os centros de pesquisa são responsáveis por tentar influenciar decisores políticos, conduzir pesquisa básica em problemas e soluções de políticas públicas e influenciar a opinião pública, ressaltando-se que, para Diane Stone (2007), pesquisadora da Universidade de Warwick, frequentemente os problemas de políticas públicas são construídos para justificar as soluções providenciadas pelos *think tanks*, quando não para justificar, para apoiar, uma posição preexistente do decisor (veja também

¹ Por pensamento político, adotamos aqui a definição de Faoro: o “saber informulado” cuja “função é a de direcionar a conduta humana em determinado sentido, não de representá-la enunciativamente, descritivamente”. Ou seja, o pensamento político não é ideologia, nem ciência política, tampouco filosofia política: é o critério de validade da práxis, é a prática política (FAORO, 1987).

WEINDEBAUM, 2010, p. 135). Ainda de acordo com Stone (2000), um dos papéis dessas instituições é reunir especialistas de diferentes trajetórias e especialidades com o objetivo de estabelecer comunicação entre atores díspares, – como consultores e burocratas – mas com metas e interesses comuns.

Nos Estados Unidos, o critério adotado para definir o que vem a ser um think tank foi, inicialmente, científico-tecnológico: centros de pesquisa que não manufaturam artefatos tecnológicos, mas que criam e desenham essas tecnologias em papel; são instituições de resolução de problemas sociais, econômicos, urbanísticos e militares a partir da Ciência. O viés tecnorracional permeou a cultura norte-americana e, dado o contexto, não causa espanto que a Sociologia daquele país nas três primeiras décadas do século 20 tenha adquirido contornos de ciência social positiva, enfatizando problemas particulares sem considerar o todo, para caracterizar as patologias sociais (WRIGHT MILLS, 1943, p.165-180), adotando o que Smith (1991, p.46-50) chamou de “O Evangelho da Eficiência” (*The Gospel of Efficiency*), uma “virtude moral Franklinesca” (*Franklinesque moral virtue*) reformista aplicada tanto aos processos industriais quanto aos procedimentos de governo, ensejando a formação de *bureaus* para aprimoramento da *performance* dos governantes – até por isso pode-se remontar a origem dos *think tanks* do tipo consultoria política à burocracia necessária ao funcionamento do Estado moderno.

Na atualidade, é possível notar na bibliografia coligida sobre *think tanks* norte-americanos que as instituições voltadas para pesquisa acadêmica em assuntos como relações exteriores, guerra e defesa, política fiscal, entre outras, são mais estudadas, tomando-se como referência os quesitos influência e mercado de ideias. Esses tópicos dizem respeito principalmente aos especialistas das Ciências Sociais tomada de forma ampla: sociólogos, cientistas políticos, economistas, juristas.

No Reino Unido, o termo *think tank* desde o início foi adotado para instituições que lidam principalmente com a proposição de políticas públicas, como foi possível inferir

na etapa de levantamento bibliográfico desta pesquisa. O Canadá segue uma dinâmica parecida e não será objeto de estudos da presente dissertação; porém, no tocante à problemática da influência e das relações entre instituições-expert e o público (relação esta que pode ou não ser mediada pelos veículos de comunicação de massa), nosso tema em estudo, os pesquisadores mais interessantes são canadenses e estudam a realidade daquele país. O *Fraser Institute*, um dos *think tanks* mais influentes do mundo, é canadense. Convém ressaltar que, ao afirmar a “influência” de uma ou outra instituição, não me restrinjo apenas à definição de popularidade do ranking “*Global Go-To Think Tanks*”, mas pela recorrência de citações na bibliografia consultada.

Segundo Stone (2007b) é possível fazer quatro recortes temporais, quatro estágios, em relação aos tipos de *think tanks* surgidos. Antes de Stone, McGann e Weaver (2002, p.11-15) expuseram também uma concepção de três “estágios”.

A primeira onda nos EUA e GB data de antes da Segunda Guerra Mundial, uma resposta ao crescimento do Estado voltado para problemas de urbanização e crescimento econômico; uma instituição própria dessa época seria o Brookings Institute. Na segunda onda, pós-guerra, surgiram os *contractors* ou *empreiteiros* de políticas públicas.

Este modelo lançou as bases para a terceira onda que teve alcance mundial no final dos anos de 1970 e início da década de 1980. Os *think tanks* se disseminaram pelo mundo, para além dos países do Norte, no contexto de declínio do consenso keynesiano macroeconômico e de crise do Estado de bem estar social, e seu formato mais adotado foi do tipo *advocacy* ou militante. O exemplo mais citado para esse tipo de think tank é a Heritage Foundation: Stone (2007a), Smith (1991) e Stahl (2008) são alguns autores que referenciam essa fundação. Smith diz:

Durante os últimos quinze anos, marketing e promoção tem feito mais para mudar a definição do papel dos think tanks (e a percepção do público) do que qualquer outro fenômeno. As metáforas de ciência e pesquisa desinteressadas que orientou a criação e desenvolvimento dos primeiros think tanks, ingênuas como foram, agora deram lugar à metáfora do mercado e seus corolários de promoção, advocacy e

combate intelectual. E a metáfora de mercado tem trazido profissionais em relações públicas e marketing para os quadros da maioria dos think tanks, enquanto forma uma nova geração de empreendedor de policy para a cena política² (SMITH, 1991, p.194)

Mais recentemente, na última década (2000), ganharam destaque os chamados *vanity tanks*, que são instituições fundadas para homenagear alguém, e as firmas de consultoria para políticas públicas. Nenhum dos dois tipos aparece com frequência na literatura, mas já há exemplos no Brasil: respectivamente, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) seria como um *vanity think tank* e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também pode ser considerada a um só tempo think tank acadêmico e uma consultoria de *policy*, na medida em que realiza trabalhos de políticas públicas. Pode-se argumentar que outros departamentos de universidades públicas procedem da mesma forma, atuando como consultorias em projetos pontuais; a diferença é que, em se tratando de fundações mantenedoras de cursos acadêmicos, parte de sua receita advém de mensalidades e também dos projetos de consultoria junto aos poderes públicos, ao passo que as universidades públicas – ao menos no estado de São Paulo – não dependem desses recursos para fechar suas contas, uma vez que possuem dotação orçamentária que independe da realização de tais trabalhos.

Como quase sempre, os rótulos descrevem uma parte da realidade: o iFHC promove debates e conduz estudos em parcerias com outras instituições, reunindo pesquisadores de relevo, o que confere uma dimensão acadêmica ao instituto; da mesma forma, a FGV é, primordialmente, uma instituição privada de ensino superior. A tipologia, portanto, auxilia na classificação, mas há que se considerar suas limitações descritivas. Tais limitações na conceituação remetem às chamadas “definições botânicas” (ACUÑA, 2009,

² “Over the past fifteen years, marketing and promotion have done more to change the think tanks’ definition of their role (and the public’s perception of them) than have any other phenomenon. The metaphor of science and disinterested research that informed the creation and development of the first think tanks, naïve as they sometimes were, have now given way to the metaphor of the market and its corollaries of promotion, advocacy, and intellectual combat. And the market metaphor has brought professionals in public relations and marketing onto the staffs of most think tanks, while drawing a new breed of policy entrepreneur into the political scene”.

apud RIGOLIN, HAYASHI, 2012, p.27), isto é, ortodoxas, que classificam como *think tanks* apenas as instituições efetivamente independentes de vinculações partidárias, universitárias e de fontes externas de financiamento. Têm sido sugeridos na literatura mais recente outros critérios para a definição do que vem a ser um *think tank*, como veremos mais adiante.

Devido à importância dos aspectos culturais na definição do que são essas instituições, nesse primeiro capítulo são apresentados alguns *think tanks* e o tratamento que estudiosos dão a esse tema na literatura. Esse entendimento é relevante para a compreensão de como tais instituições – nomeadamente o Instituto Millenium – atuam no Brasil. Não nos aprofundaremos na bibliografia que trata de outros países porque isso foi feito com maior propriedade em outros trabalhos, especialmente em Junia Soares (SOARES, 2008) e porque os definidores de tendências são os Estados Unidos e a Inglaterra; no caso do primeiro, as relações de alguns de seus *think tanks* com algumas instituições similares brasileiras são bem próximas, como será ilustrado no Capítulo 2.

Não se trata, portanto, de mera transposição de conceitos forâneos aplicados à realidade nacional; o copismo é recusado. Veremos que esses centros de pesquisa surgem primeiramente nos países ricos – desenvolvidos, industrializados, como quiser: nos Estados Unidos, depois na Inglaterra – e ganham uma dinâmica própria em outras realidades nacionais. O Brasil não foge a isso.

Nas primeiras duas seções deste texto, apresentam-se criticamente algumas definições presentes na literatura acerca do objeto *think tank*: sua morfologia e seu papel. Por fim, serão apresentadas considerações acerca da influência na mídia.

I. *Think tanks*: delimitações

A presente dissertação tem por objeto de estudo a produção literária de *think tanks*, também conhecidos no Brasil como centros de pensamento, bancos de ideias ou, ainda, viveiros de ideias. Mais especificamente, o objetivo será analisar detalhadamente

a produção intelectual – expressa em sítios da internet e em textos impressos do Instituto Millenium (Imil) – e a existência de reverberação de tais ideias em veículos de imprensa. A quase inexistência de estudos *no Brasil, sobre a realidade brasileira*, da influência que tais institutos exercem *na atualidade* sobre os chamados formadores de opinião, é a justificativa que embasa esta investigação.

Em correção à conceituação ortodoxa que venho utilizando desde 2010 em outros trabalhos acadêmicos e acatando (em parte, como se verá) a agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros proposta por Rigolin e Hayashi (2012), compreendo *para a realidade brasileira* as instituições formalmente institucionalizadas, sem fins lucrativos, que exerçam sua influência por meio da produção e transmissão de conhecimento tendo como objetivo final a mudança de políticas públicas, opinião pública e/ou legislação. Para o presente trabalho, recuso a exclusividade do critério “influência nas políticas públicas” delimitado em Acuña (cf. RIGOLIN, HAYASHI, 2012) e Stone (2000) porque isso eliminaria da paisagem uma gama de instituições que são associações civis com objetivo de influenciar nas opiniões sobre economia e política, mas que não são partidos políticos, associações profissionais, consultorias de políticas públicas ou grupos de pressão.

Nesse aspecto, atendo-me à definição de literatura anterior sobre os *advocacy think tanks*, que correspondem ao que se convencionou chamar na literatura de “terceira geração (ou onda) dos *think tanks*” e me apoio também em Medvetz (2008), para quem a premissa da independência de financiamento obscurece as origens desses institutos (“rebentos genéticos de Estados, partidos, mercados e universidades”)³ bem como excluem muitos casos proeminentes de *think tanks* vinculados a agências ou órgãos de Estado, universidades, partidos políticos ou mesmo a comunidades específicas (MEDVETZ, 2008, p.2). Os *think tanks* de defesa de valores tendem a ser conservadores ou liberais em função dos intelectuais que abrigam, com o objetivo de disseminar e popularizar tais visões de

3 “...genetic offsprings of states, parties, markets and universities”.

mundo (TEIXEIRA, 2007, p.142).

Há várias organizações desse tipo, não apenas no Brasil, que preferem se autodefinir como *think tanks*, na tentativa de tomar de empréstimo o aparente “viés de neutralidade científica” que acompanhava instituições como a RAND Corp (Research and Development Corporation). Nesse ponto, convém pontuar a diferença entre uma consultoria como a Tendências e um *think tank* do tipo *advocacy* (militante) como o Instituto Millenium: a consultoria conta com uma equipe remunerada de especialistas-analistas e tem como produto final relatórios pagos, acessíveis ao cliente e feitos sob medida para a necessidade dele. Uma consultoria não tem como objetivo influenciar nas políticas públicas, a menos quando expressamente contratada por órgão ou agência governamental para esse fim; mas a relação estabelecida, nesse caso, não é de persuasão. Um *think tank* como o Imil propaga ideias e divulga pesquisas⁴, que podem ser de equipe própria ou de colaboradores não remunerados, mas que de toda forma são divulgadas aos públicos – ou clientes – interessados.

Os pesquisadores McGann e Weaver (2002, p.11) enfatizam que tais divisões classificatórias e respectivos desdobramentos são tipos puros, elaborados para fins analíticos. Na prática, existem híbridos organizacionais, especialmente nas economias em desenvolvimento. Ou seja, as classificações possíveis apresentadas a seguir têm por objetivo expor a bibliografia que trata do tema, e não necessariamente enquadrar perfeitamente o Instituto Millenium nessa tipologia, uma vez que a literatura a respeito dos *think tanks* focaliza atores coletivos destinados a influenciar políticas públicas (cf. RIGOLIN, HAYASHI, 2012), e não a formação de consenso em setores da opinião pública, como é o caso do Imil e instituições afins.

Na definição ortodoxa que, como explicitado no parágrafo anterior, eu recuso (também em parte), por *think tanks* compreende-se as instituições com ou sem fins

⁴ Convém antecipar que o Instituto Millenium em particular não produziu pesquisas próprias, ao menos até hoje, como será detalhado no Capítulo 2; apenas divulgou sondagens de opinião contratadas de empresa do ramo.

lucrativos que tenham por meta analisar e pesquisar políticas públicas com o objetivo de fomentar debates – seja em círculos estritos, como os de decisores e gestores públicos, ou em círculos amplos, como os de formadores de opinião, universitários e público em geral. Tais organizações podem ser contratadas por agentes governamentais para a produção de *outputs*, aptas a captar financiamento por legislação específica⁵, vinculadas a departamentos universitários ou mantidas por redes transnacionais de instituições análogas.

É importante ter em mente que os *think tanks* são considerados instituições de elite, que de alguma forma tentam se inserir nos processos de políticas públicas, legitimados não por seu status de elite ou de *vox populi*, mas por sua expertise (McGann, Weaver, 2002 p.17). Fora do Brasil, despertam atenção crescente da população como fontes alternativas de informação sobre políticas públicas, como um contraponto às fontes oficiais de governo. Seus produtos são imateriais, mesmo quando dizem respeito a inovações tecnológicas: são ideias, são conceitos tangíveis apenas por seu suporte físico – antes, restrito ao papel; agora, portados também em forma digital.

Livros e relatórios são os mais tangíveis produtos intelectuais da moderna fábrica de pensamento. Esforços para ter atraentes ideias para livros e para promover os livros após a publicação são as preocupações centrais daqueles que administram tais organizações, porque seu *mercado de ideias* é, em seu nível mais primário, uma questão de vender livros de *policy*⁶ (SMITH, 1991, p. 191 – grifo nosso).

A esta perspectiva de Smith, contrapõe-se que não se trata apenas de vender livros e competir pela atenção dos decisores políticos e formadores de opinião. A prestação de consultoria para órgãos de governo, com a produção de relatórios restritos ao contratante, também é uma realidade desse mercado. No entanto, a literatura internacional versa, quase que exclusivamente, sobre o mercado editorial, enfatizando as publicações desses institutos nos campos da economia e da sociologia. Essa mesma linha é adotada para o estudo de

5 Como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, regidas pela Lei 9.790/1999

6 “Books and reports are the most tangible intellectual product of the modern think factory. Efforts to come up with appealing ideas for books and to promote the books after they are published are central concerns of those who administer such organizations, for their marketplace of ideas is, at the most basic level, a matter of selling policy books”.

instituições similares existentes na China: os *think tanks* são verticalizados e seus produtos, em geral, não são divulgados, porém seus analistas, com alguma frequência, se tornam *talking heads*⁷. Na definição que adotamos para a condução dessa pesquisa, os *think tanks* são instituições destinadas a influenciar o clima de opinião ou as políticas públicas.

Para definir o que vem a ser clima de opinião, Andrew Denham e Mark Garnett trabalham com algumas conceituações. A primeira é dada por F.A. Hayek em 1949 como “essencialmente um conjunto de preconceitos muito generalizados pelos quais o intelectual julga a importância de novos fatos e opiniões⁸” (HAYEK, 1967, apud DENHAM, GARNETT, 1998, p.13). A segunda definição é menos obscura e data do começo do século vinte, de A.V. Dicey: o “corpo de crenças, convicções, sentimentos, princípios aceitos ou preconceitos firmemente enraizados que formam a corrente de opinião dominante em alguma época”, sendo que tal corrente “determina, direta ou indiretamente, o curso da legislação”; tal corpo de crenças e convicções pode ser inicialmente exposta ou contestada por um indivíduo, posteriormente seguido por “apóstolos da nova fé” (DICEY, 1905, apud DENHAM, GARNETT, 1998, p.13, livres tradução e versão)⁹. Com base especialmente nesses dois pensadores, Denham e Garnett formulam ser

...suficiente sugerir aqui que os *think tanks* visam explorar o que eles percebem como um clima [de opinião] favorável ou, se eles julgam ser hostil, [visam] mudá-lo – e que a natureza e efeito desse clima seguem de perto as descrições de Dicey e Hayek. (DENHAM, GARNETT, 1998, p.13.)¹⁰

7 Talking heads são os participantes de programas televisivos de debates – perguntas e respostas – comuns na televisão estadunidense. Como exemplos, citamos o Fareed Zakaria GPS e The Situation Room (CNN); The O’Reilly Factor (Fox News); 60 minutes (CBS).

8 “[He] regarded it as “essentially a set of very general preconceptions by which the intellectual judges the importance of new facts and opinions”

9 “A.V. Dicey referred to the ‘body of beliefs, convictions, sentiments, accepted principles, or firmly-rooted prejudices’ which make up the ‘dominant current of opinion’ at a given time. Dicey believed that this current ‘determined, directly or indirectly, the course of legislation’, and that the dominant opinion is first expounded by a single gifted individual. A group of ‘apostles of a new faith’ spring up (...)”

10 “We explore the concept of a climate or dominant current of opinion (...); it is sufficient here to suggest that think tanks either seek to exploit what they perceive as a favourable climate or, if they believe that it is hostile, to change it – and that their idea of the nature and effect of this climate follows closely the descriptions provided by Dicey and Hayek.”

Para Denham e Garnett, o estudo do clima de opinião pode ser um interessante caminho de pesquisa dado que os *think tanks* ganharam reputação invejável com a mídia (ao menos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América), e apontam que tais instituições são, nesse sentido, insalubres para a democracia, funcionando como agências extraoficiais de governo, não sujeitas ao escrutínio eleitoral e nem aos freios e contrapesos próprios de um governo democrático – não são obrigados, portanto, a lidar com os efeitos de suas proposições. Além disso, sempre de acordo com os autores, sua influência no debate público pode vir a ser explorada pelos membros e patronos dos centros de pesquisa.

Os *think tanks* são comumente estudados na América do Norte com ênfase em suas participações nos debates de políticas públicas, não apenas no âmbito acadêmico, mas também por jornalistas e por acadêmicos vinculados às próprias *organizações*. São exemplos, no primeiro caso, Paul Dickson e no segundo, James McGann¹¹.

Nos Estados Unidos, a referência bibliográfica mais antiga sobre *think tanks* é o livro escrito pelo jornalista Paul Dickinson nos anos de 1970, publicado no Brasil em 1975 com o título “Centrais de ideias”, apresentando o resultado de suas investigações acerca da RAND Corporation e instituições correlatas como o *Urban Institute* e também o *Hudson Institute*. Ambos mereceram atenção consideravelmente menor quando comparada à atenção dispensada à RAND. Isso se explica devido ao fato de que esses dois últimos centros de pesquisa foram fundados na década de 1970 e tinham por foco as políticas públicas mais tradicionais, como urbanismo e segurança pública, enquanto a RAND mantinha contratos sigilosos com os militares do Pentágono para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, bélicas ou não, úteis na corrida armamentista que caracterizou a bipolarização política do mundo entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (USSR) no pós-

¹¹ McGann é docente da Universidade da Pensilvânia (ABELSON, 2009 p. 3) e também Senior Fellow (título dado por seus pares ao membro mais destacado de um grupo de elite acadêmica de uma dada instituição) do Foreign Policy Research Institute, um think tank que se dedica a “trazer perspectivas [insights] acadêmicas no desenvolvimento de políticas que avancem os interesses nacionais dos Estados Unidos” (ABOUT the FPRI, 2001-2010). No sítio da internet do FPRI, McGann não menciona seu vínculo universitário. Frisamos que ele não é o único pesquisador a escrever sobre think tanks ao mesmo tempo em que trabalha para um.

guerra mundial. O livro de Dickinson, nunca é demais lembrar, foi escrito durante a Guerra Fria.

O que separa a RAND de uma consultoria de mercado não é a natureza de seus contratos com o Pentágono, mas o fato de que, por questões fiscais, nos Estados Unidos alguns *think tanks* se apresentam também como instituições de ensino e pesquisa, desempenhando de fato esses papéis. É o caso não só da RAND, mas também de um reconhecido *think tank* militante como a *Heritage Foundation*.

Dickson teve por objetivo deslindar as origens de tais institutos e encontrou dificuldades em estabelecer um modelo que classificasse a contento os centros de pensamento (ou “viveiros de ideias”) então existentes. O critério principal adotado pelo autor, por conta da natureza do principal instituto que norteou sua investigação, define que os *think tanks* que influenciaram o governo norte-americano no século XX primaram pela pesquisa e desenvolvimento tecnológico, notadamente no campo da inteligência militar, tendo em comum com os *think tanks* contemporâneos a *forma* de seus produtos: as ideias, publicadas no papel ou oralmente expostas em palestras, conferências e mesmo conversas com *policy makers* (DICKSON, 1975, p.35).

Adotado o critério de produção tecnológica, Dickson remonta aos anos de 1830 para apontar a nascente influência dos primeiros *think tanks* junto ao governo norte-americano, que contratou o Instituto Franklin, em 1832, para estudar o problema de seguidas explosões de caldeiras a vapor nos navios norte-americanos. Que o Instituto Franklin e a RAND Corporation tenham sido marcos para a definição do que foi um *think tank* até os anos 1960 revela-nos o caráter técnico-científico dessas instituições, concebidas como *problem solvers*, isto é, solucionadoras de problemas na paz e na guerra, portanto, cientificamente *neutras*.

Cumprido ressaltar que Dickson não é o único a buscar no século dezenove as origens dessas instituições: os pesquisadores Denham e Garnett (1996) bem como Smith

(1991) também o fizeram, designando a *Fabian Society* (Reino Unido) e o Conclave de Boston realizado em 1865 (Estados Unidos da América) como laboratórios de reforma ou, na feliz descrição de Smith, “a ciência social dos amadores” (SMITH, 1991, p.24). Há, nas escolhas desses pesquisadores da década de 1990, uma similaridade: nos dois casos citados, à guisa de “mito de origem” para os *think tanks*, eles optaram por instituições de discussão de políticas públicas, o que diz algo a respeito da conceituação adotada desde o livro de Dickson, uma vez que nem todas as instituições tiveram o aspecto de solução de problemas tecnológicos. O *Brookings Institute*, fundado em 1916, é considerado na atualidade pelo ranking *Global Go-To Think Tank*, criado por McGann, como o maior, melhor e mais confiável *think tank* do mundo, sem nunca ter se envolvido diretamente com o desenho de artefatos bélicos ou algo parecido. O *Brookings* é considerado politicamente uma instituição centrada nos Estados Unidos, seus especialistas estão entre os mais procurados por jornalistas para abordar temas como política externa, educação, *welfare* e democracia, e ganhou força nas últimas três décadas.

É importante ressaltar que a escolha que Paul Dickson fez do que seria um *think tank* é própria dos anos de 1960 e 1970. Àquela época, já existiam instituições pequenas, com menos recursos financeiros que a RAND, atuando para exercer influência e auxiliar na formação de identidades para os conservadores norte-americanos. Até o decênio de 1960, quando a expressão *think tanks* se popularizou, apenas instituições como a própria RAND e o *Brookings* eram considerados enquanto tais: organizações possuidoras de recursos, *neutras*, acadêmicas, científicas. De acordo com Denham e Garnett, o uso do termo *think tank* foi generalizado nessa época. O termo se aplicaria às instituições “cujas metas podem variar ao longo do tempo e cujos pesquisadores podem se associar uns aos outros apenas temporariamente e por conveniência pessoal”¹² (DENHAM, GARNETT, 1996).

¹² “Instead, the term “think tank” refers to institutions whose aims may vary across time and whose researchers may associate with one another only temporary and for personal convenience”. (DENHAM, GARNETT, 1996)

São exemplos de centros de pesquisa menores: a *Foundation for Economic Education* (FEE), fundada em 1946, e a *American Enterprise Association*, fundada em 1943; eram duas instituições conservadoras voltadas à oposição aos valores keynesianos do New Deal. A FEE se tornou parceira de *think tanks* europeus como o *Institute of Economic Affairs* (IEA) e se associou à Sociedade *Mont Pèlerin*, o que dá a dimensão do projeto global e de longo termo dos pensamentos conservador e liberal (STAHL, 2008 p.36-37).

Os *think tanks* se caracterizam hoje (e desde 1973¹³) por sua produção de ideias e pela tentativa de influenciar as formações de opinião e pensamento dos agentes, no tocante à formulação de políticas públicas. Essas instituições aglutinam pesquisadores e possuem caráter multidisciplinar, dedicados a pensar soluções politicamente relevantes, aplicáveis a problemas concretos. Nesse sentido, os *think tanks* podem ser confundidos com *grupos de pressão* com objetivos políticos, apesar de, não raramente, pretenderem ter um caráter pragmático e científico; a principal diferença reside no fato de que os centros de pensamento normalmente concentram esforços em amplas áreas de políticas públicas, ao passo que os grupos de interesse tendem a atuar em focos específicos. É importante ressaltar que essas instituições produzem conhecimento por meio de livros e artigos que são produtos de pesquisas, não sendo este exatamente o caso do Instituto Millenium, como veremos – ao menos, não pesquisas *próprias*.

Outras definições

À classe de instituições que depende de contratos de pesquisa e encomenda de estudos para clientes públicos ou privados, convencionou-se chamar de *contract researchers*, de acordo com James McGann e Robert Weaver (2002), ou *policy consultants*, na definição

13 1973 foi o ano da primeira crise – ou choque – do petróleo, a primeira fenda no consenso keynesiano em torno do Estado de bem estar social. Dessa data é a fundação da Heritage Foundation, que pode ser considerada um dos maiores advocacy think tanks nos dias de hoje, em termos de orçamento, destinado a influir nos processos de políticas públicas e na definição pública do que significa ser um verdadeiro conservador. A partir do Heritage, os think tanks dessa natureza passaram a empregar mais pessoas em seus quadros para a pesquisa de policy (STAHL, 2008 p.26) – pessoas que poderiam também fazer parte de quadros governamentais, caracterizando o fenômeno de revolving doors.

de James Smith (1991); são pesquisadores que conduzem investigações mediante contratos pautados nos interesses e necessidades do contratante, engajados no diálogo com o cliente e não com a opinião pública. Isso não implica em “torturar números até que eles confessem”, mas em centrar esforços pautados em aspectos da realidade que o contratante deseja conhecer. Organizações orientadas para esse objetivo – contratos de consultoria em políticas públicas – produzem relatórios de circulação restrita aos membros de um governo, enquanto as instituições semi-acadêmicas enfatizam a metodologia científica objetiva, nem sempre vinculada a algum contrato.

O financiamento dessa espécie de *think tank* tende a se dar por meio de fundações, corporações e indivíduos. As instituições do tipo *empreiteiras*, que é a forma como Diane Stone se refere aos pesquisadores por contrato, mantém relações verticalizadas com seu cliente – usualmente, um agente público que determina o problema a ser pesquisado. Esse modelo é forte, por exemplo, na China.

A se considerar somente as “ondas” já referidas de Stone (2007b), seria possível afirmar que a classe de *think tanks* voltados estritamente para credenciais acadêmicas estaria em extinção. A manutenção de especialistas dedicados exclusivamente à pesquisa e não ao ensino – a chamada “universidade sem estudantes” – tem um preço, sem a contrapartida da mensalidade auferida na sala de aula ou do contrato para consultoria governamental; instituições desse tipo requerem orçamentos robustos, como é o caso do Brookings Institute. Não é este o caso do Instituto Millenium, objeto deste estudo: dentre seus funcionários (sete, em 2012), nenhum é articulista ou especialista da organização.

A terceira onda, tal como formulada por Stone, seria composta de organizações que teriam por objetivo “vencer a guerra de ideias”: são os *advocacy think tanks*, militantes, e os *party think tanks*, vinculados aos partidos políticos. Nessa categoria definida também por McGann e Weaver, inserem-se as instituições que recebem recursos de corporações privadas, mas também de sindicatos e quaisquer outras partes interessadas nos produtos

desses centros de pesquisa. De novo, o Instituto Millenium não se veste completamente o modelo, uma vez que não realiza pesquisas para clientes.

A definição já clássica de *think tanks* apresenta essas organizações como instituições organizadas para a pesquisa de conhecimentos aplicados às políticas públicas no processo de tomadas de decisões (*decision making*), preenchendo a lacuna existente entre pesquisa (Academia) e poder (governo) (SOARES, 2009).

Essa visão, porém, é contestada pela pesquisadora Diane Stone, para quem não há distinção ontológica entre a política (ou o chamado “mundo real”) e a ciência (frequentemente comparada a uma “torre de marfim”); essa dissociação serve a um propósito discursivo que, neste caso específico, visa caracterizar os *think tanks* como veículos neutros e legítimos, agentes em nome do bem público, quando são – sempre segundo Stone – manifestações do nexos entre conhecimento e poder, mantendo com as políticas públicas uma relação simbiótica e de interdependência (STONE, 2007). Essa concepção de ciência e pesquisa desinteressada é reputada como ingênua por Smith (1991). As “metáforas envolvendo a noção de mercado e seus correspondentes corolários de promoção, *advocacy* e combate intelectual”, combinados ao papel do “marketing e da promoção, fizeram mais por mudar a definição do papel dos *think tanks* (e percepção pública deste) do que qualquer outro fenômeno¹⁴” (SMITH, 1991, p.94, versão livre).

Na tradição de se classificar como *think tank* as organizações destinadas a exercer influência nas políticas públicas e nas ideias políticas, cumpre lembrar que nem todas são liberais ou conservadoras. Com viés de esquerda foram fundados o *Royal Institute of International Affairs* (RIIA) em 1920, o *Political and Economic Planning* (PEP) e o *National Institute of Economic and Social Research* (NIESR) na década de 1930. Destes, os fundadores do PEP tinham por objetivo declarado influenciar o clima de opinião, lançando

14 “... marketing and promotion have done more to change the think tanks’ definition of their role (and the public’s perception of them) than have any other phenomenon. The metaphors of science and disinterested research (...) naïve as they sometimes were, have now given way to the metaphor of the market and its corollaries of promotion, advocacy, and intellectual combat”.

as bases para que o pensamento socialista ganhasse terreno futuro – como de fato ganhou (DENHAM, GARNETT, 1996, p.47-49).

Nem todo *think tank* é, portanto, de direita ou do que comumente se supõe ser a direita; neste trabalho, especificamente, o enfoque está dado em instituições liberais, de livre mercado, “anticoletivistas” que ganharam força nos idos de 1970, antes mesmo do Consenso de Washington.

II. Formas Liberais

A partir de um dicionário de Filosofia Política, tem-se a seguinte definição para liberalismo:

Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou promover o bem-estar material de todos os indivíduos, independentemente de sexo, raça, idade, religião, grau de instrução ou estrato social. Por ser uma doutrina cosmopolita e isonômica, o liberalismo não aceita a defesa política, jurídica e econômica de certos particularismos nacionais, raciais ou estamentais que levam a alguns governos, por influência de certas ideologias, a discriminar ou conceder privilégios a determinados grupos sociais.

O objetivo principal dos liberais é implantar na sociedade as instituições que possibilitem a preservação da vida, da liberdade e da propriedade privada dos indivíduos contra qualquer violação perpetrada por terceiros (CATHARINO, p. 307-311, 2010)

A literatura sobre o pensamento liberal e suas vertentes é bastante ampla e pode ser encontrada em muitos autores, não sendo o propósito desta pesquisa expor todas as referências existentes acerca do tema. O objetivo é propor alguns parâmetros, com base na literatura coligida e no trabalho de campo, para que o leitor possa compreender a que me refiro. Cumpre dizer, antes de tudo, que não será esmiuçado nesta ocasião o diferente uso que se faz do termo “liberal” na tradição norte-americana. O termo, antes empregado para se referir aos que pretendiam restringir os poderes do governo, passou a ser associado ao pensamento de esquerda nos Estados Unidos e aos democratas do Partido Democrata. Recentemente, tem sido também utilizado no Brasil como sinônimo de “progressista”

e antônimo de “conservador” – um uso importado dos Estados Unidos que não faz jus à tradição¹⁵. Reporto-me à tradição europeia de emprego desse termo, diretamente relacionada ao liberalismo político do século dezenove (veja Châtelet, 2009, p.98-99).

O liberalismo apresenta ao menos dois aspectos: político e econômico. No plano político, prioriza as instituições garantidoras dos direitos individuais, mas, principalmente, a limitação de interferência da ação do Estado na vida dos indivíduos (direitos negativos). Nesse sentido, a ação estatal é considerada invasiva quando se sobrepõe às liberdades individuais, configurando uma “invasão” (*encroachment*) indesejável. A questão do poder e da limitação do poder estatal é importante no liberalismo político porque, ao fim e ao cabo, importa garantir a liberdade dos indivíduos: liberdade de consciência, liberdade de reunião, liberdade de expressão, liberdade para se dispor livremente de tudo quanto for sua propriedade – incluindo aí, o corpo e a força de trabalho; é a liberdade da lei, na esfera individual, pessoal. (CONSTANT, 1819 apud CHÂTELET, 2009, p.99; O’DONNELL, 2003, p.39).

Outra premissa relevante da democracia liberal é o primado do império da lei (*rule of law*), do qual ninguém está acima (O’DONNELL, 2005, p. 3-16). A impessoalidade é a nota tônica das relações entre os cidadãos, o que invalida o personalismo e práticas clientelistas; na prática, corresponderia à máxima “ninguém é melhor do que ninguém”, porque estão todos sujeitos aos direitos e deveres da lei. Nessa concepção, não se eximem os ocupantes de cargos públicos - seja burocracia concursada, políticos eleitos ou ocupantes apontados por mandatários eleitos, como é o caso dos juízes da Suprema Corte tanto no Brasil quanto nos EUA, para citar apenas dois casos.

Isso não significa que o Judiciário é a instância superior dos Três Poderes (Executivo e Legislativo sendo os outros dois); mas que, mesmo sem ter mandato direto,

15 Um exemplo disso é o jornal Folha de São Paulo publicado no dia 25 de dezembro de 2012, apresentando resultados da pesquisa Datafolha sob o título “Tendência conservadora é forte no país”. Nessa reportagem, posicionamentos normalmente associados à esquerda do espectro político são classificados como “liberais”, dentre eles, a posição favorável à proibição de armas de fogo.

o Judiciário - mais especificamente, o Direito - é responsável pela mediação de conflitos e controvérsias. A democracia liberal é a democracia burguesa, se o leitor preferir; é a democracia representativa na qual existem eleitores (mandantes) e eleitos (mandatários); assim, não espanta que as pesquisas e propostas de desenho institucional e qualidade da democracia, objetos da Ciência Política principalmente, se baseiem no liberalismo político, ainda que não exclusivamente, uma vez que correntes federalistas e republicanas também encontram expressão. De acordo com o cientista político Guillermo O'Donnell, para se assegurar as liberdades que o liberalismo tanto preza é necessário de fato dotar o Estado com poderes grandes e, paradoxalmente, ameaçadores (O'DONNELL, 2003, p.39).

A democracia burguesa liberal não prescinde de falhas e nem mesmo vem a ser universal. O mundo presenciou ao menos três grandes ondas democráticas, sendo que a terceira (ocorrida entre meados da década de 1970 e 1980), foi uma onda de redemocratização ocorrida principalmente na América Latina e no Leste Europeu. Estudos sobre a qualidade da democracia nesses países (para estudos comparativos, ver DIAMOND, MORLINO, 2005, p. 85-275; MAINWARING, WELNA, 2003; LEVITSKY, WAY, 2010; ROSE, MISHLER, HAERPFER, 1998) sustentam que não são democracias plenas, porque carecem de um componente de importância: a cultura democrática, ou ainda, a cultura cívica. Na definição do cientista político José Álvaro Moisés, a cultura cívica é:

um conjunto de atitudes políticas, hábitos, sentimentos e comportamentos relacionados ao funcionamento do regime democrático (...) [A] cultura cívica envolve, portanto, algum nível de percepção do caráter republicano da política moderna, e adiciona uma dimensão psicológica ao conceito de cidadania¹⁶ (MOISÉS, 2011, mimeo).

A tradição estabelecida na terceira geração de *think tanks*, como as já citadas Atlas Foundation e Heritage Foundation, apresenta uma vinculação com essa concepção de cultura cívica, com essa cultura de organização e participação política para além dos

¹⁶ “Civic culture is a set of political attitudes, habits, sentiments and behavior related to the functioning of the democratic regime (...) Civic culture involves, therefore, some level of perception of the republican character of modern politics, and adds a psychological dimension to the concept of citizenship”.

partidos políticos que na Ciência Política moderna remete à filosofia política de Alexis de Tocqueville, para quem as associações públicas da vida civil, sem objeto político, são úteis para manter desperta a consciência política dos cidadãos e combater o individualismo que não favorece a cooperação para a consecução de objetivos coletivos. A relação necessária das associações civis com os jornais era um dado para Tocqueville:

“(…) apenas um jornal pode despejar o mesmo pensamento em mil mentes ao mesmo tempo. Um jornal é um conselheiro que não precisa ser procurado, mas que vem de sua própria vontade, e conversa com você brevemente todos os dias (...) sem distraí-lo de seus negócios privados” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 600-601)

Sempre se pode argumentar, porém, que tais associações como os *advocacy think tanks* têm propósito político declarado e também que se destinam a influenciar os decisores de políticas públicas e os formadores de opinião pública – estes últimos, membros de uma categoria cada vez mais controversa, na medida em que a internet e suas redes sociais ganham impacto na democratização não apenas da informação, mas da própria formação de opinião.

No plano econômico do liberalismo, podem ser apontadas algumas correntes distintas entre si. De início, apresentamos duas formulações que expõem o programa dessa forma de liberalismo e que justifica a ênfase dada por essa corrente de pensamento à economia. A primeira é de Mises:

Não é pelo desdém aos bens espirituais que o liberalismo se concentra, exclusivamente, no bem-estar material do homem, mas pela convicção de que o que é mais alto e profundo no homem não pode ser tocado por qualquer tipo de regulação externa (...) O liberalismo não visa a criar qualquer outra coisa, a não ser as condições externas para o desenvolvimento da vida interior. Não deve haver dúvida de que o indivíduo do século XX pode satisfazer suas necessidades espirituais mais prontamente do que, digamos, o indivíduo do século X, que não podia livrar-se nem da ansiedade de viver com o pouco que tinha para sua sobrevivência, nem dos perigos que o ameaçavam, provenientes de seus inimigos (MISES, 2009, s.p.)

A segunda, uma objeção à planificação central, escrita por Hayek:

Os valores econômicos são-nos menos importantes do que muitas outras coisas

justamente porque em matéria de economia temos liberdade para decidir o que é mais (ou menos) importante para nós (...) Ter as nossas atividades econômicas controladas significa ser controlados sempre, a menos que declaremos em cada caso o nosso propósito específico. Mas como cada declaração de propósito dependeria de aprovação de autoridade, todos os nossos atos seriam realmente controlados. (HAYEK, 1994, p.100)

O liberalismo dos economistas Adam Smith, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek - sendo estes dois últimos expoentes da chamada Escola Austríaca de Economia - não prescinde do Estado. O papel do ente estatal, porém, está limitado a garantir a segurança dos cidadãos e a administração da justiça por meio do edifício jurídico, sem papel produtivo na economia.

O liberalismo econômico é pró-mercado livre e parte da premissa de que o Estado, ao formular políticas públicas de cunho social e também econômico, interfere na concorrência plena e nos mecanismos de mercado, porque introduz metas de resultados específicos a se alcançar. A planificação central não combina com o “caos ordenado” do Mercado (é proposital a utilização da letra maiúscula), de onde resulta, para Hayek, que toda tentativa de centralização seja totalitarista e violadora do Estado de Direito, na medida em que o Estado é obrigado a “tomar decisões que não podem basear-se apenas em princípios formais, e, ao tomá-las, deve estabelecer distinções de mérito entre as necessidades das diferentes pessoas” (HAYEK, 1994, p. 87); ainda, o planejador econômico central que “... detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância – em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se”, porque o planejador concentrará em suas mãos o controle da produção e, conseqüentemente, do consumo. Detém os objetivos a se alcançar e os meios para alcançá-los, mas não o controle sobre o resultado final dessas ações, o que leva a novas intervenções para se tentar corrigir efeitos colaterais.

O princípio fundamental é que, deixadas livres para buscar seus próprios interesses (o lucro e o modo de vida), as pessoas produzem bens e serviços que aumentarão

o *quantum* de bem estar da sua comunidade; portanto, os produtos do autointeresse seriam benéficos, porque úteis aos outros. Nessa linha de raciocínio, uma simplificação didática do pensamento de Adam Smith, basta deixar que as pessoas produzam e vendam seus produtos e sua força de trabalho no mercado para a eficiente alocação e distribuição dos recursos naturalmente escassos, sem necessidade de que o governo interfira na distribuição da produção da riqueza. Isso porque os conhecimentos dispersos na população certamente superam em utilidade e quantidade os conhecimentos concentrados pela parcela da elite responsável pelo planejamento central (SOWELL, 2012, capítulo 1, s.p.).

Essa linha de pensamento esbarra, portanto, no papel dos impostos nas sociedades ocidentais: idealmente, a arrecadação de impostos custeia a estrutura estatal e redistribui a riqueza por meio de serviços e programas oferecidos pelo Estado; isto configura uma interferência que leva ao desequilíbrio dos preços, por exemplo. Da mesma forma, ao determinar o valor do salário mínimo legal ou ao emitir papel moeda, a ação do Estado causaria desequilíbrios nos preços de mercado: no primeiro caso, afastaria do mercado de trabalho formal os trabalhadores com menor estoque educacional, que talvez aceitassem trabalhar por valor abaixo do salário mínimo legal; no segundo exemplo, a emissão de moeda sem a correspondente criação de riqueza (a ser gerada no mercado) implica na alta inflacionária dos preços, sempre de acordo com essa escola de pensamento econômico.

Portanto, o pensamento austríaco é incompatível com um estado de bem-estar social aos moldes da social-democracia sueca pré-crise de 2008, por exemplo. O *welfare state* assume os custos de reprodução do capital: a saúde dos trabalhadores, seus períodos de desemprego e a aposentadoria. Nessa modalidade, o equilíbrio advém de soluções pactuadas socialmente para os conflitos entre trabalhadores e empresários.

Para Mises e Hayek, tais situações são de responsabilidade individual, bastando que o Estado não interfira e que as pessoas sejam livres para estabelecer e respeitar contratos entre si no mercado, responsabilizando-se por compor pecúlios para os chamados “dias

ruins”.

Ainda no âmbito do liberalismo econômico, há uma vertente conhecida como Escola de Chicago. Esta tornou-se mais conhecida porque não visa eliminar a ação do Estado no campo da economia, mas tem por objetivo domesticá-la, isto é, torná-la mais “eficiente” na alocação de recursos. O principal expoente dessa corrente é Milton Friedman, ex-aluno de Hayek, cujas ideias influenciaram, na América Latina, principalmente o Chile durante o regime militar de Augusto Pinochet (cf. COLLIER, SATER¹⁷, 2004) – antes mesmo de se tornarem “consensuais” nos governos de Margaret Thatcher (GB) e Ronald Reagan (EUA).

Como exemplo de um dos objetivos dessa corrente de pensamento, cumpre dizer que visa empoderar o Estado na arrecadação eficiente de imposto de renda e também inspira ideias de redistribuição da renda; seu ponto de encontro com o liberalismo clássico está na premissa da autonomia do indivíduo, livre para realizar trocas voluntárias no mercado. As concepções de Friedman sobre o *welfare state* e o papel da filantropia como um substituto da seguridade social podem ser encontradas em sua obra “Capitalism and Freedom”, publicada originalmente em 1962. O liberalismo econômico em sua versão chamada neoliberal tem notáveis semelhanças com o pensamento de Friedman: o Estado deve constituir agências reguladoras para supervisionar e regulamentar campos da atividade econômica, ausentando-se da produção econômica direta, deixando-a por conta dos entre privados; tal Estado pode até mesmo investir no bem-estar dos cidadãos por meio de políticas que aliviem a pobreza.

O pensamento de Friedman, essa vertente de Estado gerencial, “eficiente”, de cidadãos-consumidores que se convencionou chamar neoliberal, se aproxima fortemente do que defende o Instituto Millenium: ao mesmo tempo em que a organização defende a “redução do populismo e do assistencialismo”, defende em sua Carta de Princípios o compromisso com os indivíduos à margem da sociedade por motivos variados, algo que será

¹⁷ Collier e Sater destacam que a “ortodoxia monetarista e o irrestrito laissez-faire” da Universidade de Chicago influenciaram a Universidade Católica do Chile a ponto de seus economistas neoliberais serem apelidados de “los Chicago Boys”.

melhor abordado nos capítulos 2 e 3.

As duas formas de liberalismo – o político e o econômico – ensejam concepções distintas sobre a sociedade. É possível ser um social democrata e liberal, na medida em que se defende o reconhecimento de direitos sociais, mesmo econômicos, de grupos em condições de vulnerabilidade. Mas o liberalismo político, de instituições desenhadas para funcionar nas democracias capitalistas e de noções libertárias acerca de temas contemporâneos como os direitos reprodutivos da mulher, da união civil entre pessoas do mesmo sexo, da descriminalização das drogas, da imigração, não necessariamente caminha ao lado do liberalismo econômico. Ao gosto do freguês, pode-se muito bem apoiar a plena liberdade econômica, a autonomia dos mercados, o respeito aos contratos e ao mesmo tempo, denegar direitos de identidade; o conservadorismo abomina posicionamentos libertários, mas não a economia de mercado.

É importante ressaltar que há diferença entre o liberalismo e o conservadorismo, o que põe em xeque o rótulo que associa liberais, neoliberais, conservadores e autoritários como sendo todos componentes de uma “Nova Direita”, ainda que por vezes eles optem por se associar para fazer frente ao “inimigo comum”, qual seja, as esquerdas, a estatização. Estudos como os de Alves (2000), Bengtson (2005) e Nishimura (2002) expõem a existência de uma clivagem no pensamento conservador brasileiro e em sua manifestação eleitoral: uma espécie que chamo de “conservadorismo vulnerável”, associado às camadas mais pobres, de menor escolarização e com tendências estatizantes, e outra que prefiro chamar de “conservadorismo ilustrado”, associado às camadas com maior acesso à renda e escolarização, que tende a apoiar menos a presença estatal na economia.

De acordo com F.A. Hayek, os conservadores se opõem às mudanças e estão inclinados a lançar mão dos poderes de governo para evitá-las, ao passo que os liberais estão propensos a confiar nos mecanismos de autorregulação, ainda que resultados decorrentes das mudanças sejam desconhecidos ou imprevisíveis. Sempre segundo o autor, “o conservador

se sente seguro e satisfeito apenas se ele tiver certeza que alguma sabedoria do alto vigia e supervisiona a mudança, apenas se ele sabe que alguma autoridade está encarregada de manter a mudança ordenadamente” (HAYEK, 1960, sem página, grifo meu).

Assim, não seria um problema para o conservador o uso da coerção ou do poder arbitrário por parte do governo, desde que utilizado para os propósitos que ele julga justos, ou seja: o conservador prefere um Estado forte e, no limite, não é incoerência, para ele, apoiar um regime ditatorial, desde que seja uma ditadura conduzida por “homens de bem” que tenham como objetivo a manutenção da ordem social, sem mudanças ou com mudanças cujos resultados esperados sejam de fato os resultados finais – previsíveis, portanto. Sendo um “oportunista”, como o denomina Hayek, o conservador pode apoiar candidatos previsíveis, que sinalizem com a manutenção de pontos que ele (conservador) julgar importantes, ainda que realizando poucas mudanças. Cumpre ressaltar que, nessas condições, o conservadorismo não é apenas uma questão de foro íntimo, como a moral adotada e prescrita pelo conservador para ele e para os demais; é uma posição assumida ante o que ele julga ser o papel do Estado forte.

Esse ensaio de Hayek (1960), em particular, é pródigo em exemplos de que o objetivo final do liberal é a liberdade econômica e contratual face os governos, sem maiores considerações acerca da igualdade; esta seria preocupação dos socialistas, para o economista. A aparente dissonância entre liberdade e igualdade tem sido explorada fartamente nas Ciências Humanas, tendo Friedman também se ocupado deste aspecto das “diferenças equalizadoras”. Na Ciência Política contemporânea dedicada ao estudo das instituições e da qualidade da democracia, bem como no Direito, a igualdade formal perante a lei é toda igualdade necessária para os indivíduos.

A concepção de Hayek do conservador como um oportunista, pouco afeito a se preocupar com a natureza e os limites do poder e dos governos, encontra ressonância em outras fontes. Em sua pesquisa sobre o pensamento conservador no Brasil, Bengtson (2005),

citando Karl Mannheim, ressalta a natureza de “contrassistema” e de “contra-utopia” do projeto conservador – por natureza, apegado ao mundo concreto – em relação ao ideário burguês, que, ancorado em abstrações, não faz sentido para o conservador (MANNHEIM apud BENGTON, 2005, p. 21-23), uma visão que corresponde ao retrato pintado por Hayek. Um liberal não é um conservador, apesar da possível aliança para a consecução dos fins econômicos. “Nunca houve um tempo em que as ideias liberais foram completamente realizadas e em que o liberalismo não estivesse ansioso para aprimorar as instituições ainda mais. **O liberalismo não é avesso à evolução e mudança (...)**” (HAYEK, 1960, sem página, grifos meus).

Portanto, quando me refiro aos “*think tanks* liberais”, estou aludindo às instituições que reúnem uma elite intelectual destinada a propagar os valores do liberalismo, com ênfase no liberalismo econômico: são instituições destinadas a persuadir a opinião pública de que “menos (Estado) é mais”; que as regulações trabalhistas e os serviços públicos do Estado são entraves ao crescimento econômico e alocação ineficiente de recursos escassos; que a decisão política de distribuição de riquezas é ilegítima, ferindo o Estado de Direito e as liberdades individuais; que políticas de ações afirmativas rompem com a igualdade formal e com a meritocracia; que os contratos são pactuados em liberdade e devem ser respeitados; que as políticas de bem estar social são coletivistas; que a política e os políticos são corrompidos e corruptos; que a liberdade é a ausência de impedimentos.

Tais instituições produzem e/ou divulgam rankings de liberdade econômica entre os países, de transparência dos gastos de governos, de percepção da corrupção; produzem livros, artigos, palestras, seminários, fóruns, colóquios, vídeos e áudios sobre o funcionamento e as vantagens da economia de mercado, livre da interferência de governos. Por seu papel de produção, divulgação e defesa de valores, são chamados na literatura de “*advocacy think tanks*” ou, como prefiro me reportar a eles, “*think tanks* militantes”. O Instituto Millenium se encaixa parcialmente nessa classificação, uma vez que as pessoas

vinculadas aos *think tanks* tendem a produzir artigos e livros que são produtos de pesquisas ou de reuniões, não sendo este o caso da organização, como veremos no capítulo 2 deste trabalho.

Em que pese a diferenciação apresentada aqui entre liberalismo político, liberalismo econômico e conservadorismo, os estudos de Denham e Garnett (1996, 1998) e de Martin Thunert (2003) tratam como “*think tanks* da Nova Direita” e “*think tanks* conservadores” instituições e fundações que promovam o livre mercado (privatização, desregulação, menos e menores impostos). Especificamente, em se tratando de Thunert, organizações que se dediquem a promover também “governo limitado, valores e liberdades individuais e/ou fortes expressões religiosas, valores familiares tradicionais” e responsabilidade fiscal também são enquadradas nessa definição.

Não me apegarei a essa tradição por entender que organizações que defendam os “valores familiares tradicionais” entram em franca contradição com organizações de defesa das liberdades individuais – pensemos, a título de exemplo, na questão dos direitos reprodutivos da mulher: são posicionamentos em conflito aberto. Não me parece correto chamar a todos, indistintamente, de conservadores, porque isso simplifica sobremaneira o debate; antes, o que pode haver em comum nessas visões distintas é o liberalismo econômico e o livre mercado.

As ideias “coletivistas” combatidas pelo economista austríaco F. Hayek na década de 1940 ganharam força após a Segunda Guerra, inspirando seu famoso ensaio “Estrada Para a Servidão”. A força que o “Manifesto Comunista” tem para as esquerdas é análoga à força que “Estrada Para a Servidão” tem para o pensamento liberal e libertário. Hayek, um membro da Sociedade Mont Pèlerin (anticoletivista e *anti think-tank*, posto que “um membro da Sociedade não fala pelo outro”, de acordo com seu *web site*), teve um papel preponderante não apenas na formulação de ideias liberais e no pensamento econômico monetarista, mas também na criação de *think tanks* como o *Institute of Economic*

Affairs (IEA) e na influência sobre Sir Anthony Fisher, fundador do *Adam Smith Institute* na Inglaterra e da *Atlas Economic Research Foundation* nos Estados Unidos. Margaret Thatcher reconheceu “sua dívida intelectual” com a IEA (e provavelmente, com as políticas de privatização que ocorreram na Grã-Bretanha na década de 80) (MULLER, 1996, p. 103).

Combinado ao ideário socialista havia a crença de que o mundo podia ser planejado, que o planejamento seria o meio para a igualdade e a liberdade como objetivos finais; essa crença manifestou-se como ideia política também no Brasil, como podem atestar os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e os governos do período da ditadura militar (veja Mindlin, 2001). A forma primeira do planejamento é a política pública e nesse aspecto a tradição britânica se aproxima da tradição brasileira, ao priorizar a formulação da *policy* como um meio de transformação da realidade – para bem e para mal.

Na tradição anglo-saxônica, responsável primeira pelo surgimento de instituições dessa natureza, os *think tanks* são associados tanto ao conservadorismo político quanto ao trabalhismo. É possível encontrar organizações de corte conservador nos Estados Unidos, enquanto que as de segundo tipo cresceram durante o governo trabalhista na Grã-Bretanha. Teixeira (2007) explorou a relação entre os valores da “América profunda” e os ideais defendidos pelos *think tanks* estadunidenses responsáveis pela análise e proposição de política externa dos Estados Unidos, assim como Denham e Garnett (1996) fizeram o mesmo em relação à Grã-Bretanha. Supõe-se que os valores, especialmente os familiares, desempenham papel importante na política, tendo sido inclusive mobilizados pelos republicanos na campanha presidencial de 1992 (cf. WISENSALE, 2005). A cultura política e a cultura cívica de uma dada sociedade são importantes para a compreensão do funcionamento de suas instituições (cf. MOISÉS, 2011; cf. ALMOND, VERBA, 1963; cf. INGLEHART, WELZEL, 2005).

III. Bibliografia para os *Think tanks*

Os estudiosos de *think tanks* concordam que o rótulo por vezes é deveras genérico, tendo sido aplicado atualmente às unidades de pesquisa de governos, organizações internacionais como a OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), organizações não-governamentais como a Transparência Internacional e instituições de pesquisa corporativa. Ou seja, pode ser um “guarda-chuva” bastante amplo, a depender do observador.

Algumas tipologias e classificações são admitidas para a aplicação deste termo. Para o cientista político Donald Abelson, é possível classificar os *think tanks* norte-americanos em: a) universidades sem estudantes; b) *government contractors*; c) *advocacy think tanks* (ABELSON, 2009). A primeira tipologia remete aos acadêmicos que trabalham como pesquisadores em tempo integral, dedicando-se ao estudo de problemas sociais, políticos e econômicos, bem como a promoção do melhor entendimento desses problemas junto aos *policy makers* mediante seminários e oficinas. Além da numerosa existência destes institutos, deve-se destacar “a extensão em que eles se envolveram ativamente nos vários estágios da formulação de políticas públicas¹⁸” (ABELSON, 2009, p. 6), no que diferem dos *think tanks* canadenses. Um ponto comum a todos os *think tanks*, porém, é que

para divulgar [*to market*] suas ideias, estes e outros *think tanks* buscam uma gama de estratégias, inclusive procurando acessar a imprensa e *broadcast media*¹⁹, distribuindo publicações para formuladores de políticas públicas e jornalistas, e testemunhando perante comissões parlamentares²⁰. (ABELSON, 2009, p. 4)

Abelson afirma que instituições do tipo “universidade sem estudantes” existem nos Estados Unidos da América, mas não no Canadá (país também pesquisado por ele). O

18 First, consideration must be given to the stage or stages in the policy cycle at which think tanks are most actively engaged (ABELSON, 2009, p. 6)

19 Meios de comunicação de massa tais como rádio, televisão, revistas, jornais e divulgações de assessoria de imprensa.

20 “To market their ideas, these and other think tanks pursue a range of strategies, including seeking access to the print and broadcast media, distributing publications to policymakers and journalists, and testifying before parliamentary committees.” (ABELSON, 2009, p.4)

segundo modelo, que pode ser livremente traduzido como “empreiteiros governamentais”, comporta os institutos cujas receitas dependem fundamentalmente de contratos com o governo. Existem poucos nos Estados Unidos da América e nenhum no Canadá, de acordo com Abelson. O autor discorda de uma definição restritiva que classifica como *think tanks* apenas as organizações que detém intelectuais de grande quilate e altos orçamentos porque isto deixaria de fora da análise organizações sérias, com o mesmo escopo daqueles, mas de menor visibilidade.

O terceiro tipo pode ser traduzido como “*Think tanks* em defesa de uma causa” ou “*Think tanks* militantes”, na qual pode-se enquadrar o Instituto Millenium e entidades afins: organizações que combinam forte viés partidário ou ideológico com agressivas técnicas de venda, em um esforço para influenciar os debates de políticas públicas. Estes enfatizam a produção de relatórios e artigos curtos direcionados aos formuladores de políticas públicas e atuam fortemente na mídia. Dentro dessa categoria, o autor cria dois subtipos: os *legacy-based*²¹ e os *policy clubs*. Os primeiros são criados por ex-ocupantes de cargos públicos, ou aspirantes a ocupá-los, com o objetivo de propagar as crenças e ideologias – seu legado, portanto. Com o mesmo propósito, podem ainda ser criados por seus partidários. Quanto aos *policy clubs*, estes seriam sazonais: locais onde os acadêmicos, analistas de políticas públicas e ocasionalmente *policy makers* se encontram para discutir problemas.

A classificação de McGann e Weaver agrupa também outras duas configurações de *think tanks*: os *advocacy* e os *party think tanks*. Ambos apresentam forte caráter ideológico e compartilham o objetivo de “ganhar a guerra de ideias”. Seus financiadores são partes interessadas nos produtos – podem ser tanto sindicatos quanto corporações. Reúnem membros de governos, grupos de interesse, partidos sem forte base acadêmica e, portanto, menos credenciados em *expertise* para o aconselhamento técnico em políticas públicas. Essa mesma classificação é apontada por Andrew Denham e Mark Garnett, porém estes dois

21 Também chamados de “vanity thanks” por Stone, 2007.

autores não fazem distinção entre *advocacy* e *party think tanks*.

Na definição ortodoxa de McGann e Weaver os *think tanks* são organizações do Terceiro Setor, pois tem em comum o fato de não serem destinados ao lucro, serem independentes do Estado e dedicados à transformação de problemas políticos em políticas públicas apropriadas. Conduzir pesquisa original, avaliar programas de governo, facilitar a formação de redes de *policy* para trocas verbais e suprir governos com corpo técnico são papéis usuais dessas instituições. Outro, bastante comum, é a interpretação de decisões políticas e eventos correntes para os meios de comunicação. Esse papel é desempenhado nas páginas de notícias dos jornais e em inserções em transmissões de rádio e televisão. Dar uma perspectiva a eventos noticiados ajuda a enquadrar o modo como os analistas e suas instituições são vistos pelas elites e pelos públicos mais amplos (MCGANN, WEAVER, 2002, p.18). Estes são chamados por Smith de “*policy interpreters*”, isto é, intérpretes de políticas públicas cujo papel nos meios de comunicação é conferir aos veículos a aparência de densidade e seriedade em seus noticiários (cf. SMITH, 1991).

A realidade da Europa Ocidental e do Canadá – segundo bloco de países mais estudados nesse âmbito – é relativamente distinta. Alan Day (2005) afirma que a Europa ocidental experimentou três ondas de formação de *think tanks*, descritas em cortes cronológicos. Até 1945 foram fundadas as instituições com características acadêmicas ou tecnocráticas, algumas custeadas por governos, outras relacionadas a partidos políticos. No pós-guerra (1945-1974) outras organizações mais foram criadas, até mesmo como tentativa de reconstrução da sociedade civil nos países que foram ocupados durante a guerra. Nesta segunda onda, a maioria era constituída por instituições militantes (*advocacy*) com objetivos políticos específicos. A partir deste período, até 1989, proliferaram os defensores do livre mercado, agenda que foi adotada por organizações então recém-criadas e também entre algumas já existentes. No final da década de 1980, eles constituíam a maioria e tinham ao menos um representante em cada país, assim como centros de pesquisa voltados para o

meio ambiente (os chamados “*greens*”). No período posterior (1990-1998), Day aponta uma terceira onda também de *advocacy tanks*, em consonância com outros autores.

O papel dos *think tanks* na formulação, proposição e avaliação de políticas públicas tem sido considerado importante para autores britânicos como Andrew Denham e Mark Garnett (anteriormente citados) que, seguindo o trabalho pioneiro de Richard Cockett (*Thinking the Unthinkable*, de 1994 e sem tradução para o português), se ocuparam da escalada dos *think tanks* da Nova Direita e a eventual influência exercida por eles em suas relações com os meios de comunicação, grupos de pressão e partidos políticos. O objetivo central para a sequência da investigação empreendida pelos dois autores é estabelecer como o liberalismo econômico foi favorecido por atores políticos centrais, a despeito da inicial rejeição deste por parte de economistas e pela ampla maioria do eleitorado britânico.

Aponta-se como um fato que os envolvidos no governo de Thatcher tomaram para si como tarefa fundamental transformar as ideias dominantes e, portanto, o clima de opinião. A relevância dos estudos de Denham e Garnett reside em demonstrar que os ideários das elites não são fenômenos que repousam na vacuidade; são produtos de redes de *think tanks*, alguns acadêmicos ou semi-acadêmicos (ausentes de revisão dos pares, porém) ou abertamente militantes de alguma causa – chamados na literatura de *advocacy tanks* e, nunca é demais reforçar, o objeto central do presente trabalho. Pode-se afirmar que as formulações propostas por essas instituições são essencialmente normativas e baseadas em uma visão de mundo partidária.

Apesar da influência que estes institutos tiveram entre as décadas de 1970 e 1980²², principalmente, os estudos sobre o assunto no Reino Unido se resumiram, até os anos 90 a “um solitário livro, alguns artigos de periódicos e referências ocasionais em estudos sobre o impacto e o período posterior [*aftermath*] do thatcherismo”²³. Destacam-se três institutos:

22 Para detalhamento dos centros de ideias na Grã-Bretanha dos anos 70 veja Denham e Garnett, 1996

23 “The British literature has increased in recent years, but published work in the 1990s consists of a solitary book, a few journal articles and occasional references in studies of the impact of the aftermath of Thatcherism”. (DENHAM, GARNETT, 1996)

o *Institute of Economic Affairs*²⁴ - IEA (1955), *The Adam Smith Institute* - ASI (1977) e o *Centre for Policy Studies* – CPS (1974). Porém, os autores contestam a influência concreta desses centros de pesquisa junto aos políticos do Partido Conservador, eleitores e mesmo economistas, além de acreditarem que é impossível provar suas participações na formulação de políticas públicas. Outros autores, como o próprio Alan Day (2005) e Christopher Muller (1996) discordam que o papel das ideias propagadas pelos *free market think tanks* tenha sido diminuído no governo de Thatcher.

Para Michael Oliver, o impacto dos *think tanks* da Nova Direita britânica é subestimado por Denham e Garnett, uma vez que eles teriam exercido influência junto aos principais atores políticos dos anos 70, o que levou à implementação de políticas públicas conservadoras nos anos 80, como desejam os especialistas daquelas instituições. Conclui-se que os *think tanks* devem ser analisados em contexto mais amplo do que o proposto por Denham e Garnett. Oliver aponta algumas falhas na exposição dos dois autores: ele acredita que não há evidências suficientes de que os *think tanks* não influenciaram as políticas públicas como Denham e Garnett afirmaram e contesta a falta de capilaridade do ideário econômico neoclássico alegada pelos dois autores, com o argumento – válido, em meu entendimento – de que se os eleitores fossem contrários e não houvessem aderido ao novo *ethos* disseminado pela imprensa e pelo Partido Conservador, este último não teria governado a Grã-Bretanha por longo período.

Oliver questiona o nexo estabelecido por Denham e Garnett entre as preferências do eleitorado e a fraqueza da influência dos *think tanks* e, entrelinhas, apresenta o grande problema no estudo de influências e recepção:

²⁴ O IEA foi fundado por Antony Fisher, inspirado pela leitura da versão resumida de “O Caminho da Servidão”, do economista austríaco F. Hayek. Decidido a se tornar político, Fisher procurou Hayek e foi por este aconselhado a se concentrar em ideias, como fundar uma instituição dedicada a mudar o consenso antiliberal da época (MULLER, 1996). Fisher fundou também o Atlas Economic Research Foundation (1981), e auxiliou na fundação de outros *think tanks* aos redor do mundo. Uma das funções do Atlas, até hoje, é emprestar know-how e prover fundos para a criação de *think tanks* que estejam de acordo com o pensamento liberal.

A estocada central da terceira seção do artigo de Denham e Garnett é que os *think tanks* falharam em transmitir a mensagem da nova direita. Como eles chegam a essa conclusão não está totalmente claro, mesmo após várias leituras atentas. Como sabemos quando os *think tanks* falharam ou tiveram sucesso? Pode o sucesso estar implícito somente se o grosso da população sempre estiver a par dos conteúdos da última edição da *Economic Affairs*? (...) Claramente, qualquer mensuração de sucesso ou fracasso é uma área cinzenta e francamente arbitraria²⁵. (OLIVER, 1996 p.81)

Há acadêmicos brasileiros que abordaram em algum momento o problema dos *think tanks*. Junia Soares o fez em sua dissertação de mestrado a partir da perspectiva da administração pública e propôs o acrônimo OrPAPP para definir essas instituições: Organização de Pesquisa e Aconselhamento em Política Pública. Sua pesquisa teve ainda por objetivo “demonstrar as diferenças entre os conceitos da literatura e o fenômeno empírico estudado no país” (SOARES, 2008).

Esmiuçando o termo *OrPAPP*, Soares rejeita o possível “instituto” de pesquisa, dado que, no Brasil, os *think tanks* se organizam em formas múltiplas e não exclusivamente como institutos; disso decorre a escolha por organização (de pesquisa). Tal organização se ocupa em pesquisar a *policy*, utilizado na literatura brasileira como *política pública*. Por fim, para definir o que faz um *think tank* – assessoria, consultoria, aconselhamento – a autora propõe *aconselhamento* porque assessoria pressupõe uma relação hierárquica (assessores – chefe) e consultoria é um termo marcado por processos de *downsizing* e reengenharia – os cortes de despesa e pessoal que marcou a reestruturação das empresas e a precarização do trabalho nas décadas de 1980 e 1990²⁶.

Nesse aspecto, apresentamos uma ressalva com base em Stone (2007) e em nossa própria experiência pessoal: os *think tanks* brasileiros sofrem concorrência das empresas de consultoria, que por vezes adotam a perspectiva *gerencial* e “de mercado” para oferecer

25 “The central thrust of the third section of Denham and Garnett’s paper [1996] is that think tanks have failed to deliver the new right message. How they reach this conclusion is not entirely clear, even after several close readings. How do we know when think tanks have failed or succeeded? Can success only be implied if the bulk of the populace is always familiar with the contents of the latest issue of *Economic Affairs*? (...) Clearly, any measurement of success or failure is a grey area and is fairly arbitrary”

26 Para diferenciações entre possíveis formas de organização dos think tanks, tais como consultoria, fundação e rede de conhecimento, veja Stone, 2002.

treinamentos, consultas públicas, sugerir diretrizes, programas, propostas reformistas aos governos. No caso brasileiro, fundações que prestam consultoria governamental não fogem a essa regra. Soares conclui que os centros de pensamento (ou OrPAPPs) influenciam todo o ciclo da política pública e não apenas os três estágios iniciais, na medida em que tais organizações são importantes também para os grupos de interesse que estão alijados do poder e que a ele fazem oposição, posto que seus produtos (pesquisas) fornecem subsídios que podem embasar críticas pertinentes.

Com base em Abelson, pode-se dizer que esta seria uma perspectiva “elitista” do processo porque, nessa concepção, os *think tanks* constituiriam uma elite corporativa para defesa de interesses políticos e econômicos. O problema desta abordagem, sempre segundo Abelson, reside no fato da maior parte das organizações terem orçamentos modestos na América do Norte – e nem todos os pesquisadores tornam-se conselheiros dos formuladores de políticas públicas do alto escalão governamental. Em se tratando da realidade brasileira, os orçamentos certamente são menores que os de seus contraparentes em países desenvolvidos, mas há que se investigar se os analistas e consultores de fato não atingem os primeiros escalões decisórios.

Para Denise Gros (2004), pesquisadora que estudou em seu doutorado as relações entre institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas, os *think tanks* no Brasil são institutos liberais criados nas décadas de 1980 e 1990 do século XX – internamente, na esteira do fracasso do nacional-desenvolvimentismo e do processo bem sucedido que se iniciava de redemocratização do país; externamente, na conjuntura de financeirização do capitalismo internacional e realinhamento das direitas. Tais institutos agregam interesses de parcela da burguesia do país, com o intuito de difundir sua visão de mundo, de impor sua agenda ideológica particular à sociedade; de, enfim, “construir a hegemonia burguesa”.

O período analisado por Gros coincide com a redemocratização brasileira no início dos anos de 1990, quando prevaleceu o desapontamento com o desenvolvimentismo

(ou modernização forçada) conduzido pelo Estado – neste caso, com a ditadura militar que vigorou por mais de vinte anos no país. No final dos anos de 1980, formou-se o consenso de que o desenvolvimentismo promovido pelo Estado produziu crescimento temporário com alta concentração de renda, ao preço de endividamento externo, recessão e inflação no Brasil. Coincide com o período do enfraquecimento da ideologia comunista e a queda, tanto literal quanto metafórica, do Muro de Berlim. A Guerra Fria e a ordem mundial bipolarizada chegavam ao fim; o que nos restava?

A Constituinte de 1988, responsável pela elaboração da Carta conhecida como “Constituição Cidadã”, teve ampla participação de setores da sociedade civil organizada, canalizando para o Poder Legislativo as demandas sociais represadas durante a ditadura. A minuciosa regulamentação da Constituição de 1988 até hoje enseja duras críticas ao chamado “papel paternalista” do Estado, devido às garantias de seguridade social cristalizadas no documento legal.

Nesse contexto de disputas, organizar-se era importante. Os empresários e intelectuais afinados com o liberalismo organizaram-se no Instituto Liberal (com representações em SP, RJ, RS) e produziram literatura voltada para as políticas públicas, análises jurídicas de leis e normas e organizaram eventos voltados para o público jovem. Duas décadas depois, o Instituto Liberal já não monopoliza a cena; divide-a com outras instituições. Mas os parceiros *offshore* de hoje – Atlas, Cato – foram também parceiros do IL.

O contexto atual é bastante diverso. As organizações que ora são citadas (Imil, Ordem Livre, Instituto Mises) são de fundação relativamente recente, no primeiro decênio deste século; organizam-se em redes transnacionais, mas também – não menos importante – nacionais. O Brasil apresenta um regime democrático estável, instituições em desenvolvimento (longe, portanto, do espectro ditatorial que caracterizou o final dos anos de 1980) e a expectativa de alternância de poder por meio de eleições regulares é tomada por

um dado, como algo certo e previsível mesmo por aqueles que viveram o regime de exceção estabelecido pelo golpe militar de 1964. O país apresenta ainda crescimento do público universitário, crescimento econômico e diminuição (lenta e gradual) das desigualdades sociais. O momento histórico do Brasil, hoje a 6ª maior economia do mundo e 10% de analfabetismo entre sua população, é diverso daquele que caracterizou-nos durante a terceira onda de democratização no mundo.

Outro estudo brasileiro importante é o de Tatiane Teixeira (2007), realizado como dissertação de mestrado em Relações Internacionais e com forte tom sociológico, dado pela adoção de Pierre Bourdieu (produção de senso comum) e Antonio Gramsci (intelectuais orgânicos) como alguns dos autores utilizados na elaboração de seu marco teórico. A distinção entre o intelectual e o ideólogo está presente na primeira parte de seu livro, mas seu enfoque é a influência que os *think tanks* norte-americanos exercem na agenda da política externa daquele país. Tive contato com seu trabalho durante a redação deste primeiro capítulo; mesmo sabendo que seu objeto é externo à realidade brasileira, acredito que a pesquisa de Teixeira é relevante para a compreensão de uma das duas pontas do sistema perito que me proponho a analisar. Além disso, seu referencial bibliográfico sobre os *think tanks* estadunidenses é bastante abrangente.

IV. Limitações e Influência

As limitações dessas tipologias, de acordo com Abelson, é que algumas organizações podem ser classificadas em mais de uma categoria. Este problema em potencial é relevante, pois a maneira “como acadêmicos e jornalistas classificam institutos pode ter profundo impacto na forma como diferentes *think tanks* são percebidos pela mídia e pelo público²⁷” (ABELSON, 2009). Esse problema foi também antecipado por McGann e Weaver (2002) que contemplavam a existência de organizações híbridas, com mais de um

²⁷ “How scholars and journalists classify institutes can have a profound impact on the way different think tanks are perceived by the media and the public.” (ABELSON, 2009)

propósito, o que leva Acuña, Medvetz, Thurner, Rigolin e Hayashi a questionar a validade de tais “tipos ideais”; especificamente, no caso brasileiro, Rigolin e Hayashi questionam também as definições ortodoxas, como visto anteriormente.

Para Abelson, tais organizações produzem para distintos públicos: desde revistas de opinião, que possibilitam leitura rápida e fácil, até artigos de corte acadêmico-científico visando o “consumidor” universitário. Ainda segundo Abelson, nos Estados Unidos da América e no Canadá, a mídia recorre, principalmente, aos *think tanks* de corte conservador. Estes mobilizam parte de seus orçamentos para tal fim, o de se destacar na mídia; mais que isso, cultivam contatos pessoais com jornalistas, porque estes seriam “movidos muito mais por contatos pessoais do que pelas melhores ideias do mundo²⁸” (ABELSON, 2009).

As definições de Abelson, algumas das quais apresentaremos no Capítulo 3, são particularmente importantes para o desenvolvimento dessa investigação, pois o objetivo declarado é estudar a mobilização da grande imprensa por parte de um *think tank* brasileiro, sua influência exercida junto à opinião pública e que tem polarizado ideias em torno de temas como reforma política, aprofundamento da reforma do Estado, a questão do gasto público (expansão ou cortes).

No Brasil, o problema tem sido definir o que – e quais – são essas instituições. Um leitor atento dos jornais e revistas brasileiros não tarda em perceber que os especialistas chamados por jornalistas a testemunhar, corroborar ou refutar opiniões sobre os fatos cotidianos usualmente possuem vínculos com departamentos universitários. Não é meu objetivo neste trabalho realizar um levantamento de quantas vezes os pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ou da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para citar alguns exemplos, são entrevistados por jornalistas como fontes que corroboram ou desmentem versões apresentadas em notícias, ou mesmo quantos desses pesquisadores escrevem colunas de opinião nos jornais e revistas.

28 “(...) The place to start is not with ideas, but with personal relationships. Journalists are moved much more by personal contact than by the best ideas in the world” (ABELSON, 2009)

Mas é virtualmente impossível para um consumidor diário de informação não perceber que esses peritos se fazem presentes nas páginas impressas e em sonoras (chamadas também de *sound bites*) de rádio ou televisão.

O mesmo não se aplica a tais especialistas quando se trata dos *think tanks* brasileiros; poucas instituições são reconhecidas como tais. O Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI – é uma exceção; o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP – é outra. Ambos os centros apresentam caráter acadêmico em suas publicações e se assumem como *think tanks*. Em sua página eletrônica principal, consultada no dia 29 de março de 2012, o CEBRAP noticia como destaque sua posição no ranking *Global Go-To Think tanks* de 2011. O CEBRI faz o mesmo.

No entanto, nem sempre o reconhecimento de instituições desse tipo como *think tanks* é declarada em jornais. Os especialistas ressaltam seus vínculos profissionais com universidades, empresas de consultoria ou bancos de investimento. Raramente os jornais identificam nominalmente os *think tanks*. Nos arquivos digitais do jornal O Estado de São Paulo, entre dezembro de 2007 e março de 2012, há 45 referências válidas a essas instituições, sendo a esmagadora maioria sobre instituições estrangeiras: especialistas entrevistados ou citados em reportagens internacionais, não produzidas pelo diário, apenas traduzidas e republicadas.

V. Redes Transnacionais

A existência de redes transnacionais de fomento ao conhecimento não é algo recente. A “rede internacional de conhecimentos” pode ser definida como

...um sistema de pesquisa coordenada, resultados disseminados e publicados, estudos e frequentemente ensino em nível de pós-graduação, troca intelectual e financiamento, cruzando fronteiras nacionais” (PARMAR, 2002, p.13)

Inderjeet Parmar examinou o papel desempenhado pelas Fundação Ford,

Fundação Rockefeller e Fundação Carnegie na disseminação da ideologia estadunidense nos países em desenvolvimento, tomando por base a Indonésia dos anos de 1950 e 1960, o continente africano na década de 1970 e a América Latina nos anos 1960-1970.

Para a presente investigação, interessa particularmente o fenômeno de *network building*, isto é, a construção de redes de contato transnacionais entre analistas, acadêmicos e pesquisadores, não necessariamente incluindo as relações desses atores com os agentes da administração pública. A formação dessas redes é um dos subprodutos mais importantes da estratégia dessas fundações que estão longe de ser politicamente neutras. Segundo Parmar, essas redes tiveram importância durante a Guerra Fria e ainda hoje se mantêm.

A “política de formação de redes” transnacionais para a discussão de políticas públicas e para a influência no clima de opinião não é nova e se repete ainda nos dias de hoje. Para Raymund Struyk, pesquisador do *Urban Institute*, as redes de *think tanks* são constituídas por instituições que compartilham visões homogêneas, agrupando-se, portanto, por afinidade. Tais redes se assemelham a associações profissionais ou comunidades epistêmicas formadas com o propósito de mobilizar recursos dispersos para a consecução de objetivos comuns. Ainda de acordo com Struyk, essas redes apresentam interações predominantemente informais e não-hierárquicas. O que pode nos interessar no modelo de Struyk é a promoção de coerência nas redes transnacionais envolvendo *think tanks* militantes.

Assim, as redes transnacionais são também abordadas na literatura sob o ângulo da política pública. Instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Trabalho, por exemplo, patrocinam e produzem estudos de caso com vistas a implementar parâmetros comuns de *policy* entre os países aderentes, contando com equipes de analistas multidisciplinares próprios. Nesse sentido, o papel dos *think tanks* é reduzido. Como o propósito do presente trabalho é abordar aspectos da influência exercida pelos especialistas concentrados em centros de pesquisa, não nos deteremos nas redes transnacionais desse tipo. Até porque o propósito de uma rede não é, exclusivamente, a troca de ideias para políticas

públicas. No que toca as organizações pró-liberdade, a solidariedade oferecida entre os membros de uma rede também é importante, de acordo com Tom Palmer, vice-presidente executivo da Atlas Foundation.

Um exemplo de formação de redes indivíduos-instituições

O público-alvo comum dos *think tanks* de tipo *advocacy* e de corte liberal tem sido, reconhecidamente, os jovens. Programas e instituições como a *Students for Liberty*, *Cato on Campus*, *Institute for Human Studies* da *George Mason University* e o *Koch Internship Program* usualmente promovem a formação de redes entre estudantes ou recém-formados de diversos países por meio da participação em seminários intensivos, geralmente de curta duração, e de programas de estágio de verão, que são comuns à cultura universitária norte-americana. O resultado esperado é que desses estágios surjam lideranças importantes para o movimento liberal ou libertário em seus países de origem: é o caso, por exemplo, do Instituto Ordem Livre.

Incubado pela Atlas Foundation, o Ordem Livre consta no diretório de *think tanks* internacionais da Atlas como sendo uma instituição brasileira sediada em Belo Horizonte, apesar de sua equipe se repartir entre Brasil e Washington, D.C. Nesse sentido, o Ordem Livre consiste em um avanço tecnológico: sua sede *de facto* é um sítio virtual. O ponto forte de sua atuação é seu portal, no qual são publicados textos e artigos de liberais brasileiros e convidados estrangeiros, e os eventos que organiza ou que auxilia a organizar. O programa é também um dos parceiros do Instituto Millenium no Brasil.

Tive a oportunidade de participar de um seminário de verão (“Liberdade: uma ideia, uma luta, uma solução”) organizado pelo Ordem Livre em Petrópolis (RJ) entre os dias 2 a 5 de fevereiro de 2012. O evento contou com o apoio do *Smith Family Institution* e da *Atlas Network*. No certificado de participação, o Ordem Livre figura como “o programa de língua portuguesa da Atlas Network” e seus dois principais condutores estão designados no

site da instituição, um como “*freedom fighter*” no Brasil e outro como quadro administrativo em Washington, D.C.

Houve processo seletivo para a seleção dos participantes, que incluía questões acerca de livros que influenciaram o pensamento do postulante e por quais motivos. Dentre os aproximadamente 30-32 participantes, o nível mais alto de escolaridade era mestrando (eu e mais um participante). Assistimos palestras sobre economia, livre mercado, teorias da justiça, empreendedorismo, entre outros temas. Foi possível conversar com os palestrantes e interagir com os demais participantes; todos nós trocamos contatos de redes sociais. Mais do que isso, o evento proporcionou a formação de grupos de trabalho que ainda agora estão ativos, forjando laços cooperativos que podem se estender ao longo do tempo. É um exemplo bem sucedido de formação de redes.

Os grupos foram subdivididos em quatro grandes temas: ativismo, universidade, imprensa e partido político, com os objetivos de a) atuar ativamente na formação de grupos de estudantes – dessa iniciativa resultou o Estudantes Pela Liberdade (EPL), versão brasileira do *Students for Liberty*; – b) na formação de grupos de pesquisa acadêmicos; c) em formas organizadas de acesso à imprensa; e d) organização de partido político.

Como meu objeto no Capítulo 3 é a relação de um *think tank* com a mídia, engajei-me no grupo de Imprensa. O resultado esperado e já alcançado é a organização de um *blogroll*, espécie de portal agregador, uma vez que os participantes concluíram que influenciar a mídia não é tarefa para iniciantes. Uma das formas sugeridas por um participante do grupo de partidos políticos para se alcançar a imprensa é a que ele mesmo utiliza: escrever pequenos artigos de opinião sobre fatos de relevância política nacional e enviar para os jornais – uma prática que não vem a ser exclusiva dos iniciantes, como será possível visualizar no Capítulo 3. No entanto, ele admitiu que a proximidade com jornalistas ajuda a “ganhar voz” na imprensa.

O evento em si não contou com cobertura de nenhum jornal ou revista, apesar de

ter trazido dos Estados Unidos um economista que, na mesma semana, esteve antes em São Paulo na Fecomércio para debater o livro de Ron Paul sobre o fim do FED (Banco Central americano). O debate foi realizado com o presidente do Conselho Superior de Economia, Paulo Rebello, e com o presidente do Instituto Mises Brasil, Helio Beltrão²⁹. O Estado de São Paulo (OESP) publicou uma entrevista com Steven Horwitz, o palestrante em questão, em sua edição do dia 09 de fevereiro de 2012 – Horwitz deixou o Brasil no dia 5, ao término do evento em Petrópolis. O jornal recebeu o convite para cobrir o evento fluminense, mas por alguma razão, não enviou representante. Outro veículo a destacar sua passagem pelo Brasil, sem, contudo entrevistá-lo, foi o blog de economia da Carta Capital.

Horwitz é docente da *St. Lawrence University* e egresso da pós-graduação da *George Mason University*, a mesma que mantém o *Institute for Human Studies*. Ele é considerado um especialista econômico eminente nos círculos libertários, tradição a qual se filia, e profundo conhecedor dos clássicos da economia. Foi trazido ao Brasil pelo Ordem Livre – o que equivale a dizer, pela *Atlas Network* ou pelo *Adam Smith Institute*, patrocinadores do evento. O Instituto Ludwig von Mises Brasil, parceiro de Ordem Livre e do Instituto Millenium, é presidido por Helio Beltrão, um dos especialistas, fundadores e mantenedores do Imil. O debate na Fecomércio obteve alguma repercussão na mídia, como é possível atestar pela cobertura de OESP – a entrevista e uma nota na coluna da jornalista Sonia Racy – e pelo comentário na Carta Capital. Esse é um exemplo concreto de como as redes transnacionais atuam, trazendo para cá os debates que são candentes em uma realidade que não é exatamente a realidade brasileira, mas que dizem respeito a ela no contexto da globalização (de ideias, principalmente). O próprio Horwitz admite essa diferenciação, ao afirmar que os padrões de pobreza e de classe média brasileiras estão ainda muito distantes dos padrões apresentados nos EUA.

29 Não se trata de Helio Marcos Penna Beltrão, Ministro do Planejamento do regime militar em 1967, mas de seu filho, Helio Marcos Coutinho Beltrão.

Considerações

Tendo apresentado as limitações da bibliografia sobre os *think tanks* – nomeadamente, o enfoque quase que exclusivo na formulação e influência de políticas públicas – procurei apresentar nesse capítulo uma proposta de classificação para o Instituto Millenium, qual seja: uma instituição de terceira geração (*think tank* militante) de promoção e defesa de valores liberais, com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens e empresários que, no entanto, não conta com um corpo oficialmente remunerado de especialistas. Considerando-se estritamente a definição “botânica”, o Imil não poderia ser qualificado como um *think tank*, apesar de seus representantes declararem que sim, a instituição o é; dado que tal definição é forânea e que os estudos publicados versam principalmente sobre a forma que essas organizações apresentam nos países desenvolvidos, optei por flexibilizar essa taxionomia, algo que a bibliografia mais recente autoriza, com o objetivo de não deixar “ao relento” outras organizações semelhantes ao Imil.

Procurei também demonstrar a diferença entre liberalismo e conservadorismo que pode vir a ser útil em estudos sobre institutos similares. No que toca à “necessidade vital” de democracia para que os *think tanks* floresçam, pode-se observar o caso chinês, que parcialmente desmonta essa tese do ambiente político democrático e liberal necessário, uma vez que nega a própria origem dessas instituições, cujas funções eram desempenhadas por burocracias de governo (como um exemplo).

A internet facilita a divulgação de ideias e a formação de redes transnacionais de *think tanks*, mas o número de visitas (*page views*) no máximo indica a popularidade de uma instituição, sendo precário indicador da influência exercida no processo de política pública (cf. MCNUTT, MARCHILDON, 2010). Pode-se argumentar ainda que o estudo dos produtos dos *think tanks* e sua centimetragem na mídia são insuficientes para a avaliação do impacto destes nas políticas públicas. Contudo, o estudo do impacto não é objetivo dessa

pesquisa.

Formuladores de políticas públicas estão sujeitos à influência de *experts* acadêmicos, de técnicos da burocracia estatal, de acordos políticos e de políticos eleitos, tornando quase impossível determinar com precisão quem influenciou qual aspecto de uma dada política – o que, ademais, nos levaria forçosamente a escolher uma política pública para incorporar ao estudo de caso, acompanhando o desenvolvimento de todos os seus ciclos. Não é este o propósito. Pressupomos que os políticos profissionais, os órgãos de governo e, em algum grau, os acadêmicos, não ignoram a opinião pública, nem as páginas dos jornais diários. Assim, justifica-se a investigação do “clima de opinião” como proposto por Denham, Garnett e Abelson.

A abordagem de Gros no estudo do Instituto Liberal aproxima-se mais de meu estudo de caso porque Gros analisou o tipo de instituição que me proponho a estudar: organização sem fins lucrativos, não subordinada a governos, universidades ou aos partidos políticos e cuja finalidade última é reverberar algum conteúdo normativo nos veículos de comunicação. Reconheço que, como em 2009 o Instituto Millenium recebeu do Ministério da Justiça a classificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), isso abre a possibilidade de recebimento de recursos públicos, o que poderia comprometer sua “independência” – algo que forçosamente nos levaria a questionar a independência de outras OSCIPs. Mas cumpre lembrar que a importância da proveniência do financiamento pertence à definição ortodoxa, à modalidade de classificação “botânica” dos *think tanks*, como citado anteriormente. Há precedentes na literatura que autorizam a não se engessar as instituições em tais modelos, como Rigolin e Hayashi (2012), Medvetz (2008) e Martin Thunert (2003). Portanto, o que há em comum entre o Instituto Liberal e o Instituto Millenium é a defesa do livre mercado, e é na qualidade de um *advocacy think tank* destinado a influenciar ideias que o Imil se tornou objeto da presente pesquisa.

CAPÍTULO 2

Everybody needs supervision... It's part of good practice. I need supervision, someone looking over my shoulder.
(Tom Palmer, Atlas Foundation)

Introdução

Neste capítulo, está apresentado o Instituto Millenium (Imil), lançado em 2006, mas criado em 2005 com o nome de Instituto de Estudos da Realidade Nacional (IERN).

Início este capítulo com o relato de meu primeiro contato com a instituição, em 2008. Na seção seguinte, apresento o lançamento do IERN e as pessoas que dele participaram. Apresento ainda as relações estabelecidas entre acadêmicos, empresários, políticos de três partidos e banqueiros de investimento que viriam, posteriormente, a formar a cúpula (ou conselhos) do Imil e mesmo outro instituto, conhecido “popularmente” como Casa das Garças.

Na terceira seção, apresento os membros dos conselhos e gestores do Instituto Millenium, levando-se em consideração a história cronológica da instituição, isto é, fatos relevantes como as trocas de direção executiva, mudanças nas nomenclaturas dos conselhos e o registro de OSCIP obtido pelo instituto, além de suas principais ações desenvolvidas e seus objetivos. As parcerias mantidas com outras instituições também são apresentadas, posto serem relevantes para (1) a compreensão da paisagem dos *think tanks* liberais e conservadores no Brasil; (2) a verificação de que poucas pessoas operam nesse meio e, frequentemente, em mais de uma instituição. São apresentadas ainda as campanhas e programas do Millenium, levados adiante pela nova direção do Imil e seu corpo de especialistas colaboradores.

O objetivo desse capítulo é apresentar o pensamento liberal sustentado e divulgado pelo instituto, por meio de seus eventos e documentos como sua carta de princípios e linha editorial; sua forma de atuação; seus especialistas. A causa chamada “neoliberal” no Brasil começou a se expressar politicamente nos anos de 1980 e mantém ainda hoje os

mesmos nomes e empresas entre seus articuladores; as mesmas metas; as mesmas elites que se reproduzem.

I. Brasil +20: O Primeiro Contato

Quatro anos antes da realização da conferência “Rio +20”, cúpula de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, estive no mesmo Rio de Janeiro no dia 20 de maio de 2008 para participar de um evento de dia inteiro, de nome bem mais ambicioso. O ciclo de debates “Brasil +20” tinha por slogan “O Brasil que a gente quer, o Brasil que a gente faz”. A mensagem pressupõe união (“a gente quer”, “a gente faz”) e também livre iniciativa, empreendedorismo: “quem quer, faz”.

O evento foi organizado pela Associação dos Amigos Alunos da PUC – RJ, Empresa Júnior PUC – RJ e pelo Instituto Millenium, com patrocínio do próprio Instituto, da Souza Cruz – patrocinador de boa parte dos maiores eventos liberais produzidos no Brasil – e da Geração Futuro, uma corretora de valores sediada em Porto Alegre e com filiais em São Paulo e Rio de Janeiro. Alunos dos cursos de Ciências Humanas da PUC-RJ e alunos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) receberiam créditos complementares por comparecer ao ginásio da PUC-RJ.

Mediados por Pedro Bial (então colaborador do Imil, hoje membro da Câmara de Fundadores e de Curadores), os três painéis versavam sobre Economia; Sociedade e Cultura; Governo e Mercado e contavam com quatro participantes por mesa. Nomes como Carlos Alberto Sardenberg (jornalista econômico), Ilan Goldfajn (economista da Casa das Garças/RJ), Fabio Giambiagi (economista do IPEA), Guilherme Fiúza (jornalista e escritor) e José Mariano Beltrame (secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro) estavam lá. Roberto Da Matta, professor da PUC-RJ também. Rodrigo Constantino, um dos fundadores do Imil e também um dos principais polemistas liberais do país, conduziu o último painel, que contou com a participação de Francisco Müssnich, professor de Direito Societário na

PUC-RJ, advogado sócio do escritório BM&A.

Como se vê, um pouco de tudo estava representado naquela ocasião: universitários de instituições de primeira linha na plateia, o secretário de Segurança Pública para tranquilizar a todos sobre como a Linha Vermelha seria um dia seguramente transitável; economistas liberais ligados ao pensamento econômico ortodoxo que tiveram voz na elaboração e condução do Plano Real; professores da PUC; jornalistas de alguma forma relacionados às Organizações Globo. À época, eu estudava a existência (ou não) da junção do pensamento “neoliberal” com o nacional-desenvolvimentismo (o “novo” ou “liberal” desenvolvimentismo) e pensei que poderia ser interessante ver “neoliberais” em seu *habitat* natural.

De acordo com o Informativo número 2 do Millenium (julho/agosto de 2008), cerca de 1300 pessoas compareceram naquela ocasião. O número informado no Relatório Circunstanciado que o Imil submeteu ao Ministério da Justiça e que pode ser consultado no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNE Público, Ministério da Justiça) é bem menor: teriam sido 300 beneficiados gratuitos em um evento de 4 horas realizado em 3 de junho. Minha estimativa de “testemunha ocular” certamente não pode ser precisa: não tive a impressão de 300 e nem de 1300 pessoas. O número de participantes não me preocupava minimamente, apenas a mensagem que era transmitida naquela ocasião. Lembro ainda que o evento teve aproximadamente sete horas (começaria às 14h e às 21h ainda não havia acabado) e foi realizado em uma terça-feira, 20 de maio de 2008 – essa é a data que consta no meu relatório de iniciação científica. Mas o leitor não precisa confiar em minha memória, felizmente. O Informativo Número 02 do Instituto Millenium (julho/agosto) apresenta em sua capa uma foto do evento e o título: “Um dia para pensar o Brasil”.

Assim, minha primeira impressão foi de que havia, de fato, um pensamento único entre “as direitas” ou “as elites” brasileiras. Ao longo dos últimos dois anos, porém, vejo que não existe uma direita una, nem mesmo uma única versão de liberalismo. Proponho

uma distinção entre liberal e neoliberal. Em minha participação nos eventos presenciais e nas redes sociais, além da literatura coligida, percebi a existência de distinções significativas. O liberal tende a priorizar as liberdades individuais e/ou econômicas, enquanto o neoliberal, em nosso país, defende regulamentações estatais por meio das agências regulatórias e políticas de regulação em setores específicos, como o bancário. O neoliberal deseja reduzir o escopo de atuação do ente estatal como produtor e agente econômico, mas não sua capacidade reguladora e coibidora da formação de monopólios privados. Eventualmente, neoliberais e conservadores convergem para os mesmos objetivos antiesquerda, uma vez que concordam no campo econômico. Há, entre os liberais, quem se denomine “neoliberal”, mas o uso do termo não é consensual entre os atores

II. A Primeira Fundação: IERN

O Instituto Millenium (Imil) foi fundado em 2005 com o nome de “Instituto da Realidade Nacional” pela economista Patrícia Carlos de Andrade. Em abril de 2006, no XIX Fórum da Liberdade realizado em Porto Alegre, o instituto foi lançado com o nome que ostenta até os dias de hoje. Quando o conheci, portanto, o Instituto tinha três anos de atuação, mas permanece virtualmente desconhecido em São Paulo ainda em 2012.

Uma busca pela internet não retorna resultados significativos com esse primeiro nome de “Instituto da Realidade Nacional”: há ao menos três páginas virtuais, todas desativadas e sem cópia (o *cache*) disponível para visualização. Essas páginas remetem a um “Instituto de Filosofia e Estudos da Realidade Nacional” criado no âmbito da UniverCidade, uma instituição de ensino superior privada que, à época, possuía um dos laboratórios jornalísticos mais completos do Rio de Janeiro, cujas instalações eram utilizadas também por empresas de comunicação.

A descrição do IERN disponível na rede (até julho de 2012, ao menos) era esta:

“Instituto de Filosofia e Estudos da Realidade Nacional é um centro de debates

e divulgação de ideias centradas no conceito de liberdade, aplicadas aos...”

Uma segunda busca aponta o filósofo Denis Lerrer Rosenfield, docente de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e articulista dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo” como coordenador do “Instituto da Realidade Nacional”, ao lado de Patrícia Carlos de Andrade. Julgo importante, para fins de registro, descrever o primeiro evento organizado pelo IERN, uma vez que não encontrei essas informações no portal do Instituto Millenium. Além do mais, pelos títulos das mesas de debate, o leitor poderá perceber o caráter liberal da organização que então surgia.

O evento de lançamento do Instituto foi o seminário “Rumos do Brasil Contemporâneo”, realizado nos dias 16 e 17 de março de 2005, no Teatro da Cidade, no Rio de Janeiro. Em sua página da web pessoal, uma das participantes, Esther Lucio Bittencourt (Blogue Porca e Parafuso, 2005), apresenta a programação do evento³⁰:

Dia 16/03/2005, quarta-feira

- Mesa 1, “Liberdade sob diferentes ângulos”: Eduardo Gianetti (USP), Sergio Ribeiro da Costa Werlang (FGV-Rio), Maria José de Queiroz³¹ (UFMG);
- Mesa 2, “Os meios de comunicação e a liberdade”: Antonio Carlos Pereira (OESP), Ali Kamel (Organizações Globo);
- Mesa 3, “O Estado e a segurança (propriedade privada e o MST)”: Paulo Brossard (ministro aposentado do STF), Xico Graziano (ex-chefe do Gabinete Pessoal de Fernando Henrique Cardoso, articulista dos jornais OESP, O Globo e O Tempo, de Minas Gerais), Carlos Alberto Sardenberg (jornalista das Organizações Globo) e Yeda Crusius (ex-ministra do Planejamento, deputada federal, PSDB-RS);

30 Os cargos (ou posições) correspondem ao ano de 2005.

31 Posteriormente, membros fundadores do Instituto Millenium.

- Mesa 4, “Política e Liberdade”: Octávio Amorim Neto (FGV-RJ). Rodrigo Maia (deputado federal, PFL-RJ), Eliseu Padilha (deputado federal PMDB-RS), Pedro Parente (ex-ministro da Casa Civil, executivo do Grupo RBS) e Yeda Crusius (ex-ministra do Planejamento, deputada federal, PSDB-RS);
- Mesa 5, “Política Externa”: Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda, sócio da Gávea Investimentos), Celso Lafer (USP, ex-chanceler de Relações Exteriores, membro do Conselho Administrativo do Grupo Klabin), Eduardo Viola³¹ (UnB), Marcílio Marques Moreira (ex-ministro da Economia no governo Fernando Collor, embaixador brasileiro, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro).

Dia 17 de março, quinta-feira:

- Mesa 6, “Liberdade econômica e Propriedade privada”: Armínio Fraga (ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, sócio-fundador da Gávea Investimentos), Marcos de Barros Lisboa (secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda, governo Luiz Inácio Lula), Gustavo H.B. Franco, (economista vinculado ao Departamento de Economia da PUC-RJ, foi presidente do Banco Central durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente da Rio Bravo Investimentos) e Roberto Fendt (economista, vice-presidente do Instituto Liberal, Comendador da Ordem de Rio Branco pela promoção do comércio exterior brasileiro).
- Mesa 7, “Impasses do Brasil Atual”: Henrique de Campos Meirelles (ex-presidente do Bank Boston, presidente do Banco Central brasileiro desde 2003 no governo Luiz Inácio Lula), Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau e também fundador do Instituto Liberal), Denis Lerrer Rosenfield (UFRGS e coordenação do Instituto de Estudos da Realidade Nacional) e Paulo Roberto Nunes Guedes (também apresentado como Paulo Guedes, sócio fundador do Banco Pactual e das faculdades Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – Ibmec, fundador e presidente da BR Investimentos).

A Escola do Legislativo, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, divulgou em seu site, no dia 21 de março de 2005, o envio de dois coordenadores para participar do evento, justificando-se a despesa em função da importância dos palestrantes e a coleta de subsídios para a realização de futuros eventos por parte da Escola, além da “conjuntura implantada pela nova administração da escola” – o significado disso não está claro, mas cito aqui esse caso como comprovação que, de fato, o evento de lançamento teve alguma repercussão entre os formuladores de políticas públicas e também de que o evento ocorreu no Rio de Janeiro. Os coordenadores se ausentaram para estar no Rio de Janeiro nos dias 15, 16 e 17 de março (Escola do Legislativo Catarinense, 2005). O “Rumos do Brasil Contemporâneo” também consta dos currículos públicos de Celso Lafer (palestrante em colóquio) e de Yeda Crusius, por exemplo; mas não no currículo de Denis Rosenfield na Plataforma Lattes do CPNq, no qual também não há menção da coordenação do IERN. Na relação atualizada (2012) de articulistas e especialistas do Imil, está apostado o termo “convidado” ao lado do nome de Rosenfield. Pode-se supor que Rosenfield participe nessa qualidade por ser um intelectual de direita e conservador, mas apoiador do fortalecimento das liberdades individuais, especialmente a de expressão e opinião ante o Estado (ROSENFELD, 2012, p.105-106), uma linha de atuação condizente com a missão do Imil.

Estavam presentes nesse evento, portanto, acadêmicos vinculados a universidades públicas e privadas de primeira linha (USP, FGV, UFRGS, UFMG, UFSC, PUC-RJ); empresários tradicionalmente identificados com a causa liberal do Fórum da Liberdade e mesmo do pioneiro Instituto Liberal; representantes da imprensa.

Compareceram também, na condição de palestrantes, quadros políticos de primeiro escalão do período FHC, um ex-ministro da Justiça de José Sarney (posteriormente, ministro do STF aposentado em 1994); um ex-ministro da Fazenda do governo Fernando Collor; o presidente do Banco Central dos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio, e um secretário do Ministério da Fazenda. Não incluo nesse primeiro grupo de políticos, aqueles

que vinculados diretamente a um partido político, exerciam função parlamentar³².

No primeiro grupo de quadros políticos, referente àqueles com vínculos acadêmicos, pode-se dizer que, entre a ciência e a política como vocação, eles atenderam aos dois chamados. Eram apresentados como *técnicos* de governo, portadores da objetividade proporcionada pela racionalidade econômica. Suas decisões, justificadas por aspectos técnicos, supostamente expurgavam a política do âmbito do governo federal. Eram os sábios da *ekipekonômica*, neologismo criado pelo jornalista Elio Gaspari para criticar as medidas impopulares adotadas pelos economistas do governo de turno. Aqueles que ocuparam posições no governo FHC, à época do evento “Rumos do Brasil Contemporâneo”, ocupavam também posições de mercado. É importante destacar a trajetória de alguns desses nomes, como o de Armínio Fraga e Gustavo Franco, dado seus papéis preponderantes no lançamento do Instituto Millenium: Fraga é gestor do fundo patrimonial da instituição até os dias de hoje³³, enquanto Franco é membro fundador. Ambos também foram importantes na trajetória e constituição do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças (IEPE – CdG).

Fraga, Franco e a Gênese

No tocante a Gustavo Franco, o economista mantém sua vinculação com o Departamento de Economia da PUC-RJ e fundou a Rio Bravo Investimentos. Franco foi um dos formuladores do Plano Real, junto com os economistas André Lara Resende, Edmar Bacha e Pêrsio Arida. Ao lado de Armínio Fraga e Pedro Malan, eles formavam a *ekipekonômica* (termo cunhado pelo jornalista Elio Gaspari), um grupo de economistas com impressionante influência junto ao governo de Fernando Henrique Cardoso: em que

32 A exceção sendo Yeda Crusius. Economista, ela iniciou sua carreira política com um ministério, tendo após isso partido para a disputa política parlamentar.

33 Nos dois Relatórios de Atividade (2009/2010 e 2011) distribuídos pelo Instituto Millenium, o Comitê Gestor de Fundo Patrimonial foi suprimido do organograma, mas ainda consta na página institucional do think tank.

pese os diplomas estrangeiros, representavam a hegemonia do pensamento produzido no Departamento de Economia da PUC-RJ, que esteve no comando das decisões econômicas do país por nove anos e sete meses. Convém lembrar que o grupo da PUC-RJ não estava restrito a esses seis nomes.

Para Gustavo Franco, “O governo Fernando Henrique marca o início do predomínio da racionalidade econômica, da teoria e do profissionalismo em gestão da política econômica, e a perda de espaço do populismo, do estruturalismo, do desenvolvimentismo e do voluntarismo social” (FRANCO, 2002). Desse grupo saiu a espinha dorsal do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças – IEPE/CdG, futuro parceiro do Instituto Millenium. Partes das linhas de pensamento da Casa das Garças e do pensamento da PUC-RJ estavam representados na gênese do Instituto Millenium; as participações do PSDB e do antigo PFL, atual Democratas, parecem ter se restringido ao evento de lançamento do IERN, uma vez que nenhum daqueles nomes vinculados ao partido aparecem associados ao Instituto. A principal diferença entre Imil e CdG é que esta última se assemelha a um misto de *academic think tank* e *policy club* fechado, que divulga seus artigos acadêmicos e relatórios de atividade anuais, mas não franqueia acesso ilimitado e não divulga amplamente os seus eventos, de público selecionado e restrito. Mais recentemente, o CdG tem como principal inserção na mídia sua diretora, economista e professora da PUC-RJ, Monica Baumgarten de Bolle – também especialista do Imil, colunista do jornal O Globo.

Este “ensimesmamento” do IEPE - CdG e sua localização no Rio de Janeiro inviabilizaram o recorte inicial dessa pesquisa, que previa a inclusão dessa instituição no estudo de caso, o que acabou sendo benéfico: o CdG não tem a mesma natureza midiática do Instituto Millenium, apesar da presença frequente de seus associados em programas do canal de televisão pago Globonews e mesmo das seções editoriais de economia dos “jornais respeitáveis”. Prova disso é que a imprensa não-alinhada aos grandes veículos e grupos de comunicação tem tomado um interesse especial nas relações do instituto com representantes

do poder econômico. Essa parcela da imprensa erra o alvo ao não prestar atenção ao *locus* direto onde as ideias de fato são produzidas, preocupando-se em investigar o intermediário que as distribui.

III. O “mito de origem”

Um mês após a estreia do Instituto de Estudos da Realidade Nacional, Patrícia Carlos de Andrade, Eduardo Viola (UnB) e Héctor Leis (UFSC) publicaram um artigo em O Estado de São Paulo, no dia 13 de abril de 2005, intitulado “Revolucionando a agenda política”, no qual foi relatado o evento realizado em março. Nesse artigo, os autores diagnosticaram a existência de um vácuo onde deveria estar a direita política:

Falta-nos corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de **avanço** para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada. Movemo-nos sempre na direção de um **senso comum raso** que circula da esquerda à centro-esquerda e tem por anos criado fortes obstáculos ao crescimento e à modernização do País (LEIS, 2005, grifos nossos)

Apresentam, como formadores de opinião, os “partidos políticos, associações empresariais e profissionais, movimentos sociais, universidades, mídia”, que não estariam “cumprindo com sua responsabilidade tradicional de estabelecer debate público de qualidade”. E apresentam o signo do *avanço*, o exemplo que vem dos países desenvolvidos e dos “emergentes mais bem-sucedidos, um novo ator [que] tem ganho papel de destaque: o *think tank*”, assim definido:

Trata-se de um centro de pesquisa que reúne acadêmicos, especialistas e operadores políticos de alto padrão para produzir e difundir ideias políticas e para formular políticas públicas, sua promoção e implementação **por meio das mais avançadas técnicas de publicidade. A maioria possui identidade política clara, mas geralmente não tem vínculo partidário orgânico**, uma característica que o distingue de outros grupos de estudos políticos. (LEIS, 2005, grifos nossos)

Os *think tanks* são apresentados pelos autores – todos os três, fundadores de uma instituição do gênero – como o oposto do pensamento próprio do senso comum. A palavra

ciência não é mencionada em momento algum, mas está implícita; da mesma forma, o termo *elite* não está escrito com todas as letras, mas seu sinônimo está presente no texto (“alto padrão”). O *think tank* seria o equivalente da República dos filósofos de Platão, ou ainda, um interlocutor à altura dos veículos de comunicação de massas:

Os *think tanks* têm cumprido este papel, em nossa época, ao fugir do senso comum e pôr em discussão, de forma clara e qualificada, os processos que impedem o avanço da sociedade. Eles tem sido os atores mais capazes de nutrir as democracias de massas da era de informação com propostas modernas, audaciosas e ao mesmo tempo realistas (...) (LEIS, 2005, grifos nossos)

Não são os filósofos os atores “capazes de destravar o debate e permitir nova compreensão da realidade”, porém. Não são os sociólogos como Héctor Leis, nem os cientistas políticos como Eduardo Viola; mas sim os empresários, como Patrícia Carlos de Andrade:

Mas há algo mais que explica a força do *think tank* de mudar os rumos da sociedade: **a visão de longo prazo da classe empresarial e seu comprometimento com o futuro de seu país. Os empresários formam o único grupo capaz de dar o suporte financeiro necessário para a existência de um *think tank*.** (LEIS, 2005, grifos nossos)

Após apontar o papel do *think tank*, sua ciência em oposição ao senso comum e postular a união entre pensadores e empresários, os autores especificam como os empresários comprometidos com o futuro de seu país, podem contribuir:

Por meio de apoio às iniciativas do empreendimento, de patrocínio, de encomendas de pesquisas e cursos, de doações diretas, são fundamentais para atrair e manter equipe de profissionais altamente qualificados, apta a produzir debates, artigos, livros, **documentos destinados a grupos de influência específicos, com linguagem acessível e atraente e, ao mesmo tempo, calcados em conhecimento sólido da tradição e da modernidade do pensamento ocidental.** (LEIS, 2005, grifos nossos)

Interpreto esse artigo como um manifesto, uma peça de divulgação do instituto recém-lançado. As características apresentadas se aproximam das qualidades de um *think tank* de tipo acadêmico, conforme descrição no primeiro capítulo deste trabalho.

Esse modelo proposto pelo Instituto de Estudos da Realidade Nacional

claramente não vingou, especialmente após sua refundação e lançamento como Instituto Millenium. O que não quer dizer que a forma de organização tenha mudado: afinal, as equipes administrativas do Imil não produzem estudos e análises como o *Brookings Institute*, por exemplo; o Imil não é uma instituição de ensino e pesquisa, ainda que tenha, no passado, encomendado sondagens de opinião e que, nos dias de hoje, tenha presença pontual nas salas de aula. Seus articulistas e especialistas não são funcionários ou consultores remunerados pela instituição, o que expõe a deficiência de se adotar a classificação ortodoxa, estrangeira, do que pode ser considerado um *think tank*.

O modelo do IEPE-CdG também não contava com pesquisadores remunerados assalariados, mas houve contratações pontuais para projetos específicos – é o caso da contratação de Armando Castelar Pinheiro (vinculado ao IPEA), para desenvolver o tema “Poupança Compulsória, Crédito Dirigido e Intermediação Financeira Pública” nos anos 2006/2007 e não encontrei referências sobre a não-remuneração dos diretores e pesquisadores associados ao IEPE-CdG. O Instituto Millenium e a Casa das Garças são duas instituições afins, que apresentam entre seus membros e colaboradores alguns nomes que, como visto, cooperam com ambas as organizações; mas seus enfoques, públicos-alvo (ou *clientes*) e modos de operação são distintos. Enquanto os eventos do Imil se caracterizaram ao longo dos anos por seu caráter aberto, as palestras organizadas pela CdG primaram pela seletividade. Em seu lançamento, a CdG foi chamada pela revista *Época* de “discreto clube da elite” (*ÉPOCA*, 2004). Em compensação, o funcionamento do IEPE-CdG é bastante próximo ao que se espera da “definição botânica” de *think tank*: são organizados grupos de estudos e pesquisas, no âmbito da instituição, que além disso costuma agregar alunos de pós graduação.

O Instituto Millenium e o Fórum da Liberdade

O lançamento do Instituto Millenium em abril de 2006 ocorreu, como dito

anteriormente, no XIX Fórum da Liberdade (tema: “O Poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos?”). O evento é organizado anualmente desde 1988 pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado em 1984. Seu primeiro presidente foi o empresário William Ling que, em 2008, viria a compor o Conselho Consultivo do Instituto Millenium.

Alguns dos palestrantes daquela edição do Fórum da Liberdade estavam presentes, também como palestrantes, em “Rumos do Brasil Contemporâneo”: Gustavo Franco, Paulo Guedes, Denis Lerrer Rosenfield e Jorge Gerdau Johannpeter. No *press release* do evento o Instituto Millenium é listado em “Entidades Parceiras”; desde então, a instituição sempre apoia de alguma forma a realização desse fórum, considerado ainda hoje pelos liberais como o mais importante do calendário de eventos. No evento realizado em 2010, foi lançado o Instituto Ludwig von Mises Brasil (ILvM ou IMB), fundado por Hélio Beltrão, especialista do Instituto Millenium. Em 2012, foi a vez do Estudantes Pela Liberdade (EPL), a versão brasileira do Students For Liberty, com o apoio da Atlas Foundation. Com isto quero dizer que dada a quantidade de pessoas que esse fórum tende a reunir, há uma tendência que novas organizações sejam divulgadas (ou seja, lançadas) nessa ocasião, o que comprova a relevância desse fórum para os liberais brasileiros, apesar de críticas pontuais³⁴.

Há uma semelhança entre o objetivo do presente Instituto Millenium e do Instituto de Estudos da Realidade Nacional, uma vez que ambos advogam a liberdade como um de seus valores. É possível supor que, em sua refundação com novo nome, sua atuação tenha continuado discreta e talvez até mesmo despercebida. Fato é que em junho de 2007 o instituto passou por outra renovação:

As análises de nosso potencial – baseado na capacidade de mobilização e de grande número de reconhecidos formadores de opinião e na produção de conteúdo de alta qualidade – e de nossas dificuldades, principalmente advindas de pouca clareza dos princípios, missão e estrutura organizacional, diagnosticadas como causa da pouca eficácia no esforço de levantamento de recursos, apontaram para a necessidade de reformulação de nossas atividades (INSTITUTO MILLENIUM, 2008a, p.2)

34 Uma das críticas que ouvi ao fórum quando participei diz respeito à participação de políticos e de empresários atuantes em setores “protegidos” pelo governo por meio de incentivos fiscais ou desonerações.

Como vimos no capítulo anterior, a questão do financiamento de *think tanks* é um aspecto delicado tanto em países do Norte quanto do Sul, mas não necessariamente é um fator determinante para se caracterizar a independência de uma organização. O Instituto Millenium, em que pese a presença de grandes corporações em seus quadros, supostamente também enfrenta alguma dificuldade para arrecadar dinheiro, de acordo com a atual direção executiva.

Não há registro de nenhuma página do Instituto Millenium nos arquivos da internet (archive.org/web/web.php) anterior a 2008, o que nos impede de verificar quais pessoas compuseram os conselhos no ano de 2006; torna-se também impossível verificar a totalidade dos componentes dos conselhos no ano de 2007. Como o portal do Instituto Millenium passa por mudanças frequentes, acredito que caiba deixar no presente capítulo algumas informações que podem vir a se perder, à guisa de documentação para outros pesquisadores e interessados de forma geral³⁵.

Indisponível na grande rede, a atual direção do Imil não cedeu essa informação dos componentes dos conselhos em 2007. Mas considerando-se as informações disponíveis nos anos seguintes, primeiramente no ano de 2008, é possível notar que alguns dos palestrantes daquele primeiro evento assumiram posições no Instituto. Antônio Carlos Pereira assumiu o Conselho Editorial, no qual permanece (2012); Armínio Fraga ocupou – e ocupa – o comitê gestor de fundo patrimonial, hoje em companhia de Gustavo Marini e Paulo Guedes. Jorge Gerdau e Paulo Guedes tornaram-se membros do atualmente extinto Conselho Consultivo em 2008 e hoje o primeiro figura como “convidado” do Imil.

A partir de junho de 2007, os “*founding fathers* e conselheiros da instituição” em conjunto com a equipe executiva, trabalharam “no aprimoramento dos estatutos sociais, da

³⁵ O site da organização costuma apresentar problemas, como o arquivo de newsletters anteriores a 2011, inacessível, e tais mudanças não estão arquivadas nos Arquivos da Internet. Da mesma forma, quando há alterações no organograma, as versões anteriores não mais são disponibilizadas, o que dificulta – quando não inviabiliza – o acompanhamento da trajetória da instituição ao longo do tempo. Entre a redação da qualificação e a finalização da presente dissertação, lembro uma vez mais o leitor que me deparei com esse problema das mudanças e ausência de cache da versão anterior do site.

carta de princípios, do plano de funcionamento e do plano de atividades para os próximos dois anos”. Esse “Informativo Instituto Millenium”, suposto a ser uma publicação bimestral, teve o primeiro de seus três números distribuído no evento “Brasil +20”, que em função disso pode ser entendido como um evento de relançamento da instituição, 25 meses após seu primeiro lançamento em Porto Alegre.

Na Figura 1 e na Figura 2, estão apresentados os membros fundadores e o organograma do Instituto Millenium em 2008, respectivamente.

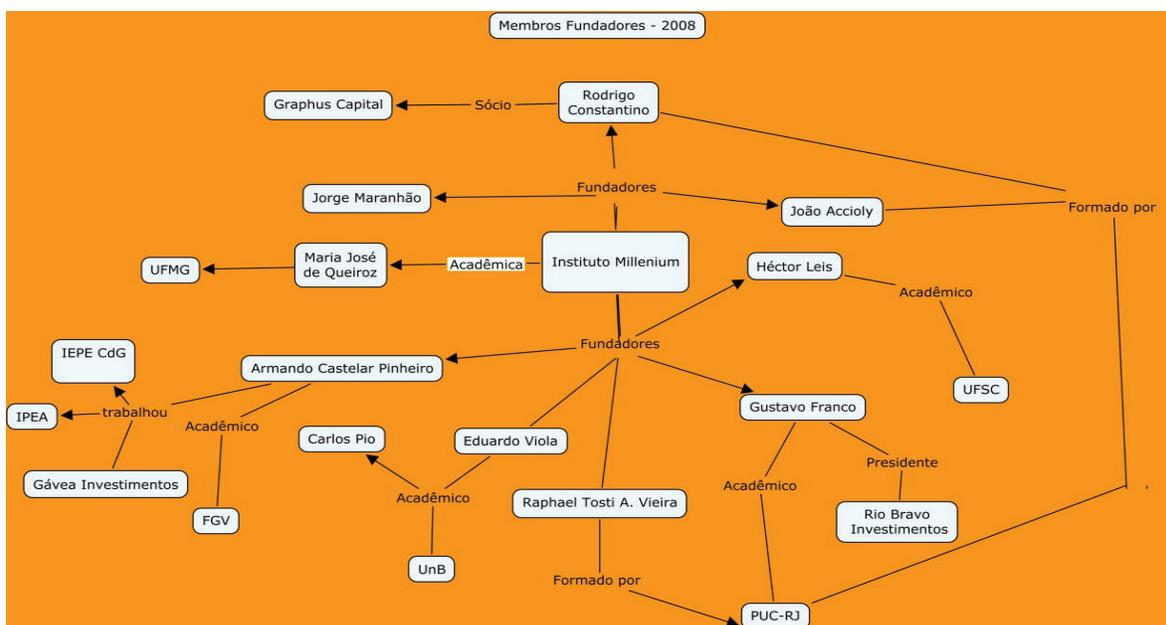
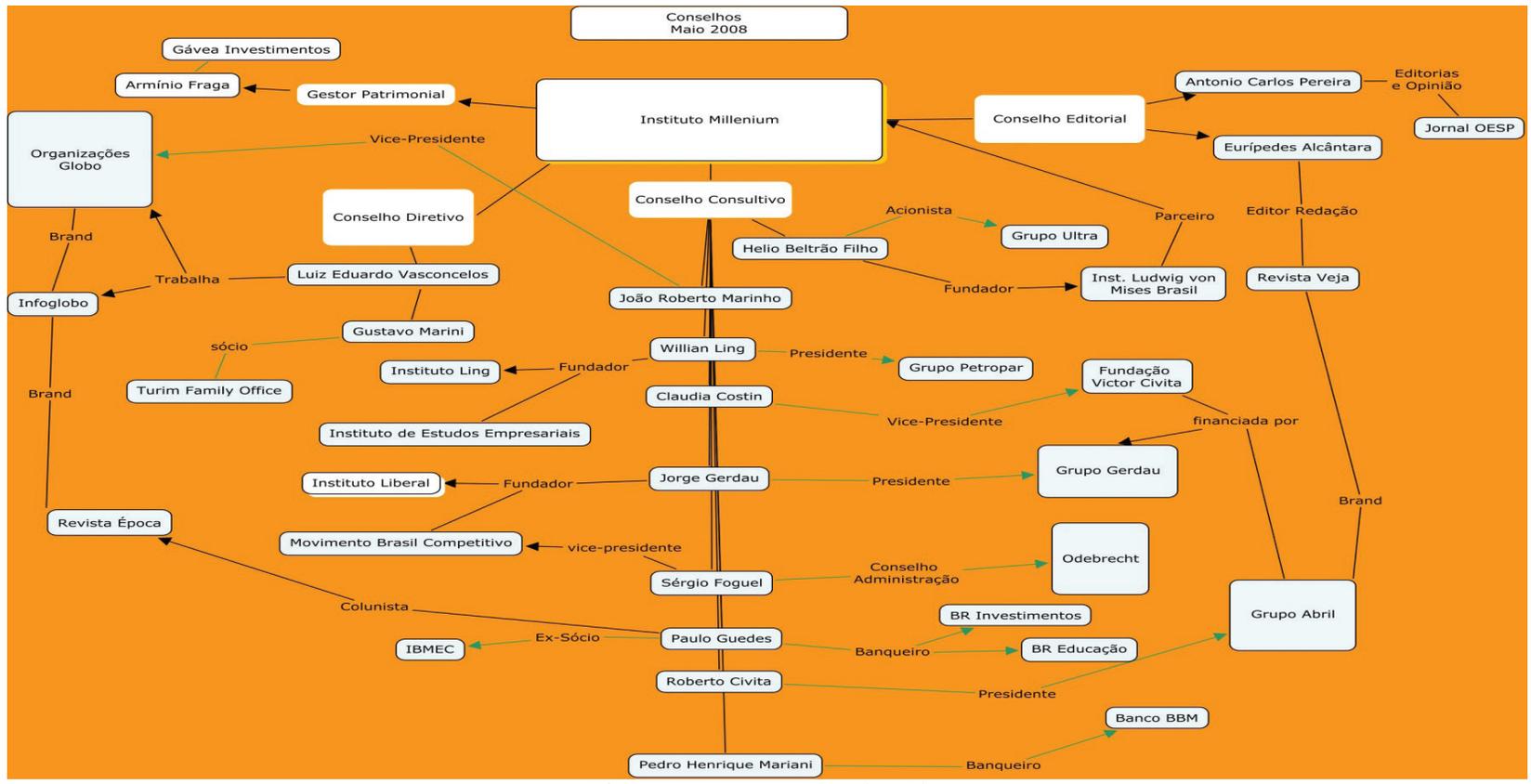


Figura 1 - Membros Fundadores (2008).

Elaboração: Luciana Silveira



68

Figura 2 - Organograma (2008)

Elaboração: Luciana Silveira

Naquela ocasião, eram listados os seguintes Membros Colaboradores³⁶, sendo que alguns vieram futuramente a ocupar posições no Conselho de Fundadores e de Curadores (antes listados apenas como “Membros Fundadores”):

Tabela 1 - Membros Colaboradores³⁷

| Membros Colaboradores – Maio/2008 | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Alberto Oliva | Antonio Carlos Salles | Ari Francisco de Araújo Jr. |
| Claudio Considera | Fernando Veloso | Guilherme Fiúza |
| Gustavo Ioschpe | José André Lopes da Costa | Maria Helena Zockun |
| Mario Cesar Flores | Octavio Amorim Neto | Pedro Bial |
| Roberto DaMatta | Sérgio Coelho | Silvério Zebral |

Fonte: Informativo Número 01, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Considerando-se separadamente os dois grupos, tem-se que o Conselho Diretivo e o Conselho Consultivo eram formados por profissionais tarimbados em suas áreas de atuação; estão representados ali o Grupo Abril, as Organizações Globo, o Grupo Gerdau, o Grupo Ultra, Odebrecht e bancos de investimento como o BBM. No grupo de fundadores, tem-se principalmente profissionais liberais: são professores de instituições de ensino superior públicas e privadas, jornalistas, economistas, publicitários.

Estão presentes nessa segunda gênese do Imil, portanto, formadores de opinião com acesso aos meios de comunicação; acadêmicos; banqueiros de investimento; grupos de comunicação. Os próprios componentes do Conselho Editorial estão vinculados a dois veículos de comunicação importantes no Brasil.

É importante ressaltar que o organograma divulgado pelo Imil em maio de 2008 provavelmente diz respeito também ao ano de 2007, haja vista que em setembro de 2008 a composição da instituição tornou-se relativamente diferente. A lista de colaboradores também teve acréscimos:

36 Note-se que “colaborador” não é uma palavra aqui empregada no sentido usualmente utilizado nesses tempos de precarização e flexibilização do trabalho. “Colaborador”, neste contexto, não é um empregado assalariado e nem um trabalhador precarizado, como já explicitado em outras seções do presente trabalho.

37 Para evitar repetições, no quadro seguinte estão listadas as instituições e empresas aos quais os membros colaboradores estão associados.

Tabela 2 - Membros Colaboradores - 2008

| Membros Colaboradores (Setembro/2008) | | |
|---|--|---|
| Alberto Oliva UFRJ, IBMEC, Jornal da Tarde | Antonio Carlos Salles IBMEC-MG, PUC-MG, Bristol-Meyers Squibb | Ari Francisco de Araújo Jr. IBMEC-MG, PUC-MG |
| Claudio Considera IBMEC, UFF, Fontes Tarso Ribeiro Advogados | Demetrio Magnoli (novo membro) USP | Fernando Veloso IBMEC-RJ |
| Guilherme Fiúza Jornalista | Gustavo loschpe G7 Investimentos, loschpe-Maxion, Fundação loschpe | José Andrés Lopes da Costa FGV, Grupo Bozano |
| Maria Helena Zockun FIPE | Mario Cesar Flores Ex-Ministro da Marinha | Modesto Carvalhosa (ex-conselheiro fiscal) Advogado |
| Octavio Amorim Neto EPGE-FGV/RJ | Pedro Bial Jornalista, Organizações Globo | Roberto DaMatta PUC-RJ, Notre Dame University |
| Sergio Coelho Advogado, Federação do Comércio (RJ), Conselho Sesc/RJ | Silvério Zebal Univ. Cândido Mendes, PROBUS Consulting Group, Consultor e Observador OEA, PNUD, UE, KAS, FAES, ODCA, IRI, DDC, GSPM/GWU | Walter de Mattos Junior (ex-conselheiro fiscal) Presidente, Grupo LANCE!, Viva Rio, Lorentzen |

Fonte: Informativo Número 03, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

IV. Linha editorial e Carta de princípios

Nenhum dos dois documentos apresenta data de publicação, mas pelos arquivos da Internet é possível remontar a 2008 a “Carta de Princípios” e a “Missão, Visão e Valores” do Instituto Millenium. Utilizando a ferramenta Alexa, o documento “Linha Editorial” está presente no site ao menos desde março de 2010. Juntos, esses itens apresentam os principais valores defendidos coletivamente pela organização.

O código de valores do Imil constantemente se reporta à Declaração Universal

dos Direitos Humanos, de 1948. A instituição defende o Estado de Direito; as liberdades individuais; a responsabilidade individual; a meritocracia; a propriedade privada; a democracia representativa; a transparência; a eficiência, eficácia e efetividade; a igualdade perante a lei. Esses são os valores dos quais os membros, colaboradores e entidades parceiras devem comungar com o Millenium. Nos parágrafos abaixo, destacarei alguns pontos pertinentes a cada uma dessas características, cujas descrições podem ser encontradas na íntegra nos Anexos desse trabalho. Encorajo a consulta a esses documentos integrais para fins de contextualização, uma vez que nesta seção do presente capítulo eu me reporto apenas aos pontos que julgo sensíveis para reconstituir o “liberalismo institucional” do Instituto Millenium.

Em sua Linha Editorial, o Instituto Millenium explicita que reúne “pessoas e entidades com diferentes visões de mundo, mas que comungam os valores e respeitam a linha editorial da entidade”. Ou seja, ao mesmo tempo em que seus especialistas podem divergir individualmente sobre algum tópico, ao fim e ao cabo há uma comunhão com os valores da organização (valores estes expostos minuciosamente nos dois documentos a que me reporte anteriormente). São considerados como prioritários os temas: política, economia, conjuntura nacional e internacional, sociedade, cidadania e justiça. Textos sobre esses temas que contenham “palavras de baixo calão, ataques pessoais e posicionamentos radicais, que não consideram o embate de ideias como algo saudável e desejável em uma democracia” não são publicados.

A maior parte dos valores elencados em “Missão, Visão, Valores”, como as liberdades e responsabilidades individuais, a propriedade privada, a transparência e a igualdade perante a lei já estão suficientemente contidos na descrição “Estado de Direito” – que vem a ser o império da lei, a legalidade, a segurança jurídica, princípio de publicidade dos atos de governo, respeito às minorias, a garantia do devido processo legal e direito à defesa, dentre outras características elencadas que são familiares ao regime democrático, regido

por instituições impessoais. Que cada um desses valores tenha recebido uma descrição à parte remete à prioridade que a organização lhes destina. Alguns itens aparentemente alheios fazem parte dessas definições, porém. Em “Estado de Direito”, por exemplo, lê-se “redução do populismo e do assistencialismo”. O que é considerado populismo e assistencialismo pela instituição não está claro.

No tocante às liberdades individuais, pode-se destacar a “defesa perene da liberdade de escolha, em todos os seus desdobramentos”, inclusive a “livre circulação de bens, pessoas e capital”. Na concepção de que todo direito enseja um dever correspondente, o item seguinte da lista de valores é a responsabilidade individual, dentre as quais está a “responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro” e a “redução da dependência do governo”. É possível inferir que o instituto defende a redução da participação do Estado nos gastos sociais públicos, ou seja, a organização não se alinha com a social democracia. Os clientes do Estado não devem sê-los, portanto, no âmbito social. Em relação à meritocracia, destacam-se a “premiação ao esforço individual; recompensa a dedicação; estímulo ao trabalho; estímulo ao estudo; garantia do gozo dos frutos do trabalho” e a contrapartida de “redução da acomodação; redução do nepotismo e apadrinhamento”.

No item “propriedade privada”, encontra-se nova redundância ao se preconizar “respeito ao fruto do trabalho”. Também em “propriedade privada” se alocou novamente a “garantia da liberdade de expressão, principalmente, da liberdade de imprensa”. O sentido dessa inclusão me escapa: se tudo o que possa ser alienado a outrem mediante contrato voluntário constituir propriedade privada, então a liberdade de expressão também é alienável? Há, nesse aspecto, uma defesa dos produtos da liberdade como mercadorias comercializáveis, a exemplo do jornal que pode ser vendido. Ainda em Propriedade Privada, por “direitos das minorias” entende-se que a garantia destes “permite que todas as pessoas, sem distinção, sejam proprietárias dos meios de produção, sem privilégios ou diferenças”, o que mais uma vez remete à mercadorização de direitos.

Na defesa à democracia representativa, o Instituto Millenium entende que este modelo, em oposição à democracia direta, permite a “punição dos indivíduos por abusos” e “impede a criação de líderes messiânicos”. A democracia representativa remete ao item “Igualdade perante a lei”, com a “restrição a criação de privilégios para determinados grupos de interesse” e a “vedação a racialização dos cidadãos”, além da “restrição ao surgimento de políticos populistas” (como, isso não está claro).

Em “Transparência” e “Eficiência, eficácia e efetividade” estão pressupostos o “aumento do controle sobre a qualidade dos serviços públicos” e “serviços públicos proporcionais ao tamanho da carga tributária”, com “programas voltados para a população, e não para a burocracia”. As ações e programas devem gerar “resultados concretos e mensuráveis”, com “possibilidade de fiscalização pela sociedade civil e imprensa” e “maior possibilidade de análise dos resultados de governo”. Além disso, um item chama a atenção: “diminuição da perseguição política de desafetos do governo”, o que leva a crer que há alguma forma de autoritarismo em curso no país.

Em linhas gerais, os valores centrais do Imil são esses. No plano social, a defesa das liberdades individuais e da propriedade privada; separação dos poderes; ordenamento jurídico e segurança jurídica. No aspecto do Estado, a responsabilização dos agentes públicos (*accountability*), a utilização racional dos recursos públicos e ambientais, a melhoria dos serviços públicos. Em todos os casos, defende-se a punição da corrupção, medidas e instâncias de fiscalização e empoderamento da imprensa e da sociedade como um todo nesse quesito. Apesar do apartidarismo autoaclamado pela organização, é possível vislumbrar uma atuação política de oposição em postulados como a “diminuição da perseguição política” e a “restrição aos políticos populistas”. O indivíduo está no centro da ação: ele é responsável por seu presente, por seu futuro, goza de direitos e está obrigado por deveres, sem populismos ou assistencialismos (excessivos ou não).

De acordo com o que vai exposto nos parágrafos anteriores, pode-se depreender

que os valores do Instituto Millenium não estão orientados pelo anarcocapitalismo (fim do Estado, substituição deste pelo Mercado) e nem pelo liberalismo estrito, uma vez que admite a existência de serviços públicos oferecidos pelo Estado – ainda que não esteja claro nesse texto específico se tais ações e programas de Estado devam ir além da administração da justiça e adjudicação de conflitos, que são característicos do ideário liberal.

Os valores do Imil não são valores da social democracia tampouco, uma vez que o principal pilar desse regime – a proteção social – não está representado nos postulados da organização ao se defender que cada indivíduo é responsável por seu futuro, por suas escolhas. Ao defender a eficiência e eficácia das ações e programas de governo, mensuráveis por algum critério, o Instituto Millenium se aproxima da defesa do modelo de Estado gerencial e de cidadãos-clientes que caracterizou os governos que aderiram ao Consenso de Washington, com a redução de gastos sociais: uma vertente de neoliberalismo.

Carta de Princípios

Transcrevo abaixo o primeiro parágrafo da “Carta de Princípios” por julgar que sintetiza os objetivos do Instituto Millenium:

O Instituto Millenium tem a missão de promover a democracia, a economia de mercado, o estado de direito (sic) e a liberdade. Para isso, visa a se tornar referência e agente de divulgação de valores que gerem prosperidade e desenvolvimento humano para o Brasil.

O texto dessa Carta corrobora com os valores defendidos na “Missão, visão e valores” apresentados na subseção anterior porque em seus “Princípios” a organização defende como responsabilidade do Estado “servir a cada um e a todos no provimento, principalmente, de segurança, justiça, igualdade de oportunidades através de saúde e educação básicas, e qualidade ambiental”. Confrontado com esse trecho, torna-se mais compreensível o significado da “redução do populismo e do assistencialismo”: considerados como intervenções do Estado no funcionamento dos mercados, o assistencialismo geraria

distorções competitivas, gerando a necessidade de intervenções subsequentes.

Assim, a organização postula serviços mínimos oferecidos por um Estado mínimo, equalizadores básicos do ponto de partida dos indivíduos, como segurança e justiça (condizentes com a tradição liberal clássica), e educação básica e saúde (também básica, supõe-se). Esses serviços estão entre as “virtudes das democracias de mercado com sólido compromisso com os indivíduos que, por deficiências, idade, despreparo, infortúnios ou políticas públicas inadequadas, permanecem à margem da sociedade”.

Com orientação pragmática, o Imil propõe como esferas problematizáveis – ou seja, passíveis de elaboração de soluções por parte de seus especialistas – “os assuntos públicos de governo, política, economia, sociedade e cultura”, uma agenda que “não é ditada ou comprometida com qualquer fonte financiadora, que o torne representante de qualquer interesse de doador ou empresa” a ser cumprida “por seus méritos próprios, por meio do prestígio e integridade profissional de seus autores, documentação rigorosa de suas pesquisas e um processo de avaliação de resultados que assegure a qualidade de seus produtos”. Por fim, “O Instituto Millenium é comprometido com o fluxo livre da informação e um debate transparente e aberto que mantenha seu foco em propostas de soluções concretas para o avanço de nossa sociedade e não em pessoas ou ideologias” o que pressupõe uma neutralidade axiológica.

V. A OSCIP Instituto Millenium

Até 2009, o quadro de membros colaboradores se manteve inalterado, em que pese alguns desses membros terem assumido posições em outros conselhos. Também em 2009, a instituição foi reconhecida pelo Ministério da Justiça como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Isso ratifica seu caráter de interesse público, adequado na Lei 9.790/1999. Conforme o artigo 3 da referida legislação:

XI – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da

democracia e de outros valores universais.

Nas palavras de Paulo Uebel, à época o diretor executivo da organização, o objetivo em se tornar OSCIP era “dar maior transparência ao instituto e para que a entidade fosse fiscalizada por uma organização independente”. O financiamento público não foi a principal razão, de acordo com Uebel, para quem “a organização continua independente, livre de qualquer intervenção governamental, e sem receber qualquer doação de órgãos públicos”; houve receios de que a certificação pudesse resultar na perda de independência, mas os conselheiros e fundadores não se opuseram formalmente – o que leva a crer que essa foi uma decisão que partiu da direção executiva e não dos conselhos. Essa autonomia face conselheiros e fundadores foi destacada também por Priscila Pinto, a atual diretora executiva, quando a entrevistei.

Uma consulta ao Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNE Público) do Ministério da Justiça com os dados do Instituto Millenium aponta que a última prestação de contas foi realizada em 2010, tendo 2009 por ano de referência. Ali é possível acessar o Relatório Circunstanciado, no qual estão publicadas informações que constam do estatuto – em vigor desde 01 de abril de 2009: finalidades, atividades, informações patrimoniais, entre outras. As informações ali prestadas são úteis para a compreensão dos propósitos do instituto.

As finalidades principais, organizadas em ordem crescente de prioridade de acordo com o estatuto do instituto, são: (1) Estudos e Pesquisas, (2) Defesa de Direitos de Grupos e Minorias, (3) Outras Formas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos. As pesquisas realizadas pela instituição foram sondagens de opinião e de imagem; Bourdieu (1990, p.221) chama as sondagens de “ciência social sem cientista”. Estudos e pesquisas, em ambiente acadêmico, requerem cientistas. A julgar pelo número de especialistas – isto é, de colaboradores – com mestrado e doutorado, há massa crítica suficiente para que estudos sejam conduzidos no âmbito do Instituto Millenium, algo que não aconteceu até o final de

2012, ao menos.

As listas de atividades também organizadas em ordem crescente de prioridade em acordo com o estatuto, são: (1) Pesquisa em Ciências Sociais, Políticas e Humanas; (2) Defesa dos Direitos Humanos; (3) Civismo. Uma vez mais, exceto pelas sondagens – que a nova direção do Imil já não realiza – não está claro quais pesquisas em “Ciências Sociais, Políticas e Humanas” foram conduzidas pela organização.

Seus públicos específicos são: (1) Comunidades científicas, (2) Lideranças comunitárias e (3) estudantes. Pode-se dizer que esses públicos têm sido atingidos, uma vez que há representantes de comunidades científicas entre os membros e colaboradores da instituição. Da mesma forma, há empresários e estudantes. Alargando o sentido do termo, pode-se considerar os “empresários” como “lideranças comunitárias”, uma vez que o artigo publicado pelos fundadores do instituto, exposto nesse trabalho na seção “O mito de origem”, supõe que os condutores da mudança social são, justamente, os empresários.

De acordo com o Relatório disponível no Ministério da Justiça, a gestão de Paulo Uebel teve início em 26 de agosto de 2008, mas no Informativo de maio ele já era apresentado como diretor executivo. Como não houve nova prestação de contas, é o nome de Uebel que permanecia como diretor³⁸, apesar de Priscila Pereira Pinto ter assumido após maio de 2011. Esses são os nomes que constam da diretoria empossada em 2008 e ainda vigentes em 2009:

Tabela 3 – Diretoria 2009

| Diretoria – 2008/2009 | | |
|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| Sergio Foguel | Gustavo Braga Marini | Paulo Roberto Nunes Guedes |
| João Roberto Marinho | Pedro Henrique Mariani Bittencourt | Helio Marcos Coutinho Beltrão |
| Gustavo Henrique de Barroso Franco | Luiz Eduardo Velho da Silva | Patrícia Carlos de Andrade |
| William Ling | Jorge Gerdau Johannpeter | Roberto Civita |

Fonte: CNE, Ministério da Justiça - Relatório Circunstanciado. Elaboração: Luciana Silveira

38 Ao menos até julho de 2012.

Um nome que não se encontra nesse quadro é o de Eduardo José Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Seu nome é o primeiro da listagem apresentada no Relatório. Dessa diretoria, hoje (2012) três deles são arrolados como especialistas e três como convidados. De todos os doze, quatro são doadores e um aparentemente já não colabora em nenhum nível.

O relatório apresentado ao Ministério da Justiça descreve as atividades realizadas pelo instituto ao longo de 2009, listando como áreas de abrangência os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul e 21 atividades que vão do lançamento de livros à produção de campanhas de divulgação institucional. Nem todas essas ações ocorreram em 2009; algumas sabidamente aconteceram em 2008 (é o caso do evento “Brasil +20”) e outras, no final de 2010 – por exemplo, a concessão de bolsas de estudo para realização de mestrados internacionais de Jornalismo e cursos de Inteligência Competitiva. Apesar da alteração estatutária para se adequar à Lei 9.790/1999, o Imil não declara ter recebido recursos públicos diretos em 2009, nem doações de pessoas físicas e jurídicas que tenham se beneficiado de abatimento no imposto de renda (renúncia fiscal). Também não lista a doação de bens intangíveis como a veiculação de anúncios na mídia impressa e nem o tempo cedido por emissoras de televisão para a divulgação de sua campanha institucional.

Em 2010, foi divulgado aos interessados o Relatório de Atividades 2009/2010. Considerando-se apenas esse Relatório de Atividades, é possível elencar ao menos 24 ações das quais o Imil participou, apoiou, realizou sozinho ou em parceria – incluindo-se aí as campanhas de divulgação institucional.

De acordo com os dois Relatórios de Atividades publicados em 2010 e 2011 para os períodos 2009-2010 e 2011, o Instituto Millenium organizou entre 2009 e 2010 cinco colóquios, um fórum, um seminário e dois jantares-debates que versaram sobre globalização, relações internacionais, cultura, política, democracia e o papel do Estado, sempre a partir da perspectiva da liberdade de expressão, da economia de mercado e da propriedade privada.

Desses eventos, concentremo-nos primeiro no período 2009-2010.

Nesse período (2009-2010), o que obteve maior repercussão de mídia foi o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, em função das presenças do então ministro das Telecomunicações, Hélio Costa, e do presidente da emissora venezuelana de televisão RCTV, Marcel Granier. A proposta do Partido dos Trabalhadores de debater publicamente o controle social da mídia – regulamentação para suprir lacunas da vetada Lei de Imprensa e proceder à desconcentração oligopolista dos veículos de comunicação – recebeu cobertura jornalística, em parte articulada com a repercussão desse fórum e da presença do ministro; foi também o único dos eventos ora mencionados realizado fora do Rio de Janeiro, mais precisamente, teve lugar na cidade de São Paulo. Não convém aqui citar nominalmente cada um dos palestrantes nessas ocasiões, uma vez que em alguns casos estão disponíveis os vídeos ou transcrições desses eventos de 2009-2010, ou seja, é uma informação de domínio público que pode ser consultada a qualquer instante se o leitor tiver interesse, acesso à internet e alguma paciência para procurar a informação no portal do Imil.

É importante pontuar que simplesmente ser chamado a falar em um evento não faz de ninguém um liberal ou neoliberal, nem mesmo conservador; mas ao se analisar a lista de nomes arrolados em atividades no instituto, e a conseqüente recorrência e repetição e alguns desses nomes, torna-se difícil dizer que uma parcela considerável não é composta por participantes afinados com as variantes liberais em algum nível. E faz sentido que assim seja: não se espera, ao participar de um evento dos institutos que formam a rede liberal no Brasil, encontrar pessoas que sejam notoriamente alinhadas às ideias de esquerda – exceto em eventos como o Fórum da Liberdade organizado anualmente pelo Instituto de Estudos Empresariais em Porto Alegre, quando são chamados também políticos a participar.

Não obstante, meu foco não está nos nomes, uma vez que isso diz pouco sobre os indivíduos (com a impressão de ser um “jogo de culpas”) e quase nada sobre as linhas de atuação e atividades institucionais da organização, uma crítica normalmente feita em relação

à teoria das elites aplicada ao estudo dos *think tanks*, teoria esta centrada nos vínculos dessas organizações com o poder corporativo e o poder financeiro (cf. RIGOLIN, HAYASHI, 2012; MEDVETZ, 2008, p.7). Saliento que, quando cito nomes, eu o faço para demonstrar que a pluralidade de organizações existentes não corresponde à pluralidade de nomes *nas cúpulas* de cada instituto, um fato constatável quando se lê a tese de Gros (2003) – o que não significa que a base de sustentação de tais institutos seja igualmente pouco plural.

Mais importante do que listar nominalmente cada um desses eventos, creio ser relevante explicitar quais temas foram discutidos. Assim, no primeiro colóquio, falou-se sobre democracia, economia de mercado e liberdade no contexto mundial. No segundo, debateu-se o populismo na América Latina, classificando-se os governos de esquerda. O terceiro colóquio, realizado na sede do Instituto Mises Brasil, foi centrado no debate de “ideias para mudanças”, de forma geral. O quarto colóquio, com mediação do jornalista Merval Pereira³⁹ (Infoglobo), tratou do papel e limites de atuação do Estado no contexto da crise de 2008, revisitando as ideias dos economistas neoclássicos. No último colóquio da série, realizado já em 2010, os participantes trataram das relações entre cultura, mercado e liberdade de expressão.

Sob a rubrica “ações e eventos”, foram listados outros empreendimentos do Instituto Millenium em parceria com outras instituições: um seminário realizado em São Paulo com o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) sobre direitos humanos em países não-democráticos e também um almoço com Vicente Fox, ex-presidente do México; dois jantares-debate, um sobre a educação básica no Brasil com a presença de economistas como debatedores e outro com o presidente do Instituto Atlântico sobre o Projeto Cantagalo⁴⁰ por

39 Abro uma exceção para citar nominalmente Merval Pereira porque ele não é diretamente associado ao Imil, é um convidado; e porque ele repercutiu tal evento em sua coluna e seu blog no portal O Globo por alguns dias.

40 O Projeto Cantagalo teve por objetivo regularizar a propriedade fundiária na comunidade carioca de Cantagalo, tendo como premissa que o título de propriedade da terra é uma questão de cidadania. Tal regularização fundiária possibilita que a terra seja vendida e os moradores se mudem para outras localidades, caso desejarem.

ele conduzido. Em conjunto com o jornal O Globo, organizou um debate sobre a obra da blogueira cubana Yoani Sánchez, publicada pela Editora Contexto também com o apoio do Imil.

Por fim, o instituto apoiou a produção do material didático “Farol da Democracia”, sobre o qual convém discorrer, ainda que brevemente, na medida em que não há nenhum aviso no site “Farol da Democracia Representativa” relacionando a publicação ao apoio do Imil⁴¹ e, igualmente, nenhum aviso de que o Instituto Millenium se exime de responsabilidade pelo conteúdo. Essa publicação apoiada leva ao questionamento: como uma instituição que se afirma liberal pode patrocinar uma ação de divulgação do conservadorismo? Ou seja, isso torna ainda mais difícil interpretar o pensamento divulgado pelo Imil como sendo estritamente liberal, deixando explícita a complexidade de se apontar tipos puros nas linhas de pensamento no Brasil – um problema que Fonseca (2005) teve para interpretar as linhas editoriais dos jornais brasileiros. O apoio à publicação do FDR aproxima o Millenium do pensamento anti-Estado.

O “Farol da Democracia Representativa” (FDR) é um exemplo do que foi apresentado no Capítulo 1 acerca de como conservadores podem ser liberais no campo da economia. Em sua página eletrônica, lê-se que:

Defende os princípios conservadores da Liberal-Democracia Representativa: Liberdade, Individualidade, Dignidade Humana e Império das Leis. (...) O FDR estimulará e prestará assistência cultural a partidos políticos de inspiração conservadora, que defendam a economia liberal no âmbito da democracia (FAROL DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA 2009).

O material apoiado é um curso de política que consiste em dezesseis apostilas distribuídas em cinco arquivos digitais sobre a crise brasileira, sistemas políticos, movimentos revolucionários (dentre os quais, destaque maior é dado para o socialismo); governança global, o perigo da Amazônia em mãos estrangeiras, o Movimento Comunista no

⁴¹ Mas o Imil figura no portal da publicação ao lado de outras 23 instituições, no que pode ser interpretado como uma comunidade de objetivos.

Brasil e no mundo, a democracia, o nacionalismo, a reversão da crise. Em que pese a tônica do Instituto Millenium não ser abertamente conservadora, esse material apoiado certamente o é. A primeira apostila (crise brasileira) expõe a natureza do pensamento conservador e joga luzes sobre como algumas questões se tornaram tão prementes. A primeira delas, um problema reconhecidamente relevante nos artigos republicados e nos debates organizados pelo Imil: a corrupção é tratada nesse “curso de política” da FDR como uma questão de “falta de compostura moral”, não como um problema sistêmico, institucional, que requer medidas preventivas, instrumentos de fiscalização e devido processo legal. O Imil explicitamente apoia a reforma política e adoção do voto distrital em detrimento do voto proporcional por supor que isso diminui as possibilidades de corrupção, uma vez que o eleitor estaria mais próximo do eleito e, portanto, apto a fiscalizá-lo. Nesse sentido, a transparência e o voto distrital – duas bandeiras do Imil – estão articuladas no combate à corrupção como medidas institucionais, e não de demonização do corrupto, individualmente retratado pelo conservadorismo como alguém “sem moral” ou “sem civismo”. A defesa da democracia liberal assume ares de defesa e aprimoramento das instituições, não necessariamente da moralização, uma característica do pensamento conservador.

O Relatório de Atividades 2011 apresenta nove ações, seminários, fóruns, palestras e colóquios organizados pelo Instituto Millenium. As ações visavam demonstrar a incidência de impostos no consumo cotidiano (Dia da Liberdade de Impostos, Volta às Aulas sem Impostos). Os jantares-debate foram substituídos por um happy hour entre “estudantes, especialistas e parceiros” da entidade. Foi realizado o seminário Democracia & Liberdade de expressão, no Rio de Janeiro, único evento descrito no relatório com divulgação dos patrocinadores: Souza Cruz e apoio da Abert (Associação Brasileira de Rádio e TV), ABP (Associação Brasileira de Propaganda), Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas), Abap (Associação Brasileira das Agências de Publicidade) e Instituto Palavra Aberta.

Também em 2011 foi realizado um ciclo de palestras na Casa do Saber (RJ) intitulado “Brasil, presente e futuro: desenvolvimento, democracia e liberdade”. As cinco palestras versaram sobre corrupção, reforma política, desenvolvimento e sustentabilidade, distribuição de renda e a hiperinflação no Brasil. Foram promovidos também dois encontros: um com Luigi Zingales, professor da Escola de Negócios da Universidade de Chicago sobre a crise financeira e o capitalismo; e outro com Mina Ahadi, ativista iraniana por direitos humanos. Ahadi veio ao Brasil para participar do evento do Millenium que no ano anterior teve maior repercussão (indireta) na imprensa, o “2º Fórum Democracia & Liberdade”. Ao contrário da primeira edição do fórum, nenhum representante do governo federal esteve presente como palestrante.

Este fórum, que teve lugar na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), contou com cinco painéis: “Democracia, liberdade & direitos humanos”; “Capitalismo de Estado x Liberdade”; “Accountability, jornalismo investigativo e democracia”, que versou principalmente sobre transparência e imprensa; “A infantilização do cidadão brasileiro”, que explorou a temática apresentada no fórum anterior, realizado em 2009, sobre o “Estado Babá”; e “O Brasil na encruzilhada: qual modelo de país queremos?”, no qual os palestrantes debateram economia e instituições. Como um todo, o evento versou sobre a liberdade de imprensa e o direito à informação sem censura.

Por fim, foi organizado, também em São Paulo, o colóquio sobre o voto distrital e a reforma política, no qual os palestrantes – em sua maioria, cientistas políticos – não chegaram a um consenso sobre as vantagens de tal mudança, uma proposta endossada pelo Imil.

Organização

No Relatório 2009-2010, alterou-se novamente o nome do “Conselho de Fundadores e Curadores” que substitui o “Conselho Consultivo”; exceto pelos conselhos

de Governança e Fiscal, os demais passaram a ser denominados *câmaras*. Esse novo organograma, apresentado na página seguinte, seguiu vigente até julho de 2012:

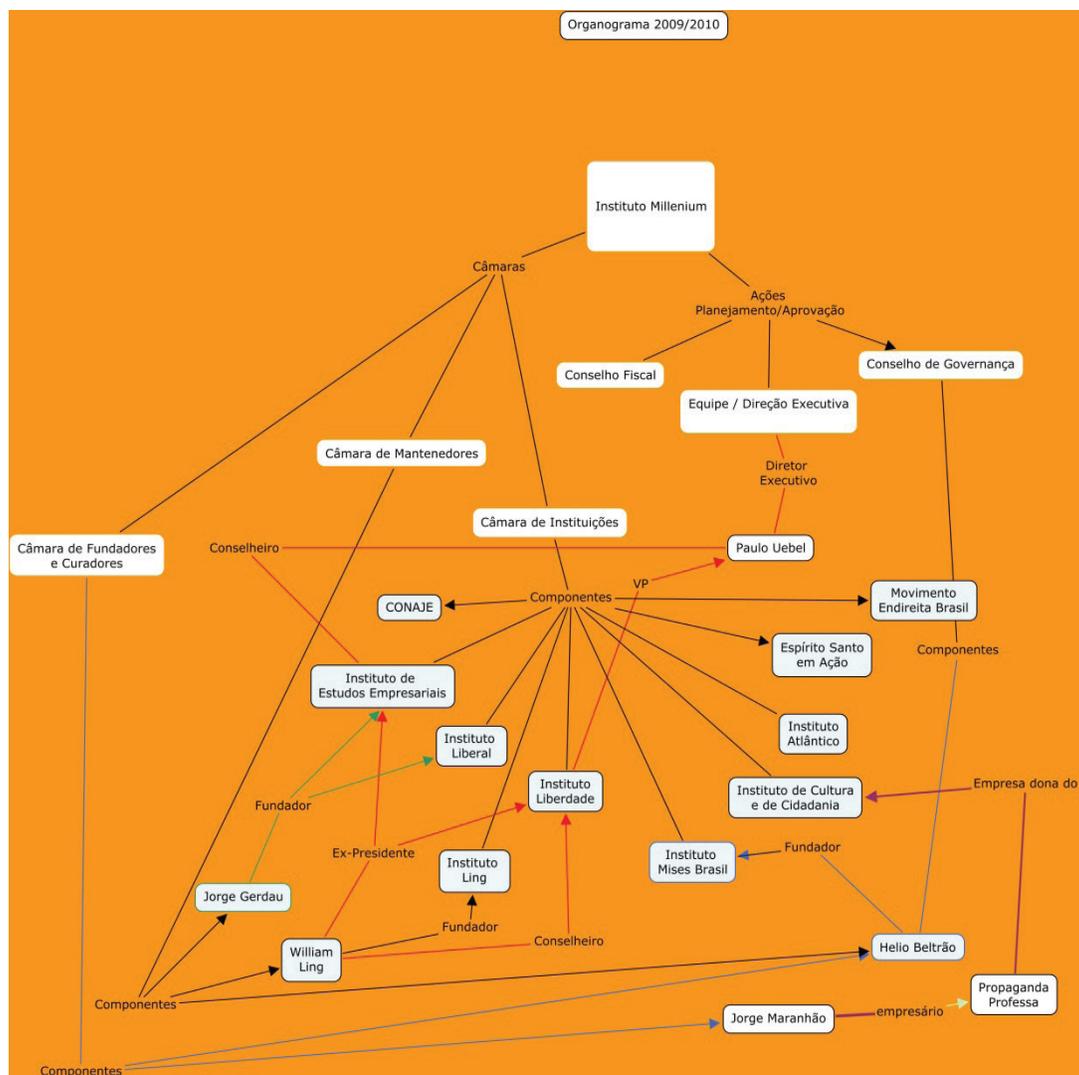


Figura 3 - Organograma 2009/2010

Fonte: Relatório de Atividades. Elaboração: Luciana Silveira

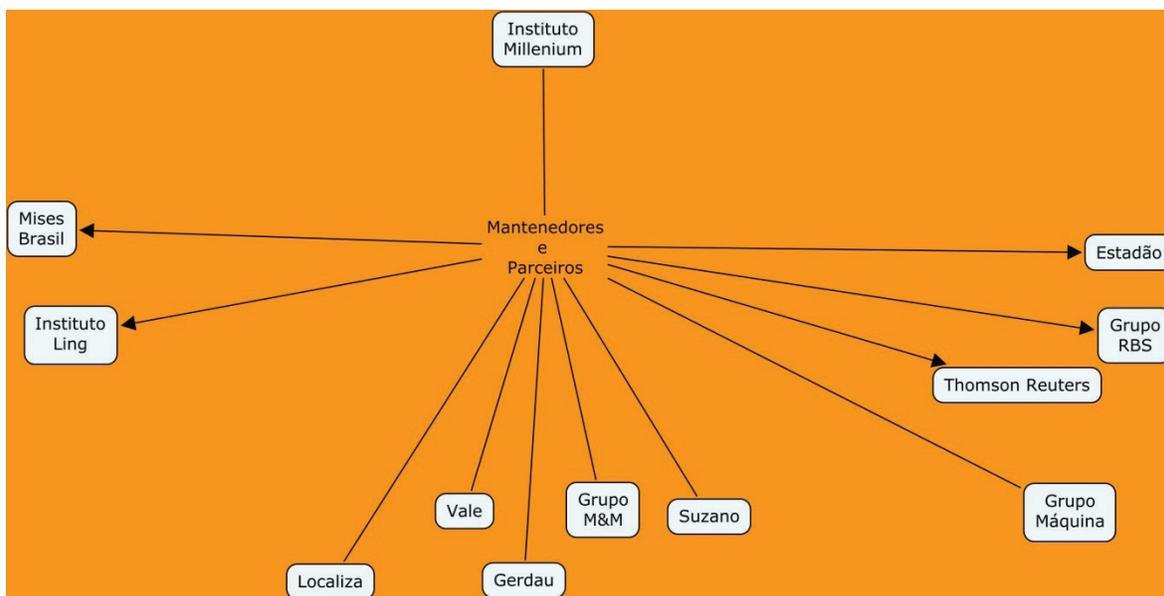


Figura 4 - Mantenedores 2009-2010

Fonte: Relatório de Atividades. Elaboração: Luciana Silveira

Composição da Câmara de Instituições

Criada na gestão de Paulo Uebel, essa câmara reúne as principais instituições parceiras do Instituto Millenium nas ações do Dia da Liberdade sem Impostos e na realização de palestras e debates. São dez organizações ao todo, sem alterações no período 2009-2012: Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE); Espírito Santo em Ação, organização que tem em seu conselho deliberativo representantes de duas empresas de comunicação (Rede Gazeta e Canal Futura); Instituto Atlântico, cujo presidente (Paulo Rabello de Castro) é painalista frequente em eventos liberais; Instituto de Cultura da Cidadania, OSCIP conhecida como “A Voz do Cidadão”, que vem a ser também um programa de rádio do comunicador Jorge Maranhão; Movimento Endireita Brasil, cujos parceiros estão apresentados na Figura 5. Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Ling e Instituto Mises Brasil completam a lista, sendo os dois últimos grupos associados ao Millenium em 2012.

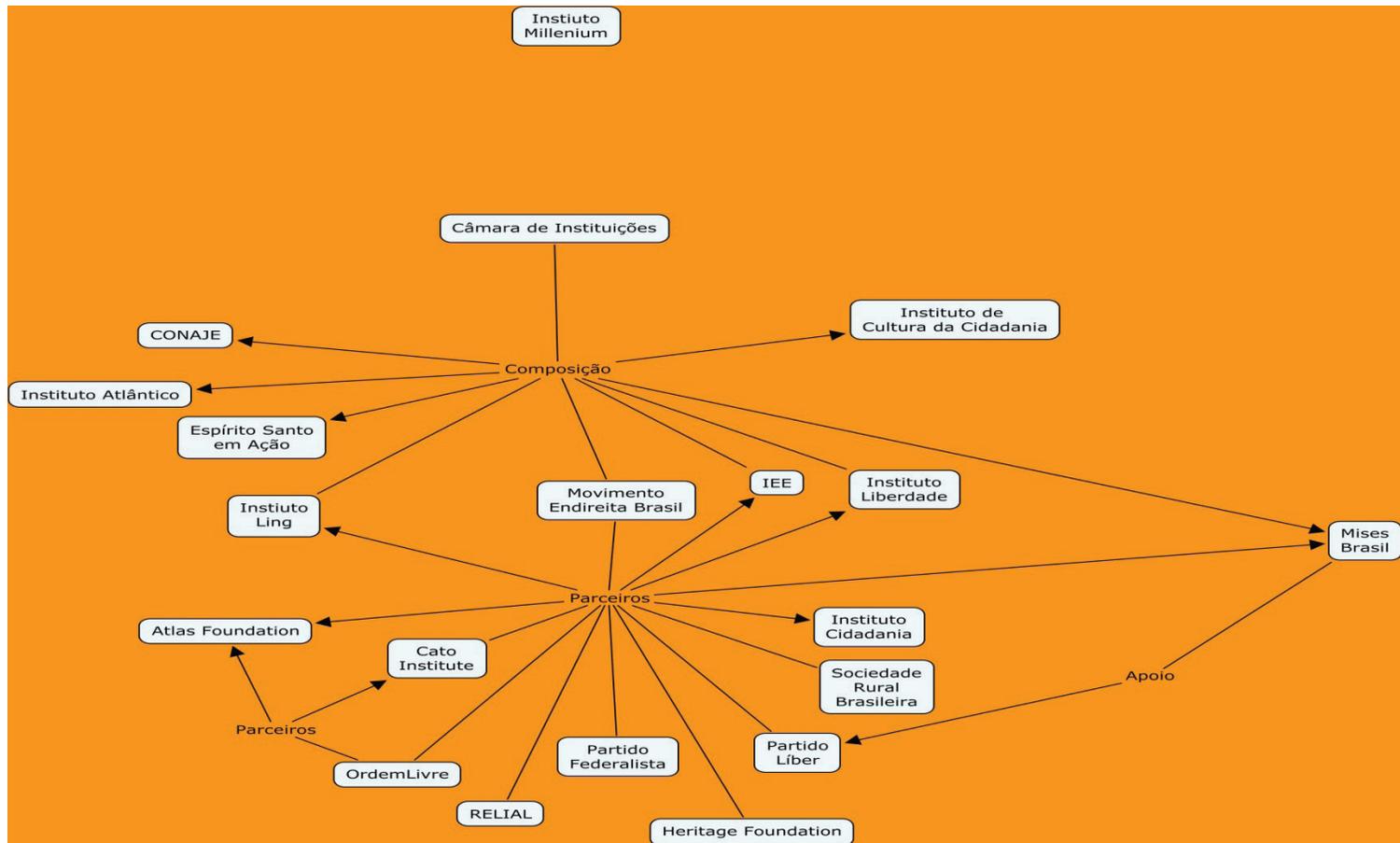


Figura 5 - Câmara de Instituições, 2009-2012

Fonte: Relatório de Atividades. Elaboração: Luciana Silveira

VI. Gestão Uebel, 2008-2011

O já referido primeiro informativo do Imil apresentou o novo diretor-executivo da instituição, o advogado Paulo Uebel, que esteve no cargo até meados de 2011. Uebel tinha o perfil necessário para mobilizar a então incipiente “ala jovem” do Imil. No Instituto de Estudos Empresariais – IEE, ele foi diretor de eventos na gestão 2004/2005, vice-presidente na gestão 2005/2006 e presidente na gestão 2006/2007. Na gestão seguinte, foi apresentado como membro nato do Conselho Deliberativo. Os temas prioritários de sua gestão, segundo o próprio Uebel, foram: (a) liberdade de expressão e de imprensa; (b) papel do Estado e sua eficiência (incluindo corrupção); e c) transparência nos impostos e gasto público. O teor dos seminários organizados (e já mencionados) confirma o que Uebel afirma; mas ao se visitar os arquivos de 2009 do blog mantido pelo instituto em seu site, percebe-se que os temas são economia e gasto público, principalmente. Convém ressaltar que a instituição conta com dois blogs: um em seu próprio site e outro no Portal Exame.com, da Editora Abril.

Não foi possível entrevistar pessoalmente Paulo Uebel, mantivemos contato por correspondência eletrônica; conversei informalmente com pessoas que o conheceram e que trabalharam com ele. Essas pessoas o apontaram como alguém empreendedor, comprometido com os ideais do liberalismo, apesar do Instituto Millenium não ser considerado o estado da arte na defesa desse ideário⁴². De alguém com sua experiência, esperava-se que mobilizasse jovens estudantes, foco perseguido não só pelo Imil, mas também por outros institutos, como foi o caso do Instituto Liberal. De acordo com Uebel, ainda em 2008,

... o Millenium irá participar ativamente da discussão sobre políticas públicas e da formação da opinião pública, trazendo exemplos bem sucedidos de outros países e traduzindo as propostas que já existem para uma linguagem simples e acessível a ser transmitida ao maior número de pessoas, através dos meios de comunicação em sentido amplo. Deste modo, e também por meio de seminários e outros encontros, este debate será levado para as empresas, para o governo, para as universidades e para as demais organizações da sociedade civil, com ênfase nos jovens e formadores

42 Em meus contatos com membros ativos do reativado grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL) e do partido Libertários, causou estranheza a minha escolha do Instituto Millenium como representativo do “pensamento liberal”. Isso porque as crenças pessoais das pessoas com quem conversei eram libertárias; nesse contexto, não faz sentido demandar “menos impostos”, mas sim a completa ausência de impostos, considerados como roubo e coerção do Estado.

de opinião, que serão chamados a se engajar em várias das atividades para gerarem um efeito multiplicador (INSTITUTO MILLENIUM, 2008a, p.3).

No Relatório Circunstanciado apresentado ao Ministério da Justiça não consta que o Imil tenha participado de debates (conselhos e consultas públicas) com os formuladores de políticas públicas ou legisladores. Isto equivale a dizer que não houve oportunidade *formal* da organização desempenhar seu papel de defesa da transparência – ou ainda, de exercer influência direta em alguma política pública, caso este seja de fato seu objetivo. Mas os seminários e encontros a que Uebel se referia de fato foram realizados.

Desde 2009, as ações da organização são planejadas e aprovadas pelo Conselho de Governança e pelo Conselho Fiscal, realizadas por uma equipe executiva fixa. O Instituto Análise era periodicamente contratado para executar, em nível nacional, pesquisas de opinião sobre tópicos que sejam do interesse do *think tank*.

O Imil possui basicamente dois meios de divulgação de suas ideias: seu sítio eletrônico e os eventos que promove, tais como colóquios, fóruns, seminários e jantares-debate para associados. As campanhas publicitárias têm sido experimentadas desde 2009 e foram divulgadas pela TV Globo e revistas do Grupo Abril (isso aconteceu em duas ocasiões). Ações de conscientização, como a campanha pelo Dia da Liberdade de Impostos também oferecem repercussão. Se esta ação é eficaz em seu propósito ou se tem aderência do cidadão médio apenas pela economia proporcionada, é algo a se pensar – mas em outro momento.

VII. Campanhas

A campanha de 2009 foi criada pela agência W e tinha por mote “Nada é mais forte do que os princípios”, seguido do *slogan* “Os melhores fins são construídos a partir dos melhores princípios”. A divulgação impressa contava com as imagens de dois ativistas de direitos civis: Martin Luther King e Mahatma Gandhi. O comercial de 27 segundos

veiculado na Rede Globo apresenta imagens e sonora de Luther King e do presidente norte-americano Barack Obama. Dado que os artigos sobre cotas raciais em universidades públicas brasileiras, divulgados no site do Imil não endossam a prática sancionada pelo STF em 2012, o significado da mensagem se perde parcialmente. Em 2010, foi articulada uma campanha sobre tributação transparente (acesso indisponível).

Outra campanha, esta para meio impresso, era sobre a liberdade de imprensa e de informação (data não disponível), realizada pela agência DFA Propaganda, especializada em *rebranding* – em português, reposicionamento de marca. Nos três anúncios, destaca-se o mote: “O direito à liberdade de imprensa e de opinião é mais que uma garantia constitucional. É o dever de um estado (sic) democrático. E uma bandeira que todos nós deveríamos ter orgulho de levantar”.

O primeiro é um *close-up* de um homem de meia idade que tem seu rosto parcialmente coberto pela sombra, olhando para baixo. No texto, lê-se que “é um erro” pensar que restringir “a liberdade de imprensa afeta somente os veículos de comunicação”. Há também uma referência à proliferação da corrupção caso o papel de *fire alarm* da imprensa investigativa seja “silenciado”. Na segunda peça publicitária, a ilustração é de uma mulher de olhar perdido, pensativa, também nas sombras (menos escuras que as sombras do primeiro anúncio). O texto começa exaltando a alegria do Brasil e seu povo trabalhador, criativo, que ficará triste se não houver liberdade de imprensa. Na terceira peça, uma foto em preto e branco de uma criança de braços cruzados, aparentemente triste e olhando para o chão ladeia o texto sobre o “país do futuro”; sobre como tal futuro chegou e como ele pode ser mais triste se não houver liberdade de imprensa “não só para exaltar as virtudes, mas, principalmente, coibir os abusos”.

Juntas, as três imagens remetem a uma família nuclear heterossexual desiludida, triste, sem rumo no presente (as imagens coloridas do homem e da mulher, com sombras e roupas escuras) e sem perspectiva positiva de futuro (a imagem em branco e preto da

criança) graças à supressão da liberdade de imprensa. Convém ressaltar que os Repórteres Sem Fronteiras consideram como componente importante para seu indicador de liberdade de imprensa o número de jornalistas assassinados em decorrência do exercício da profissão. Esse pormenor não está implícito, menos ainda explícito nas peças publicitárias e nem mesmo no foi abordado no 2º Fórum Democracia & Liberdade de expressão, a ponto de um dos participantes perguntar, em um dos painéis, qual seria a responsabilidade das empresas jornalísticas nesse quesito. Falou-se vagamente sobre *seguro de vida* e sobre como essas condições de trabalho insalubres dizem respeito à segurança pública. Quero com isso destacar que a liberdade de imprensa tem sido abordada no Brasil sob o prisma da regulação (contra), dos conteúdos (censurar ou não censurar), do capital (propriedade das empresas de comunicação) e até mesmo do livre exercício da profissão (obrigatoriedade ou não do diploma de jornalista), mas não sob o aspecto sensível da *sobrevivência*: a investigação de um acontecimento ou a denúncia de um “malfeito” pode levar ao assassinato do repórter e isso coíbe efetivamente a livre circulação de informações.

Em 2012, foram veiculados filmes institucionais do projeto “Imil na Sala de Aula” na TV Globo e no SBT. Esses vídeos de vinte e sete a trinta segundos são excertos de um filme do tipo curta (aproximadamente cinco minutos) disponível no canal do instituto na rede YouTube. Neles, quatro adolescentes – duas mulheres e dois homens – decidem democraticamente sobre o que fazer no feriado, por meio de uma votação. O objetivo é demonstrar: a) eleição e democracia (escolha do destino da viagem); b) os princípios do império da lei (eles escolhem o trajeto mais seguro para chegar a um destino de veraneio); c) princípio da livre concorrência (eles escolhem uma pousada com diárias promocionais como hospedagem).

De acordo com seu relatório de atividades 2009/2010⁴³, o Imil passou de 36 inserções na mídia em matérias e artigos de TV, jornais e rádio (2009) para 186 inserções

⁴³ Consultado informalmente, um representante do Instituto informou que não houve relatório consolidado de atividades para anos anteriores ao período 2009-2010.

em 2010, um aumento de 416,66%. Em 2011, foram 290 matérias. De acordo com o levantamento apresentado no capítulo 3, porém, é possível constatar que a grande maioria dessas inserções não se deu em veículos representativos da imprensa, de alcance nacional. Uma visita ao *clipping* da organização, mantido no site, permite-nos perceber que em grande parte tais inserções se dão em jornais setorializados, de menor circulação. Mas o crescimento também se refletiu no sítio eletrônico: foram 144.135 visitas em 2009 e 401.388 em 2010, crescimento de 178,48%. Em 2011, o site recebeu 1.100.000 acessos.

Uma busca no canal criado pelo Instituto Millenium em novembro de 2008 no site de compartilhamento de vídeos *YouTube* permite localizar não apenas as falas proferidas por painelistas em colóquios e fóruns organizados pela instituição, mas também os vídeos de inserção na mídia e depoimentos coletados no Dia da Liberdade sem Impostos.

Pode-se dizer que, anualmente, a instituição “empunhou” algumas bandeiras temáticas. Em 2009, o combate ao que consideram alta carga tributária rendeu reportagem com sonora de Patricia Carlos de Andrade no Jornal Nacional e, em 2010, inserção de texto de Paulo Uebel proferido por Ana Maria Braga no programa matutino Mais Você, ambos da Rede Globo. Braga, após concluir a apresentação de uma receita, disse quanto custam os ingredientes para produzi-la e quanto de imposto está embutido em cada item, precificando-os individualmente com e sem impostos. Ao término, a dublê de cozinheira exorta os telespectadores a não atentar apenas para a “ficha limpa” (histórico criminal) dos candidatos eletivos a cargos públicos, mas também para o que pensam a respeito de questões como impostos. Em 2010 e 2011, destacaram-se também a defesa da liberdade de imprensa (de dimensão restrita porque diz respeito aos veículos e não necessariamente à segurança dos jornalistas) e da reforma política mediante a adoção do voto distrital – incidentalmente, defendeu-se a reforma para coibir a corrupção.

Dia da Liberdade Sem Impostos

“Só quem conhece os impostos que paga sabe os direitos que tem” é o slogan do “dia da liberdade sem impostos”, cuja primeira ação de venda de gasolina sem taxas⁴⁴ foi feita em maio de 2009 pelo Imil em parceria com OrdemLivre e IEE⁴⁵ em três capitais: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Em 2010, a ação em São Paulo foi patrocinada pelo ILvM Brasil e pelo Movimento Endireita Brasil (MEB). Associação da Classe Média (ACLAME), IEE, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Confederação dos Jovens Empresários (CONAJE) também apoiaram o ato que, em 2012, chegou à sua quarta edição, sempre realizado no mês de maio. A escolha do mês não é aleatória: de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, outro patrocinador dessa ação, o cidadão brasileiro trabalha para pagar impostos de janeiro à maio. Chamar a atenção para a carga tributária é, portanto, uma forma que essas instituições acharam para transmitir (parte de) sua mensagem para a população.

Estima-se que 15 capitais tenham sido contempladas por tal ativismo em 2011 e 18 capitais em 2012 em vendas sem impostos que já não se restringem ao combustível fóssil, mas também a refeições em restaurantes específicos em 2011 e 2012.

Considera-se que, ao comprar produtos sem impostos, o consumidor se conscientiza do impacto da carga tributária em seu poder aquisitivo. Ações desse porte mobilizam, a um só tempo, a atenção dos cidadãos-clientes do Estado gerencial e dos meios de comunicação ávidos por pautas que fujam ao cotidiano. O objetivo da ação é a diminuição, e não a completa extinção, da carga tributária, ao mesmo tempo em que se divulga a existência das instituições promotoras. E cabe aqui uma distinção: os impostos altos sem contrapartida de serviços públicos eficientes são considerados pelos liberais como entraves ao consumo e também ao crescimento da economia. Nesse aspecto, liberais divergem fortemente dos

⁴⁴ Os impostos foram recolhidos normalmente pelas instituições envolvidas, mas os custos não foram repassados ao consumidor final.

⁴⁵ IEE coordenou a ação em Porto Alegre, em parceria com a Associação da Classe Média (ACLAME) e o IL-RS.

libertários; para estes últimos, os impostos são confisco de propriedade privada com uso de força e coerção, sendo, portanto, ilegítimos, independente do destino que se dê ao dinheiro. De toda forma, essa ação de protesto é projetada para encontrar ressonância nos meios de comunicação, para ser notícia; é o *pseudo-evento* que evidencia a adequação das estratégias políticas aos critérios de mídia (MIGUEL, 2001, p.19); é a “criação” da notícia, uma prática que já não se restringe apenas aos políticos profissionais.

Em 2010, o Imil seguiu organizando o Dia Internacional da Liberdade Sem Impostos, mas priorizou debates sobre a liberdade de imprensa no país em um momento em que muito se discutia as eleições presidenciais e o posicionamento dos candidatos quanto às propostas de controle social da mídia. Ainda hoje o instituto tem destacado a relação entre liberdade de imprensa e manutenção da democracia, no que se aproxima de outras organizações da sociedade civil do tipo “alarme de incêndio”, que chamam a atenção para práticas pouco saudáveis e que ponham em risco a qualidade do regime democrático – como a Transparência Brasil e o Voto Consciente, duas ONGs que também são parceiras do Imil, porém sem assento na Câmara de Instituições da organização.

Em 2011, foi a vez do voto distrital permear os debates, tanto em artigos publicados no site quanto na realização de ao menos um evento em São Paulo, na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio); entre palestrantes e articulistas, não houve consenso sobre o que seria melhor para o país, apesar do instituto ter posição declarada, apoiando a mudança do sistema eleitoral e promovendo a campanha “Eu voto distrital”.

Perguntei à Priscila Pereira Pinto, atual diretora executiva da organização, se essas campanhas temáticas eram decididas anualmente. Sua reação foi de surpresa e a resposta, negativa. São bandeiras do instituto que tem recebido destaque com páginas exclusivas (*hotsites*⁴⁶) no portal do Imil, nas quais estão reunidos artigos, sonoras e vídeos

46 Os *hotsites* são páginas temáticas, utilizadas tanto por lojas virtuais quanto por marcas que procuram obter destaque e atrair atenção para algum novo produto, conceito ou serviço; funcionam como vitrines virtuais.

relacionados aos tópicos em questão.

A parceria Imil – Instituto Ling (bolsas de mestrado)

Como tenho sustentado ao longo desse texto, os *think tanks* se notabilizam por suas redes de relacionamento estabelecidas com instituições afins. *Think tanks* não prescindem do que o pesquisador Luis Felipe Miguel (2001) traduziu como sistema-perito (o *expert system* de Giddens):

Trata-se de um sistema de competência técnica especializada, do qual as pessoas em geral se servem, mas sem serem capazes de compreender seu funcionamento ou avaliar *a priori* sua eficácia. Assim, o sistema perito exige, da parte de seus clientes ou consumidores, a *confiança* em sua competência específica (MIGUEL, 2001 p.20)

Esse sistema é constituído por especialistas (ou *experts*), normalmente profissionais do conhecimento e os profissionais de comunicação. Quem se serve do sistema, supostamente sem a capacidade de “compreender seu funcionamento” ou sua “eficácia”, são os consumidores, os clientes de notícias, que confiam na *expertise* do entrevistado ou colunista e na veracidade da informação prestada⁴⁷.

A relação entre o *expert* e o profissional da comunicação é de mútua dependência: o perito reconhecido socialmente como tal precisa de canais para divulgar seu produto intelectual e exercer sua influência, enquanto os comunicadores precisam de fontes julgadas confiáveis por seus pares, pelos veículos de comunicação, pela opinião pública, para garantir a correção daquilo que publicam. Merece destaque, nessa interação entre especialistas e comunicadores, a necessidade de se *legitimar* um dado ponto de vista. Nessa relação, o especialista se torna um fiador de ideias, alguém que precisa transmitir sua mensagem “direto ao ponto”, sinteticamente, didaticamente, adequada ao padrão dos mídia.

O Instituto Millenium consegue até certo ponto subverter a lógica do sistema-

⁴⁷ O enquadramento das notícias e o repertório cultural, inclusive de vivências, do consumidor que faz uso do noticiário permite a seleção, interpretação e reelaboração das mensagens transmitidas pelos veículos de comunicação; há autonomia do cliente.

perito, isto é, dos especialistas que precisam ser procurados pela mídia – ou oferecidos para ela, a medida que conta, entre seus colaboradores, com colunistas inseridos em meios de comunicação. O colunismo é uma tradição do jornalismo brasileiro que tem proporcionado, no âmbito do Imil, a existência, a um só tempo, de *especialistas-comunicadores*. A categoria de intelectual orgânico tal como concebida por Antonio Gramsci, separados e a serviço das classes dominantes, não se verifica plenamente no modelo organizacional do Imil: os “analistas e especialistas”, não apenas não são remunerados, como por vezes são empreendedores capitalistas ou acadêmicos (docentes, alunos universitários, pesquisadores-bolsistas de agências de fomento). Seus recursos não se originam da colaboração com o instituto e nem sempre suas origens sociais são as mesmas dos mantenedores e patrocinadores das iniciativas liberais.

O acesso aos profissionais de comunicação é bastante restrito para aqueles que ainda são iniciantes em suas carreiras; a menos que inseridos em um ambiente institucional que conte com uma assessoria de imprensa (por exemplo, um departamento universitário) ou que se tenha relacionamentos pessoais com jornalistas, há dificuldades em se alcançar os mídias. Há a reconhecida necessidade de se criar fatos com valor-notícia, isto é, jornalísticos, para se estar presente no noticiário; mas é inegável que relacionar-se com jornalistas, ou ser um colunista, também possibilita a sugestão de pautas ou matérias.

Desde 2010, o Instituto Millenium mantém parceria com o Instituto Ling para o programa de aperfeiçoamento profissional chamado “Jornalista de Visão”. O programa concede bolsas de estudos para cursos de Mestrado em Jornalismo e para cursos de Liderança Competitiva, sempre no exterior. De acordo com a página virtual do Instituto Ling, os candidatos são indicados por diretores de redação, editores e colunistas dos “principais veículos de comunicação do Brasil, conhecidos pelo histórico de independência, seriedade e bom jornalismo”. São realizadas “dinâmicas de grupo e atividades objetivas focadas em Jornalismo” (INSTITUTO LING, 2010).

Segundo release divulgado pela faculdade de origem da segunda colocada em 2010, Carolina Pires, ela teria sido indicada pelo jornalista Ricardo Noblat (O Globo) e a seleção teria consistido em duas etapas: a primeira, um “debate sobre diversos assuntos, com a presença de uma banca” julgadora. Na segunda etapa, dez jornalistas assistiram aos dois dias de palestras do Fórum da Liberdade em Porto Alegre e fizeram uma reportagem sobre o evento (IESB Informativos).

É possível supor que tais ações visam minar, entre os profissionais de imprensa, a rejeição do ideário defendido pelo Imil que teria sido constatada em sondagens de opinião realizadas (e descontinuadas) pela organização – não vi tais sondagens, uma vez que não sou membro da instituição, mas a direção executiva teceu comentários sobre alguns resultados. Que os veículos de comunicação possam ter por bandeira a defesa de alguns valores e até mesmo de políticos que julguem representar esses valores, é algo que deve ser esperado pelo leitor educado; que haja imprecisões nos noticiários, é um fator que o leitor considera e dá o devido desconto (veja Becker, 2009, p.130-147 para as representações jornalísticas e sua “neutralidade”). Apesar da suposta isenção que deve permear o fazer jornalístico, não há neutralidade axiológica. Que as preferências dos donos dos meios não sejam compartilhadas pela totalidade dos profissionais contratados pelos veículos também é algo a se esperar. Não raro, segundo Bourdieu, as cores políticas dos jornalistas, individualmente, diferem das posições políticas defendidas pelos donos dos principais veículos – que, em números expressivos no que tange seu alcance de público leitor, apoiaram a criação e manutenção do instituto, como é possível ver na lista de fundadores e mantenedores.

VIII. Nova Gestão (2011)

Em meados de 2011, Paulo Uebel optou por se afastar da direção do instituto. A pessoa escolhida para ocupar seu cargo foi Priscila Pereira Pinto. Ela foi administradora do Departamento de Notícias da América Latina da Bloomberg e é mestra em Gerenciamento

Político, Especialização em Relações Públicas pela George Washington University. Conversamos sobre a instituição, em 2012. Ela acredita que jornalistas, formadores de opinião, jovens pensadores liberais, empresários e pessoas das classes A, B e C (Critério-Brasil) constituem o público-alvo do Imil. Em uma verificação rápida da audiência demográfica virtual do Instituto Millenium utilizando a ferramenta Alexa, é possível constatar que as pessoas nas faixas etárias de 18 a 24 anos e 35 a 44 anos, sem filhos e com nível universitário (e pós-graduação) são as que mais acessam o portal, o que torna fraca sua aposta na classe C do Critério-Brasil.

O objetivo, de acordo com Priscila Pinto, é tornar-se fonte dos veículos de comunicação no tempo presente e respaldar futuros formadores de opinião alinhados com os valores centrais do Instituto. Divulgar as mensagens do Imil para além do círculo de pensadores e ativistas que compõem uma ainda incipiente rede liberal no Brasil também é uma prioridade da instituição. Portanto, trata-se de *diversificar*, isto é, de oferecer como fontes aos meios de comunicação não apenas acadêmicos já consagrados, mas criar interesse por jovens especialistas com formação universitária, o que facilitaria a comunicação com a faixa etária pretendida.

Dentre as ferramentas utilizadas pela instituição desde que Priscila Pinto assumiu, em junho de 2011, pode-se citar a criação de *podcast* quinzenal e a diversificação de projetos para além da realização de eventos pontuais, como o lançamento do projeto “Imil na Sala de Aula”, e, mais recentemente, a criação do projeto “Imil nas Redações”, em consonância com a atuação do instituto, que atua sugerindo pautas sobre temas ligados ao Imil e enviando artigos de especialistas de sua rede para a imprensa – na prática, o que se verifica é a republicação, no portal do instituto, de artigos já veiculados na mídia ou em outros portais da rede. Nos *podcasts* são entrevistados os especialistas. No “Imil na sala de aula”, são enviados palestrantes às instituições universitárias que convidem o instituto; o mesmo acontece no “Imil nas redações”. Os dois projetos são, na verdade, realizações de

palestras focadas para públicos restritos, que servem para divulgar a organização e ampliar o *networking* com jornalistas.

Antes de detalhar os projetos, convém falar um pouco de quem os realiza.

Quem são os articulistas e especialistas?

De acordo com a direção executiva, os articulistas são colaboradores intelectuais que procuram e são procurados pelo instituto para divulgar algum tipo de produção própria veiculada anteriormente em algum meio de comunicação. Tal cessão ocorre porque os articulistas compartilham dos valores do instituto – são colaboradores vinculados a outras instituições e que encontram no instituto uma forma de ampliar a divulgação do que publicaram, algo que não é incomum; o Instituto Liberal e o Instituto Liberdade contam com essa forma de *clipping*. Já os especialistas são pessoas que estão autorizadas a falar oficialmente em nome do Imil.

Nem sempre essa filiação, na falta de melhor expressão, está claramente explicitada por conta de motivo profissional: o especialista pode ser vinculado a alguma instituição acadêmica ou consultoria e muitas vezes prioriza a apresentação desse vínculo, quando entrevistado. Perguntei se tal prática guarda relação com algum receio de represália no ambiente de trabalho, a resposta foi negativa. Normalmente, estaria relacionada a razões contratuais, ou seja, por motivos profissionais é preciso se apresentar como membro de outra instituição que não o Imil. De toda forma, os especialistas são orientados a, quando possível, em algum momento, deixar claro verbalmente que estão relacionados à organização.

Perguntada sobre quantas pessoas estariam em cada categoria, Priscila Pinto respondeu que seriam “umas vinte”. Pedi uma lista com esses nomes em fevereiro de 2012 para acompanhar as ideias desses especialistas, ver como elas reverberavam nos meios de comunicação; repeti o pedido em outras ocasiões. Nunca recebi o rol contendo o nome desses vinte “notáveis”. Mas, ao menos, havia um indício: se falam em nome da instituição,

provavelmente foram apresentados como especialistas nos *podcasts* e *videocasts*. A realidade da pesquisa demonstrou que não, pelo contrário: essas classificações são desconstruídas mesmo quando se leva em conta apenas o que tem sido divulgado pela organização em seu portal.

Ao visitar o portal do Imil, era possível visualizar uma seção chamada “Articulistas e Especialistas”. Até 2010 o título era “Especialistas” e voltou a ser assim denominada em dezembro de 2012. Nela, estão os nomes que de alguma forma cooperaram com a organização, ou que supostamente deveriam ser sua “massa crítica”.

A partir do critério exposto por Priscila – qual seja, aqueles que estão autorizados a falar em nome da organização – optei por verificar como as pessoas são apresentadas no Portal: a) em suas biografias na seção “Articulistas e Especialistas”; b) nos podcasts; c) nos videocasts; d) na mídia; e) no blog; f) no blog mantido pelo Instituto no Portal da revista Exame, cujas publicações remontam ao ano de 2008; g) pela participação nos programas “Imil na Sala de Aula” e “Imil nas Redações”.

Um levantamento preliminar indicou que tal saída seria infrutífera. Alguém apresentado em uma reportagem de O Globo ou em audiovisual do Imil como especialista pode ser apresentado como “convidado” na biografia divulgada no portal; pode ser ainda chamado de especialista nos dois blogs, mas não ser reconhecido como tal na mídia. Pode ser considerado um especialista nos podcasts e nos blogs, participar de eventos como painalista, mas, ao ser citado na mídia, apresentado apenas como “professor da instituição...”. Ou, ainda, figurar como tal no rol de articulistas e especialistas, mas não ter sequer um único texto publicado no site. Pode ainda escrever para outros veículos e ter suas colunas reproduzidas no portal e, apesar de estar alocado na seção de especialistas, ter ao lado de seu nome o título de “convidado”; pode estar na lista de especialistas, mas ao participar de material audiovisual, ser apresentado como articulista – de todos os casos possíveis, esse é o mais recente.

São estes os casos, respectivamente, de: 1. O cineasta José Padilha; 2. O educador Naércio Menezes, cuja biografia figura como “convidado”; 3. Demétrio Magnoli, citado como especialista, economista e como sociólogo em podcast, videocast, blogs do Imil, mas não nos jornais quando em evento do Imil – e atualmente na lista de “convidados”; 4. várias pessoas na lista de especialistas, mas sem nenhum texto publicado, nem participação em material audiovisual – algo que também acontece na seção “convidados”; 5. Os jornalistas Guilherme Fiúza, Merval Pereira e Carlos Sardenberg, todos atualmente alocados na nova seção “Convidados”, mas apontados como especialistas em matéria do próprio site⁴⁸. 6. O antropólogo Roberto DaMatta, apresentado como articulista em sua biografia, mas alocado na seção “especialistas”.

No “Relatório... 2009-2010” foi publicada uma lista com 299 nomes sob a rubrica “articulistas e especialistas”. Desses, ao menos 46 tinham a observação “convidado”. No “Relatório... 2011”, a listagem era parcial, com a observação de que a lista completa poderia ser visualizada no site do Imil, porém essa lista completa tal como era em 2011 não se encontra mais disponível nem no portal e nem nos “Arquivos da Internet” (web archives) mantidos pelo programa Alexa. Já não há mais registro dessa informação, ela se perdeu, sem *cache*.

Em “articulistas e especialistas”, especificamente, havia pessoas sem textos publicados no portal; em alguns casos, eram nomes que participaram de algum evento, de algum podcast ou nem mesmo isso. Entre novembro e dezembro de 2012, houve uma alteração significativa: articulistas e especialistas foram subsumidos em uma única seção (especialistas) e outros nomes foram designados como “convidados”, em uma seção à parte. Alguns desses convidados apresentam centenas de textos no site, no que são mais produtivos do que especialistas que pouco ou nada publicaram; porém o conteúdo produzido não é exclusividade do portal Imil. São republicações de colunas em jornais e revistas. Doadores

⁴⁸ No caso de Merval Pereira, o blog “Bairros.com” do Portal o Globo publicou em 12 de junho de 2012 uma chamada para evento mediado pelo jornalista, chamado ainda de “especialista do Instituto Millenium”.

como Jorge Gerdau e Roberto Civita também estão na lista de convidados. Somando-se as pessoas listadas como especialistas (180 nomes) e as pessoas convidadas (49), tem-se o total de 229 pessoas; portanto, em 2012, são 70 colaboradores a menos do que nos anos 2009-2010.

Percebe-se que a distinção de quem é especialista, articulista ou convidado é bastante confusa. Não está ancorada em critérios de produtividade (número de textos submetidos, participações em eventos), nem em algum critério claro. Dado que até mesmo convidados são citados em textos produzidos pela equipe de comunicação do site como especialistas, penso que a tal lista de especialistas não existe e que os critérios que designam “quem pode falar em nome do Instituto” – isto é, quem está apto a ser encaminhado aos programas de rádio, televisão e entrevistas com jornalistas – é um critério subjetivo, quiçá ao sabor do momento. O que de fato existe é uma lista de nomes que se disponibilizaram para participar dos programas Imil na Sala de Aula e Imil nas Redações.



Figura 6 - Ramo de atuação dos especialistas

Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Com base na lista de especialistas divulgada em dezembro de 2012 no site, tem-se que os economistas constituem a maioria dos colaboradores (46 pessoas), seguidos por pessoas do mundo jurídico – juiz, procuradores de Justiça, advogados, consultores jurídicos, juristas (41 pessoas). Profissionais de Comunicação como blogueiros, publicitário (atualmente, apenas um) e jornalistas são o terceiro grupo mais representado, contando com 15 pessoas, mesmo número de cientistas políticos⁴⁹ e de empresários e empreendedores – este grupo não declarou formação ou profissão em suas biografias, destacando o maior peso da atividade empresarial em suas apresentações no site. No gráfico da página a seguir, Figura 7, seguem os números absolutos.

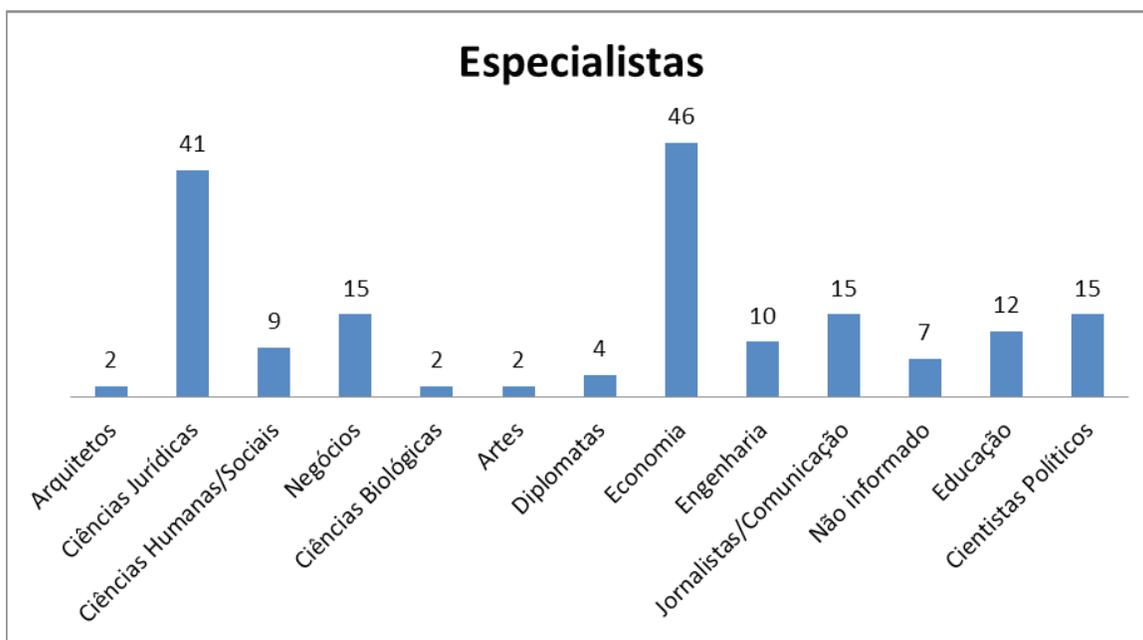


Figura 7 - Atuação dos especialistas (em números absolutos)

Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

No tocante à escolarização desse grupo tem-se que a maioria é composta por doutores (47) e um número significativo (32) de pessoas que “não informaram” seu grau de instrução – dentre os quais, cinco professores titulares de universidades públicas ou de

⁴⁹ Nessa amostra, os cientistas políticos se configuram como categoria à parte dos demais profissionais de Ciências Humanas/Sociais dado que em número, ultrapassam a soma de antropólogos, sociólogos, geógrafos e profissionais de Letras.

pós-graduação em instituições de ensino particulares. Desconsiderando-se tais professores do universo (que, supõe-se, tenham no mínimo a titulação de mestre), o Instituto Millenium tem como colaboradores 47 doutores e 32 mestres declarados.



Figura 8 – Instrução escolar dos especialistas⁵⁰

Fonte: Seção “Especialistas”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Considerando-se ainda o universo de especialistas, cerca de dezenove deles (mais de 10% do total de especialistas) estão inseridos em veículos de comunicação na qualidade de colunistas, articulistas, funcionários ou blogueiros de grandes portais de comunicação; ao menos dois são ex-funcionários de grandes veículos e há um empresário de comunicação. Ao todo, são vinte e dois especialistas com algum trânsito nesse meio (12,2% do total). Até dezembro de 2012, somados, os especialistas tinham publicado aproximadamente 3.105 artigos no portal do Imil – “aproximadamente” porque as atualizações do portal são diárias.

Em relação aos convidados, o universo é bem menor – são quarenta e nove

⁵⁰ Rótulos respectivos, da esquerda para a direita: Livre Docente; Pós-Doutor; Doutor; Doutorando; Mestre; Master of Business Administration; Mestrando; Pós-graduado (lato sensu); Bacharel; Não informado.

nomes. Em sua maioria, são economistas (16) e comunicadores (13). Considerando-se todos os convidados, ao menos 18 deles tem alguma presença nos mídia, como editores, articulistas e colunistas. O Globo (OG) é o jornal com maior número de articulistas e colunistas nesse universo: são 9, enquanto O Estado de São Paulo (OESP) está representado com 8 nomes. Em 6 casos, há duplicidade: o mesmo colunista publica em OG e em OESP.

Quando se leva em consideração as publicações da Infoglobo e do Grupo RBS, parceiro das Organizações Globo, tem-se 18 jornalistas (articulistas, colunistas, editores), sendo que um deles não especificou para qual veículo escreve. Desses 17 restantes, 11 deles publicam nessa família de veículos de comunicação: O Globo, Zero Hora, Revista Época. Outros 2 publicam no jornal “Valor Econômico”, uma propriedade conjunta de O Globo com a Folha de São Paulo. Nesse caso, ao menos 13 dos 18 articulistas (no total) colaboram com a Infoglobo. Outros 4 escrevem para as revistas Veja, Isto É e para os jornais Brasil Econômico e Folha de São Paulo.

A elevada escolaridade do grupo de especialistas se repete também entre os convidados. São 19 doutores e 10 bacharéis. 13 pessoas não informaram escolaridade, mas ao menos 4 completaram curso superior (3 economistas e 1 filósofo, ou seja, 30,7% dos que não informaram titulação). Creio ser a reunião dessas duas competências (técnica e social) o que aglutina o ativismo político dos especialistas reunidos no Instituto Millenium, uma vez que não há a informação de que eles recebam incentivo econômico para participar; pelo contrário, há dentre eles ao menos um mantenedor da instituição. Penso que o *networking* profissional que advém de se reunir em uma instituição e a conseqüente exposição na mídia que a assessoria de imprensa do Instituto Millenium proporciona não explicam isoladamente tal adesão.

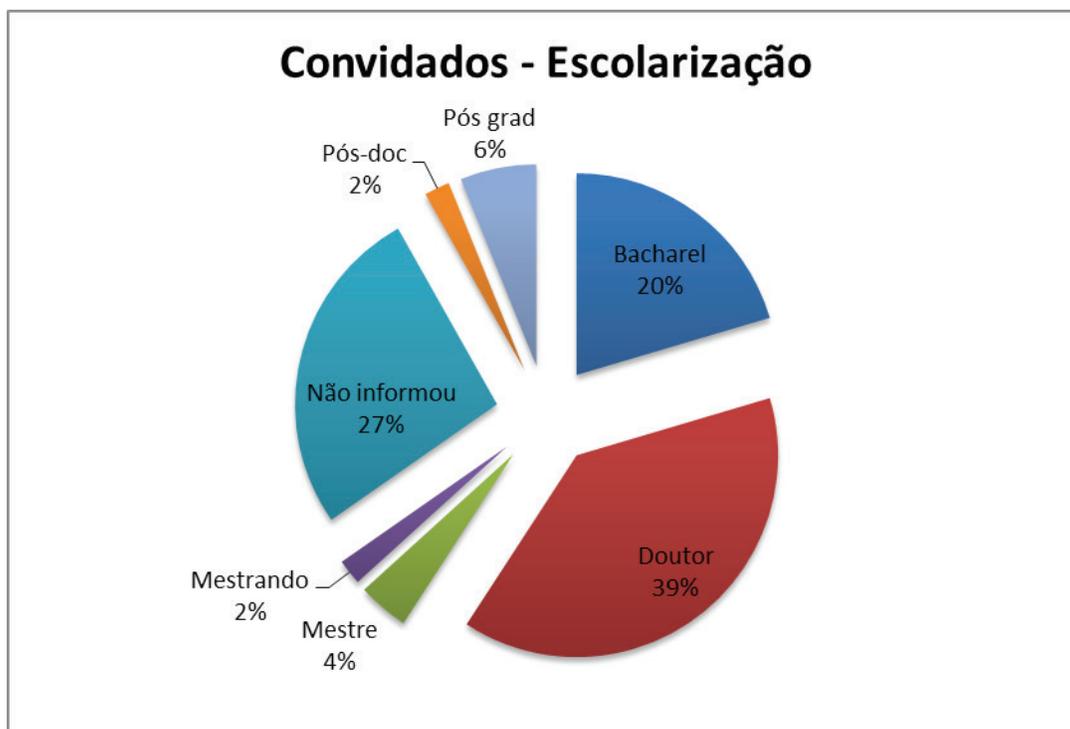


Figura 9 – Instrução escolar dos convidados

Fonte: Seção “Convidados”, Instituto Millenium. Elaboração: Luciana Silveira

Todo esse capital simbólico reunido remete ao que Pierre Bourdieu escreveu sobre a produção da opinião (cf. BOURDIEU, 2006, p.371-433) como parte de um projeto analítico maior sobre as classes. Especificamente, sobre o modo de produção da opinião, Bourdieu trata da “problemática legítima” ou “o campo do pensável politicamente” e a competência de quem responde um *survey*. Para Bourdieu, o sentimento de incompetência leva a recorrer ao *expert*, o detentor de capital simbólico – que vem a ser a forma reconvertida do capital econômico em Bourdieu, 2001 (p.211). O especialista – isto é, aquele que detém a competência técnica – para enunciar e responder às questões políticas, para “implementar uma cultura política específica”, deve também estar convocado a tal, ou seja, deve ser socialmente competente (BOURDIEU, 2006, p. 382-383).

Isso significa que a relação entre classe social e as opiniões políticas varia segundo a classe social, ou seja, segundo o modo de produção da opinião mais frequente nessa classe: a probabilidade de produzir uma resposta propriamente política para uma pergunta constituída politicamente cresce à medida que se sobe na hierarquia

social (e na hierarquia das rendas e dos diplomas escolares). (BOURDIEU,2006, p.400)

Além disso, tais especialistas tendem a se conduzir de acordo com a lógica do índice de audiência que, segundo Bourdieu (1997), permeia os conteúdos dos noticiários. Para Medvetz, esse especialista é do tipo “jornalista”, uma vez que simplificam ideias complexas, o suficiente para que caibam em sonoras e no tempo do jornal (MEDVETZ, 2006, apud TEIXEIRA, 2007, p.75-76); são *fast thinkers* que oferecem ideias pré-digeridas, propensos a se tornar fontes jornalísticas, sempre dispostos a uma entrevista ou artigo (BOURDIEU, 1997, p.38-41).

A interação entre os profissionais de ambos os segmentos – centros de pensamento e imprensa – resulta no funcionamento do sistema-perito, que produz notícias e reportagens. Tais notícias e reportagens são informações; como tais, são verdades, mas não pelos critérios da verdade científica: são verdades seletivas, uma vez que os meios de comunicação, segundo Luhmann (2005, p.57-64), se interessam pelo que é “verdadeiro sob condições fortemente restritivas”. Assim, para que um especialista seja relevante para os meios de comunicação como notícia, é preciso que também ele atente para as condições da notícia, que não são as mesmas condições da verdade científica que, em alguns casos, lhe possibilitou o acúmulo de capital simbólico – tautologicamente, sem o qual ele não seria um especialista e não teria direito a participar da verdade representada.

É preciso que a notícia obedeça a alguns critérios, todos ou em parte: nova e padronizada, uma espécie de surpresa produzida em série (economia, esportes); que ofereça quantificações (índice de inflação, dados territoriais, mortos em acidentes, vítimas de fraude) passíveis de produzir “os efeitos a-há!”, referentes a acontecimentos facilmente situáveis (local e cronologia) e comparativos (índices de desemprego); que tenha relevância local; que diga respeito a conflitos, uma vez que esses envolvem ganhadores e perdedores futuros, ensejando “adivinhações” de especialistas (como as eleições); que digam respeito

à transgressão à norma, tratadas como escândalos que “podem produzir um sentimento geral de que todos foram atingidos e estão indignados” (sendo que a transgressão noticiada produz a norma). Essas transgressões são selecionadas para conjugação com julgamentos morais que proporcionam “pessoas valorizadas ou desrespeitadas”. Para fins de formação de opinião, as violações da norma são atribuídas sempre a agentes, sem que os contextos complexos das ações sejam informados – a não ser para “deslocar méritos ou acusações”. (LUHMANN, 2005, p.57-64)

Programas e Projetos (2011-2012)

O programa Imil nas Redações passou a se chamar, em dezembro de 2012, “Millenium nas Redações”. Em síntese, o programa consiste em palestras de uma hora e quinze minutos, realizadas nas redações dos jornais solicitantes. Foram realizadas cinco edições no ano de 2012, primeiro ano de funcionamento do projeto: duas em São Paulo (Meio & Mensagem; Brasil Econômico), uma em Espírito Santo (Gazeta do Espírito Santo) e duas em Curitiba (ambas na revista “Mês”). Duas dessas palestras tinham temática jurídica (reforma do Judiciário e a ação penal conhecida como “Mensalão”; Lei da Ficha Limpa e Lei de Acesso à Informação) e as outras três versaram sobre economia (crise econômica e crise do modelo desenvolvimentista). Dentre os cinco palestrantes, três são economistas, um é advogado e o último, cientista político.

O tema da palestra e o especialista palestrante são escolhidos em acordo com o jornal, sempre tendo como premissa os valores defendidos pela instituição (democracia, Estado de Direito, economia de mercado e liberdade). Da lista de 180 especialistas, 27 foram disponibilizados em dezembro (ou desde dezembro) de 2012 para participar desse projeto – todos são nomes que figuram também na seção “Especialistas”. Desses, 4 também estão disponíveis para participar do Imil na Sala de Aula: dois pós-doutores, um doutor e um bacharel, sendo que apenas um deles escreve em jornal (Valor Econômico). Os outros dois

tendem a aparecer no canal de televisão pago, GloboNews.

Esse projeto não conta com a mesma divulgação do Imil na Sala de Aula, primeiro programa lançado pela nova direção executiva, contratada no segundo semestre de 2011. O projeto foi divulgado por meio de campanha televisiva exibida na rede SBT e na rede Globo, como descrito anteriormente neste capítulo.

Para esse projeto, o Imil disponibilizou 12 especialistas, mediante consulta de disponibilidade, sendo que um deles figura como “convidado” no site e o outro não é citado em lugar algum. Para receber um palestrante, o professor universitário entra em contato com o instituto; escolhem o tema, o especialista e ao final da palestra, os alunos são solicitados a entregar pequenas redações sobre o assunto abordado. Poucos foram os ensaios disponibilizados no site do Imil até o início de novembro de 2012, sendo que alguns dos nomes clicáveis não remetem aos textos, mas a outras formas de colaboração no portal, remetidas por outras pessoas. Foram visitadas, até o momento (dezembro de 2012), 5 universidades públicas e 5 instituições de ensino superior privadas, no total de 10 edições (a Universidade Federal de Grande Dourados, onde o especialista Henrique Sartori leciona, recebeu o projeto 2 vezes).

Uma vez mais, a fronteira sobre quem é “especialista do Instituto Millenium” se torna borrada, dado que nomes que figuram no site como convidados também já participaram do “Imil na Sala de Aula”: o economista Gustavo Franco, o engenheiro Eduardo Moreira e o ex-reitor da UFPE (Universidade de Pernambuco), Mozart Neves Ramos.

A premissa do Imil nas universidades é promover a interação entre seus especialistas e o público universitário, que tem sido a clientela prioritária das organizações pró-liberdade, ao menos desde a fundação do IL no Brasil (veja Gros, 2003). Se nos anos de 1990 foi cunhada a expressão “mercado de ideias” em referência aos produtos dos *think tanks*, do que realmente se trata, nos *advocacy think tanks* no Brasil, é o que Hayek chamou de “guerra de ideias”. Vender livros e artigos, lucrando com isso, não é o objetivo principal

do Imil e de outras organizações semelhantes, mas sim oferecer o contraponto do que julgam ser as ideias dominantes no ambiente acadêmico, ainda que sob o discurso dos “clientes” desse mercado de ideias. Para tal, lançam mão não apenas dos portadores de diplomas que se inserem profissionalmente no mercado (refiro-me à iniciativa privada e às organizações de Terceiro Setor), mas também daqueles que, na qualidade de professores, já fazem parte do meio acadêmico. Acredita-se, nesse meio, que o ambiente acadêmico não está tomado pelo pensamento conservador, como afirmam Gros (2003, p.19) e Texeira (2009, p.137), mas pelo pensamento estatizante e coletivista – outros rótulos para o socialismo e para o comunismo.

Influenciar pessoas com potencial para doação de recursos e que exerçam influência são, sem dúvida, objetivos declarados, como atesta o discurso de Hélio Beltrão na sede do Mises Institute, dessa vez não na qualidade de especialista do Imil, mas de fundador do Instituto Mises Brasil:

Organizações, empresas, ou instituições de sucesso são formadas por gente boa trabalhando em equipe. Ponto. Não são formadas por ideias e nem por livros. Elas são formadas por pessoas que *entendem o ambiente social, pessoas dotadas de grandes discernimentos e que sabem como difundi-los, que possuem as melhores conexões (o que ajuda a obter financiamento)* e que colocam toda essa capacidade de execução para alcançar os objetivos. (...) Uma equipe de gente notável precisa *saber filtrar, traduzir e transmitir as ideias para jornalistas, escritores, editores e outros formadores de opinião*. Chamo de formadores de opinião aqueles 20% da população capazes de captar e agir sobre uma ideia. Estes são os nossos mais óbvios consumidores (BELTRÃO, 2011, grifos meus).

Veja que não se requer apenas um diploma e nem expertise técnica, mas uma vontade de *agir*, um *chamamento* – ou o que Bourdieu chamou de “sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica” (BOURDIEU, 2006, p.383). Há que se ter a capacidade de filtrar ideias e também discernimento ou, o que Rodrigo Constantino, especialista e membro fundador do Imil chamou de *bom senso* em sua definição de liberalismo: “Quando você começa a pensar um pouco mais com base em certos princípios e não no meu interesse ali, você começa

claramente a cair no âmbito da defesa do liberalismo” (“Conceituando o Liberalismo”, 10 de setembro de 2012, 1:22 - 1:33). Ressalto que, em relação ao que pensam os dois economistas a respeito do papel do Estado e das políticas públicas, por exemplo, e o que está expresso na carta de princípios da organização, há discrepâncias que ora não apresentarei por se tratar de um estudo de caso que tem por objeto a instituição, e não as obras de Beltrão e Constantino. Não há entre os indivíduos que cooperam com o Instituto Millenium um pensamento único, homogêneo; o liberalismo e o conservadorismo, duas coisas distintas, permitem variações. Assim, convém se ater às ações e projetos da organização.

Organização

Quanto ao processo decisório do Imil, a diretora executiva afirmou que os membros da Câmara de Mantenedores e do Conselho de Governança se reúnem com a Direção Executiva, que apresenta a eles possíveis ações para tópicos específicos. As propostas são negociadas e votadas. Quando aprovadas, a Direção Executiva recebe permissão para procurar parceiros que viabilizem financeiramente os projetos, o que me levou a questionar as fontes de receita do instituto e a influência dos mantenedores em suas linhas de atuação. Priscila afirmou que o Imil se classifica como um centro de pesquisa, um *think tank* voltado para *advocacy* (divulgação de valores e conscientização a respeito deles), priorizando a interação com intelectuais e *think tanks* locais para propor soluções nacionais para problemas nacionais – o que corrobora a tipologia proposta até aqui nesse trabalho; os critérios que surgiram no decorrer da entrevista são essencialmente os mesmos apontados pela classificação ortodoxa sobre o tema: recursos privados, independência na formulação de agendas e produção de pesquisa, busca de inserção na mídia, formação de opinião e influência no clima de opinião pública, exceto pelo importante adendo de que o Imil está apto a receber recursos públicos, ainda que indiretamente, isto é, as doações abatidas em imposto de renda; algo que a organização nunca teria recebido, segundo Paulo Uebel. O

propósito do Imil é “conscientizar o cidadão” e “divulgar pontos de vista divergentes”, de acordo com entrevista de Priscila Pinto à Rádio Abert.

Perguntada sobre ingerências exercidas pelos patrocinadores nos temas e eventos, a diretora-executiva sustentou que a forma de escolha dos eventos e assuntos pertinentes é autônoma, sem influência de empresas mantenedoras: por não haver uma agenda anual fechada de eventos a realizar (“não somos uma empresa de eventos”), isso dificulta o fechamento de patrocínios em bloco, devendo-se, portanto, buscar patrocínios pontuais.

Em conversas informais com ativistas liberais e libertários, houve restrições quanto às diretrizes da instituição. Priscila Pinto compreendeu que o instituto é uma OSCIP, uma forma de organização que depende principalmente da captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas para poder se manter e desenvolver suas atividades; criar atritos com políticos ou governos de turno pode afastar patrocinadores. Os ataques frontais a algumas personalidades políticas “foram deixados de lado”, mas indiretamente retomados na repercussão da ação penal conhecida como “mensalão”, em julgamento no Supremo Tribunal Federal. Para se referir às questões de patrocínio, Priscila fez uso do termo “competitividade sustentável”, designando a concorrência entre OSCIPs e ONGs na busca por patrocínios. O fenômeno pode ser interpretado como a outra face da responsabilidade social. As empresas estudam criteriosamente como apoiar publicamente esta ou aquela organização pode refletir em sua imagem.

A instituição se tornou mais palatável, mas com a cobertura dos veículos tradicionais sobre o caso no STF – e a tese de que as empresas de comunicação são responsáveis pela condenação da ala política envolvida na ação – os chamados “blogueiros sujos” e uma parte da imprensa não-alinhada aos grandes grupos de comunicação chamou para si as reportagens sobre a “nova direita” e o Instituto Millenium.

Nesse aspecto de “soluções nacionais para problemas nacionais”, a atual direção

se distanciou de institutos liberais como IMB e Ordem Livre, vinculada ao Cato Institute (essencialmente libertários), especialmente no que tange o ideário econômico e sua relação com especialistas estrangeiros. As parcerias internacionais existem tanto com a Atlas Foundation quanto com o Cato Institute, mas não abrangem financiamento e, no momento, nem mesmo visitações de especialistas. Priscila fez questão de ressaltar, porém, que tanto o IMB quanto a Ordem Livre são parceiros próximos; ela tentou desfazer a impressão de distanciamento “afetivo” das duas organizações. Ao se analisar a lista de “articulistas e especialistas” do Imil, o motivo disso está claro: alguns de seus colaboradores são também membros ativos nas duas instituições.

Para Priscila, a exposição do nome do Instituto é relevante, porém não é vital. Importa que o jornalista saiba que o especialista é uma fonte do Imil; importa, portanto, que o jornalista saiba de *quem* é a fonte, para contatos futuros. Isso não foi dito apenas na entrevista que realizei, mas reiterado na entrevista à Rádio Abert. Da mesma forma, importa ao Imil não oferecer opiniões consensuais; elas podem ser dissonantes, desde que atreladas aos valores centrais da instituição. Por exemplo, a já referida questão da campanha pelo voto distrital versus proporcional – ambas encontram ressonância no âmbito do instituto. A intenção é fomentar o debate e clarificar conceitos sobre questões que nem sempre estão claras para o leitor/eleitor, de acordo com a diretora-executiva. Mas é fato que o Imil tem posição institucional fechada neste caso, a favor da mudança eleitoral – de novo: há divergências e heterogeneidade nas ideias dos especialistas e colaboradores, apesar da tomada de posição oficial da organização. No tocante ao especialista-fonte, isso se aproxima do tipo “jornalista”, de Medvetz (2006); e remete à funcionalidade de “agência de publicidade ou empresa de comunicação” (GOLD, 2004 apud TEIXEIRA, 2007, p.90) do instituto, próprio dos *advocacy think tanks*.

Ainda no tópico das relações com jornais e jornalistas, perguntei sobre o patrocínio de grupos de comunicação, que não tendem a ser protagonistas ativos em

instituições similares de outros países. Segundo Priscila, o patrocínio dessas empresas não implica em inserção imediata dos conteúdos produzidos pelo Imil – o que leva a questionar se de fato tal inserção é necessária, já que o patrocínio implica na afinidade de valores. Há também troca de banners com mantenedores e parceiros (exposição virtual de banners), como é o caso com o grupo Estado. De acordo com Priscila, é preciso criar o *fato jornalístico* que pode ser um evento de repercussão ou a oferta de um especialista como fonte sobre um assunto premente da atualidade para atrair imprensa; sem isso, não há garantia de que o conteúdo produzido encontrará inserção imediata mesmo junto aos parceiros. Penso que a questão central é a afinidade de pontos de vista entre os produtos oferecidos pelos veículos e o ideário defendido pelo instituto e essa é minha premissa para o desenvolvimento do Capítulo 3.

É possível concluir, até pelas declarações de Priscila Pinto, que a atual gestão do Imil se posiciona a favor do papel de mediação do Estado e os interesses plurais existentes na sociedade e de um piso de proteção social, no que apresenta pouco apelo para os anarcocapitalistas⁵¹; mostra-se a favor de redução da carga tributária, da conscientização sobre a importância da classe política e do combate à corrupção e a favor da transparência na gestão pública, tópicos que tem sido tema de campanhas pontuais da instituição. O instituto se manifesta ainda a favor da liberdade de associação, ainda que não apoie a criação de novos partidos, mas sim a racionalização dos partidos políticos no Brasil; e também a favor da flexibilização da legislação trabalhista, com base na liberdade do indivíduo em vender sua força de trabalho da forma mais lucrativa para si, sendo que o consumo é precedido pela produção individual correspondente.

A se julgar a atuação do Instituto Millenium na internet em 2012 e as posições institucionais acima explicitadas, é possível rever o modelo de *advocacy think tank*

51 Assim como os anarquistas, os anarcocapitalistas se opõem aos governos estatais, propondo a substituição do Estado pelo livre mercado em todas as instâncias, inclusive administração da Justiça. É uma radicalização da Escola Austríaca que tem como principal expoente Murray Rothbard (2012).

desenhado pela organização em suas duas primeiras gestões com Patrícia Carlos de Andrade⁵² e Paulo Uebel. O reposicionamento do instituto não implica em abrir mão da divulgação de seu ideário e do exercício da influência junto aos meios de comunicação, pelo contrário; sua eficiência depende disso.

Imil – modus operandi

Os jovens continuaram sendo seu público-alvo, um fato que não chega a ser novo, em se tratando de organizações liberais: em sua tese de doutorado, Gros (2003) aponta para o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e a Associação de Jovens Empresários, ambas criadas no Rio Grande do Sul em 1984, caracterizando a primeira como “uma organização fechada, na qual o ingresso é reservado a jovens empresários, que têm como objetivo formar novas lideranças empresariais dentro da perspectiva liberal” (GROS, 2003, p. 13). O acesso é restrito a empresários indicados pelos seus sócios e a instituição mantém vínculos com o Instituto Liberal (RS), uma vez que “vários de seus diretores fazem parte também da diretoria do IL-RS” (Gros, p.133, 2003).

O IEE e sua versão paulista – o Instituto de Formação de Líderes (IFL) – seguem priorizando os jovens empresários e empreendedores, mas há uma gama de instituições que tem tido como público-alvo os jovens universitários: é o caso do Instituto Millenium, do *think tank* Ordem Livre, do Mises Brasil e do recente Estudantes Pela Liberdade (EPL), movimento que tem por instituição mantenedora o ainda mais recente Instituto para o Desenvolvimento Econômico, Institucional e Social (IDEIAS).

O mercado de ideias se transferiu para uma frente de batalha antes própria dos partidos políticos e do movimento estudantil e que já se manifesta em alguns *campi*

⁵² Não há documentação suficiente para se abordar a gestão de Patrícia Carlos de Andrade. Um balanço de sua gestão feito criticamente por ela mesma pode ser encontrado no texto “Quatro anos de Instituto Millenium”, no qual ela relata que este era “um período curto diante do projeto ambicioso do instituto”, constatando ainda que “houve uma piora significativa do ambiente, em relação à nossa missão e a grande maioria dos valores que defendemos”, referindo-se ao clima de opinião e à conjuntura brasileira pouco favorável aos valores defendidos pela organização.

de universidades: liberais de diferentes cepas (os chamados “austríacos”, os “Chicago boys” e os “libertários”) se unem em chapas eleitorais para a disputa de centros e diretórios acadêmicos, tendo sido este o caso da Chapa Reação na USP e da Aliança pela Liberdade, esta última vencedora das eleições pelo Diretório Central dos Estudantes da UnB em 2011.

No campo da política partidária, ao menos dois partidos derivados de instituições liberais estão próximos de se lançarem oficialmente: o Partido Federalista, do conservador Instituto Federalista, e o Partido Libertários, apoiado pelo Portal Libertários e pelo Instituto Mises Brasil. Perguntei à Priscila Pinto, diretora executiva do Imil desde 2011 como o instituto se posicionava em relação a esses partidos, e sua resposta manteve oficialmente o tom apartidário que se espera de uma OSCIP.

É possível vislumbrar duas frentes de influência na atuação de qualquer *think tank*: a opinião pública, e o conseqüente espírito de uma época, e os decisores políticos. Para se atingir a opinião pública, são necessários, *grosso modo*, a realização de eventos, debates, palestras, publicação de artigos, panfletos e alguma ressonância nos meios de comunicação. Todos esses institutos visam o reconhecimento dos jornalistas. Como atingir a grande imprensa e, por consequência, os não-iniciados no liberalismo e suas vertentes conservadoras ou libertárias, é uma pauta quase perpétua entre os liberais. Quanto aos decisores políticos, eles podem constituir o público-alvo de eventos para formadores de opinião, de publicações específicas e direcionadas. Mas conseguir a atenção de jornalistas e de políticos demanda uma ação direta, como a ordem de um chefe de redação ou a doação de campanha; ou ainda, a *rubrica da ciência*. Essa não é uma questão nova no Brasil. Os intelectuais vinculados ao Grupo de Itatiaia e que formaram, posteriormente, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), já se preocupavam com a aplicação prática da Sociologia no diagnóstico e resolução dos problemas nacionais “de nosso tempo”.

Ações como o Imil na Sala de Aula consistem, basicamente, em palestras com tema escolhido pela instituição que recebe o palestrante; este, porém, é livre para interpretar

o tema previamente acordado da forma que melhor preferir. Essa classe de eventos é uma aposta de médio e longo prazo no que Inglehart e Welzel (2005) chamaram de “mudança cultural”, concebida como lento processo de desenvolvimento humano, baseado em valores de auto expressão. Essa teoria de modernização está centrada nos valores professados pelos indivíduos, que estariam conectados às instituições do regime democrático. Transformando-se os valores individuais, seriam transformadas as práticas e, conseqüentemente, as instituições.

O “Imil nas redações” também é, essencialmente, uma palestra de tema escolhido pelo veículo de comunicação, com enfoque livre por parte do palestrante. As duas ações apresentam focalização – isto é, destinam-se a públicos específicos – e apresentam os mesmos propósitos: a mudança cultural e a formação de multiplicadores.

Considerações

Alguns autores que se ocupam do estudo de *think tanks* no âmbito das Políticas Públicas e da Ciência Política, como visto no Capítulo 1, apontam a existência dessas instituições como uma demonstração salutar da sociedade civil organizada. Esse pensamento desejoso (*wishful thinking*) da participação política cidadã pode ser remontado, no mínimo, à obra clássica “Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville no século XIX, para quem o associativismo civil naquela nação seria responsável pela manutenção da liberdade. Essa tradição de pensamento das virtudes cívicas com ênfase cultural se mantém com Almond e Verba nos anos 60 (“The Civic Culture”) e com Putnam (“Comunidade e democracia”) e seu capital social nos anos 90. Mas a multiplicidade de formatos possíveis para uma organização *think tank*, com seus apelos de neutralidade científica e objetividade, não comprova a suposta vitalidade da sociedade civil na China, por exemplo. A concentração de atores na paisagem dos *think tanks* liberais no Brasil, tampouco; ela sugere a existência de baixa circulação nas elites que tomam a iniciativa de fundar e patrocinar uma instituição do gênero, mas também

naquelas supostas a se filiar ideologicamente a elas. A pluralidade nos quadros de direção é aparente, mas não se pode afirmar categoricamente que não há participação de base nessas associações.

Os valores defendidos pelo Instituto Millenium em sua carta de princípios, linha editorial e “missão, visão, valores” correspondem a uma vertente de liberalismo que não considera a existência do Estado um entrave *per se*, mas parte da premissa de que o aparelho estatal deve ser otimizado, tornando-se um *eficiente* prestador de serviços à sua clientela pagadora de impostos. Tal Estado não deve interferir diretamente nos mercados e nem na sociedade, o que configuraria assistencialismo; sua classe política deve estar sob exame contínuo e constante, a fim de que o populismo e o messianismo não vicejem. Para o Instituto Millenium, não há conflito quando pessoas ou entidades parceiras têm posicionamentos divergentes, desde que comunguem dos valores e princípios que estão subsumidos nos quatro valores principais (democracia, economia de mercado, estado de direito [sic] e liberdade): direito de propriedade, liberdades individuais, livre iniciativa, afirmação do individualismo, meritocracia, transparência, eficiência, democracia representativa e a igualdade perante a lei.

Por meio das definições destes valores é possível compreender que o Instituto Millenium qualifica-se como uma organização liberal sob os pontos de vista político e econômico, mas preocupada com o tamanho e o papel do Estado especialmente no que toca a carga tributária, a corrupção dos agentes públicos seguindo as premissas do Consenso de Washington e a responsabilização dos agentes nas transgressões à norma.

Se o Imil influencia a mídia, é de se esperar que tal ideário esteja refletido, ainda que parcialmente, no enquadramento das linhas editoriais dos jornais.

CAPÍTULO 3

Estou me lixando para a opinião pública. Até porque a opinião pública não acredita no que vocês escrevem.

(Sérgio Moraes, então deputado PTB-RS)

Introdução

No Capítulo 1, apresentei brevemente a *accountability* societal. O aparato dessa forma de *accountability* ou responsabilização engloba os meios de comunicação, os partidos políticos, promotores de justiça e quaisquer agências de supervisão governamental ou de Terceiro Setor que, desprovidas do poder de exercer sanção penal, ainda assim podem desempenhar o papel de alarmes de incêndio ou cães de guarda, até que o Poder Judiciário atue. Em outras palavras, tais agentes destacam ações de outros agentes, passíveis de sanção. Em um regime democrático liberal, a imprensa livre é chamada de “quarto poder” em função do seu papel como *alarme de incêndio*, isto é, de vigia sem poder de sanção penal. Cumpre ressaltar que o Instituto Millenium tem atuado no sentido de desempenhar o papel de alarme de incêndio ou ainda de “conscientizador” na medida em que se posiciona acerca de arranjos institucionais com vistas a combater a corrupção, da mesma forma que repercute em seu portal notícias com essa temática⁵³; mas não se restringe a isso, ao repercutir temas e escândalos da prática política do país.

A cobertura midiática exerceria assim um papel importante ao permitir que os institutos divulguem efetivamente suas mensagens. Ao procurar a organização A ou B, o jornalista tem a certeza de tratar com um *especialista*; sabe que pode basear-se no que o outro diz, em decorrência de sua “autoridade intelectual”, o que diminui o risco de dizer ou escrever algo inapropriado. Além disso, ao procurar esse ou aquele especialista vinculado a

⁵³ Veja a “Página da Cidadania” em (<http://www.imil.org.br/pagina-da-cidadania/>); Seção Política (<http://www.imil.org.br/tag/politica/>); e a divulgação de artigos publicados em jornais pelos especialistas do Instituto, bem como clipping de notícias que estejam de acordo com a linha editorial da organização (<http://www.imil.org.br/categoria/divulgacao/clipping/>).

um *think tank*, o jornalista sabe de antemão qual deve ser sua posição face um dado tema – e esta tende a ser a mesma posição do jornalista ou do veículo por ele representado, de acordo com Abelson (ABELSON, 2009, p.85-87).

A respeito da acentuada demanda por velocidade no trabalho jornalístico, já apontada por Bourdieu (1997), Miguel escreve que “o processo industrial de produção da notícia (...) força os jornalistas a buscarem a informação nos locais de onde ela brota de maneira mais rápida e segura: as assessorias de imprensa dos governos e das corporações” (MIGUEL, 2001, p.21). A busca das mesmas fontes e das mesmas notícias leva às “visões de mundo pouco díspares”, conforme Miguel. Com essa concepção, concordam ainda Bourdieu (1997) e Francisco Fonseca (2005).

Como já foi referido, McGann e Weaver (2002) também apontam o papel midiático como importante para os analistas e suas organizações. Da mesma forma, Denham e Garnett (1996) pontuam que os *think tanks* foram prestigiados, ao fim e ao cabo, não pelos políticos nem pelos economistas ou por eleitores, especificamente; mas pela mídia, o que contribuiu para que, após a vitória do Partido Trabalhista, surgissem centros de pesquisa de esquerda na Grã-Bretanha. A respeito da imprensa, os autores dizem: “O oxigênio da publicidade é essencial aos *think tanks*, e a habilidade de impressionar jornalistas com o valor de notícia de seus achados pode ao menos assegurar que estes sejam amplamente discutidos.” (DENHAM, GARNETT, 1996)⁵⁴.

No caso ora em estudo, foi possível verificar que as referências nominais ao Instituto Millenium nos três grandes veículos nos anos de 2006 a 2012 não o credencia a um papel destacado como fonte jornalística, apesar do número de inserções em matérias jornalísticas que o Imil divulgou em seu último Relatório de Atividades (2011). Sendo uma OSCIP, mas antes disso, uma organização apartidária, o Imil também não pôde participar de campanhas políticas oficialmente, restando apenas as “conferências e apresentações perante

⁵⁴ “The oxygen of publicity is essential to think tanks, and the ability to impress journalists with the news value of their findings can at least assure that these are widely discussed” (DENHAM, GARNETT, 1996)

ministros”. Não foram muitos eventos organizados pela instituição que contaram com a presença de ministros, e estes poucos contaram com cobertura jornalística. Assim, optei por levar em consideração a linha editorial e a carta de princípios da organização (apresentadas no Capítulo 2) face os editoriais de jornais, em busca da convergência de pensamentos: a defesa do liberalismo. Fundamentalmente, quero saber se os valores essenciais dessa vertente liberal específica são contemplados na imprensa, admitindo-se que são muitos os liberalismos (inclusive associados ao conservadorismo), da mesma forma que são múltiplas as esquerdas na contemporaneidade.

I. Escolha dos veículos de comunicação

Foram escolhidos os jornais Folha de São Paulo (FSP), O Estado de São Paulo (OESP) e O Globo (OG) em função do caráter “objetivo” desses diários, em oposição aos jornais “sensacionalistas”; adotando a distinção feita por Bourdieu entre essas duas formas, os periódicos “objetivos” propõem “análises e comentários” e não apenas notícias “sensacionais”, o que lhes granjeia o “reconhecimento dos pares” e também da maioria – isto é, do mercado (BOURDIEU, 1997, p.105).

A escolha desses veículos impressos para constar da análise se deu em função de circulação/tiragem e audiência *qualificadas*, ou seja, não só tiragem quantitativa: em que pese a imprecisão dos dados existentes acerca de “quantos diários existem no Brasil” e “quantas pessoas constituem o público leitor”, sabe-se que a cobertura dos temas políticos e econômicos reverberados nesses veículos citados pode até ser desqualificada por parte do público leitor *em potencial* como “cobertura parcial” ou partidária, mas de toda forma *pautam* os temas do debate público setorizado por conta do seu público-alvo: políticos, empreendedores, empresários, professores universitários, decisores. Assim, são considerados jornais *objetivos* em oposição a outros periódicos considerados *sensacionalistas*. A medida de sucesso dos primeiros é sua credibilidade e reputação, seus “valores internos”; a dos

segundos, sua audiência em números e fatias de receita. Além do mais, os três jornais oferecem assinaturas digitais de seus conteúdos para leitura *web*, o que amplia sua circulação para além do jornal impresso.

Se a seleção dos jornais fosse feita estritamente com base em números, utilizando-se esse único critério para identificar os maiores jornais do Brasil, o “Super Notícia” (MG) e o “Extra” (RJ) também deveriam figurar entre os diários escolhidos para análise nesta pesquisa. “Super Notícia” e “Extra” são, respectivamente, o primeiro e o terceiro lugares no ranking da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Esses jornais não primam pelo jornalismo político ou de comentários e configuram um fenômeno em si que merece ser estudado: a existência de públicos que não são atingidos pelo discurso político tradicional e nem pelos jornais tradicionais.

Consideremos os dez primeiros colocados na lista da ANJ⁵⁵. Destes, quatro são jornais que podem ser chamados “tradicionais”: A Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo ocupam, respectivamente, os 2º e 4º lugares. Completam a lista de veículos tidos como “sérios” os jornais O Globo (RJ, 5º) e Zero Hora (RS, 6º). O restante é composto de diários de apelo popular, a maioria em formato tabloide e com ênfase em noticiário esportivo e notícias policiais: além dos já citados “Super Notícia” e “Extra”, podem-se apontar “Daqui” (GO, 7º), Diário Gaúcho (RS, 8º), Correio do Povo (RS, 9º) e Meia Hora (RJ, 10º) na composição do *ranking*.

Todos os dez integram grandes grupos de mídia e comunicação que possuem outros jornais, mas considerando-se apenas os dez primeiros colocados, eis a distribuição das fatias: Grupo Folha, Grupo Estado, Grupo Ongoing, Organização Jaime Câmara, Record, Grupo RBS (dois jornais), Organizações Globo (três jornais), lembrando que o Grupo RBS é parceiro associado das Organizações Globo nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ou seja, dos dez maiores jornais do Brasil, ao menos metade pertencem

⁵⁵ Disponível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

aos parceiros Grupo RBS e Organizações Globo – esta última, representada na composição do Instituto Millenium.

A propriedade cruzada dos veículos e o compartilhamento de profissionais e notícias entre os veículos da mesma “família”, ainda que presentes em diferentes meios ou plataformas, são demonstrações do caráter oligopolista do setor: nos anos de 1990, 90% da imprensa estava nas mãos de 15 grupos econômicos (CAPPARELLI, LIMA, 2004 apud ZANCHETTA, 2004, p.27-28), sendo que atualmente os quatro maiores estão concentrados nos estados de São Paulo (Abril, Folha, Estado) e Rio de Janeiro (Globo) (PILAGALLO, 2011, p.10), estados representativos na composição do Produto Interno Bruto nacional.

Para fins analíticos, os meios de comunicação não serão considerados aqui como expressões de corporativismo, pura e simplesmente. Claro que se admite a existência da faceta mercadológica na elaboração de pautas e agendas, mas a distribuição de poder pela organização jornalística (a posição ocupada pelo jornalista dentro da organização), bem como sua posição no campo da mídia – dada por indicadores simbólicos e também concretos, como fontes de receita – são determinantes; o ímpeto pelo lucro não explica tudo (cf. BOURDIEU, 1997). A credibilidade de um veículo *objetivo* é também um empréstimo da credibilidade dos jornalistas, dos articulistas e de suas fontes (os especialistas).

II. Procedimentos

A relevância de se analisar as linhas editoriais está dada pela capacidade dos meios de comunicação de, juntamente com seu público, formar uma agenda do que tem valor para ser noticiado, por vezes sugerindo sobre o que a opinião pública deve refletir e sobre o que as pessoas devem conversar, ainda que não obtenha pleno sucesso em ditar como se deve pensar a respeito dos assuntos determinados (MCCOMBS, SHAW, 1972 p.177; ZANCHETTA, 2004, p.16). Parte-se do princípio de que há capacidade de formação de agenda (*agenda setting*) e uma correlação consistente entre os assuntos tratados pelos

meios de comunicação e os assuntos que o público julga importantes (CAPPELLA, JAMIESON, 1997, p.81-82). Na medida em que o receptor da mensagem não faz parte da presente equação, o enquadramento (*framing*) dos tópicos torna-se mais importante; o enquadramento diz respeito à como um tema é tratado nos mídia, em um convite a algumas inferências enquanto suprime outras (CAPPELLA, JAMIESON, p.83; STREET, 2001, p.36-38).

O sociólogo Pierre Bourdieu sustenta que “os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita” (BOURDIEU, 1997, p.30) não só em função das restrições às quais os veículos estão sujeitos, mas ainda porque há um “jogo de espelhos”: se um jornal publica algo, os outros também devem publicar, mesmo que não julguem “algo” significativo. Há o receio de que os leitores possam abandonar uma publicação, se esta não publicar determinada notícia ou “cancelar a meteorologia” (LUHMANN, 2005, p.32). Bourdieu se referia aos veículos de comunicação franceses, mas, com base nesse raciocínio, foi possível delinear a amostra desse capítulo, ou seja: a reflexão do sociólogo francês se aplica também aos grandes jornais brasileiros.

Para analisar a influência do Instituto Millenium em uma parcela da mídia – os jornais, mais especificamente, três veículos de comunicação – lancei mão de citações, isto é, contabilizei quantas vezes a organização foi nominalmente citada no período 2006 a 2012; a qualidade de cada citação (repercussão ou divulgação de eventos, se pelos especialistas); a seção do jornal em que foi citado. No entanto, isso não explica a influência ou não na linha editorial dos diários, como atestam McNutt e Marchildon (2009). Restavam algumas opções.

A primeira seria entrevistar alguns jornalistas de redação e assessores de imprensa a fim de perguntar diretamente sobre tal influência. Essa opção foi descartada porque sempre se pode questionar a motivação da resposta, ou o tamanho da amostra. Em minha única entrevista com a direção executiva do Imil, ficou claro que a instituição não goza de tanta simpatia entre os jornalistas, o que me levou a questionar a real eficácia dessas

entrevistas, considerando Bourdieu: “mas o jornalista é uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação”, além da existência do que Bourdieu chamou de tensões existentes entre os jornalistas que desejam defender valores como a liberdade e a autonomia, e aqueles que se submetem às necessidades (BOURDIEU, 1997, p.30; 52).

Outra possibilidade pertinente seria a sistematização dos principais temas tratados pelo Imil, seus valores e a ressonância desses mesmos temas nas páginas dos jornais; no entanto, isso se revelou inexecutável. O site da instituição apresenta textos escritos por seus articulistas, especialistas, convidados, mas em aviso afixado em todos os textos, se exime da responsabilidade pelas opiniões ali publicadas e o arquivo dos informativos eletrônicos enviados por e-mail não funciona adequadamente; foi necessário analisar o material audiovisual disponibilizado e o teor dos eventos para elencar os principais temas. Mas, quando cada um dos assuntos é levado a uma pesquisa nos jornais, tem-se um número irreal de resultados: apenas para o termo “corrupção” em O Globo, foram mais de mil resultados, sendo que parte dos resultados era duplicada ou correspondia a não mais que uma pequena nota sobre investigação de irregularidades.

A terceira possibilidade seria verificar, dentre os articulistas e especialistas, quais deles são presença constante nos jornais como colunistas. Conheci pessoalmente algumas das pessoas listadas nessa seção no portal do Imil, o suficiente para saber que alguns pertencem a outras instituições (outros institutos, alguns ao meio acadêmico ou político) e utilizam o portal como um meio a mais de divulgação de seus textos, o que está de acordo com o informado pela diretora executiva, isto é, que parte do conteúdo do portal é republicação de outras fontes. Descartando esses nomes, poderia ainda assim procurar os “especialistas” – as fontes que o Imil tenta inserir na mídia, aqueles que “podem falar pelo instituto”, nas palavras de Priscila Pereira; a lista, prometida pela direção e cobrada por mim algumas vezes, nunca chegou às minhas mãos.

Um exame mais detido no conteúdo do site comprova que é impossível apontar ao certo quais são esses especialistas. Uma fonte pode ser citada em um *podcast* como especialista ou ser citado como especialista em algum veículo de comunicação e ser um palestrante frequente, mas ainda assim, na página de sua biografia, ser apontado como um “convidado”. As informações são desencontradas. Alguns nomes, porém, são inequivocamente vinculados ao instituto, sendo este o caso dos economistas Paulo Guedes (colunista da revista *Época*), Rodrigo Constantino (colunista de *O Globo*) e Alexandre Barros, citado como especialista em jornal, no site e em sua biografia. Outros, apesar de serem próximos ao instituto, na qualidade de palestrantes e de fontes (em *podcasts* ou *videocasts*), além de terem seus textos (colunas) republicados regularmente no portal da organização, não são apresentados como especialistas: é o caso, por exemplo, dos jornalistas Guilherme Fiúza (jornalista, colunista da revista *Época*) e Merval Pereira (jornalista, colunista de *O Globo*). Uma análise dos textos desses seis nomes – um número razoável, já que todos eles são colaboradores desde a fundação do Imil e escrevem em volume regular – poderia receber como objeção o aviso que consta dos textos reproduzidos: os membros são indivíduos que falam apenas por si mesmos e não pela organização.

Por fim, optei pela sistematização de editoriais publicados pelos três jornais principais, escolhendo como períodos de pesquisa o primeiro semestre de 2009 – auge da crise bancária internacional de 2008 – e o segundo semestre de 2011, quando houve a troca na direção do instituto e, conseqüentemente, mudança em alguns focos de atuação: eventos empresariais, foco estabelecido no público jovem e realização de palestras em redações. A opção pelos editoriais justifica-se adequadamente pelas palavras de Fonseca:

... os editoriais desses órgãos representam tanto a posição oficial quanto a linha ideológico-editorial de conduta (...). A opinião neles expressa baliza o trabalho dos que produzem o jornal (embora os jornalistas sejam independentes, há claramente uma demarcação ideológica e editorial), dão coerência às editorias e homogeneizam os periódicos como um todo. O editorial representa (...) um *locus especial* no jornal, tendo em vista condensar seus múltiplos interesses (FONSECA, 2005, p.33)

Para as citações, a partir das páginas virtuais dos quatro diários, pesquisei o termo “Instituto Millenium”, entre aspas, tendo como período de início da busca o mês de lançamento oficial do Imil (abril de 2006) e, como final, o mês da sistematização desses dados (outubro de 2012). Dos resultados obtidos, foram descartados filmes de título semelhante (*Millenium*) e também o *Millenium Institute*, uma organização norte-americana voltada para o meio ambiente. A partir dessa busca, foi possível verificar não apenas a quantidade de referências, mas também o tipo de referenciamento.

III. Menções institucionais

Folha de São Paulo

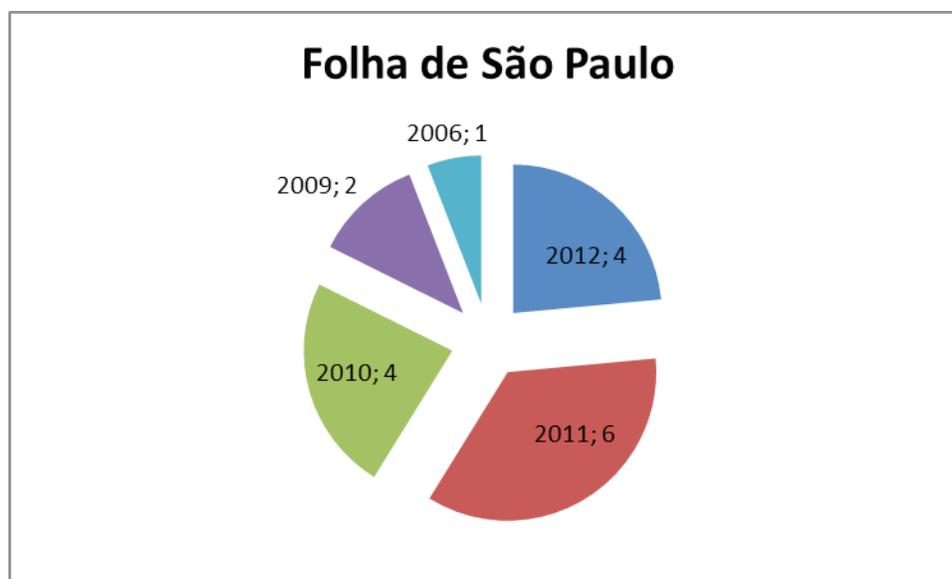


Figura 10 – Menções ao Instituto Millenium na Folha de São Paulo, por ano

Fonte: Folha de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Ao todo, o Instituto Millenium foi nominalmente citado na Folha de São Paulo dezessete vezes no período abril de 2006 a outubro de 2012, sem nenhuma referência no ano de 2007. Em duas dessas ocasiões, foram pequenas notas, noticiando as visitas à redação do então diretor e da atual diretora executiva da organização. O Globo e OESP não

transformaram tais visitas em fatos noticiados nem mesmo em notas.

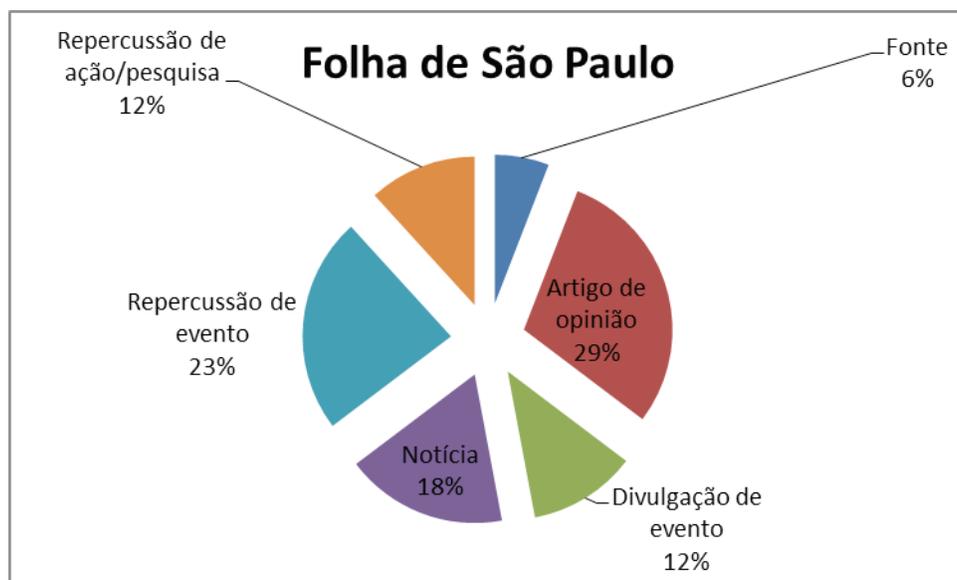


Figura 11 – Tipo de menção na Folha de São Paulo
Fonte: Folha de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Dessas 17 menções – menos de 3 referências anuais – tem-se que em quase um terço dos casos (5 recorrências) houve publicação de artigo de opinião, 3 deles após o segundo semestre de 2011. Tais artigos não necessariamente condizem com a visão de mundo mantida pelos diretores dos respectivos jornais. No único caso em que houve referência a um especialista do Instituto Millenium (os 6% indicados no gráfico imediatamente acima), tratava-se de uma nota pequena na coluna “Mercado Aberto” sobre qual livro a diretora executiva estava lendo na ocasião. Sob o rótulo “Repercussão de ação/pesquisa”, está a divulgação do *fato-notícia* “Dia da Liberdade de Impostos”.

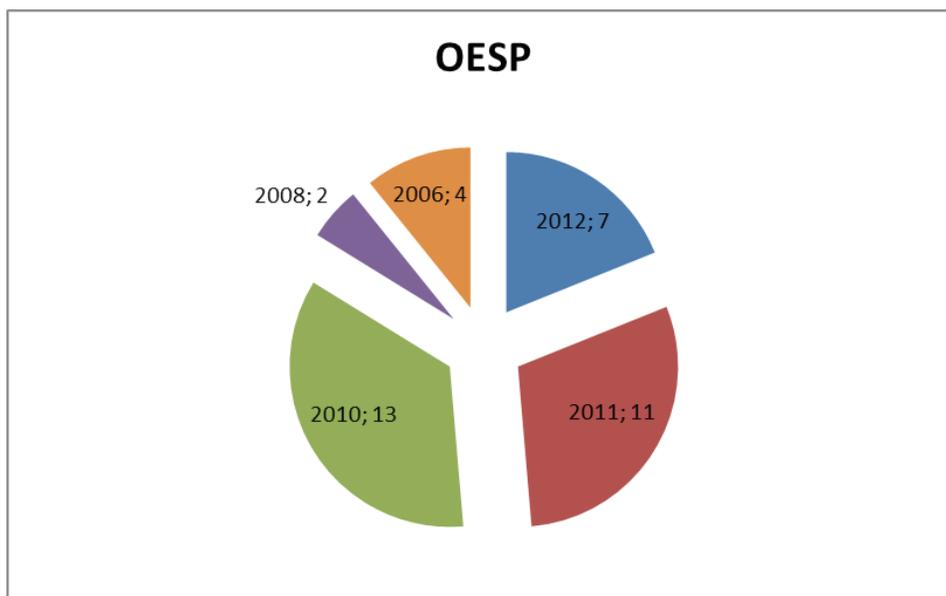


Figura 12 – Menções ao Instituto Millenium em O Estado de São Paulo, por ano
Fonte: O Estado de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

O jornal OESP mencionou diretamente o Instituto Millenium 37 vezes em seis anos – em média, 6 referências anuais. Não encontrei referências nos anos de 2007 e de 2009. O ano de maior atenção foi 2010, quando foi realizado o “1º Fórum Democracia & Liberdade de Expressão” na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), em São Paulo.

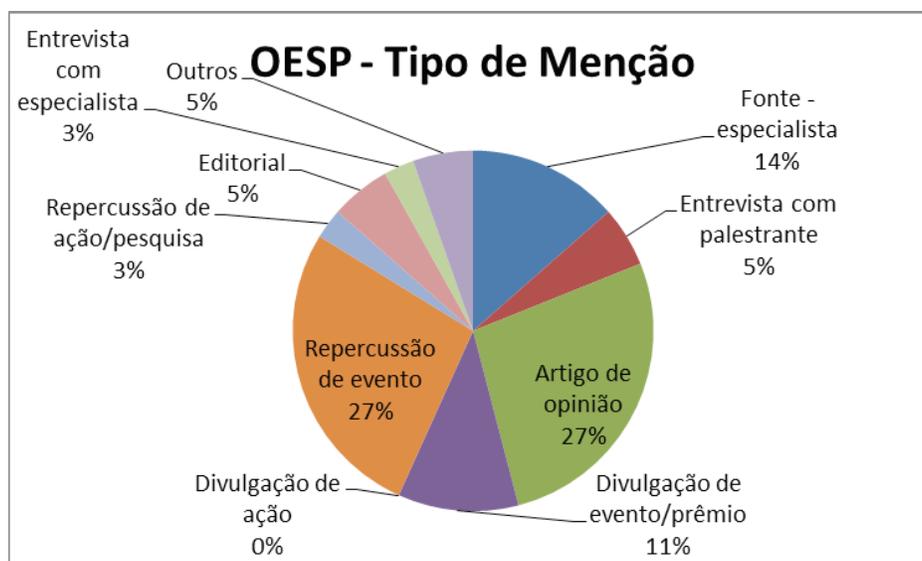


Figura 13 – Tipo de menção em O Estado de São Paulo
Fonte: O Estado de São Paulo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Sob a rubrica “Outros”, estão duas notícias relacionadas a uma peça publicitária do instituto e sobre um almoço envolvendo um palestrante e a direção executiva em São Paulo. Das 13 referências diretas, 9 diziam respeito ao evento, incluindo nessa conta o editorial “Ameaça à liberdade de imprensa”. No dia 9 de fevereiro de 2010, na página A2, seção “Espaço Aberto”, tradicionalmente destinada aos artigos de opinião, escreveram Carlos Alberto di Franco (um dos convidados do Imil, apresentado como doutor em Comunicação e consultor) e o jornalista Sandro Vaia, ex-diretor de redação de OESP e especialista do Instituto Millenium. Vaia publicou um texto chamado “A obsessão autoritária”.

Nele, Vaia se debruça sobre a proposta petista do chamado controle social da mídia que estaria supostamente⁵⁶ incluído no Plano Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3). Após denunciar sua “vulgata petista” (desrespeito pela democracia representativa, criação da Comissão da Verdade, entre outros pontos), o jornalista admite que tais propostas de regulações talvez nunca sejam instituídas no ordenamento jurídico e finaliza seu texto: “Pode ser que nada disso seja para valer (o presidente já se cansou de teorizar sobre ‘bravatas’, lembram-se?), mas é sempre bom ficar atento. O autoritarismo costuma instalar-se disfarçado de justiceiro”.

A proximidade temporal da publicação do artigo com a realização do Fórum em 1º de março – menos de um mês, portanto – leva a crer que a escolha do tema não foi aleatória. O PNDH-3 tornar-se-ia um assunto candente apenas no segundo semestre daquele ano em função da eleição para presidente, polarizada na disputa entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), especialmente entre os evangélicos, que desaprovavam vários pontos do Programa e por essa razão recomendavam entre si não apoiar a candidatura petista.

O artigo de Vaia, porém, não se encontrava deslocado e nem à frente (ainda que por alguns meses) de seu tempo: ele coincidia com a temática do próprio Fórum, que recebeu ainda a presença de Marcel Granier, da emissora venezuelana Radio Caracas

⁵⁶ Digo “supostamente incluído” não para emular o jargão jornalístico, mas porque não é relevante para o sentido desse trabalho analisar o PNDH-3.

Televisión (RCTV) e do então ministro das Telecomunicações, Hélio Costa. Na ocasião, Costa negou que o governo federal em algum momento tivesse discutido o controle social da mídia, enquanto Granier fustigava os governos dos países vizinhos sobre a cassação da concessão de transmissão em sinal aberto de sua RCTV, apta a operar apenas por satélite e cabo. Ambas as falas tiveram maior destaque em OESP do que as presenças de Demétrio Magnoli, Denis Rosenfield e Roberto Civita – nenhum deles citado como colaborador do Instituto Millenium.

Devido às reações da base do Partido dos Trabalhadores – dentre elas críticas à imprensa incluídas em documento aprovado pelo Diretório Nacional, uma delas associando a imprensa a um partido político de oposição, o assunto seguiu repercutindo em OESP: foram nove menções ao Instituto Millenium no mês de março. O teor da referência, porém, era apenas informativo, remetendo a organização do fórum ao instituto. O editorial do jornal (“Ameaça à liberdade de imprensa”, de 3 de março de 2010) também faz referência informativa ao instituto, apontando ainda a diferença entre Lula e a base do PT, sugerida pelo sociólogo Demétrio Magnoli. No último parágrafo do texto opinativo, lê-se que:

“Enquanto Lula estiver no governo, as ameaças à liberdade de imprensa parecem controladas. Mas o que poderá acontecer se outro nome do PT ocupar a Presidência da República?”

Esse trecho foi uma das poucas referências positivas ao ex-presidente Luiz Inácio, provavelmente porque disputar um terceiro mandato não era possível para o então ocupante do cargo. Nos 584 editoriais que compõem a amostra selecionada para este trabalho (do qual este editorial específico não faz parte), Dilma em geral é considerada melhor – mas não muito melhor – do que seu antecessor. No tocante à liberdade de imprensa propriamente dita, o editorial chamou a atenção para a possibilidade do PNDH-3 abrir “caminho para o domínio dos meios de comunicação pelos governos”, a exemplo do que o jornal julgava

acontecer na Argentina, Venezuela e Equador⁵⁷.

De uma forma geral, foi possível perceber que o Instituto Millenium recebeu maior atenção do jornal OESP quando suas ações diziam respeito diretamente à São Paulo, não repercutindo eventos realizados em outras praças, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

O Globo

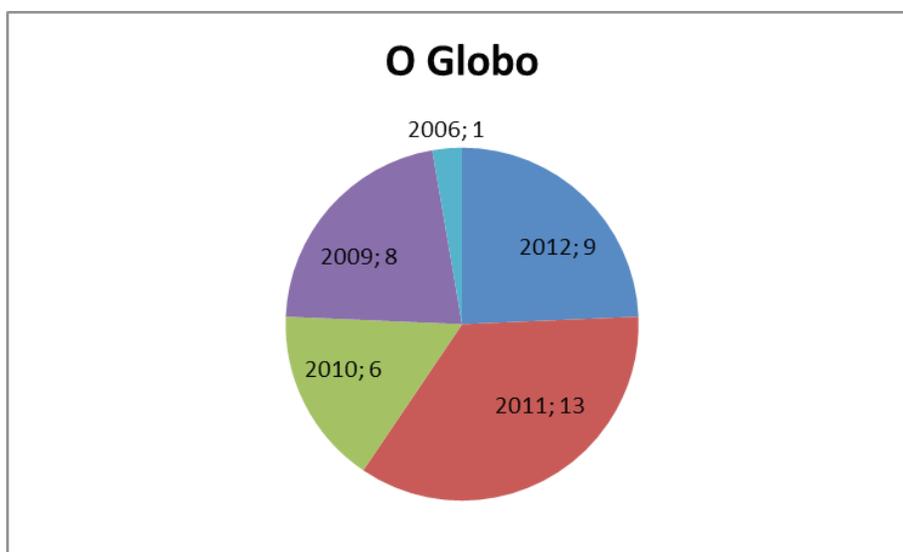


Figura 14 – Menções ao Instituto Millenium em O Globo, por ano
Fonte: O Globo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

Ao dar início a este levantamento, parti do pressuposto de que O Globo seria um jornal a apresentar maior número de referências ao Instituto Millenium. Ambos – instituto e jornal – são sediados no Rio de Janeiro; uma parte considerável dos colóquios, seminários e palestras organizados ou realizados em parceria pelo Imil são realizados na capital fluminense; e não menos importante, alguns de seus jornalistas e mesmo colunistas virtuais (blogueiros abrigados no portal O Globo) são convidados ou especialistas do Imil – este

⁵⁷ No ranking de liberdade de imprensa da associação dos Repórteres Sem Fronteiras para 2009, a Argentina (47º) estava à frente do Brasil (71º), Equador (84º) e Venezuela (124º).

último é o caso do advogado Renato Pacca, autor do blog “Traduzindo o Jurídiquês”.

Considerando-se apenas o universo de blogs do portal O Globo, pude perceber que há divulgação e repercussão de eventos, de ações, de entrevistas concedidas ao portal do Millenium⁵⁸ e de campanhas, como a do voto distrital. Tais referências estão em blogs como os de Merval Pereira, Ricardo Noblat, Renato Pacca e também no blog Bairros.com. São muitas, mas, como o universo virtual não faz parte do escopo desse trabalho, não foram computadas, apesar de serem dignas de registro.

O gráfico anterior, portanto, diz respeito apenas às referências do jornal O Globo, tal como foi possível buscá-las na rede: nesse caso, foram 37 menções, a exemplo das 37 referências de O Estado de São Paulo. Mas a qualidade dessas remissões também é diferente.

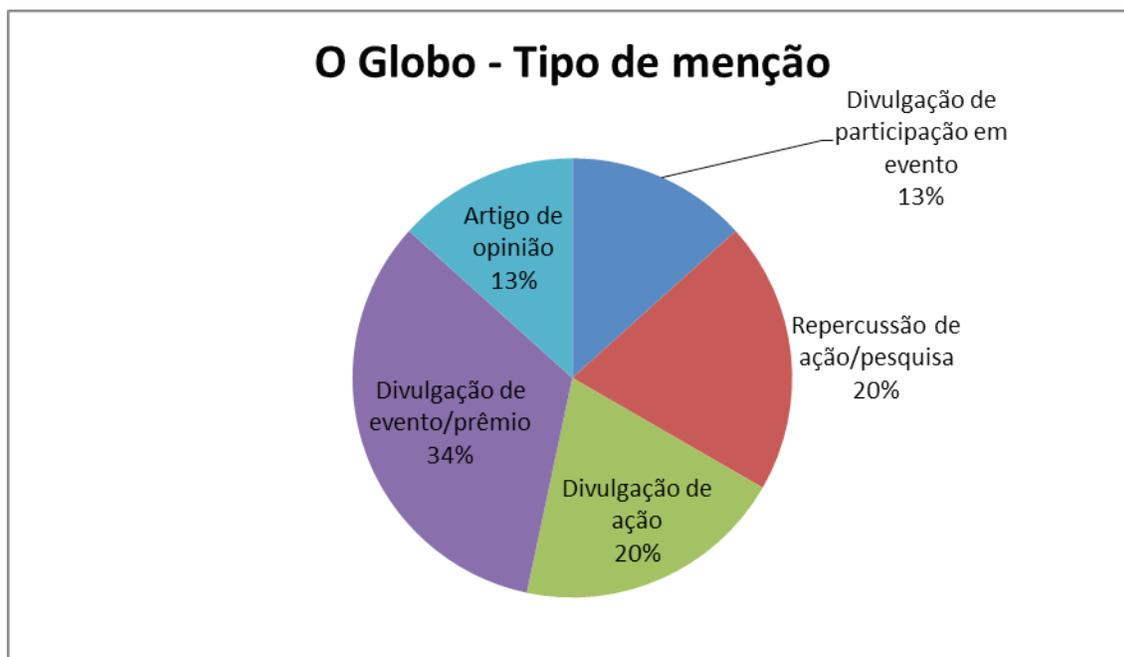


Figura 15 – Tipo de menção em O Globo

Fonte: O Globo. Pesquisa e elaboração: Luciana Silveira

58 Até o final de novembro de 2012, era possível encontrar referências ao Instituto Millenium como Imil. No momento em que redijo o terceiro capítulo – entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013 – houve mudanças em diversos termos empregados pela equipe de comunicação do portal, dentre elas, o uso de apenas “Millenium”, para se referir ao instituto. Em resposta à natureza cambiante da organização, optei por utilizar as duas formas no presente capítulo e também em alguns trechos do capítulo 2.

O Globo (OG) foi o jornal que mais lançou mão de especialistas do Millenium como fonte para suas matérias – sete vezes. A qualidade da inserção variou de reportagem contando exclusivamente com pessoas ligadas ao Imil, caso de uma notícia sobre as ações afirmativas (“Para antropólogo, medida é avanço; para advogado, é inconstitucional”, seção País, dia 14 de outubro de 2012), até as reportagens com múltiplas fontes, dentre as quais, alguém relacionado ao Millenium – foi o caso de matéria sobre Milton Friedman (“Para especialistas, ideologia monetarista vai prevalecer”, seção Economia, 4 de agosto de 2012). O caso mais emblemático foi a peça “Festa julina: imposto sobre produtos típicos chega a 80% do preço”, publicada no dia 2 de julho de 2011 na seção Economia, praticamente uma divulgação de pauta estipulada pelo Instituto Millenium: a reportagem divulgava a carga de impostos embutida em cada produto típico para as festas do mês de julho, sempre se reportando às falas do especialista da organização, e não mais do que isso. Convém pontuar que os especialistas do Imil passaram a figurar como fontes em OG a partir dessa reportagem, já na gestão da jornalista Priscila Pinto.

Não foram localizadas menções nos anos de 2007 em nenhum dos três diários pesquisados. Em se tratando de OESP, também no ano de 2009 não houve menção ao Instituto Millenium. As escassas referências ao instituto nos grandes veículos ao longo desses seis anos de atuação levam a crer que a melhor forma de inserção da instituição são os eventos organizados.

Os números acima apresentados não incluem as colunas de pessoas vinculadas ao Instituto Millenium e publicadas pelo jornal – caso de Paulo Guedes, Rodrigo Constantino, Gil Castello Branco, Roberto da Matta, que são elencados como especialistas do Instituto Millenium na seção designada do site da instituição. Também não inclui os nomes que figuram na lista de convidados⁵⁹ do site e que também são colunistas não só de OG, mas de outros veículos simultaneamente: Carlos Alberto di Franco, Rubens Barbosa, Nelson

⁵⁹ Na qualidade de convidados do Instituto Millenium, eles assinam seus artigos de opinião com outras credenciais institucionais.

Motta, Demétrio Magnoli, Carlos Alberto Sardenberg e Merval Pereira (estes dois últimos, exclusivos das Organizações Globo). Nesse caso, a presença do Imil no jornal poderia ser considerada ainda maior.

Uma vez que o objetivo declarado do Millenium, atualmente, é o de ceder fontes jornalísticas e não necessariamente ter seu nome divulgado nos meios de comunicação, pode-se afirmar que esses números de inserção nos três principais jornais de circulação nacional não sinalizam um fracasso quando comparados aos números apresentados no Capítulo 2 referentes à presença da organização em outros veículos. A estratégia de “ceder fontes” permite à instituição isentar-se das opiniões emitidas por seus especialistas, a exemplo do que faz com os artigos publicados em seu portal, ao mesmo tempo em que essas pessoas divulgam os valores centrais da organização posto que possuem alguma afinidade com tais valores. O Instituto Millenium tem alcançado seu propósito. Resta saber se sua tarefa de “conscientização dos cidadãos” tem ressoado nas linhas editoriais dos jornais.

IV. Os Editoriais

Crerios de seleção

Para a seleção dos editoriais a se analisar, pode-se procurar por assuntos específicos, sendo cada assunto uma palavra-chave. A inviabilidade do procedimento no caso em tela reside no fato de que o diário O Globo não conta com mecanismo de busca informatizada para seus editoriais. Para o período escolhido (parte dos anos de 2009 e 2011), eu teria que manusear diretamente cada jornal na Agência O Globo sediada no Rio de Janeiro e escolher os temas que se adequassem aos assuntos abordados pelo Imil. Não localizei o jornal no Arquivo do Estado de São Paulo e, para o período delimitado, não encontrei edições em bibliotecas universitárias. Por conta de tais contingências, julgo ser mais produtivo um recorte temporal para a escolha dos editoriais; a partir desse recorte que resulta em uma amostra de tópicos aleatórios, delimitar quais temas foram tratados nos

editoriais, e como foram abordados.

Partindo da premissa bourdieuana de que há uma “circulação circular da informação” e que as manchetes são razoavelmente as mesmas, com pouca variação em uma quinzena (BOURDIEU, 1997, p.30-31), escolhi a primeira semana de cada mês, um período de sete dias iniciado no domingo e finalizado na segunda-feira, válido para os três jornais. Metodologia semelhante foi utilizada pelo pesquisador Nuno Mesquita Coimbra (2010) na sistematização e análise de conteúdo do telenoticiário Jornal Nacional, da Rede Globo. O objetivo de Mesquita era verificar como a televisão se relacionava com a atitude política dos cidadãos, partindo da premissa da “espiral do cinismo” de Cappella e Jamieson (1997).

Folha de São Paulo e o Globo publicam, cada um, dois editoriais diários, ao passo que O Estado de São Paulo publica um editorial maior, de topo de página, e dois editoriais menores logo abaixo. Ao todo, são sete editoriais por dia, totalizando quarenta e nove editoriais por semana analisada, distribuídos conforme o período discriminado, em doze semanas:

Tabela 4 - Período de amostra - editoriais

| 2009 | Dias | 2011 | Dias |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Janeiro | 4 a 10 | Julho | 3 a 9 |
| Fevereiro | 1 a 7 | Agosto | 7 a 13 |
| Março | 1 a 7 | Setembro | 4 a 10 |
| Abril | 5 a 11 | Outubro | 2 a 8 |
| Maiο | 3 a 9 | Novembro | 6 a 12 |
| Junho | 7 a 13 | Dexembro | 4 a 10 |

Elaboração: Luciana Silveira

Ao todo, foram 584 editoriais para sistematização, dado que em duas ocasiões para cada a FSP e OG publicaram apenas um único editorial. Para fins de padronização, não

foram considerados os editorialistas das seções de economia e nem editoriais de opinião assinados. Abaixo, a distribuição anual.

Tabela 5 - Seleção de editoriais

| Jornal | 2009 | 2011 | Total |
|---------------|-------------|-------------|--------------|
| FSP | 83 | 83 | 166 |
| OESP | 126 | 126 | 252 |
| OG | 82 | 84 | 166 |
| Subtotal | 291 | 293 | |
| Total | | | 584 |

Elaboração: Luciana Silveira

A base de inserção de dados contou com campos para numeração sequencial de cada item, para o nome do jornal, para a data, para o título do editorial, para o assunto principal e uma palavra-chave de caráter descritivo. Tabelas discriminando os assuntos por veículo e por período estão nos Anexos da presente dissertação. Assuntos de baixa representatividade, isto é, de pouca ou nenhuma correspondência com os temas do Instituto Millenium, ou sem alcance nacional, foram alocados na rubrica “Outros”. Abaixo, a Tabela 6 indica os cinco temas mais recorrentes, por jornal e ano. Note que, em 2011, “Corrupção” tornou-se um tópico relevante para os três veículos, sugerindo um clima de opinião favorável para percepções moralizantes da política. As tabelas completas encontram-se na seção “Anexos” deste trabalho.

Tabela 6 - Principais Temas por veículo (2009)

| Ano | Jornal | Tema | Recorrência |
|------|--------|------------------------|-------------|
| 2009 | FSP | Economia Brasileira | 12 |
| | | Política Internacional | 10 |
| | | Outros | 10 |
| | | Crise de 2008 | 9 |
| | | Contas Públicas | 6 |
| | OES | Outros | 15 |
| | | Economia Brasileira | 13 |
| | | Política Internacional | 13 |
| | | Judiciário | 10 |
| | | Educação | 7 |
| | OG | Política Internacional | 14 |
| | | Outros | 10 |
| | | Crise de 2008 | 7 |
| | | Economia Brasileira | 6 |
| | | Impostos | 5 |
| 2011 | FSP | Outros | 13 |
| | | Economia Brasileira | 12 |
| | | Corrupção | 6 |
| | | Economia Internacional | 6 |
| | | Política Internacional | 5 |
| | OES | Corrupção | 15 |
| | | Outros | 12 |
| | | Economia Brasileira | 11 |
| | | Impostos | 11 |
| | | Política Internacional | 11 |
| | OG | Política Internacional | 14 |
| | | Corrupção | 12 |
| | | Outros | 10 |
| | | Impostos | 7 |
| | | Saúde Pública | 6 |

Elaboração: Luciana Silveira

São tópicos que valem uma leitura mais detida, por conta de sua priorização pelo Instituto Millenium nas gestões de Paulo Uebel e de Priscila Pereira Pinto, principalmente:

- A defesa das liberdades, em particular a liberdade de imprensa, em função de campanhas e fóruns promovidos pela organização;

- Transparência por parte dos agentes públicos, como é possível depreender do “Portal da Cidadania”, um *hotsite* mantido pelo Imil em seu portal;

- Contas públicas e carga tributária, em função das ações de conscientização sobre impostos e de discussões em *podcasts* produzidos pelo Millenium, além da republicação de artigos;

- Eficiência do Estado, assunto abordado também pelo viés da privatização em artigos e *podcasts*;

- Corrupção e coibição da corrupção, associado à maior transparência e reforma política (apoio ao voto distrital), reconhecidamente um destaque das três gestões (inclusive da Patrícia Andrade).

Apesar dos três principais documentos do Instituto Millenium (“Carta de Princípios”, “Missão, Visão, Valores” e “Linha Editorial”) mencionarem a preocupação da organização com a questão ambiental, este é um tema que apenas recentemente tem recebido maior atenção por parte da organização, como é possível verificar por meio de artigo de opinião publicado em jornal, de entrevista com especialista em *podcast* sobre a Rio +20 e um colóquio organizado no mês de outubro de 2012 em São Paulo sobre desenvolvimento sustentável.

Folha de São Paulo – Editoriais da Página A2

Assuntos relacionados à economia brasileira foram priorizados nos editoriais do jornal FSP, com uma leve vantagem sobre tópicos variados que ora são designados como “Outros”: trânsito, transportes, questões urbanísticas e de saneamento ambiental, além de fatos cotidianos, como o falecimento do empresário Steve Jobs. Sob a rubrica “Crise de 2008” estão também os editoriais referentes aos desdobramentos da crise financeira internacional que eclodiu no final de setembro de 2008 e que ainda manifestava efeitos em 2011.

Tabela 7 - Folha de São Paulo (editoriais)

| FSP | |
|------------------------|--------------------|
| (2009 - 2011) | |
| Tema | Recorrência |
| Economia brasileira | 24 |
| Outros | 23 |
| Política internacional | 15 |
| Crise de 2008 | 13 |
| Contas públicas | 9 |
| Corrupção | 8 |
| Transparência | 8 |
| Educação | 7 |
| Segurança pública | 7 |
| Economia internacional | 7 |
| Judiciário | 6 |
| Legislativo | 6 |
| Política nacional | 5 |
| Saúde pública | 5 |
| Mercado de trabalho | 4 |
| Imprensa | 3 |
| Máquina pública | 3 |
| Estatismo | 2 |
| Internet | 2 |
| Política externa | 2 |
| Diplomacia | 1 |
| Impostos | 1 |
| INSS | 1 |
| Justiça | 1 |
| MST | 1 |
| Mercosul | 1 |
| Sucessão presidencial | 1 |
| Total | 166 |

Elaboração: Luciana Silveira

Alguns editoriais do jornal permitem perceber quais são suas posições acerca de temas políticos: em “A lei dos descarados” (7 de maio de 2009), a FSP manifesta-se contra a aprovação das propostas de “lista fechada” nas eleições proporcionais e do financiamento público de campanhas com argumentos tomados de empréstimo do conceito de *accountability vertical*, qual seja, que a “lista fechada” implica na escolha dos candidatos

pela burocracia partidária, e não pelo eleitor, dificultando portanto a responsabilização dos eleitos. No editorial “Os limites das greves” (6 de outubro de 2011), o jornal se posicionou a favor da regulação do direito de greve do funcionalismo público, sem imputar aos servidores públicos nenhum termo que poderia ser considerado desrespeitoso ou estereotipado. Em outro texto (“Teto de vidro”, 4 de julho de 2011) criticou o desrespeito ao teto salarial e reclamou a “moralização dos gastos públicos”.

No tocante à liberdade do exercício de profissão, o jornal se manifestou a favor da manutenção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas não tomou partido na queda da barreira de entrada ao mercado de trabalho dos jornalistas com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Já em relação à liberdade de imprensa, no texto “Direito à informação” (3 de maio de 2009), seu editor revela preocupação com a revogação, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), da chamada Lei de Imprensa promulgada em 1967, e seu impacto na segurança jurídica e na livre circulação de informações, uma vez que não haveria mais uma regulamentação específica:

Resultou minoritária a tese de que certos artigos do diploma deveriam ser mantidos. Seria esta, na verdade, a decisão mais apta a garantir o pleno direito à informação. Embora a Constituição o assegure plenamente, na legislação civil e penal há dispositivos capazes de inspirar empecilhos a esse princípio, em especial quando casos duvidosos são julgados em primeira instância. (...) Cabe agora ao Congresso abreviar o perigoso vácuo que se abre com a decisão do STF, elaborando uma nova lei de imprensa, plenamente democrática. (“Direito à informação”, 3 de maio de 2009)

Dois anos depois, por ocasião da prisão do jornalista Allan de Abreu, do “Diário da Região” (São José do Rio Preto), o jornal se pronunciou contra a interpretação jurídica do chamado “segredo de Justiça” que ensejou o aprisionamento do profissional:

A menos que se queira abolir o princípio da liberdade de informação, porém, é evidente que, se alguém tem de ser punido por quebrar um segredo de Justiça, trata-se de quem o revelou ao jornalista - e não quem publica informações de interesse público. (...) Impor o silêncio à imprensa, ou a qualquer um que não seja funcionário do Estado, é coisa diversa de zelar pelo segredo de Justiça. É dar sobrevida ao princípio da censura, décadas após sua rejeição enfática pela sociedade brasileira. (“Mais mordaza”, 6 de julho de 2011).

Ao menos nos editoriais que compõem a amostra, não foi possível verificar a participação da Folha de São Paulo na campanha informal contra a aprovação de marco regulatório da mídia (igualada à perda de liberdade de imprensa), tal como proposto pelo PT. Pelo contrário; seus editoriais sobre imprensa (3) que fazem parte da amostra indicam preocupação com a regulamentação jurídica, com a proteção das fontes e dos profissionais, e também com o exercício responsável do chamado “quarto poder”, conforme a execração pública em editorial contra o tabloide sensacionalista britânico “News of the World”. No tocante a essa definição restrita de liberdade de imprensa concernente ao marco regulatório, portanto, o jornal não se alinha com o Instituto Millenium. De forma geral, é possível perceber na linha editorial adotada pelo diário o respeito à ordem institucionalizada, sem ataques com palavreado jocoso ou informal, encontrados em editoriais dos jornais OESP e OG.

Em relação à transparência e corrupção, o jornal se reportou aos temas em 16 ocasiões – 9 delas no ano de 2011. O diário criticou as ações de lobistas no Distrito Federal, considerado uma “imagem de centro irradiador de maus costumes políticos” (“Faroeste caboclo”, 9 de novembro de 2011); posicionou-se a favor de “reformular a cultura segredista incompatível com a democracia” no tocante ao extenso prazo de divulgação de documentos secretos (“Apagão histórico”, 5 de julho de 2011); contra as práticas clientelistas (“Senado secreto”, 13 de junho de 2009 e “Não à corrupção”, 8 de setembro de 2011); denunciou os mecanismos ineficientes de combate à corrupção a partir de relato de representante da Controladoria Geral da União (“Sem controle”, 6 de novembro de 2011), além de ter publicado um caderno especial sobre a corrupção (“O mapa da mina”, 4 de setembro de 2011). Referente à Ação Penal 470, conhecida popularmente como “mensalão”, nessa amostra de editoriais houve apenas uma recorrência (“Processo desgastante”, 1 de março de 2009). Em todos os casos, o tratamento foi do ponto de vista de aprimoramento das instituições, mesmo quando aludiu à “herança maldita” recebida do governo anterior.

Firma-se na opinião pública a imagem da Esplanada como um ninho de víboras, do qual não cessam de brotar malfeitos, desvios e traficâncias. O governo Dilma Rousseff, porém, não é o primeiro a debater-se com o transbordamento de denúncias e suspeitas.

A presente administração está em linha direta de continuidade com a de Luiz Inácio Lula da Silva, que ficará para sempre marcada pelo estigma do mensalão. E, ainda, com a longa tradição nacional de patrimonialismo.

Interesses privados e eleitorais há muito se imiscuem nos negócios públicos e dão combustível para repetidos escândalos. Nenhum governo, desde a democratização pós-1985, ficou livre deles. (“Turismo acidentado”, 11 de agosto de 2011)

No ano de 2011, o noticiário político de forma geral (rádio, televisão, jornais) deu destaque às seguidas demissões de ministros ocorridas no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) em função de denúncias de malversação de recursos ou de “malfeitos”. A Folha de São Paulo apontou em seus editoriais a continuidade dos mandatos petistas, primeiro responsabilizando os partidos denunciados por corrupção:

O PR - que até 2006, quando se fundiu com o Prona, se chamava PL- locupletou-se na pasta desde o início do governo Lula, em 2003. Dilma agiu desta feita com maior rapidez, mas de pouco adiantará a troca da cúpula se não houver disposição do Planalto para escorraçar a cultura quadrilhesca que se encastelou no ministério. (“Ministério dos desvios”, 7 de julho de 2011)

Mas sem isentar o presidente anterior:

É a segunda baixa ministerial em seis meses de governo. Ambas motivadas por problemas de ordem ética. E, nos dois casos (de Antonio Palocci e de Alfredo Nascimento), são heranças de nomes e de esquemas legadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (“Ministério dos desvios”, 7 de julho de 2011)

Reconhecendo ainda que o patrimonialismo está arraigado na política nacional:

O governo Dilma Rousseff, porém, não é o primeiro a debater-se com o transbordamento de denúncias e suspeitas. A presente administração está em linha direta de continuidade com a de Luiz Inácio Lula da Silva, que ficará para sempre marcada pelo estigma do mensalão. E, ainda, com a longa tradição nacional de patrimonialismo. Interesses privados e eleitorais há muito se imiscuem nos negócios públicos e dão combustível para repetidos escândalos. Nenhum governo, desde a democratização pós-1985, ficou livre deles. (“Turismo acidentado”, 11 de agosto de 2011)

O jornal se exime de responsabilizar direta e exclusivamente o caráter dos indivíduos que se dedicam a essas práticas, no que difere dos outros dois jornais ora apresentados, como veremos. Ao menos dois dos convidados do Instituto Millenium, Demétrio Magnoli e Dênis Rosenfield⁶⁰, são mais contundentes em suas críticas publicadas no portal da organização do que a Folha de São Paulo. Nesse aspecto, a posição da FSP no que toca corrupção e transparência se distancia do que está publicado no portal do Millenium. Assim, o que une FSP e Imil nesse quesito é a preocupação mútua com a corrupção e seus impactos no desenvolvimento brasileiro; mas a abordagem dessa questão pode diferir.

No que convergem todos os jornais e o Instituto Millenium é no julgamento de ineficiência e desperdício de recursos da máquina pública. No caso em tela, a FSP critica a ineficiência na administração pública, que enseja oportunidade para corrupção (“Menos ministérios”, 6 de dezembro de 2011). O diário se posiciona a favor da desburocratização fiscal para empresas (“País da burocracia”, 8 de dezembro de 2011) e contra a lentidão nas concessões para a iniciativa privada, em processo que estaria “ainda enviesado pelo estatismo” (“Concessões de menos”, 3 de julho de 2011). E explicita o que entende como papel do Estado:

Causa consternação que o governo seja deficitário mesmo em anos de bom crescimento econômico e pleno emprego. **O que será das contas públicas quando vier o inverno?** (...) A disputa cada vez mais acerba pela divisão do bolo orçamentário e o **descabimento de aumentar impostos indicam que a expansão fiscal do Estado chegou a um limite.** Não é mais possível conceder subsídios sociais (como bolsas e Previdência), ou empresariais (como os do BNDES), sem elevar a carga de impostos ou o deficit público. **Do Estado não virão mais impulsos ao crescimento.** (...) **O governo concentra tarefas demais e as implementa mal.** O investimento público em infraestrutura aumenta a produtividade geral, mas é escasso, caro e chega tarde. Numa atividade quase desamparada pelo setor privado, inovação e educação tecnológicas, **o Estado tem desempenho pífio. O Estado está no lugar errado.** (...) **o Estado:** 1) captura a poupança, decide o que fazer dela e **gasta demais;** 2) **mantém uma máquina tributária opressiva e complexa;** e 3) **interfere em decisões** de grandes empresas. O Estado precisa se retirar, tomar

⁶⁰ Magnoli é um convidado da organização: palestrante frequente, com centenas de textos publicados no site e um dos nomes escolhidos para participar do programa Imil na Sala de Aula. Rosenfield foi, ao lado de Patrícia Andrade, um dos fundadores da primeira versão do Millenium, o IERN, como apontado no Capítulo 2. Ambos podem ser considerados representativos do ideário do Millenium, mas uma vez que o Instituto se exime da responsabilidade dos artigos publicados, não farei referência direta aos textos em questão.

menos recursos e decisões, a fim de que aumentem a produtividade e a eficiência da economia. (“O papel do governo”, 5 de setembro de 2011, grifos meus)

O Estado aumenta impostos, *gasta* mal, implementa mal suas tarefas, está no lugar da sociedade, interfere em decisões das grandes empresas e não pode mais conceder subsídios à guisa de impulso para o desenvolvimento social e econômico sem incorrer na elevação de impostos, de acordo com o parágrafo acima. Mas ainda assim, a FSP entende que essas críticas não são próprias do ideário liberal econômico e repele o rótulo, sem, no entanto, especificar quais seriam as “tarefas do novo desenvolvimento” próprias do Estado:

Não se trata de defender a lassidão dos mercados ou um **liberalismo ingênuo**, que não vê as insuficiências privadas, como na inovação. Mas de desmontar um modo de intervenção estatal que data da ditadura militar e de permitir que o mercado, enfim, funcione, **para que o Estado se dedique às tarefas do novo desenvolvimento**. (“O papel do governo”, 5 de setembro de 2011, grifos meus)

As posições da FSP no tocante à economia são ambíguas, como se vê no trecho acima. Em outro editorial, dessa vez sobre economia nacional, a FSP reitera que o Estado não deve estimular a ativação econômica mediante consumo de massas (“Contenção de danos”, 10 de agosto de 2011), mas no auge da crise de 2008, apesar de demonstrar preocupação com o endividamento das famílias, afirma que

...o comportamento das autoridades no que diz respeito ao crédito, em geral, deve ser de incentivo. Trata-se de tentar mitigar o impacto, para o emprego e a renda, da atitude extremada dos bancos. (“O dilema do crédito”, 6 de janeiro de 2009).

A postura liberal da FSP é a defesa da livre concorrência de mercado, na medida em que critica a postura dos bancos (“A batalha do *spread*”, 6 de fevereiro de 2009), o socorro governamental às instituições financeiras (“Renegociar dívidas”, 13 de junho de 2009) e o protecionismo às automontadoras (“Proteção para gringos”, 8 de outubro de 2011). Não escapam de críticas nem o gasto público – responsável, para os três veículos de comunicação, pelos juros elevados praticados no país – e nem o efeito *revolving doors* que impede a criação de mecanismos eficientes de combate à formação de oligopólios (ou, neste

caso a seguir, duopólios nas transações com dinheiro de plástico):

A expansão a galope dos últimos anos está relacionada à grande penetração dos cartões nas classes C e D. Tamanho salto de escala deveria ter beneficiado o consumidor, pelo barateamento das transações com cartão, custo que acaba bancado por quem adquire os produtos. Não é o que tem ocorrido. **Dominado por duas empresas gigantescas, o mercado de cartões não partilha, na extensão que poderia se estivesse sujeito a maior concorrência, seus ganhos com o conjunto dos consumidores.** O interesse público, obviamente, é reduzir o domínio que essas duas empresas exercem. Mas **aqui se apresenta, novamente, uma fragilidade comum a boa parte dos reguladores nessa área, que é oriunda do mercado financeiro e/ou para lá rumará após deixar o governo.** (“Duopólio nos cartões”, 9 de junho de 2009, grifos meus).

Porém, essas são críticas válidas para o mercado interno e para as firmas que nele atuam; o jornal defende o papel do Estado no cenário internacional, assumindo uma posição nacionalista que suplanta seu “semiliberalismo”, inclusive a favor da intervenção cambial, porém sempre de forma comedida e sutil – uma ideia expressa em uma frase, um adjetivo, ao longo do texto informativo:

Desde a crise que se abateu sobre os países desenvolvidos, em 2008, tem aumentado o uso de expedientes, aceitáveis ou não, para a proteção de mercados e produtores nacionais. Em muitos casos, usam-se subterfúgios, como as chamadas barreiras sanitárias; em outros, manipulam-se impostos e subsídios indiretos. Mesmo nas relações de um mesmo “bloco”, como é o caso do Mercosul, os episódios se multiplicam. **Está certo o Brasil em se defender**, mas não há dúvida de que, nesse cenário, estará cada vez mais sujeito a queixas e retaliações. (“Protecionismo em alta, 7 de novembro de 2009, grifos meus)

A **prudente intervenção** do BC indica que as autoridades brasileiras resistem ao canto de sereia. O comportamento errático dos mercados financeiros - traço exacerbado em períodos de crise - não serve de parâmetro para nada que seja relevante na política econômica. (“Humores extremos”, 6 de maio de 2009).

O termo “lulopetismo” como sinônimo de aparelhamento da máquina pública e práticas de corrupção que tem sido empregado em editoriais de OESP e OG, blogs da revista VEJA e artigos publicados no portal do Instituto Millenium, não foi encontrado em editoriais da FSP em nenhum período.

Tabela 8 - O Estado de São Paulo (editoriais)

| OESP (2009 - 2011) | |
|-------------------------------|--------------------|
| Tema | Recorrência |
| Outros | 27 |
| Economia brasileira | 24 |
| Política internacional | 24 |
| Corrupção | 19 |
| Judiciário | 19 |
| Impostos | 18 |
| Contas públicas | 11 |
| Educação | 11 |
| Imprensa | 10 |
| Política nacional | 9 |
| Transparência | 9 |
| Tema | Recorrência |
| Economia internacional | 8 |
| Crise de 2008 | 7 |
| Máquina pública | 7 |
| Legislativo | 7 |
| Mercado de trabalho | 6 |
| INSS | 5 |
| Política externa | 5 |
| Agências reguladoras | 3 |
| Diplomacia | 3 |
| Estatismo | 3 |
| MST | 3 |
| Mercosul | 3 |
| Agronegócio | 2 |
| Justiça | 2 |
| Saúde pública | 2 |
| Segurança pública | 2 |
| Comissão da Verdade | 1 |
| LRF | 1 |
| Sucessão presidencial | 1 |
| Total | 252 |

Elaboração: Luciana Silveira

O Estado de São Paulo (OESP) no período de referência dedicou a maior parte de seus editoriais aos assuntos locais de transporte, trânsito, urbanismo, saneamento ambiental e investimentos estaduais e federais em infraestrutura. A questão da carga tributária também foi constantemente endereçada pelo diário, mais do que transparece no número de editoriais dedicados exclusivamente ao assunto; nos editoriais sobre economia e sobre a crise financeira de 2008, ainda que em apenas uma frase, há referências ao peso dos impostos na competitividade do país, bem como ao gasto público dessa arrecadação fiscal. Seguem dois exemplos dessa linha monotemática do diário em outros tópicos:

Isso [expansão econômica] depende em boa parte do governo, incapaz de poupar para investir e também de administrar a execução de projetos. Depende também de uma redução de custos. No Brasil, **o empresário paga impostos pesados quando investe na modernização e na expansão da capacidade produtiva**. Países com políticas mais sensatas crescem mais e conquistam mercados mais facilmente. (“A produção travada”, 7 de dezembro de 2011 – editorial sobre economia brasileira, grifos meus)

Graças, portanto, essencialmente ao setor empresarial, haverá espaço para um forte crescimento não inflacionário, e com juros mais baixos, na saída da crise. (...) Não haverá limite, por esse lado, durante a primeira fase da retomada, mas o governo mostrará prudência se der mais atenção às condições de competitividade internacional. **As deficiências mais importantes estão do lado público – tributação, burocracia, insegurança jurídica e deficiências de infraestrutura. A sua parte o setor privado vem realizando com eficiência**. (“Espaço para crescer”, 4 de maio de 2009, grifos meus – editorial sobre economia brasileira)

Dois pilares da seguridade social são tratados pela ótica do gasto e do tributo. A saúde pública, abordada pelo viés do imposto – no caso, na criação de um imposto para a saúde, premissa do editorial “A CPMF não voltará”, de 9 de dezembro de 2011 – assim como a Previdência Social é retratada pela perspectiva do déficit:

Por 65 votos a 4, a Casa eliminou a possibilidade da criação de um imposto, alegadamente para financiar o sistema de saúde. E por 70 a 1 caiu a tentativa de obrigar a União a destinar ao setor pelo menos 10% do Orçamento federal. (...) Com descarado oportunismo, os senadores da oposição falavam em restaurar a obrigatoriedade dos 10%, pouco se lhes dando as suas implicações negativas. Em primeiro lugar, o acréscimo de R\$35 bilhões no Orçamento da saúde para 2012 se daria numa conjuntura em que a ordem da presidente é cortar gastos para fortalecer a blindagem do País contra os efeitos da crise internacional. (“A CPMF não voltará”, de 9 de dezembro de 2011)

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, propõe uma solução simples e quase mágica para cortar o déficit previdenciário: mudar a forma de contabilizar receitas e despesas, transferindo certos custos a outras áreas do governo. (...) É indispensável

tratar o assunto com absoluta nitidez, porque os gastos da Previdência sempre serão componentes do problema fiscal em seu conjunto. Quanto maiores esses gastos, maior terá de ser o custo suportado pelos contribuintes, sob a forma de impostos ou de pagamentos destinados especificamente ao sistema previdenciário. (“Mágica na Previdência, 7 de julho de 2011)

A posição de OESP ante a carga tributária, vista como um empecilho ao desenvolvimento econômico do Brasil se alinha com a visão do Instituto Millenium sobre esse tema, à diferença que as ações promovidas pela entidade visam chamar a atenção da carga sobre o consumo das pessoas físicas, enquanto o jornal demonstra maior preocupação com as pessoas jurídicas (“Carga mais pesada”, 4 de outubro de 2011; “A carga tributária indireta”, 5 de setembro de 2011); assim, o fim almejado é o mesmo (desoneração da carga tributária que recai sobre a sociedade civil, incluindo nessa categoria as firmas) e as abordagens são complementares, apesar dos enfoques diferentes.

Impostos e contas públicas (gastos, custeio da máquina) são temas abordados em conjunto, assim como os editoriais que remetem à ineficiência da gestão pública também podem aludir à carga de tributos.

Se isso [melhora na gestão pública] for feito, será possível constatar que, se bem aplicados, os recursos públicos atuais são muito mais do que suficientes para melhorar os serviços de saúde, sem cortar investimentos em outras áreas e sem a necessidade de um novo imposto. (“Dinheiro mal gerido”, 2 de outubro de 2011 – editorial sobre a ineficiência na gestão pública)

No jornal defende-se a reforma tributária (“Novos sustos no mercado”, 3 de março de 2009; “Novo acerto com o Leão”, 5 de março de 2009; “Ruim, mas nem tanto”, de 10 de junho de 2009; o já citado “A produção travada”). A tributação é chamada de “irracional” (“A retomada do mercado”, 5 de janeiro de 2009):

A situação ficará mais complicada se o Tesouro Nacional pressionar o mercado para a rolagem de sua dívida. Como o custeio do governo será inflado por maiores despesas com pessoal e o controle dos demais itens de custeio é normalmente precário, ninguém pode apostar numa evolução mais favorável das contas públicas. (...) Nada justifica, por exemplo, muito otimismo quanto às possibilidade de aprovação de uma reforma tributária neste ano. (“A retomada do mercado”, 5 de janeiro de 2009)

Poucas tarefas são tão urgentes para o País quanto a remodelação do sistema tributário. O atual regime de impostos e contribuições onera em excesso as atividades produtivas, limita o poder de competição das empresas brasileiras e dificulta a criação de empregos. (...) A economia brasileira será seriamente prejudicada se for perdida mais esta ocasião de mudança do regime tributário. (“A economia na pauta legislativa”, 6 de janeiro de 2009)

Condizente com a premissa da livre concorrência, o jornal se posiciona contra o favorecimento de alguns setores mediante a desoneração tributária segmentada (“Os escolhidos do governo”, 8 de agosto de 2011) e volta-se contra a concentração de bancos na questão do *spread* bancário (“A cobrança aos banqueiros”, 9 de janeiro de 2009; “Spread alto demais”, 6 de fevereiro de 2009) – uma crítica específica que não se percebe entre os especialistas do Instituto Millenium.

A concentração, uma tendência mundial, pode produzir alguns benefícios, como os ganhos de escala e o fortalecimento dos bancos. Os ganhos de escala ajudam os interessados em competir internacionalmente e podem resultar em reduções de custos. Mas essas vantagens nem sempre se traduzem – e este é o caso brasileiro – em benefícios para os tomadores de empréstimos. (...) A concentração talvez não explique tudo, mas o poder dos maiores bancos certamente permite uma lucratividade raramente alcançável em setores mais sujeitos à concorrência. (“O excessivo poder dos bancos”, 7 de abril de 2009)

Podem não tocar da mesma forma na delicada questão da baixa competição entre os bancos, decerto; mas convergem no tratamento de outros temas, como a corrupção, a transparência e a ineficiência da máquina pública. Expressões como “lulismo” e “lulopetismo”, que são utilizadas em alguns textos publicados no site do Instituto Millenium, frequentemente aparecem em editoriais de OESP sobre esses tópicos, mesmo na gestão de Dilma Roussef, associados à trajetória de partidos políticos da base aliada ou de políticos individuais como Renan Calheiros, ex-ministro da Justiça do governo FHC.

Ele [senador Jarbas Vasconcelos, PMDB] não exagera ao qualificar de “aterrador” o quadro da corrupção na esfera federal, muito menos ao assinalar que o cenário vinha sendo encoberto pelos bons resultados da economia – para o conforto de um presidente que prometera, na primeira campanha ao Planalto, uma “intervenção enérgica pelo fim da impunidade e uma ampla ação cultural educativa pela afirmação dos valores republicanos e democráticos em nossa vida política”,

lembrou o senador. Mas Lula dirigiu suas energias para adquirir o apoio, com a devida paga, da ampla banda podre da política nacional. Amargo sinal dos tempos: por “constatar o óbvio, apenas isso”, Jarbas Vasconcelos foi afastado da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. **A decisão foi do líder da Casa, ninguém menos do que Renan Calheiros, outro dos amigos do peito do presidente. São políticos dessa, digamos, categoria, que dão as cartas no Brasil do lulismo.** (“O quadro ‘aterrador’ da corrupção”, 5 de março de 2009 – grifos meus)

Não fosse pelo clima de acrimônia entre os políticos e a presidente que os teria deixado ao deus-dará – não só em matéria de verbas e cargos, mas sobretudo pelo seu aparente descaso com os efeitos da maré de denúncias de corrupção que lhes sobe pelos pés – o caso do Turismo [prisão do secretário executivo e de seu antecessor no ministério] teria um impacto menor. (...) Nem pensar em ir à raiz do problema: **os incentivos de Lula, por ação ou omissão, à montagem de uma rede de quadrilhas na administração federal como decerto nunca antes se viu na história deste país.** (“O momento não pesou”, 11 de agosto de 2011 – grifos meus)

Lula não só reuniu em torno de si a escória da política nacional, como permitiu-lhe frequentar sem embaraços os cofres federais. (“Dilma diante da alcaiteia”, 8 de julho de 2011)

A sucessão de escândalos de corrupção no governo federal parece estar levando a presidente Dilma Roussef ao limiar do descontrole. (...) É fácil entender que a chefe de governo perca a paciência ao se dar conta das proporções em que **o aparelho estatal que herdou está contaminado pelo fisiologismo que seu antecessor institucionalizou.** (...) está mais do que evidente que **o que manteve em pé essa construção, meticulosamente edificada ao longo de oito anos, foi a tolerância com os gambás introduzidos nos galinheiros.** (...) Mas sua reação diante do mais recente capítulo de **uma sucessão de escândalos como nunca se viu antes na história deste país,** parece revelar que se está tornando irresistível a pressão daqueles que, tanto no governo quanto na base aliada, **não admitem senão a maneira lulopetista de governar**”. (“No limiar do descontrole”, 12 de agosto de 2011 – grifos meus)

No tocante às liberdades, em particular a liberdade de imprensa e de expressão, os editoriais lançam mão da abordagem da “tutela do Estado”, designada em alguns artigos publicados no site do Instituto Millenium como “Estado-babá”. A defesa dessas liberdades é premissa básica do liberalismo e do libertarianismo e diz respeito diretamente também à própria atividade empresarial das empresas de comunicação.

A liberdade de expressão é um direito fundamental e inalienável do ser humano e um requisito básico para a existência de uma sociedade democrática. **Esse direito é incompatível com qualquer tutela do Estado no que diz respeito, por exemplo, ao relacionamento dos cidadãos com os veículos de comunicação.** (...) É aí que se coloca a questão de saber quem deve decidir – para simplificar a questão –

o que é ou não saudável ou nocivo num programa de televisão. Transferir essa responsabilidade para o Estado significa, pura e simplesmente, admitir a censura oficial, com todos os riscos que isso implica para as liberdades individual e política. (“Menos Estado, mais cidadania”, 7 de dezembro de 2011 – grifos meus)

Especificamente em relação à liberdade de imprensa, o jornal se ocupou da proposta de controle social da mídia apresentada no 4º Congresso do PT, reconhecendo a necessidade de um marco regulatório técnico, mas não do controle de conteúdos. O editorial, cujos trechos se encontram reproduzidos abaixo, foi publicado na véspera de uma mobilização popular contra a corrupção⁶¹.

Ficou então combinado que não se fala mais em “controle social” da mídia, expressão politicamente inconveniente porque indissociável da ideia de censura, e os petistas passam a lutar pela “democratização” da imprensa. São elas a ala minoritária, ideológica, de esquerda radical e totalitária, e por isso contrária por definição à liberdade de imprensa; e a ala majoritária, populista, pragmática, que sob o comando de Lula manda de fato no partido e está exclusivamente preocupada em se perpetuar no poder, e por isso tem horror a ver suas lambanças estampadas na mídia. (...) Assim, o lulopetismo aliou-se às principais lideranças políticas, financeiras, industriais, comerciais, da alta sociedade, etc., mas continua atacando as elites. (...) O “controle social” é conceito em que está implícita não apenas a regulação da propriedade e do funcionamento, digamos, técnico, dos instrumentos de comunicação, mas sobretudo dos conteúdos veiculados. (“Controle, não: democratização”, 6 de setembro de 2011)

Nessa questão, OESP e OG têm polarizado com a base política do PT, desqualificando a priori essas propostas, que não são apresentadas em detalhes nas páginas dos jornais – algo que deve ser feito se o propósito do jornalismo for *informar* e fomentar o debate público. A posição de ambos os jornais coincide com a do Instituto Millenium no assunto.

E vai em frente [o documento elaborado no 4º Congresso do PT] mencionando as medidas “necessárias à ampliação das condições de financiamento do Estado”; diz que “parte do processo de democratização do Estado brasileiro depende, em grande medida, da realização da Reforma Política” – que não detalha – e sinaliza que o “controle social” da mídia ainda é meta a ser atingida: “Vem aí, neste segundo semestre, o debate sobre o novo marco regulatório dos meios de comunicação. Para o PT e para os movimentos sociais, a democratização dos meios de comunicação

61 Essa mobilização chamada “Marcha contra a corrupção” foi considerada com baixa participação popular pela FSP, e o oposto disso por OESP e OG, o que sinaliza a distância da linha editorial da FSP em relação à OESP e OG.

no País é tema relevante e um objetivo comum com os esforços de elaboração do governo Lula e os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação”. (“O novo PT de sempre”, 10 de agosto de 2011)

Quando o governo Dilma remeteu para o Ministério das Comunicações a responsabilidade pela formulação do marco regulatório, o jornal forneceu maiores informações sobre a proposta apresentada pelo governo Lula em 2010, na Conferência Nacional de Comunicação – nesse editorial, destacou que o projeto original previa a criação de duas agências setoriais para telecomunicações e conteúdos *de rádio e TV*, não de jornais, revistas ou internet: “Agora, está claro”.

A manifestação do ministro [Paulo Bernardo, das Comunicações] merece apenas um reparo importante. “Assim como a mídia pode criticar o PT, o PT pode criticar a mídia”, afirmou – o que é, certamente, um direito líquido e certo das partes. Mas o PT, convenhamos, não faz críticas. Vai muito além. O PT faz claras ameaças à mídia. Menos mal que a presidente Dilma Rousseff sabe separar “a posição do partido da posição do governo”. (“Separando posições”, 7 de setembro de 2011)

Por fim, OESP utiliza alguns termos no editorial “A vitória da direita na Europa” que denotam seu apoio e sua identificação em relação a essa corrente política – mas a associação da “filosofia antiestatista e as políticas orientadas para o mercado” com partidos conservadores diz respeito também ao ideário defendido pelo Instituto Millenium.

Aplicado à crise, **o pensamento simplório** [raciocínio em bloco] levaria à previsão segura de que os partidos conservadores, com a sua filosofia antiestatista e as suas políticas orientadas para o mercado sofreriam uma derrota devastadora seja lá onde os eleitores fossem às urnas depois do **tsunami atribuído à desregulamentação dos negócios financeiros** e em meio à onda de desemprego em massa. Eis que o eleitorado dos 27 membros da União Europeia (UE), chamados a escolher os representantes de seus países no Parlamento regional (...), preferiu infligir à centro-esquerda **uma humilhação sem precedentes** desde a criação do bloco (...)

(...) impondo-se às questões nacionais, prevaleceu uma **impressionante convergência de opinião** sobre **quais setores políticos estariam qualificados** para soerguer as economias europeias. Esse divisor de águas **premiou** partidos e governantes centro-direitistas e **puniu** – severamente – partidos e governantes esquerdistas. (“A vitória da direita na Europa”, 9 de junho de 2009)

Teor semelhante é encontrado sobre o mesmo fato em editorial de O Globo.

Nele, o eleitorado europeu é saudado por sua *cautela* ao premiar a *linha-dura* dos políticos de direita, *surrando* os políticos representantes das *velhas* teses esquerdistas.

Uma **mensagem de cautela emergiu das urnas** nas eleições para o Parlamento Europeu. A crise do capitalismo mundial, que vem exigindo dos governos forte intervenção na economia para evitar o pior, não ajudou correntes de esquerda, críticas do livre mercado. (...)

Refletindo as agruras do premier Gordon Brown, **os trabalhistas britânicos sofreram a maior surra desde a Primeira Guerra Mundial**. Ainda na centro-esquerda, **os primeiros-ministros** Zapatero (Espanha, muito atingida pela crise mundial) e Sócrates (Portugal), **também foram punidos**. (...)

Já o presidente da França, Nicolas Sarkozy, recebeu um forte endosso a **suas políticas de linha-dura contra o crime e oposição ao ingresso da Turquia na UE**. (...) Na Itália, **as posições duras** de Berlusconi **contra a imigração ilegal** falaram mais alto para o eleitor do que os escândalos envolvendo o primeiro-ministro. (...)

De modo geral, **o eleitor europeu parece ter compreendido que a intervenção do Estado na economia, em vários países, é conjuntural, e não a ressurreição de velhas teses esquerdistas**. (“Sem aventuras”, 10 de junho de 2009 – grifos meus)

O Globo – Editoriais da página 6

Tabela 9 - O Globo (editoriais)

| OG (2009 - 2011) | |
|-----------------------------|-------------------|
| Tema | Frequência |
| Política internacional | 28 |
| Outros | 20 |
| Corrupção | 14 |
| Impostos | 12 |
| Crise de 2008 | 10 |
| Saúde pública | 10 |
| Economia brasileira | 7 |
| Judiciário | 6 |
| Segurança pública | 6 |
| Estatismo | 5 |
| Mercado de trabalho | 5 |
| Diplomacia | 4 |
| Máquina pública | 4 |
| Contas públicas | 3 |
| Educação | 3 |

| OG (2009 - 2011) | |
|-----------------------------|-------------------|
| Tema | Frequência |
| Ficha Limpa | 3 |
| INSS | 3 |
| Legislativo | 3 |
| Petróleo | 3 |
| Cotas raciais | 2 |
| Imprensa | 2 |
| Justiça | 2 |
| MST | 2 |
| Política nacional | 2 |
| Bolsa Família | 2 |
| Internet | 1 |
| Política externa | 1 |
| Transparência | 1 |
| Economia internacional | 1 |
| LRF | 1 |
| Total | 166 |

Elaboração: Luciana Silveira

Na amostragem de editoriais de O Globo, percebe-se que as questões de imprensa ficaram em segundo plano. Nas publicações do período selecionado, o jornal se ocupou principalmente de política internacional e assuntos variados como transporte, urbanização, saneamento, mobilidade urbana, dentre outros.

Uma diferença editorial significativa de OG em relação aos outros dois veículos de comunicação ora apresentados é que para alguns temas específicos o jornal publicou seu editorial próprio e também um editorial assinado, intitulado como “Outra Opinião”. Temas como o sistema previdenciário, funcionalismo e reforma tributária contaram com esse tratamento.

Apesar da classificação temática adotada para a confecção das tabelas apresentadas neste capítulo, os textos opinativos do diário proporcionam uma visão ampla de sua posição ante o papel do Estado para além daqueles textos que se enquadram na

categoria “estatismo”. Essa mescla de temas se verifica também nos editoriais de OESP, porém é mais acentuada em OG, o que dificulta uma exposição organizada de um assunto por vez. Veja, por exemplo, esse editorial sobre a crítica do então presidente Luiz Inácio aos prefeitos eleitos com a promessa de corte de gastos públicos e uma pitada de keynesianismo por parte do jornal:

Mas não foi sem motivos que praticamente todos os prefeitos de cidades de peso assumiram na semana passada com o discurso de austeridade. A inevitável redução do ritmo do crescimento econômico – já em curso – tem impacto negativo direto e automático na arrecadação de impostos, como já se observa em alguns setores. É preciso, então, extremo cuidado no manejo das contas públicas, em todos os níveis da administração. (...)

Pena que o zelo de Lula com as prefeituras não seja o mesmo com que ele administra as contas de seu governo. **Pois, se há um mau exemplo de administração dos recursos públicos, em que as despesas em custeio sufocam os investimentos – ferramenta anticíclica por excelência –**, é o do governo Lula, apesar de todo o palavrorio em torno do PAC. Mesmo com a crise mundial – que não é pequena – **Brasília tem dado prioridade às demandas de clientelas políticas (funcionalismo) e corporações sindicais.** O governo poderia ter revisto os reajustes dados aos servidores – de grande impacto nas contas públicas –, a criação de vagas na máquina burocrática, e adiado a aplicação das novas regras do aumento do salário mínimo. Não o fez – pelo menos até agora. Como resultado, só os reajustes concedidos a servidores custarão ao erário R\$20 bilhões até 2011.

Há crise nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia; ocorrem demissões no setor industrial brasileiro, mas **nada abala a gastança em Brasília.** Se o presidente pusesse em prática o conselho que dá aos prefeitos, seria um alento. (Entre dizer e fazer, 6 de janeiro de 2009 – grifos meus)

Assim, sugiro ao leitor ter em mente quais são os pontos do discurso liberal que ora se procura nas páginas dos jornais com o propósito de encontrar semelhanças ou dissonâncias do tratamento que o Instituto Millenium dá a esses mesmos pontos: corrupção, transparência, contas públicas, custeio da máquina, eficiência do Estado, impostos, liberdades – especialmente a liberdade de imprensa. Tenha em consideração que trechos citados de um editorial para ilustrar algum assunto também podem remeter a outro tópico.

Dentre os temas dos quais o Instituto Millenium prioriza, a corrupção foi o assunto de maior destaque nas páginas de OG, seguido de perto da questão dos impostos. Na

amostra selecionada, o diário foi o único a expor sua opinião sobre as cotas raciais, sobre o projeto de lei da Ficha Limpa e sobre o programa Bolsa Família.

No que diz respeito ao funcionamento da máquina pública e das prerrogativas do funcionalismo público, o jornal se posiciona como a FSP, mas seus argumentos são mais contundentes. A máquina pública seria inchada, corporativista, avessa ao profissionalismo, ineficiente e custosa para o contribuinte.

Coerente com a visão ideológica de um “Estado forte” – embora confundindo-o com uma entidade inchada o governo fez mais: ampliou a folha de pagamentos (...) Um método simples de avaliar se o governo erra ou acerta **nessa política de ganância e empreguismo desenfreados** é saber se o custo para o contribuinte tem sido compensado pela melhoria dos serviços públicos federais. Não parece. **Em geral, toda vez que a população necessita da máquina pública, ela se mostra lenta e ineficiente.** (...) O problema é que a máquina de mais de um milhão de funcionários, contaminados de grande corporativismo, avessos a qualquer ideia de cobrança profissional, não responde sequer ao governo. (...) Compromete-se o futuro com esse tipo de gasto. (“Conta elevada”, 3 de maio de 2009 – grifos meus)

Dos três jornais, O Globo é aquele que mais se ocupa do Estado e seu papel, enquanto FSP e OESP se ocupam principalmente das gestões dos governos, ainda que a categoria “estatismo” figure representada em dois (OG e FSP) dos três veículos. Na questão do Estado, OG e Millenium assumem posições convergentes e semelhantes – é o jornal que mais se aproxima do Imil nesse tópico em função da veemência com que trata o assunto. Além disso, o jornal emprega os mesmos termos para qualificar o Estado brasileiro que aqueles encontrados em publicações e *podcasts* da entidade: *inchado, ineficiente, obeso, paquiderme, gastador*.

Ainda nos primeiros meses da crise de crédito de 2008, O Globo manifestou-se economicamente liberal convicto – convenientemente, o jornal superou e esqueceu seu próprio governismo e adesismo de décadas anteriores apontado por Fonseca (2005).

No momento em que a economia mundial atravessa a crise mais grave desde a Depressão dos anos 30, uma fácil tendência é dizer que está na hora de devolver as rédeas do carro à mão segura do Estado. (...) por razões históricas, também aqui há uma certa fascinação com o Estado e com seus poderes salvadores. Esta foi uma das raízes do messianismo militarista que levou o Brasil ao ciclo 1964/1984.

(...) Considerado os gastos do orçamento da União e das estatais, os investimentos públicos totais passaram de 2,29% do PIB, em 1998, para 2,80 em 2008. Podia ter sido mais, se o governo Lula não privilegiasse os gastos com custeio da máquina e pessoal. (...)

Prevalece, no fundo, a crença nas bondades do Estado, na máquina do Estado. Ninguém discute a necessidade de um funcionalismo motivado e competente. Mas também não há nenhuma dúvida sobre o peso que o Estado hoje exerce sobre a sociedade brasileira. Já se disse, com toda razão, que o Estado brasileiro não cabe no bolso dos brasileiros. E, quando ele promete dinheiro, o dinheiro muitas vezes não chega onde deveria chegar: ou chega devagar, por vias tortas. É por isso que, como lembrou Vladimir Putin, o Estado não pode ser deixado entregue a si mesmo. Quando isso acontece, o resultado é a falência. (“O Estado rei”, 7 de fevereiro de 2009)

A morosidade da Receita Federal em cumprir uma decisão judicial a favor do contribuinte serve de plataforma para o reexame de nossas origens e do papel do Estado:

Costuma-se dizer que **tudo começou quando Lisboa transferiu para a colônia a arquitetura do estado** (sic) **português**, antes que por aqui existisse povo. Pode ser uma visão simplificada da História, mas é fato que **um Estado obeso, de presença opressiva na sociedade**, a qual trata de forma injusta a depender da circunstância, é uma tradição antiga no Brasil, com raízes no império lusitano, sua organização vertical, estamentos e cultura patrimonialista. Discussões sobre a História à parte, duzentos anos depois da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, a Receita Federal dá razão a quem considera o **Estado brasileiro um ente quase autônomo**, regido por regras próprias, sem maiores preocupações com aquela parcela da sociedade brasileira que trabalha na esfera privada, depende do salário para pagar as contas, não tem estabilidade no emprego, tampouco reajustes automáticos sem qualquer relação com eficiência e produtividade. (...)

O Estado trata bem apenas as corporações de que é prisioneiro – não poderia ser diferente – e as clientelas que aos poderosos de ocasião interessa adular. (Cultura estatal, 10 de janeiro de 2009 – grifos meus)

Alguns impostos, como a CPMF, são referidos como “fantasma tributário” ou “tributo fantasma”. E também ao abordar os impostos:

Governadores se mobilizam para apoiar qualquer tentativa de recriação da CPMF, uma espécie de fantasma tributário que vive a atormentar os contribuintes brasileiros. (...) E sempre com uma repetitiva catilinária: “O sistema público de saúde está depauperado e somente sobreviverá se assegurar uma fonte exclusiva de financiamento”. (...) Quase que diariamente a imprensa em todo o Brasil traz à tona casos de desperdícios, má gestão, irracionalidade ou malversação de recursos na área de saúde. Tributar ainda mais o contribuinte para esse buraco sem fundo é que pode ser classificado como covardia contra o cidadão. (“CPMF é um fantasma não exorcizado”, 7 de setembro de 2011)

A demanda por gastos públicos sempre superar o clamor por redução da carga tributária, o que leva políticos e governantes a defender, por exemplo, a recriação da CPMF, sob pretexto de que a Saúde precisa ser financiada com recursos adicionais. Sem a quebra desse círculo vicioso, entrará governo, sairá governo, e efetivamente o país ficará sem uma verdadeira reforma nos tributos. (“Círculo vicioso”, 8 de setembro de 2011)

Ao tratar sobre o impacto das leis trabalhistas brasileiras na crise, o jornal aborda também a legislação tributária, ambas associadas ao atraso do país – uma qualidade atribuída ao Brasil pelo pensamento conservador na comparação com a *modernidade* cuja medida própria é a dos países do Norte:

Em 66 anos houve a revolução da microeletrônica, surgiu a internet, com ela a possibilidade de se trabalhar fora dos escritórios, o Brasil se tornou menos refratário à competição externa, e a CLT e o relógio de ponto resistem como peças de museu de um tempo que passou. Mas a vida continua e padrões e empregados são obrigados a desenvolver modalidades de contratos de trabalho à margem da múltiplamente esclerosada CLT. (...) Se nas recessões a CLT acelera cortes de pessoal, nas retomadas de crescimento retarda as admissões. Afinal, as legislações trabalhista e previdenciária impõem um peso elevado na criação de empregos formais (...) países com legislação tributária intrincada, custosa, tendem a ter um índice de desemprego médio mais elevado que economias com mercados de trabalho menos regulados. (“Ação anticíclica”, 11 de abril de 2009)

Temos desequilíbrios no mercado de trabalho, onde a informalidade é cruel, e bem maior que o aceitável. As leis trabalhistas são antiquadas. (“Pouca luz”, 3 de fevereiro de 2009)

No tocante aos pilares da seguridade social, como o sistema de saúde, o enquadramento é semelhante ao que OESP e Imil dão a essa questão, pelo viés da eficiência da gestão pública e de seu custo de manutenção.

Generoso nos propósitos, o Sistema Único de Saúde (SUS) estabeleceu a universalidade no atendimento à população, algo em discussão acirrada nos últimos anos nos Estados Unidos, devido ao projeto do governo Barack Obama de ampliar a cobertura da saúde pública naquele país. (...)

Já naquele Brasil do fim da década de 80, saído de 21 anos de ditadura, imerso num ciclo de inflação severa, algumas palavras de ordem eram quase consensuais, como eleições diretas, liberdade de expressão, etc. **Havia, ainda, por contraditório que parecesse, grande tendência em se manter o Estado presente na sociedade. Não mais como vigilante fiscal do regime, mas provedor das famílias de**

baixa renda, agente no combate à pobreza. O SUS derivou desse espírito, ainda contaminado por ilusões do “socialismo real” (...)

Até devido à formação cultural, não havia preocupação na Constituinte sobre se o Estado teria recursos para sustentar aquele projeto de país. Ainda não se vislumbra no horizonte o momento em que no Brasil haverá uma discussão técnica, política e ideológica sobre a capacidade do Erário arcar com determinada despesa. Aqui, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF] impeça, continua-se a pensar em despesas sem preocupação com as fontes de receita. (...)

Na primeira reunião da Câmara, sob presidência do empresário Jorge Gerdau (...) a Saúde foi escolhida para a primeira atuação efetiva do organismo [refere-se à Câmara de Políticas e de Gestão, Desempenho e Competitividade]. Oportunidade que não pode ser perdida para se enfrentar a “falta de recursos”, num país de **carga tributária sufocante**, pela melhoria da gestão dos altos tributos já arrecadados. (“Mudança de enfoque”, 4 de julho de 2011 – grifos meus)

Ainda sobre o enfoque na questão prioritária dos recursos, o jornal publicou o seguinte:

Nenhuma das profecias se realizou, emergências e hospitais públicos continuaram tão ruins como sempre. Depois, foi constatado, ainda no fim do primeiro semestre, o crescimento contínuo da arrecadação repôs aqueles R\$ 40 bilhões “perdidos”. Se o governo Lula não destinou dinheiro para o SUS, é porque teve outras prioridades. (...)

Porém, como revelou ontem O GLOBO, os números mostram outra realidade: a arrecadação cresce, mas os recursos para a saúde pública aumentam em velocidade mais lenta. Ou seja, como em 2008, no governo Lula, a capitalização do SUS e a crítica ao “subfinanciamento” do setor ficam nas palavras. (...)

A comprovada baixa prioridade que Brasília concede à Saúde, apesar do palavrório, tem de ser considerado no debate sobre o tal “subfinanciamento”. (...)

sem uma profunda reforma gerencial do SUS, não se pode garantir que o problema é falta de dinheiro. Logo, recriar a CPMF é mesmo uma irresponsabilidade. (“Mitos em torno dos recursos para a Saúde”, 7 de outubro de 2011)

Percebe-se nesses textos que a questão dos impostos não recebe editoriais exclusivos sobre o tema, a exemplo do que acontece em editoriais de OESP que se dedicam estritamente ao assunto (apesar do tópico “carga tributária” ser tratado com frequência nos editoriais sobre economia, nos quais figuram as expressões “impostos pesados”, “impostos escorchantes”, “alta carga de impostos”). Antes, os impostos são tratados em relação à gestão

da máquina pública, ao seu custo, como um desrespeito do Estado ante a população pagante. É uma abordagem diferente dos outros três veículos: FSP, OESP e o Imil (considerado ora como um veículo em função de seu papel de publicação e republicação de artigos), o que explica a baixa incidência do termo na Tabela 9 e singulariza o tratamento de OG a esse respeito, priorizando o que julga ser papel ideal do Estado. Na questão previdenciária, porém, a FSP, OESP e OG, são unânimes na defesa do fator previdenciário, tratando o assunto sob o mesmo prisma de custo ao contribuinte e necessária limitação das aposentadorias precoces.

Temas específicos, como a instituição de políticas de cotas e o programa Bolsa Família também ajudam a ilustrar a linha editorial do veículo: na questão das ações afirmativas, o jornal não faz referência ao ideário liberal da meritocracia, antes baseia-se em preconceções conservadoras. O posicionamento pode ser o mesmo – contra as cotas – mas o pensamento que orienta esta tomada de posição é diferente. O jornal admite que o nível das escolas particulares é questionável, mas não cogita sequer por um instante que estes estudantes talvez careçam de qualificação para prosseguir seus estudos de nível superior em centros de excelência acadêmica públicos. Igualmente, não se baseia nem apresenta qualquer dado que corrobore com seus pressupostos. Neste aspecto, os especialistas do Instituto Millenium divergem: há quem seja a favor, como o economista Vítor Wilher, e quem seja contra, como a advogada Roberta Kaufmann. Não pude encontrar uma posição definida e institucional do Imil quanto ao tema; mas uma busca utilizando o termo “cotas” no site da organização retorna artigos contra essa política⁶².

Um dos subprodutos da racialização da educação pública no país é mascarar a baixa qualidade deste ensino. (Também deixa a desejar o nível das escolas particulares, quando são comparadas com suas congêneres no exterior.) A adoção de cotas raciais, se o Senado não a evitar, colocará nas universidades, centros de ensino que devem se pautar pelo rigor acadêmico, estudantes mal preparados por um sistema sabidamente em grave crise. (...) O fecho deste circuito perverso será a eternização de um ensino de má qualidade, pois as cotas permitirão o preenchimento de todas as vagas nas universidades, esvaziando, com isso, a pressão da sociedade por mais

⁶² O único artigo que encontrei a favor das cotas não diz respeito às cotas raciais, mas a favor da instituição de cotas máximas para parentes de juízes e desembargadores nos concursos públicos para magistratura. Recomendo a leitura pelo inusitado: <http://www.imil.org.br/artigos/a-favor-das-cotas/>

investimentos no ensino básico – para alegria dos políticos populistas, que preferem gastar o dinheiro público no assistencialismo eleitoreiro (...) E que a melhor ação afirmativa é melhorar o ensino público, a favor dos pobres de qualquer cor, sem discriminação. (“Sem discriminação”, 2 de fevereiro de 2009)

Já em relação aos programas de transferência de renda continuada, como o Bolsa Família, o enquadramento do tópico por OG também difere daquele que se encontra nos editoriais de OESP. A propósito de bolsas para pescadores concedidas pelo Ministério da Pesca, o diário paulista considera este um benefício eleitoreiro, mas trata do tema sob a perspectiva da necessidade de fiscalização e combate ao uso eleitoral dos programas⁶³.

Em seu editorial “A nova *bolsa-eleitor*” do dia 7 de outubro de 2011, OESP remete a um artigo publicado em OG pelo especialista do Instituto Millenium e presidente da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco⁶⁴. Este artigo também inspirou o editorial de OG “Não faltam bolsas e escasseia fiscalização”, do dia 6 de outubro de 2011. Abaixo reproduzo alguns trechos de ambos e, excepcionalmente, do artigo de Castello Branco, para que o leitor julgue por si mesmo o tratamento dado pelo autor ao tema (a necessária fiscalização e vigilância) e o uso feito de seu texto por OG e OESP.

No artigo de Gil Castello Branco:

No Brasil, a multiplicação recente não é dos pães ou dos peixes, mas sim dos pescadores. A Lei 8.287 criou o seguro-defeso, a chamada “bolsa pescador”. A intenção é correta. Para preservar espécies, o governo paga um salário mínimo aos pescadores artesanais por tantos meses quanto dure a reprodução, com base em portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Normalmente, o benefício é pago por 4 meses. Aos pescadores, basta comprovar o exercício profissional da pesca e que não possuem outro emprego, bem como qualquer outra fonte de renda. (...)

O valor bilionário pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aos que vivem da pesca artesanal é, também, quase 3 vezes maior do que as exportações brasileiras de pescado mais crustáceos em 2009, que geraram US\$169,3 milhões (R\$318,3 milhões, com o dólar a R\$1,88). Os números são tão estranhos que parecem “história de pescador”? (...)

63 OESP não questiona se há a possibilidade de uso eleitoral; parte da premissa de que há uso eleitoreiro por parte do governo da União.

64 Este mesmo artigo, intitulado “O mistério da multiplicação de pescadores”, não faz parte da presente amostra, mas pode ser encontrado no portal do Imil em <http://www.imil.org.br/artigos/o-misterio-da-multiplicao-dos-pescadores/>

Para agravar o mistério, os nomes dos contemplados não são divulgados nos portais governamentais, impossibilitando o controle social. Após diversas solicitações, inclusive à Ouvidoria Geral da União, a Associação Contas Abertas obteve a relação nominal dos segurados e dos municípios onde ocorre o defeso. Até em Brasília existem favorecidos. (...)

Ao contrário da passagem bíblica, fato que a religiosidade explica, é extremamente necessário que a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público investiguem – de imediato e com rigor – a multiplicação dos pescadores, que afronta o bom-senso e exala má-fé. (BRANCO, 2011)

Já em O Globo, percebe-se algo além da fiscalização própria do “quarto poder”. Uma vez mais, o jornal expõe o que entende ser o papel do Estado e assume posição ante os programas de transferência de renda, utilizando ao fim do editorial, termos que o Instituto Millenium adota como valores: “ética”, “responsabilidade pública” (valor associado ao termo “transparência” em “Missão, Visão, Valores” do Imil) e “eficiência administrativa”, um princípio exposto como “eficiência” na Carta de Princípios do Millenium.

Diante de casos como o da Bolsa Pesca, criada para compensar o pescador que para de trabalhar no período de procriação nos cardumes, mas convertida em mais uma fonte de fraudes contra o contribuinte, fica evidente que não faz mesmo sentido o debate entre “Estado mínimo” e “Estado máximo”.

A questão tem nuances que escapam ao reducionismo ideológico. (...) A reportagem do GLOBO, no dia seguinte ao do artigo, encontrou várias evidências de fraudes, inclusive um ex-pescador, em Niterói, que se beneficia da bolsa e com ela reformou a casa. É mais um caso gritante de ineficiência do Estado na fiscalização do uso do dinheiro do contribuinte.

Tem-se, então, um quadro dramático em que, **no espírito da Constituição de 88, o Estado brasileiro está sendo convertido num imenso provedor, distribuindo bilhões de reais do Orçamento por meio de “bolsas” – Família, a mais conhecida delas – sem maiores fiscalizações.**

Temos um enorme aparato estatal, sorvedouro voraz de parcelas crescentes de renda da sociedade (...) quando o assistencialismo ganha proporções desmedidas e começa a se eternizar, devido aos polpudos dividendos eleitorais, metástases passam a se alastrar. **O assalto ao contribuinte por meio do Bolsa Pesca é apenas um caso. O Estado brasileiro é padrao para quem paga impostos em dia e não recebe em troca serviços compatíveis, mas é mãe generosa e desatenta com vários esquemas que vivem presos às tetas do Tesouro (...)**

A discussão não é, como se vê, entre estados “mínimo” ou “máximo”, mas sobre **ética, responsabilidade pública e eficiência administrativa.** (“Não faltam bolsas e escasseia fiscalização”, 6 de outubro de 2011 – grifos meus).

Em OESP, o tratamento se restringe ao caso do seguro-defeso em questão; o jornal, “*weberianamente*”, questiona o sentido da ação – no caso, do governo em relação à criação e concessão do seguro-defeso.

Os números do programa de proteção a pescadores durante o período em que a pesca é proibida para a preservação de determinadas espécies poderiam sintetizar o êxito de uma meritória ação social e ambiental do poder público. Mas a quantidade de ações do Ministério Público Federal contra administradores e beneficiários do programa em diversos Estados indica que parte dos benefícios pagos pelo governo resulta de fraudes e irregularidades praticadas às vezes com objetivos eleitorais e sempre com graves prejuízos para os cofres públicos. (...)

As fraudes, em geral para beneficiar amigos ou para conquistar votos, são facilitadas porque não há controle do Ministério da Pesca, que cadastra os pescadores, nem do Ministério do Trabalho, que paga o “bolsa-pescador” – que por isso está virando uma espécie de “bolsa-eleitor”. (“A nova *bolsa-eleitor*”, 7 de outubro de 2011)

Destaco que a preocupação com a corrupção e as possíveis fraudes não caracteriza essencialmente o *liberalismo*, uma vez que parte da premissa do desenho falho das instituições; espera-se mesmo que a sociedade civil organizada e os veículos de comunicação exercitem a chamada *accountability societal* – outra premissa do pensamento institucionalista.

Mas a crítica aos programas de transferência de renda, formulada nos termos de OG, mal oculta uma inspiração conservadora, na medida em que pressupõe: a) desperdício de recursos escassos com “gasto social” a “fundo perdido”; b) a possibilidade de fraudes e corrupção, de desvio de recursos públicos e uso eleitoral, sem considerar que há pessoas de fato *beneficiadas*, isto é, *clientes atendidos* por esses programas; e, c) pressupõe *não ser papel do Estado o provimento das famílias*, não de baixa renda, mas em situação de vulnerabilidade social. Tenha em mente que o liberalismo da Escola de Chicago (inspirador do ideário difundido pelo Consenso de Washington) do qual se aproxima o que defende o Millenium na “eficiência de gestão pública”, serviu de base para a criação de programas de transferência de renda *sem contrapartida*, como os programas de renda básica.

O Globo não se ocupa apenas do uso eleitoral dos benefícios sociais. O

mesmo ocorre no tocante à liberdade de expressão – ou, para maior precisão: liberdade de *comunicação*. A já referida “Marcha contra a corrupção”, considerada de sucesso mediano pela FSP, mas bem sucedida por OESP, é comparada por OG à Primavera Árabe. Essa manifestação também teve ressonância em *podcast* do Instituto Millenium quando o organizador carioca, Chester Martins, foi entrevistado na edição de setembro de 2011; da mesma forma que as manifestações populares da Primavera Árabe e o impacto das novas mídias na politização dos jovens foram temas recorrentes dos *podcasts* de agosto, setembro e novembro de 2011. Essa comparação também aparece em OG:

O feriado do Dia da Independência se tornou um marco na história das manifestações populares no país. Menos pela quantidade de pessoas que levou às ruas, e muito mais pela forma e contexto em que foram mobilizadas. (...) Este tipo de mobilização política espontânea entre cidadãos, à margem de governo, partidos e corporações, ganhou grande destaque mundial na luta (frustrada) da oposição iraniana contra a vitória eleitoral fraudada de Ahmadinejad, em 2009. (...)

No Brasil, a internet não é usada contra uma ditadura, óbvio, mas, no 7 de setembro, para romper uma couraça criada nos oito anos de poder lulopetista a fim de proteger o governo e o PT de qualquer ameaça política. (...) A peculiaridade brasileira é que desde 2003, com a chegada de Lula ao Planalto, entidades estudantis, organizações ditas sociais como o MST e grandes centrais sindicais – apenas para citar os elos mais importantes desta cadeia fisiológica – passaram a ter assento no grande banquete pago pelo Tesouro Nacional (leia-se, o contribuinte). (...)

Forjou-se até a anedótica comparação entre os que pedem hoje lisura no manejo do dinheiro do Erário com a UDN de Carlos Lacerda, da década de 50, na campanha contra Vargas, acusado de corrupção. Os momentos históricos são distintos como água e vinho. No fundo, paira a visão de que o roubo de direita tem de ser denunciado, enquanto o roubo de esquerda deve ser tolerado em nome da “causa”. Lamentável.

A mobilização (...) pode ser a ponta de algo maior existente no subsolo da sociedade. (“Internet contorna a cooptação lulopetista”, 9 de setembro de 2011)

Sobre a liberdade da produção audiovisual brasileira, OG escreve:

... grupos que desembarcaram em Brasília em 2003 na caravana vitoriosa lulopetista sempre procuraram ser vistos como progressistas, autênticos democratas. Engano. Na verdade, sempre fizeram parte das alianças de esquerda frações autoritárias, defensoras de um Estado forte a pairar sobre uma sociedade incapaz de decidir o que é bom para ela. Serão estes agentes da clarividência, donos de verdades inabaláveis, que irão “proteger” a população contra maus hábitos e más influências.

Convém deixar claro que não se questiona aqui, em hipótese alguma, a liberdade do jornal em expressar sua opinião e mesmo de se posicionar a favor ou contra temas que dizem respeito ao direito de informação do conjunto da sociedade. Chamo a atenção para o inusitado de um veículo que julga ser expressão da “opinião pública” não apresentar e discutir a outra proposta, o “outro lado”, do marco regulatório.

Ainda em relação ao 4º Congresso Nacional do PT, a pretexto de abordar o teor do marco regulatório proposto pelo partido, fala-se também de corrupção “herdada” pelo governo Dilma. Uma vez mais, desconsidera-se que a proposta diz respeito principalmente à regulação das telecomunicações e radiodifusão, que são concessões públicas:

Assim como no mensalão, quando, com a ajuda de alguns intelectuais orgânicos petistas, criou o “golpe da mídia”, na tentativa de justificar o injustificável, agora, acuado pela descoberta de vários casos de corrupção na base partidária do governo Dilma, herdade de Lula, o partido reage propondo “novo marco regulatório”, com a intenção de aumentar o controle sobre os meios de comunicação. Deve considerá-los com liberdade em excesso na publicação de escândalos lulopetistas. (...)

O Brasil tem uma indústria de comunicação social bastante sofisticada, comparada às melhores do mundo e, na sua grande maioria, identificada com todos os princípios da Constituição que regem o setor. Ao contrário do que propaga o PT, existe um marco regulatório. (...) Querer colocar na pauta do governo Dilma o “novo marco” de regulação da mídia, contaminado por uma visão dirigista, intervencionista e destinado a enfraquecer a imprensa profissional e independente, é uma indesejada volta ao passado e uma tentativa de subordinar a presidente ao partido. (“PT deseja enquadrar Dilma”, 6 de setembro de 2011)

A abordagem da “herança maldita” prossegue nos editoriais sobre corrupção que, assim como os demais, também versam sobre o papel ideal do Estado segundo OG. Veja dois exemplos – há mais editoriais do mesmo teor que concedem a Dilma o benefício da dúvida em função da “herança do lulopetismo”, termo sempre associado ao fisiologismo, ao aparelhamento da máquina pública:

Dilma, na verdade, se choca com o modelo lulopetista fisiológico de montagem de governo e manutenção de poder. (...) No segundo mandato, [Lula] acrescentou o PMDB ao arco de alianças e sedimentou de vez a prática do toma lá dá cá fisiológico. É este o modelo herdado por Dilma. Ela chegou a indicar desejar implodi-lo. Não se sabe se conseguirá. (“Dilma não pode se curvar ao fisiologismo”, 9 de junho de 2011).

Uma das medidas com este objetivo foi a criação da câmara de eficiência de gestão e competitividade, a fim de melhorar o funcionamento da emperrada máquina pública. (...) Caso ela [Dilma] vá em frente, como precisa fazer [demitir um ministro acusado de corrupção], fincará uma estaca no coração do monstro criado pelo lulopetismo ao montar equipes de governo com base no fisiologismo. Este foi

um dos desserviços prestados ao país pelas duas gestões Lula. (...) Na eventualidade do recuo [de Dilma], terá perdido uma batalha decisiva logo no início do mandato. (“Chance de um choque de moralização”, 5 de julho de 2011)

O jornal rechaça a comparação das preocupações éticas com o udenismo dos anos de 1950, sendo o único dos três jornais, no período selecionado de amostra, a apresentar editoriais referentes ao projeto de lei conhecido como “Ficha Limpa”, também apoiado pelo Instituto Millenium como um fator de efeito moralizador na política:

É avaliação praticamente unânime que a representação pública, a cada ano, vem se degradando no país, devido ao avanço de candidatos que buscam tão somente se prevalecer dos mandatos para realizar projetos que passam ao largo dos interesses do eleitorado ou das instituições republicanas. (...) É em socorro a esse tipo de comportamento, em que a ética se sobrepõe inconfundivelmente a chicanas, apadrinhamentos e licenças para a impunidade, que se torna inescapável uma posição do STF favoravelmente ao espírito depurador, moralizante da Ficha Limpa. (...) vão ao encontro das cada vez mais constantes demonstrações de indignação contra o aviltamento da política, e, em favor de uma faxina no exercício de atividades públicas. Esse é um sentimento nacional... (“Ficha Limpa: crucial para moralizar a política”, 9 de novembro de 2011).

Considerações

Em função de sua credibilidade – suposta ou não – esses periódicos desempenham um papel, ou ao menos idealmente deveriam cumprir um papel destacado, no regime democrático e na já referida *accountability* societal. Essa noção, em se tratando de Brasil, é colocada em dúvida por Fonseca (2005), que se dedicou a pesquisar editoriais e noticiários por oito anos, tendo como objeto quatro diários: os três ora escolhidos além do (agora extinto) Jornal do Brasil, no período da redemocratização do Brasil. Uma das conclusões a que chegou Fonseca é que os jornais são pluralistas apenas em aparência e que a própria liberdade de imprensa deveria ser questionada enquanto um valor:

... pois nada se discute seriamente, apenas vulgarizam-se as ideias, palavras e imagens que são repetidas à exaustão como uma cantilena por todos os principais órgãos da grande imprensa brasileira. Não apenas o ‘pensamento’ é único, mas a própria estratégia para fixá-lo. Assim, a ‘liberdade de imprensa’ – ao menos no que tange ao debate de ideias que impactam a sociedade como um todo, tais como as relativas ao modelo de desenvolvimento – foi utilizada, no período em foco, apenas e tão somente para reiterar, divulgar e vulgarizar, tendo em vista forjar o consenso

ultraliberal. A partir disso pode-se questionar o valor da liberdade de imprensa numa democracia, dada a intermediação privada da opinião, se seus notórios (e autoproclamados) representantes nada discutem, literalmente embotando o debate. Por paradoxal que possa parecer, a teoria política de corte liberal é posta em questão mediante esta constatação. (FONSECA, 2005, p.369-370)

Fonseca (2005) considera que a grande imprensa desempenha “um triplo papel” como “*aparelho privado de hegemonia*, como *empresa* e como *partido do Capital Global*” (FONSECA, 2005, p.441, grifos do autor), conformando-se às éticas weberianas de *responsabilidade* e de *convicção*, o que se traduz, no primeiro caso, em pragmatismo e, na segunda tipologia, em doutrinarianismo; sendo que as linhas editoriais assumem uma ou outra configuração predominante, mas não exclusivamente. Assim, na exaustiva sistematização do autor, a Folha de São Paulo e O Globo emergem como veículos predominantemente *pragmáticos* na adoção da agenda liberal (neoliberal ou ultraliberal, se o leitor assim preferir), mas com movimentos doutrinarianistas, no caso de OG. O falido Jornal do Brasil e o ainda existente O Estado de São Paulo, por sua vez, seriam jornais essencialmente doutrinários, mas em alguns momentos, preocupados com as consequências de determinadas ações. Em todos os casos, são publicações voltadas para o empresariado e as classes médias tradicionais.

Abordo a pesquisa de Fonseca como um contraste ao que segue exposto no Capítulo 3, como um retrato ao estilo “*antes e depois*” da imprensa, com os devidos descontos: Fonseca se ocupou principalmente de quatro veículos, as metodologias e os períodos pesquisados são diferentes, sendo sua obra de maior magnitude e alcance do que esta. Acredito que os editoriais apresentados no Capítulo 3 possibilitam a inferência de algumas características em relação aos jornais, sendo que em dois dos três veículos é possível confirmar a continuidade das linhas editoriais que Fonseca apresentou. A complexidade das posições defendidas por cada uma dessas linhas prossegue sendo da mesma natureza daquela apresentada por Fonseca. Apor um rótulo a esses periódicos é impossível.

A FSP é apresentada por Fonseca como um jornal marcado pela “volatilidade ideológica”, mas que “de forma alguma apresenta uma posição ultraliberal em termos econômicos” (FONSECA, 2005, p.150-151), ainda que abra espaço para o debate dessa pauta por meio dos artigos de opinião das seções “Tendências e Debates” (artigos assinados por colaboradores voluntários), “Opinião” (os editoriais da página 2 ora analisados no presente trabalho) e “Opinião Econômica” (caderno de economia do diário). O jornal manteve, durante a redemocratização, uma posição de defesa político-institucional do Estado de Direito.

Essa postura institucionalista, de defesa da ordem, pode ser chamada de conservadora; mas, ao menos, a linha editorial do jornal tem sido coerente ao longo dos anos, uma vez que não encontramos, de fato, apoio exacerbado ao liberalismo econômico nos editoriais da FSP. A tipologia delineada por Fonseca, nesse caso, se manteve. Sua opção pela transparência e postura combativa ante a corrupção está de acordo com o papel institucional de “quarto poder”, de *cão de guarda (watchdog)* e *alarme de incêndio (firealarm)* que se espera de um jornal em um Estado democrático de Direito, e de acordo com os teóricos institucionalistas de qualidade da democracia. Note-se que o diário registrou, em uma nota em coluna de economia, a presença da direção executiva do Instituto Millenium acompanhada pelo respectivo assessor de imprensa, em duas ocasiões do período pesquisado: em 2009, quando Paulo Uebel visitou a redação, e em 2011, quando Priscila Pinto lá esteve. Foi o único dos três jornais dessa amostra a registrar tal visita, mas nada leva a crer que tenha sido a única redação visitada.

Em relação ao OESP, Fonseca destaca que “sua preocupação com a ordem em virtude da possibilidade de anomia foi tão grande” que aproximou seu liberalismo do positivismo, vinculado ao reacionarismo e conservadorismo (FONSECA, 2005, p.443). O conservadorismo não é sinônimo de nostalgia, de idealização e conservação do passado, mas do presente. Isso fica explícito em alguns editoriais de OESP sobre a liberdade de

imprensa e sobre o estabelecimento da “Comissão da Verdade”, ainda que exista um viés de liberalismo econômico nas críticas aos bancos privados, na priorização da competição e, principalmente, na pressuposição de que o setor privado concentra as virtudes e o setor público, os malefícios. Suas posições no tocante a tópicos como as drogas, por exemplo, também denota seu caráter não-progressista e mesmo antiliberal, reduzindo a questão do uso de entorpecentes à um problema de segurança pública e de degradação da sociedade. Ainda em função disso, pode também ser considerado um jornal doutrinário e mesmo de oposição política ao partido político atualmente – e há dez anos – no governo da União. Antes de ser um liberal em costumes e política, o jornal é um conservador que defende aspectos do liberalismo econômico, como a livre concorrência, desoneração da carga tributária, redução dos gastos públicos, equilíbrio nas contas públicas. Seu enfoque nesse sentido está sempre no impacto que tais ações podem ter no ambiente de negócios junto ao empresariado, no que o diário assume um papel de “espécie de partido político do setor”, como já escreveu Fonseca.

No que toca OG, houve uma mudança de postura. Para Fonseca, corroborado com os dados que ele apresentou, o jornal era governista – exceto durante o governo Jango – e *pró-establishment* mesmo durante o regime militar, o que lhe possibilitou auferir vantagens em relação a seus concorrentes (FONSECA, 2005, p.136-150), tendo aderido ao que o autor chama “agenda ultraliberal” paulatinamente sem, no entanto, tornar-se opositor de governos durante a redemocratização. Seria interessante verificar se este diário seguiu sendo governista durante os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, uma vez que no período ora levantado no presente trabalho (final do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio, segundo ano do mandato da presidenta Dilma Rouseff), o jornal revelou sua faceta de *oposição ao governo*. Isso se pode constatar não apenas pelo enquadramento dos temas editoriais, mas pela maneira como se refere aos assuntos de governo (transparência, corrupção, custeio da máquina pública), personalizando-os na figura

dos governantes de turno.

Para explicar melhor: este jornal, a exemplo de OESP, personaliza na figura presidencial tendências e bandeiras partidárias, além de questões éticas que dizem respeito não estritamente aos presidentes, mas aos partidos políticos que formam a coalizão governista. Assim, os desvios éticos e de recursos praticados no âmbito do Executivo federal são de responsabilidade de “Lula” ou “Dilma” e refletem o caráter pessoal destes, associando o primeiro ao ato de locupletação⁶⁵ e a segunda à refém de uma suposta “herança maldita” do *lulopetismo*. Esse personalismo e responsabilização do chefe de Poder (no caso, Executivo) não se verifica quando esses três jornais noticiam e exprimem opinião sobre os desvios éticos e barganhas políticas que ocorrem no âmbito do Poder Legislativo: os presidentes da Câmara e do Senado são repreendidos, mas não são pessoalmente responsabilizados no mesmo grau⁶⁶. Segue a mesma tônica os artigos publicados no portal do Instituto Millenium⁶⁷.

Na medida em que o Instituto Millenium não se responsabiliza pelo que vai publicado em suas páginas e não pode ser responsabilizado pelo que dizem seus especialistas, tem-se não propriamente um *think tank* que conduz pesquisa original, publica *papers* com critérios acadêmicos e promove colóquios, seminários e fóruns; de fato, tem-se um agregador de artigos assinados, publicados em outros veículos ou originalmente produzidos para publicação no site do Imil. Este site tem funcionado como uma revista eletrônica, como uma agência de mídia, intermediando relações entre seus especialistas e profissionais dos meios de comunicação. Além disso, uma parcela dos colaboradores da organização não precisa recorrer a essa intermediação, posto que alguns já se encontram inseridos como jornalistas

65 Em “Desfecho esperado”, editorial de OG do dia 6 de maio de 2009 sobre a Infraero, lê-se sobre o clientelismo e a “folha corrida do governo Lula”.

66 Um editorial de OESP em particular, intitulado “A pedagogia do cinismo” – em alusão à “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire – ilustra a contento esse exemplo. Nele, o jornal critica a tomada de posição do então presidente Lula no caso da “farra das passagens aéreas” na Câmara dos Deputados; em como o presidente da Casa demandou que o presidente do Executivo saísse em defesa dos deputados diante da imprensa.

67 No buscador disponível no site da organização, digite e pesquise o termo “Lula” para ter acesso aos artigos, lembrando que o Millenium não se responsabiliza pelo teor do que republica, apesar de ter clara linha editorial definida.

ou colunistas em grandes veículos, driblando o problema de muitas organizações do tipo *think tank* que vem a ser, justamente, conseguir espaço nos mídia.

Mais do que influenciar a pauta da grande imprensa – algo que, diretamente, por meio de suas ações, a entidade não consegue fazer – o Instituto Millenium funciona como uma câmara de eco, reverberando o que segue nos veículos de comunicação compatíveis com seu alinhamento: um *mild liberalism* que não encontra correspondência exata, de 100%, nas páginas dos grandes jornais, que podem ser: prioritariamente institucionalista (caso da Folha de São Paulo); conservador (caso de O Estado de São Paulo); ou liberal econômico (O Globo), sendo este último o que mais se aproxima do ideário defendido pelo centro de pensamento.

Acertadamente, ao contrário do público leitor da Folha de São Paulo, de alto padrão de renda, de escolaridade e idade média de 40,3 anos⁶⁸ (FSP, 2000) e do público A e B de O Globo (segundo a própria Agência O Globo), o foco do Millenium é o cliente jovem, ainda em formação, que prefere se engajar em outras formas de participação política que não as tradicionais formas de organização, como partido político e sindicato. A política é vista com cinismo e descrédito, especialmente quando acompanhada pelas páginas dos jornais e não pela *práxis* cotidiana.

O Instituto Millenium é o ponto de convergência entre banqueiros, industriais, empresários de comunicação e acadêmicos, apto a exercer maior influência do que as páginas dos jornais, sobre um público mais jovem e em formação, seguindo as pegadas dos institutos liberais do decênio de 1990. Não à toa, o Millenium tem entre seus comunicadores/especialistas, jornalistas; e entre seus conselheiros, representantes dos grandes meios de comunicação. Além disso, a entidade goza de um alegado apartidarismo e neutralidade axiológica conferidos pela titulação como OSCIP, a qual nenhum veículo de comunicação hoje pode supor desfrutar.

68 As classes A e B do Critério Brasil são também o target de O Globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo apresentado as limitações da bibliografia sobre os *think tanks* – nomeadamente, o enfoque quase que exclusivo na formulação e influência de políticas públicas – procurei apresentar uma proposta de classificação para o Instituto Millenium, qual seja: uma instituição de terceira geração (*think tank* militante) de promoção e defesa de valores liberais com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens e empresários que, no entanto, não conta com um corpo oficialmente remunerado de especialistas dedicados a produzir artigos e pesquisas científicas. Considerando-se estritamente a definição “botânica”, o Imil não poderia ser qualificado como um *think tank* clássico. Mas a bibliografia mais recente autoriza a flexibilização dessa taxionomia, com o objetivo de não deixar “ao relento” outras organizações semelhantes ao Millenium. A abrangência da classificação dá conta também de outras organizações de defesa de valores que não foram estudadas nessa pesquisa.

Os valores defendidos pelo Instituto Millenium em sua Carta de Princípios, Linha Editorial e “Missão, Visão, Valores” correspondem a uma vertente de liberalismo que pode ser chamada de neoliberal – sendo esta uma definição problemática, que evitei empregar ao longo do texto por sua carga política pejorativa, além do termo carecer de uma conceituação razoável no âmbito das Ciências Sociais. Daí a opção por “liberalismo”, que vem a ser também o termo empregado pelos defensores do livre mercado para se auto designarem.

Essa corrente específica de liberalismo não considera a existência do Estado um entrave *per se*, mas parte da premissa de que o aparelho estatal deve ser otimizado, privatizado, tornando-se um *eficiente* prestador de serviços à sua clientela pagadora de impostos; passível de responsabilização. Por “responsabilização”, me refiro ao sentido original de *accountable*, de um agente estatal cujas ações tem reações; um ente estatal que executa os serviços de sua competência, sem delegá-los a outras organizações. Tal Estado

não deve intervir nos mercados e nem na sociedade, o que configuraria assistencialismo; seus dirigentes políticos devem estar sob exame contínuo e constante, a fim de que o populismo e o messianismo políticos não vicejem. Seus valores e princípios estão subsumidos nos quatro valores principais (democracia, economia de mercado, estado de direito [sic] e liberdade): direito de propriedade, liberdades individuais, livre iniciativa, afirmação do individualismo, meritocracia, transparência, eficiência, democracia representativa e a igualdade perante a lei.

Por meio das definições destes valores é possível compreender que o Instituto Millenium qualifica-se como uma organização liberal sob os pontos de vista político e econômico, mas preocupada com o tamanho e o papel do Estado especialmente no que toca a carga tributária, seguindo as premissas políticas de reforma do Estado (como o Consenso de Washington), a corrupção de agentes públicos específicos⁶⁹ e a responsabilização dos agentes nas transgressões à norma. Não é a única entidade que defende esses valores, mas é uma das que obtiveram maior visibilidade, haja vista como alguns veículos não alinhados à grande imprensa tem se ocupado da organização, tal como a Agência Carta Maior.

Se o Imil influencia os meios de comunicação, é de se esperar que tal ideário esteja refletido, ainda que parcialmente, no enquadramento das linhas editoriais dos jornais. A imprensa livre desempenha, ou deveria desempenhar, um papel de destaque no regime democrático e na já referida *accountability* societal. Fonseca (2005) e Street (1997, p.250-253) duvidam desse potencial da comunicação, mas não oferecem saídas para o impasse da representação, isto é, como representar o conjunto da sociedade, inclusive minorias, nos meios de comunicação, sem ferir a autonomia dos veículos e, principalmente, sem interferir nos conteúdos, o que configura censura.

Dos três jornais observados, dois deles – O Estado de São Paulo e O Globo – apresentam uma convergência de agendas com o Instituto Millenium, sem que seja possível declarar apenas pelas linhas editoriais que o centro de pensamento de fato os influencie. A

69 Específicos, porque os artigos do Imil não fazem referência à corrupção em certos governos estaduais.

presença de seus especialistas na mídia, até certo ponto, deve-se mais aos méritos próprios de cada um deles em se tornar *fonte* ou *colunista*. A questão da determinação da influência segue sendo um problema nas Ciências Sociais e este trabalho certamente não oferece uma solução.

Luhman afirma que a imprensa “depende de subvenções e não é sustentada pelo mercado do sistema econômico” (LUHMANN, 2005, p.51), o que também se aplica aos *think tanks* em sua luta por financiamento; as duas pontas do sistema-perito dependeriam da persuasão de suas ideias para obtenção de recursos. Mas a concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos demonstra que essa subvenção pode vir “de dentro de casa”, isto é, de outras empresas (lucrativas) que façam parte do mesmo grupo, do mesmo conglomerado, da mesma organização. Sem dúvida, são grupos lucrativos; do contrário, como alguns deles poderiam contribuir com um *think tank*? Isso leva a crer que a mão de influência é contrária: não do centro de pensamento para a imprensa, como nos casos apresentados na literatura coligida, mas da imprensa para o *think tank*, uma vez que concepções que ameacem interesses, em especial dos donos dos veículos de comunicação, não encontram espaço nos meios tradicionais. A agenda do *think tank* pode ser ainda mais agressiva do que aquela estabelecida na imprensa, se necessário for, uma vez que este não precisa se responsabilizar pelo que republica e não é regido pelo “direito de resposta” determinado pela ética jornalística.

O Instituto Millenium desempenha dupla função: a) como um repositório de fontes acessíveis aos meios de comunicação, alinhadas com valores específicos e que servem de alternativa aos departamentos acadêmicos nos quais a imprensa recruta suas fontes, no que se aproxima a uma agência de mídia; b) como um elo de ligação entre empresários, especialistas e estudantes, por meio de seus seminários e demais eventos; c) como um *clipping* de temas abordados pela imprensa, reproduzidos em artigos e reportagens no portal da instituição. Apesar da presença constante de seus especialistas em veículos de

comunicação, não é possível dizer que o Millenium influencia os meios de comunicação, uma vez que ideias liberais já se encontravam presentes nos jornais. Mas tampouco seria uma aposta no escuro afirmar que a atuação do Instituto é complementar ao trabalho dos jornais e revistas, na medida em que concentra a republicação de conteúdo específico. Ir além nessa afirmação seria uma temeridade, porque não tenho subsídios que sustentem essa hipótese. Ou seja: minha hipótese inicial, norteadora de meu projeto de pesquisa, que o Instituto Millenium influencia a grande imprensa, não é passível de comprovação durante o curto período de desenvolvimento da pesquisa. Há um sistema que se retroalimenta: especialistas do Millenium precisam dos meios de comunicação para difundir suas visões de mundo e os meios de comunicação precisam de fontes para amparar esta ou aquela posição. Podem ser derivadas outras perguntas a partir disso, impossíveis de se responder nesse trabalho em função do curto prazo (dois anos) para o desenvolvimento de uma dissertação: a) a presença do Millenium irá aumentar ou diminuir nos meios de comunicação?; b) Em quais meios a organização se faz mais presente – rádio, televisão, jornal, revista, internet?; c) como as pessoas reagem ao enquadramento liberal dos editoriais e reportagens?; d) será o Millenium o *think tank* liberal mais influente, de fato?; e) como se comportará o Millenium quando o governo federal for ocupado por outro partido? E, ainda na questão da esfera federal, *por que* a organização enfatiza mais as questões relativas ao governo da União, por vezes deixando de lado os Executivos estaduais? (Tendo em mente que alguns tributos são estaduais, que esses mesmos tributos ensejam a chamada “guerra fiscal” entre os estados da federação e que a corrupção é uma realidade nos níveis municipal e estadual).

Portanto, mais do que influenciar a pauta da grande imprensa – algo que, diretamente, por meio de suas ações, a entidade não tem feito, haja visto o número de vezes em que foi citada nos três principais jornais do Brasil – o Instituto Millenium funciona como uma câmara de eco, reverberando o que segue nos veículos de comunicação compatíveis com seu alinhamento: um *mild liberalism* que não encontra correspondência exata, de 100%,

nas páginas dos grandes jornais, que podem ser: prioritariamente institucionalista (caso da Folha de São Paulo); conservador (caso de O Estado de São Paulo); ou liberal econômico (O Globo), sendo este último o que mais se aproxima do ideário defendido pelo centro de pensamento.

Porém, se de fato há um projeto de formação de consenso (para além da estipulação de uma agenda passível de tematização, do que pode ser pensado e articulado na esfera pública), portanto, de exercício de hegemonia, este projeto poderia vir a ser prejudicado pela presente capilarização das organizações pró-liberdade, cada uma defendendo variações do liberalismo, do libertarianismo e do conservadorismo. A própria heterogeneidade apresentada internamente pelo Millennium pode comprometer seu objetivo: a fabricação do consenso liberal de menor presença do Estado na sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA

ABOUT Fabian Society. Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/about/>. Acesso em 02 Dez 2011

ABELSON, Donald. **Do Think tanks Matter?** Assessing the Impact of Public Policy Institutes. Québec: McGill-Queen's University Press, 2009

ALMOND, Gabriel A. VERBA, Sidney. **The Civic Culture** – Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Boston: Little, Brown and Co., 1963

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. **Opinião Pública**, Campinas, vol.6, n.2, p.191-229, outubro de 2000.

AMB. Barômetro AMB de Confiança nas Instituições Brasileiras. Associação dos Magistrados Brasileiros/IPESP, 2008. Disponível em: <http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/barometro.pdf>. Acesso em 10 Jan 2013.

ANHEIR, Helmut. Social Science research outside the ivory tower: the role of think tanks and civil society. **UNESCO and Social Sciences**, 2010.

ASSIS, José Carlos. DORIA, Francisco Antonio. **O Universo neoliberal em desencanto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARTELS, LARRY M. Messages Received: The Political Impact of Media Exposure. **American Political Science Review**, Vol. 87, No. 2, Junho 1993, pp.267-287.

BECKER, Howard. **Falando na Sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BELTRÃO, Helio Marcos Coutinho. Palestra de Helio Coutinho Beltrão na Austrian Scholars Conference. Alabama, 2011. Transcrição disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=924>. Acesso em 12 Ago 2012.

BENGTSON, André Gustavo. **Carta dos leitores aos jornais**: manifestações de conservadorismo no Brasil contemporâneo. 2005. 132 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BOAZ, David. **O Manifesto Libertário**. São Paulo: Peixoto Neto, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A sondagem – uma “ciência” sem cientista. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. p.221-228, São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A Distinção** – Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2006.

BRANCO, Gil Castello. O milagre da multiplicação dos pescadores. **O Globo**, 4 de outubro de 2011, s/p. Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/o-misterio-da-multiplicacao-dos->

pescadores/. Acesso em 13 Jan 2013.

BURAWOY, Michael. Por uma Sociologia Pública in: BRAGA, Ruy. BURAWOY, Michael. **Por uma Sociologia Pública**. São Paulo: Alameda, 2008.

CAPPELLA, Joseph. JAMIESON, Kathleen Hall. **Spiral of Cynicism** – The press and the public good. New York: Oxford University, 1997.

CATHARINO, Alex. Liberalismo. In: Vicente Barreto, dir., **“Dicionário de Filosofia Política”**, São Leopoldo: UNISINOS, 2012. p. 307-311

CHÂTELET, François. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COCKETT, Richard. **Thinking the Unthinkable**. Londres: Fontana Press, 1994.

COLLIER, Simon. SATER, William F. **A History of Chile, 1808-2002**. UK: Cambridge University, 2004.

CONTI, Mario Sergio. Escândalos da República 1.2 (Posfácio à nova edição de Notícias do Planalto). **Revista Piauí**, nº70, Rio de Janeiro, julho de 2012.

DAY, Alan J. Think tanks in Western Europe. In MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent: **Think tanks and Civil Societies**. USA, UK: Transaction Publishers, 2005

DENHAM, Andrew. GARNETT, Mark. The Nature and Impact of Think Tanks in Contemporary Britain in: KANDIAH, M.D; SELDON, A: **Ideas and Think tanks in Contemporary Britain**, volume 1. London: Frank Cass & Co., 1996

_____. **British think-tanks and the climate of opinion**. London: UCL, 1998.

DIAMOND, Larry. MORLINO, Leonardo. **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: John Hopkins University, 2005.

DICKSON, Paul. **Think tanks: Centrais de Ideias**. São Paulo: Melhoramentos, 1975

ENTREVISTA com Priscila Pereira sobre “Ímil na Sala de Aula”. Podcast (áudio) do Instituto Millenium – Rádio Abert. Setembro de 2012.

ÉPOCA. **Discreto clube da elite**. 2 de julho de 2004, edição nº320

ESCOLA do Legislativo Catarinense. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/news.php?readmore=44. Acesso em 28 Mai 2012.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estudos Avançados, São Paulo, v.1,n.1, Dez.1987. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=. Acesso em Jul 2009.

FAROL DA DEMORACIA REPRESENTATIVA. Quem Somos: informações sobre a entidade. Disponível em: <http://www.faroldademocracia.org/quemsomos.asp>. Acesso em: 10 Fev 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA de São Paulo. **Leitor tem renda e escolaridade altas**. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em 10 Jan 2013.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado**: A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANCO, Gustavo H.B. Chega ao fim hegemonia da PUC-RJ. Entrevista concedida a Ribamar Oliveira. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/hegemonia.htm>. Acesso em 28 Mai 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**: Fortieth Anniversary Edition. Chicago: The University of Chicago, 2002.

GIDDENS, Anthony. Entrevista “The Influence of Sociology in Post-War Britain”, por Anthony Seldon. In: KANDIAH, M.D; SELDON, A: **Ideas and Think tanks in Contemporary Britain**, volume 1. London: Frank Cass & Co., 1996

GLASER, Bonnie S. SAUNDERS, Phillip C. Chinese Foreign Policy Research Institutes: Evolving Roles and Increasing Influence. **China Quarterly**, p. 597-616, n.171, 2002

GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Tese de Doutorado (Ciência Política Unicamp). Teses FEE número 6. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2003

GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 19, n. 54, Feb. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 Set. 2010.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, Vol.29, No.2. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2008.

HAYEK, Friederich August von. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HAYEK, Friedrich Von. Why I Am Not a Conservative. In: **The Constitution of Liberty** (Chicago: The University of Chicago, 1960). Disponível em: <http://www.cato.org/sites/cato.org/files/articles/hayek-why-i-am-not-conservative.pdf>. Acesso em 10 Set 2012

IBOPE. Confiança nas Instituições. **Ibope Opinião**, 2005. Disponível em: http://www4.ibope.com.br/opp/pesquisa/opiniaopublica/download/opp098_confianca_portalibope_ago05.pdf. Acesso em 10 Jan 2013

IESB Informativos. Mantido pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília. Mantém informativos institucionais. Disponível em: http://www.iesb.br/novosite/home/informativos_detalhes.php?id_noticia=525. Acesso em: 29 MAi 2012.

INSTITUTO Millenium. **Informativo Número 1**. Rio de Janeiro: Instituto Millenium, 2008a.
_____. **Informativo Número 2**. Rio de Janeiro: Instituto Millenium, 2008b.
_____. **Informativo Número 3**. Rio de Janeiro: Instituto Millenium, 2008c.
_____. Website do instituto. Disponível em: <http://www.imil.org.br>. Acesso em: 11 Fev 2013.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change and Democracy** – The Human Development Sequence. New York: Cambridge, 2005

INTERNATIONAL Labour Organization. **Global Employment Trends 2012** – Preventing a deeper job crisis. Genebra: ILO, 2012

INSTITUTO LING, Notícias, 30 de julho de 2010. Disponível em: http://www.institutoling.org.br/?page_id=844. Acesso em: 10 Jun 2012

INSTITUTO LING, Notícias. Disponível em: <http://www.institutoling.org.br/?p=971>. Acesso em 29 Mai 2012

JAGUARIBE, Helio. O Moralismo e a Alienação das Classes Médias. In: SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Distrito Federal: Câmara dos Deputados, UnB, 1981

LATINOBARÓMETRO. Análisis de resultados en línea – Calidad de la información de los medios, Brasil. Dados de 2004. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/LATAnalyze.jsp>. Acesso em 11 JAn 2013.

LEIS, Hector. VIOLA, Eduardo. ANDRADE, Patrícia Carlos de. Revolucionando a agenda política. São Paulo: **O Estado de São Paulo**, 13 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica-2/>. Acesso em 20 MAi 2012.

LEVITSKY, Steven. WAY, Lucan A. **Competitive Authoritarianism**. New York: Cambridge, 2010

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.3, p. 59-88, 1997

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005

MAINWARING, Scott. WELNA, Christopher. **Democratic Accountability in Latin America**. New York: Oxford University, 2003.

MCCOMBS, Maxwell. SHAW, Donald L. The Agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, n 36, v2, 1972.

MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. Think tanks and Civil Societies in a Time of Change in: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent: **Think tanks and Civil Societies**. USA, UK: Transaction Publishers, 2002.

MCNUTT, Kathleen. MARCHILDON, Gregory. Think tanks and the Web: Measuring Visibility and Influence. **Canadian Public Policy** – Analyse de Politiques, vol. XXXV, n.2, 2009

MEDVETZ, Tom. **Think Tanks as na Emergent Field**. New York: Social Research Council, 2008.

MENDOZA, Plínio Apuleyo. MONTANER, Carlos Alberto. LLOSA, Álvaro Vargas. **A Volta do Idiota**. Rio de Janeiro: Lexykon, 2007.

MESQUITA, Nuno Coimbra. Jornal Nacional, Democracia e Confiança nas Instituições Democráticas. In: MOISÉS, José Alvaro (org). **Democracia e Confiança**. São Paulo: USP, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e Mídia no Brasil**. Distrito Federal: Plano, 2001.

MILLENIUM em Revista. 1ª a 20ª edição. Podcasts (áudio) do Instituto Millenium. Julho de 2011 a Novembro de 2012.

MINDLIN, Betty. O conceito de planejamento In: MINDLIN, Betty (org). **Planejamento no Brasil 1**. São Paulo: Perspectiva, 2001

MINISTÉRIO da Justiça. Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNE. Relatório Circunstanciado. Disponível para consulta em: <http://goo.gl/jw5LN>. Acesso em 28 Jun 2012.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. Versão Kindle. Disponível em: <http://goo.gl/u0vui>. Acesso em janeiro, 2012.

_____. **Liberalismo Segundo a Tradição Clássica**. Versão Kindle Disponível em <http://goo.gl/WX2Eu>. Acesso em janeiro de 2012.

MOISÉS, José Alvaro. **Civic Culture**. USP, 2011, mimeo.

MORENO, Erika. CRISP, Brian F. SHUGART, Matthew Soberg. The Accountability Deficit in Latin America. In: MAINWARING, Scott. WELNA, Christopher. **Democratic Accountability in Latin America**. New York: Oxford University, 2003.

MULLER, Christopher. The Institute of Economic Affairs: Undermining the Post-War Consensus. In: KANDIAH, Michael D.; SELDON, Anthony. **Ideas and Think tanks in Contemporary Britain**, volume 1. Londres: Frank Cass & Co, 1996.

NISHIMURA, Kátia Mika. Conservadorismo Social: Opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, Oct. 2004. Disponível em: <http://goo.gl/ZkKXE>. Acesso em 24 Dez 2012.

O'DONNELL, Guillermo. **Horizontal Accountability**: The Legal Institution of Mistrust. In: MAINWARING, Scott. WELNA, Christopher. **Democratic Accountability in Latin America**. New York: Oxford University, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. Why the Rule of Law Matters. In: DIAMOND, Larry. MORLINO,

Leonardo. **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: John Hopkins University, 2005.

NORRIS, Pippa. Does Television Erode Social Capital? A Reply to Putnam. **PS Political Science & Politics**, Vol 29, No 3, Setembro 1996, pp. 474 – 480.

OBSERVATÓRIO da Imprensa. “Carta aberta aos alunos e professores da Universidade UniverCidade”. Disponível em: <http://goo.gl/ItKvA>. Acesso em 18 Jul 2012.

OLIVER, Michael. A Response to Denham and Garnett’s “The Nature and Impact of Think tanks in Contemporary Britain” in: KANDIAH, Michael D.; SELDON, Anthony. *Ideas and Think tanks in Contemporary Britain*, volume 2. Londres: Frank Cass & Co, 1996.

PARMAR, Inderjeet. American foundations and the development of international knowledge networks. *Global Networks* 2 (1), 2002, p.13-30.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? *Revista Aurora*, Vol. 5, No 2 (2012). Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewArticle/2351>. Acesso em 11 Fev 2013.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista** – Jornalismo e Poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Imprensas, 2011.

PORCA e Parafuso. “**Debate sobre a realidade nacional**”. Disponível em: <http://goo.gl/YHUps>. Acesso em 01 Jun 2012.

PORTO, Mauro P. Framing the World of Politics: How Governmental Sources Shape the Production and the Reception of TV News in Brazil. Disponível em: <http://goo.gl/3CltH>. Acesso em 01 Abr 2011.

PUTNAM, Robert D. Tuning In, Tuning Out: The Strange Disappearance of Social Capital in America. **PS Political Science and Politics**, v 28, n 4, Dezembro, 1995, pp. 664-683.

RELATÓRIO de Atividades 2009-2010. Rio de Janeiro: Instituto Millenium, 2011.

RELATÓRIO de Dezembro das Atividades Online das Organizações Pró-Liberdade. MG: IDEIAS, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/iITWU>. Acesso em 5 Jan 2013.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos “reservatórios de ideias”: uma agenda de pesquisa para os think tanks brasileiros. **Liinc em Revista**, v 8, n 1, março, 2012, Rio de Janeiro.

ROSE, Richard. MISHLER, William. HAERPFER, Christian. **Democracy and Its Alternatives: Understanding Post-Communist Societies**. New York: John Hopkins University, 1998

ROSENFELD, Denis Lerrer. A esquerda na contramão da história. In: COUTINHO, João Pereira. PONDÉ, Luiz Felipe. ROSENFELD, Denis Lerrer. **Por que virei à direita**. SP: Três Estrelas, 2012.

ROTHBARD, Murray N. **A Anatomia do Estado**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2012.

SEILER, Christian. WOHLRABE, Klaus. A critique of the 2009 ‘global go-to think tanks’ ranking. **Ifo-Schnelldienst**, vol.63, n. 11, junho 2010

SMITH, James Allen. **The Idea Brokers** – Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite. Toronto: Free Press, 1991

SMULOVITZ, Catalina. PERUZZOTTI, Enrique. Societal and Horizontal Controls: Two Cases of a Fruitful Relationship. In: MAINWARING, Scott. WELNA, Christopher. **Democratic Accountability in Latin America**. New York: Oxford University, 2003.

SOARES, Junia. Think tanks: Organização sistêmica de conhecimentos relevantes a política pública no Brasil. Dissertação de mestrado. UDESC, 2009. Disponível em http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1614. Acesso em 19 Nov 2009.

SOLA, Lourdes. Estado, Reforma Fiscal e Governabilidade Democrática: Qual Estado? **NOVOS ESTUDOS**, nº 38, 189-205. São Paulo: CEBRAP, 1994

SOWELL, Thomas. **Intellectuals and Society**: Revised and Expanded Edition. USA: 2012, Kindle edition

STAHL, Jason Michael. Selling Conservatism: Think tanks, Conservative Ideology and the Undermining of Liberalism, 1945-Present. Dissertação de Mestrado. University of Minnesota, 2008

STREET, John. **Mass Media, Politics and Democracy**. New York: Palgrave. 2001

STONE, Diane. Think Tanks Across Nations: The New Networks of Knowledge Japan: NIRA Review, Winter, 2000

_____. Knowledge networks and policy expertise in the global polity. In: HIGGOTT, Richard; OUGAARD, Morten. **Towards a Global Polity**. New York: Routledge, 2002.

_____. Recycling bins, garbage cans or think tanks? Three myths regarding policy analysis institutes. **Oxford: Public Administration**, vol. 85, n.2, 2007a

_____. Public Policy Analysis and Think tanks. In: FISHER, Frank. MILLER, Gerald J. SIDNEY, Mara S. **Handbook of Public Policy**. Florida: CRC Press, 2007b.

STRAUSS, Anselm. CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa** – Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

STREET, John. **Mass Media, Politics and Democracy**. New York: Palgrave, 2001.

STRUYK, Raymund J. Management of Transnational Think Tank Networks. **International Journal of Politics, Culture and Society**, v 15, n 4, Summer 2002.

TANNER, Murray Scot. Changing Windows on a Changing China: The Evolving “Think Tank” System and the Case of the Public Sector. **China Quarterly**, p. 559-574n.171, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. A crise financeira atual. **Papers do Itamaraty**, 30/05/2009. Disponível em: <http://goo.gl/knCYw>. Acesso em 24 Dez 2012.

TEIXEIRA, Tatiane. **Os Think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: UFF, Revan, 2007

THUNERT, Martin. Conservative Think Tanks in the United States and Canada. Disponível em: <http://goo.gl/uqM1t>. Acesso em 12 Nov 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America and Two Essays on America**. Londres: Penguin Classics, 2003.

TSAFATI, Yariv. Media Skepticism and Climate of Opinion Perception. **International Journal of Public Opinion Research**, v 15, n 1, 2003.

TSAFATI, Yariv. CAPPELLA, Joseph N. Do People Watch What They Don't Trust? **Communication Research**, v 30, n 5, Outubro 2003, pp. 504-529.

WEIDENBAUM, Murray. Measuring the Influence of Think tanks. **Social Science and Public Policy**, n 47, February 2010.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. Novembro, 2002: Peterson Institute for International Economics. Disponível em: <http://goo.gl/5pnum>. Acesso em 25 Jan 2013.

WISENSALE, Michael. Think tanks and Family Values. **Dissent**, v 52, n 2. PA: University of Pennsylvania, Spring 2005

WRIGHT-MILLS, Charles. The Professional Ideology of Social Pathologists. **American Journal of Sociology**, v 49, n 2, Setembro de 1943, p.165-180. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2770362>. Acesso em 9 Abr 2012

THE GLOBAL “GO-TO THINK TANKS” 2010. Relatório.

THINK Tank Directory. Disponível em <http://www.thinktankdirectory.com/index.html>. Acesso em 11 Jan 2013.

TUCKER, Jeffrey. Brazil and the Spirit of Liberty. Disponível em: <http://goo.gl/NKsx2> Acesso em 17 Mai 2012

ZANCHETTA, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: Unesp, 2004

ANEXOS

Assuntos e Frequência, por ano e veículo

Data: 2009 (FSP, OESP, OG)

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|------------|--------------|-------------------|-----------------------|
| Política internacional | 37 | 12,7 | 12,7 | 12,7 |
| Outros | 35 | 12,0 | 12,0 | 24,7 |
| Economia brasileira | 31 | 10,7 | 10,7 | 35,4 |
| Crise de 2008 | 20 | 6,9 | 6,9 | 42,3 |
| Judiciário | 17 | 5,8 | 5,8 | 48,1 |
| Impostos | 13 | 4,5 | 4,5 | 52,6 |
| Educação | 12 | 4,1 | 4,1 | 56,7 |
| Contas públicas | 11 | 3,8 | 3,8 | 60,5 |
| Legislativo | 11 | 3,8 | 3,8 | 64,3 |
| Mercado de trabalho | 9 | 3,1 | 3,1 | 67,4 |
| Transparência | 9 | 3,1 | 3,1 | 70,4 |
| Corrupção | 8 | 2,7 | 2,7 | 73,2 |
| Saúde pública | 8 | 2,7 | 2,7 | 75,9 |
| Diplomacia | 7 | 2,4 | 2,4 | 78,4 |
| Imprensa | 7 | 2,4 | 2,4 | 80,8 |
| Máquina pública | 7 | 2,4 | 2,4 | 83,2 |
| Política nacional | 7 | 2,4 | 2,4 | 85,6 |
| Segurança pública | 6 | 2,1 | 2,1 | 87,6 |
| Estatismo | 5 | 1,7 | 1,7 | 89,3 |
| MST | 5 | 1,7 | 1,7 | 91,1 |
| Política externa | 5 | 1,7 | 1,7 | 92,8 |
| INSS | 4 | 1,4 | 1,4 | 94,2 |
| Justiça | 3 | 1,0 | 1,0 | 95,2 |
| Mercosul | 3 | 1,0 | 1,0 | 96,2 |
| Cotas raciais | 2 | 0,7 | 0,7 | 96,9 |
| PBF | 2 | 0,7 | 0,7 | 97,6 |
| Economia internacional | 2 | 0,7 | 0,7 | 98,3 |
| LRF | 2 | 0,7 | 0,7 | 99,0 |
| Sucessão presidencial | 2 | 0,7 | 0,7 | 99,7 |
| Agências reguladoras | 1 | 0,3 | 0,3 | 100,0 |
| Total | 291 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2011 (FSP, OESP, OG)

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|------------|--------------|-------------------|-----------------------|
| Outros | 35 | 11,9 | 11,9 | 11,9 |
| Corrupção | 33 | 11,3 | 11,3 | 23,2 |
| Política internacional | 30 | 10,2 | 10,2 | 33,4 |
| Economia brasileira | 24 | 8,2 | 8,2 | 41,6 |
| Impostos | 18 | 6,1 | 6,1 | 47,8 |
| Judiciário | 14 | 4,8 | 4,8 | 52,6 |
| Economia internacional | 14 | 4,8 | 4,8 | 57,3 |
| Contas públicas | 12 | 4,1 | 4,1 | 61,4 |
| Crise de 2008 | 10 | 3,4 | 3,4 | 64,8 |
| Educação | 9 | 3,1 | 3,1 | 67,9 |
| Política nacional | 9 | 3,1 | 3,1 | 71,0 |
| Saúde pública | 9 | 3,1 | 3,1 | 74,1 |
| Segurança pública | 9 | 3,1 | 3,1 | 77,1 |
| Transparência | 9 | 3,1 | 3,1 | 80,2 |
| Imprensa | 8 | 2,7 | 2,7 | 82,9 |
| Máquina pública | 7 | 2,4 | 2,4 | 85,3 |
| Mercado de trabalho | 6 | 2,0 | 2,0 | 87,4 |
| Estatismo | 5 | 1,7 | 1,7 | 89,1 |
| INSS | 5 | 1,7 | 1,7 | 90,8 |
| Legislativo | 5 | 1,7 | 1,7 | 92,5 |
| Ficha Limpa | 3 | 1,0 | 1,0 | 93,5 |
| Internet | 3 | 1,0 | 1,0 | 94,5 |
| Política externa | 3 | 1,0 | 1,0 | 95,6 |
| Petróleo | 3 | 1,0 | 1,0 | 96,6 |
| Agências reguladoras | 2 | 0,7 | 0,7 | 97,3 |
| Agronegócio | 2 | 0,7 | 0,7 | 98,0 |
| Justiça | 2 | 0,7 | 0,7 | 98,6 |
| Comissão da Verdade | 1 | 0,3 | 0,3 | 99,0 |
| Diplomacia | 1 | 0,3 | 0,3 | 99,3 |
| MST | 1 | 0,3 | 0,3 | 99,7 |
| Mercosul | 1 | 0,3 | 0,3 | 100,0 |
| Total | 293 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2009, Veículo: FSP

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|------------|--------------|-------------------|-----------------------|
| Economia brasileira | 12 | 14,5 | 14,5 | 14,5 |
| Política internacional | 10 | 12,0 | 12,0 | 26,5 |
| Outros | 10 | 12,0 | 12,0 | 38,6 |
| Crise de 2008 | 9 | 10,8 | 10,8 | 49,4 |
| Contas públicas | 6 | 7,2 | 7,2 | 56,6 |
| Educação | 4 | 4,8 | 4,8 | 61,4 |
| Saúde pública | 4 | 4,8 | 4,8 | 66,3 |
| Transparência | 4 | 4,8 | 4,8 | 71,1 |
| Judiciário | 3 | 3,6 | 3,6 | 74,7 |
| Legislativo | 3 | 3,6 | 3,6 | 78,3 |
| Segurança pública | 3 | 3,6 | 3,6 | 81,9 |
| Corrupção | 2 | 2,4 | 2,4 | 84,3 |
| Política nacional | 2 | 2,4 | 2,4 | 86,7 |
| Diplomacia | 1 | 1,2 | 1,2 | 88,0 |
| Impostos | 1 | 1,2 | 1,2 | 89,2 |
| Imprensa | 1 | 1,2 | 1,2 | 90,4 |
| INSS | 1 | 1,2 | 1,2 | 91,6 |
| Justiça | 1 | 1,2 | 1,2 | 92,8 |
| Máquina pública | 1 | 1,2 | 1,2 | 94,0 |
| Mercado de trabalho | 1 | 1,2 | 1,2 | 95,2 |
| Política externa | 1 | 1,2 | 1,2 | 96,4 |
| Economia internacional | 1 | 1,2 | 1,2 | 97,6 |
| Mercosul | 1 | 1,2 | 1,2 | 98,8 |
| Sucessão presidencial | 1 | 1,2 | 1,2 | 100,0 |
| Total | 83 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2009, Veículo: OESP

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|
| Outros | 15 | 11,9 | 11,9 | 11,9 |
| Economia brasileira | 13 | 10,3 | 10,3 | 22,2 |
| Política internacional | 13 | 10,3 | 10,3 | 32,5 |
| Judiciário | 10 | 7,9 | 7,9 | 40,5 |
| Educação | 7 | 5,6 | 5,6 | 46,0 |
| Impostos | 7 | 5,6 | 5,6 | 51,6 |
| Legislativo | 7 | 5,6 | 5,6 | 57,1 |
| Imprensa | 5 | 4,0 | 4,0 | 61,1 |
| Política nacional | 5 | 4,0 | 4,0 | 65,1 |
| Transparência | 5 | 4,0 | 4,0 | 69,0 |
| Contas públicas | 4 | 3,2 | 3,2 | 72,2 |
| Corrupção | 4 | 3,2 | 3,2 | 75,4 |
| Crise de 2008 | 4 | 3,2 | 3,2 | 78,6 |
| Mercado de trabalho | 4 | 3,2 | 3,2 | 81,7 |
| Diplomacia | 3 | 2,4 | 2,4 | 84,1 |
| MST | 3 | 2,4 | 2,4 | 86,5 |
| Política externa | 3 | 2,4 | 2,4 | 88,9 |
| Estatismo | 2 | 1,6 | 1,6 | 90,5 |
| Justiça | 2 | 1,6 | 1,6 | 92,1 |
| Máquina pública | 2 | 1,6 | 1,6 | 93,7 |
| Mercosul | 2 | 1,6 | 1,6 | 95,2 |
| Agências reguladoras | 1 | 0,8 | 0,8 | 96,0 |
| INSS | 1 | 0,8 | 0,8 | 96,8 |
| Segurança pública | 1 | 0,8 | 0,8 | 97,6 |
| Economia internacional | 1 | 0,8 | 0,8 | 98,4 |
| LRF | 1 | 0,8 | 0,8 | 99,2 |
| Sucessão presidencial | 1 | 0,8 | 0,8 | 100,0 |
| Total | 126 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2009, Veículo: OG

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|
| Política internacional | 14 | 17,1 | 17,1 | 17,1 |
| Outros | 10 | 12,2 | 12,2 | 29,3 |
| Crise de 2008 | 7 | 8,5 | 8,5 | 37,8 |
| Economia brasileira | 6 | 7,3 | 7,3 | 45,1 |
| Impostos | 5 | 6,1 | 6,1 | 51,2 |
| Judiciário | 4 | 4,9 | 4,9 | 56,1 |
| Máquina pública | 4 | 4,9 | 4,9 | 61,0 |
| Mercado de trabalho | 4 | 4,9 | 4,9 | 65,9 |
| Saúde pública | 4 | 4,9 | 4,9 | 70,7 |
| Diplomacia | 3 | 3,7 | 3,7 | 74,4 |
| Estatismo | 3 | 3,7 | 3,7 | 78,0 |
| Corrupção | 2 | 2,4 | 2,4 | 80,5 |
| Cotas raciais | 2 | 2,4 | 2,4 | 82,9 |
| INSS | 2 | 2,4 | 2,4 | 85,4 |
| MST | 2 | 2,4 | 2,4 | 87,8 |
| PBF | 2 | 2,4 | 2,4 | 90,2 |
| Segurança pública | 2 | 2,4 | 2,4 | 92,7 |
| Contas públicas | 1 | 1,2 | 1,2 | 93,9 |
| Educação | 1 | 1,2 | 1,2 | 95,1 |
| Imprensa | 1 | 1,2 | 1,2 | 96,3 |
| Legislativo | 1 | 1,2 | 1,2 | 97,6 |
| Política externa | 1 | 1,2 | 1,2 | 98,8 |
| LRF | 1 | 1,2 | 1,2 | 100,0 |
| Total | 82 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2011, Veículo: FSP

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|
| Outros | 13 | 15,7 | 15,7 | 15,7 |
| Economia brasileira | 12 | 14,5 | 14,5 | 30,1 |
| Corrupção | 6 | 7,2 | 7,2 | 37,3 |
| Economia internacional | 6 | 7,2 | 7,2 | 44,6 |
| Política internacional | 5 | 6,0 | 6,0 | 50,6 |
| Crise de 2008 | 4 | 4,8 | 4,8 | 55,4 |
| Segurança pública | 4 | 4,8 | 4,8 | 60,2 |
| Transparência | 4 | 4,8 | 4,8 | 65,1 |
| Contas públicas | 3 | 3,6 | 3,6 | 68,7 |
| Educação | 3 | 3,6 | 3,6 | 72,3 |
| Judiciário | 3 | 3,6 | 3,6 | 75,9 |
| Mercado de trabalho | 3 | 3,6 | 3,6 | 79,5 |
| Legislativo | 3 | 3,6 | 3,6 | 83,1 |
| Política nacional | 3 | 3,6 | 3,6 | 86,7 |
| Estatismo | 2 | 2,4 | 2,4 | 89,2 |
| Imprensa | 2 | 2,4 | 2,4 | 91,6 |
| Internet | 2 | 2,4 | 2,4 | 94,0 |
| Máquina pública | 2 | 2,4 | 2,4 | 96,4 |
| MST | 1 | 1,2 | 1,2 | 97,6 |
| Política externa | 1 | 1,2 | 1,2 | 98,8 |
| Saúde pública | 1 | 1,2 | 1,2 | 100,0 |
| Total | 83 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2011, Veículo: OESP

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|
| Corrupção | 15 | 11,9 | 11,9 | 11,9 |
| Outros | 12 | 9,5 | 9,5 | 21,4 |
| Economia brasileira | 11 | 8,7 | 8,7 | 30,2 |
| Impostos | 11 | 8,7 | 8,7 | 38,9 |
| Política internacional | 11 | 8,7 | 8,7 | 47,6 |
| Judiciário | 9 | 7,1 | 7,1 | 54,8 |
| Contas públicas | 7 | 5,6 | 5,6 | 60,3 |
| Economia internacional | 7 | 5,6 | 5,6 | 65,9 |
| Imprensa | 5 | 4,0 | 4,0 | 69,8 |
| Máquina pública | 5 | 4,0 | 4,0 | 73,8 |
| Educação | 4 | 3,2 | 3,2 | 77,0 |
| INSS | 4 | 3,2 | 3,2 | 80,2 |
| Política nacional | 4 | 3,2 | 3,2 | 83,3 |
| Transparência | 4 | 3,2 | 3,2 | 86,5 |
| Crise de 2008 | 3 | 2,4 | 2,4 | 88,9 |
| Agências reguladoras | 2 | 1,6 | 1,6 | 90,5 |
| Agronegócio | 2 | 1,6 | 1,6 | 92,1 |
| Mercado de trabalho | 2 | 1,6 | 1,6 | 93,7 |
| Política externa | 2 | 1,6 | 1,6 | 95,2 |
| Saúde pública | 2 | 1,6 | 1,6 | 96,8 |
| Comissão da Verdade | 1 | 0,8 | 0,8 | 97,6 |
| Estatismo | 1 | 0,8 | 0,8 | 98,4 |
| Segurança pública | 1 | 0,8 | 0,8 | 99,2 |
| Mercosul | 1 | 0,8 | 0,8 | 100,0 |
| Total | 126 | 100,0 | 100,0 | |

Data: 2011, Veículo: OG

| Tema | Frequência | Percentual | Percentual Válido | Percentual Cumulativo |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|------------------------------|
| Política internacional | 14 | 16,7 | 16,7 | 16,7 |
| Corrupção | 12 | 14,3 | 14,3 | 31,0 |
| Outros | 10 | 11,9 | 11,9 | 42,9 |
| Impostos | 7 | 8,3 | 8,3 | 51,2 |
| Saúde pública | 6 | 7,1 | 7,1 | 58,3 |
| Segurança pública | 4 | 4,8 | 4,8 | 63,1 |
| Crise de 2008 | 3 | 3,6 | 3,6 | 66,7 |
| Ficha Limpa | 3 | 3,6 | 3,6 | 70,2 |
| Petróleo | 3 | 3,6 | 3,6 | 73,8 |
| Contas públicas | 2 | 2,4 | 2,4 | 76,2 |
| Educação | 2 | 2,4 | 2,4 | 78,6 |
| Estatismo | 2 | 2,4 | 2,4 | 81,0 |
| Judiciário | 2 | 2,4 | 2,4 | 83,3 |
| Justiça | 2 | 2,4 | 2,4 | 85,7 |
| Legislativo | 2 | 2,4 | 2,4 | 88,1 |
| Política nacional | 2 | 2,4 | 2,4 | 90,5 |
| Diplomacia | 1 | 1,2 | 1,2 | 91,7 |
| Economia brasileira | 1 | 1,2 | 1,2 | 92,9 |
| Imprensa | 1 | 1,2 | 1,2 | 94,0 |
| INSS | 1 | 1,2 | 1,2 | 95,2 |
| Internet | 1 | 1,2 | 1,2 | 96,4 |
| Mercado de trabalho | 1 | 1,2 | 1,2 | 97,6 |
| Transparência | 1 | 1,2 | 1,2 | 98,8 |
| Economia internacional | 1 | 1,2 | 1,2 | 100,0 |
| Total | 84 | 100,0 | 100,0 | |

Perguntas enviadas à Priscila Pereira Pinto para agendamento de entrevista

Think tanks: institucional (Propósito: apresentar o Imil pelo Imil, sem mediações)

1. Quais são os valores defendidos?
2. Qual é o público-alvo do Imil?
3. Como é possível participar do Imil?
4. Quais são os órgãos que constituem o Imil?
5. Como é o processo decisório para estipular objetivos (quais eventos, onde, quais projetos desenvolver)?
6. O Imil tem conseguido difundir suas ideias nas universidades? (pergunta-bônus: é possível travar diálogo nas universidades públicas, em especial em cursos alcançados por partidos políticos de esquerda?)

Think tanks: formas de financiamento (Propósito: abordar dois aspectos em que não há consenso na literatura especializada sobre o assunto – o que é um think tank e a influência das formas de financiamento na agenda das instituições)

7. Não há consenso quanto a uma conceituação clara do que são os *think tanks*, exceto por alguns pontos em comum a essas instituições. Na concepção do Imil, o que constitui um think tank? Eles existem no Brasil? O Imil é um think tank?
8. Sabe-se que os *think tanks* podem receber recursos de clientes, de doadores ou recursos públicos via universidade. A agenda de doadores ou clientes pode direcionar uma pesquisa? Compromete os valores centrais da instituição patrocinada?
9. É possível que um centro de pesquisa ou think tank consiga arrecadar recursos de doadores privados, em particular pessoas físicas, e se sustentar no Brasil?

Think tanks: inserção em redes (Propósito: redes são transnacionais. O objetivo é verificar se o Imil e outras instituições brasileiras se inserem nessas redes)

10. Há colaboração do Imil com outros institutos, como o Federalista e o Liberdade, para projetos de pesquisa e eventos?
11. Como funciona a interlocução com outras instituições liberais, tais como Mises e Atlas? Há cooperação para eventos?
12. A produção bibliográfica do Imil é divulgada para outros institutos?

Ideias Liberais no Brasil (Propósitos: demonstrar na dissertação a diferença entre ideias liberais e ideias “de direita”)

13. O que caracteriza uma ideia liberal?
14. Participei de eventos do Imil e pude notar que não há ideias unificadas, centralizadas – não há “pensamento único”. Há debates. Mas o instituto tem posição quanto aos seguintes assuntos?
 - Estado (participação na economia, impostos);
 - Classe política (corrupção);
 - Legislações que afetam trabalhadores formais, pequenas e médias empresas (o que fazer?);
 - Liberdade de associação e de imprensa;
 - Há sociedade civil no Brasil ou apenas ONGs?

- Participação política (por exemplo, a fundação do Partido Federalista)
15. Crise econômica de 2008 e os efeitos ideológicos no Brasil: em momentos de crise, eleitores na América Latina favorecem o “homem forte”, ou seja, ampliação de poderes e escopo de atuação do Estado. Isso dificultou a aceitação das ideias liberais no Brasil? Significou algum avanço ou retrocesso?
16. Imprensa: o Imil tem dificuldade ou facilidade para acessar a imprensa? Sofre algum tipo de resistência? Acredita que há viés partidário na mídia?
17. Política: Fernando Henrique Cardoso recentemente declarou em entrevista à *The Economist* que não há direita no Brasil, apenas partidos de esquerda e de centro, sendo este último o caso do PSDB. Há pluralidade de ideias na arena política brasileira? Algum partido defende as ideias liberais⁷⁰?
18. Aceitação de ideias: uma ideia é aceita ou rejeitada em função de quem a enuncia?

⁷⁰ Parto do princípio de que ideias liberais não necessariamente são ideias conservadoras ou de direita.

Entrevista: Priscila Pereira Pinto, Diretora-Executiva desde agosto/2011

Data: 06 de fevereiro 2012, 10h – 12h

Local: Sede do Instituto Millenium (Imil) - Praça Floriano, 55/1001 – Cinelândia, Rio de Janeiro

Observações

Os tópicos da entrevista foram enviados previamente por e-mail ao Imil, o que não impediu que outros assuntos fossem acrescentados à pauta.

Não há gravação de áudio ou vídeo por conta de um defeito técnico no equipamento de gravação (BlackBerry 9300, erro de aplicativo 603).

A entrevista resultou na indicação de outra possível entrevistada, Maristela Mafei, sócia-diretora do Grupo Máquina, jornalista especializada em Comunicação Corporativa.

Tópicos

Os valores defendidos pelo Instituto Millenium, sintetizados em quatro palavras: Liberdade, Estado de Direito, Democracia e Economia de Mercado, englobam a liberdade de escolha do consumidor; o direito à propriedade privada; a promoção do debate sobre a qualidade da democracia no Brasil e alternativas ao vigente sistema político-eleitoral; livre comércio.

Outros pontos importantes estão detalhados em <http://migre.me/7QAEC> e foram abordados ao longo da entrevista.

Público-alvo: jornalistas, formadores de opinião, jovens pensadores liberais, empresários, classes A, B e C (Critério-Brasil). O objetivo é tornar-se fonte dos veículos de comunicação no tempo presente e respaldar futuros formadores de opinião alinhados com os valores centrais do Instituto. Divulgar as mensagens do Imil para além do círculo de pensadores e ativistas que compõem uma incipiente rede liberal no Brasil também é uma prioridade da instituição. Ações: O Imil, fundado em 2006, se notabilizou por atuar em várias frentes, sendo a relação com a mídia uma das fundamentais. Uma, seu portal que reúne artigos de articulistas e especialistas ligados ao Instituto, além da TV Millenium, canal de vídeos no Youtube. A outra, por meio de eventos sobre política, economia e liberdade de imprensa que até 2011 eram realizados principalmente em capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre). Novas ações passaram a ser desenvolvidas a partir de junho de 2011, como a criação de *podcast* quinzenal e o lançamento do projeto “Imil na Sala de Aula”. O instituto atua também sugerindo pautas sobre temas ligados ao Imil e enviando artigos de especialistas da rede da oscip para a imprensa.

Detalhamento de ações:

Podcast: de duração variável, aborda política, economia, impostos; conteúdo exclusivo, mas também divulgação de conteúdo já produzido para outros veículos de comunicação.

Imil na Sala de Aula: a partir do recebimento de convite por parte de um professor universitário, o Instituto desloca um especialista para ministrar uma aula. Para que os alunos participantes recebam crédito pela aula assistida, devem entregar uma redação sobre o assunto abordado. As redações são publicadas integralmente no site do Imil. Foram organizadas aulas na Universidade Federal de Grande Dourados, Universidade Federal do Ceará, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul e no Ibmecc-Rio. Uma parceria com a Estácio de Sá está em andamento para que o projeto atenda também as universidades privadas.

Processo decisório: membros da Câmara de Mantenedores e do Conselho de Governança se reúnem com a Direção Executiva, que apresenta a eles possíveis ações para tópicos específicos. As propostas são negociadas e votadas. Quando aprovadas, a Direção Executiva recebe permissão para procurar parceiros que viabilizem financeiramente os projetos.

Think tanks & Formas de Financiamento: O Imil é uma OSCIP apta a receber doações de pessoas físicas e jurídicas. O Instituto se classifica como um centro de pesquisa, um *think tank* voltado para *advocacy* (divulgação de valores e conscientização a respeito deles), priorizando a interação com intelectuais e *think tanks* locais. Soluções nacionais para problemas nacionais. Nesse aspecto, a atual direção se distanciou de institutos liberais como o Ludwig von Mises (LvM-Brasil) e a OrdemLivre.org, vinculada ao Cato Institute, especialmente no que tange o ideário econômico e sua relação com especialistas estrangeiros.

As parcerias internacionais existem (assim como Atlas, Cato), mas não abrangem financiamento e, no momento, nem mesmo visitações de especialistas.

Influência dos mantenedores e patrocinadores: A Diretora-executiva do instituto sustenta que a forma de escolha dos eventos e assuntos pertinentes é autônoma, sem influência de empresas mantenedoras: por não haver uma agenda anual fechada de eventos a realizar (“não somos uma empresa de eventos”), isso dificulta o fechamento de patrocínios em bloco.

Competitividade sustentável: termo utilizado por Priscila para designar a concorrência entre OSCIPs e ONGs na busca por patrocínios. *O fenômeno pode ser interpretado como a outra face da responsabilidade social*. As empresas estudam criteriosamente como apoiar publicamente esta ou aquela organização pode refletir em sua imagem.

Doadores privados (pessoa física): há dificuldades em viabilizar financeiramente um instituto apenas com pequenos doadores, mas é possível atualmente dar conta de custos fixos com a receita proveniente deles. Periodicamente são lançados textos de campanha para angariar doações.

O que constitui um *think tank*: há *think tanks* no Brasil e os critérios que surgiram no decorrer da entrevista são essencialmente os mesmos apontados pela literatura sobre o tema: recursos privados, independência na formulação de agendas e produção de pesquisa, busca de inserção na mídia, formação de opinião e influência no clima de opinião pública.

Parcerias: Casa das Garças é um parceiro, assim como Helio Beltrão participa do Mises e do Imil. Ver também o item “Relações com a imprensa”.

Participação Política: O Imil não apoia a formação de novos partidos e não cogita formar seu partido próprio como, segundo apurei, fazem atualmente o Instituto Federalista e o Liber-RJ. Ataques frontais a personalidades políticas também já não fazem parte do repertório do Instituto, que prefere tratar de qualidade da democracia e educação cidadã.

Relações com imprensa, articulistas e especialistas

São 250 pessoas, 20 deles especialistas. Não é feita uma separação de nomes por categorias (articulista ou especialista) porque os especialistas não se sentem à vontade com a distinção e porque, em termos profissionais, é melhor que o vínculo não esteja explícito. Apesar de não todos falarem, são mais de 20 especialistas. E a separação continua a existir

porque articulistas não falam pelo Imil.

➤ Articulistas: colaboradores intelectuais que procuram e são procurados pelo Imil para divulgar algum tipo de produção própria veiculada anteriormente em algum meio de comunicação. Tal cessão ocorre porque os articulistas compartilham dos valores do instituto.

➤ Especialistas: estão autorizados a falar oficialmente em nome do Imil. Nem sempre essa *filiação*, na falta de melhor expressão, está claramente explicitada por conta de motivo profissional. O especialista pode ser vinculado a alguma instituição acadêmica ou consultoria e muitas vezes prioriza a apresentação desse vínculo.

Perguntei se tal prática guarda relação com algum receio de represália no ambiente de trabalho, a resposta foi negativa. Normalmente, está relacionada a razões contratuais.

São orientados a, quando possível, em algum momento, deixar claro verbalmente que estão relacionados ao Imil.

Para Priscila, a exposição do nome do Instituto é relevante, porém não é vital. Importa que o jornalista saiba que o especialista é uma fonte do Imil.

Da mesma forma, importa ao Imil não oferecer opiniões consensuais; elas podem ser dissonantes, desde que atreladas aos *core values* da instituição. Exemplo: a questão do voto distrital versus proporcional – ambas encontram apoio dentro do Instituto. A intenção é fomentar o debate e clarificar conceitos sobre questões que nem sempre estão claras para o leitor/eleitor.

Pedi à Priscila, *off the record*, os nomes dos especialistas para estar ciente de quais artigos devo priorizar em caso de análise de conteúdo, sob promessa de sigilo.

O patrocínio de empresas de comunicação não implica em inserção imediata dos conteúdos produzidos pelo Imil. De acordo com Priscila, é preciso criar o fato jornalístico (um evento, um especialista como fonte sobre um assunto premente da atualidade) para atrair imprensa.

A inserção de campanhas (ex: impostos) na Rede Globo não passa pela direção da emissora, tende a ser negociada nos escalões médios e não há exposição da logomarca do Imil;

Há troca de banners com mantenedores e parceiros (exposição virtual de banners), como é o caso com o Estadão. Detalhe importante é que o Estadão não tem reciprocado.

Última inserção institucional no Jornal Nacional foi durante a gestão de Paulo Uebel, em maio de 2011, em matéria sobre conscientização dos impostos pagos pelo contribuinte embutidos em bens de consumo.

Algumas conclusões

A atual gestão do Imil se posiciona:

➤ A favor do papel de mediação⁷¹ do Estado e os interesses plurais existentes na sociedade;

➤ A favor de um piso de proteção social, uma *safety net*.

➤ A favor de redução da carga tributária;

➤ A favor da conscientização sobre a importância da classe política e do combate à corrupção;

➤ A favor da transparência na gestão pública;

⁷¹ Por mediação, entenda-se o papel do Estado na mediação de conflitos, por exemplo: a existência do Judiciário.

- A favor da liberdade de imprensa, tema que acredita ser ainda pouco defendido no Brasil (assassinatos de jornalistas, censura prévia);
- A favor da liberdade de associação, ainda que não apoie a criação de novos partidos, mas sim a racionalização dos partidos políticos no Brasil;
- A favor da flexibilização da legislação trabalhista, com base na liberdade do indivíduo em vender sua força de trabalho da forma mais lucrativa para si, sendo que o consumo é precedido pela produção individual correspondente.
- Perguntada sobre o que seriam “ideias de direita”, Priscila apontou ideias que podem ser qualificadas como totalitárias: hipertrofia do Estado, supressão de liberdades.

Alguns aspectos ainda sem resposta:

- Durante o Seminário de Verão organizado pela OrdemLivre.org, escutei de vários participantes que o Imil deixou de ser liberal. Isso parcialmente se explica: Priscila apontou que alguns termos já não são empregados em textos do Imil. Neoliberal é um deles. Quais são os outros termos?
- Há viés partidário na mídia? Priscila apontou que as pesquisas de opinião conduzidas na última gestão (atualmente suspensas) dão conta de alguma rejeição por parte dos formadores de opinião. A razão seria a existência de viés ou algum outro motivo?
- Quem são os 20 especialistas?
- O que caracteriza uma ideia liberal?
- A existência de *think tanks* é tomada como indício de fortalecimento da sociedade civil. No caso brasileiro, isso se confirma? Há sociedade civil ou apenas ONGs?
- Algum partido atualmente defende ideias liberais, ou ideias que se aproximam dos *core values* do Imil?
- A Casa das Garças é um parceiro do Imil em que sentido? Que tipo de parceria existe entre as duas instituições?

Missão, Visão, Valores

- imil.org.br

MISSÃO:

Promover a Democracia, a Economia de Mercado, o Estado de Direito e a Liberdade.

VISÃO:

Ser referência e agente de divulgação de valores para melhorar a prosperidade e o desenvolvimento humano.

CÓDIGO DE VALORES:

ESTADO DE DIREITO: compreendido como império da lei; legalidade; cumprimento de regras; respeito ao sistema democrático; manutenção da separação de Poderes; fortalecimento e confiança das Instituições; Instituições blindadas contra o uso privado ou partidário; garantia da estabilidade e clareza das regras; regras de governança para evitar conflitos de interesse; garantia da segurança jurídica; garantia da segurança física; previsibilidade das decisões políticas, administrativas e judiciais; cumprimento de contratos; punição dos infratores; respeito aos direitos humanos; respeito às liberdades e garantias individuais; respeito às minorias; despersonalização da atuação do Estado; regras impessoais, gerais e abstratas; redução do populismo e assistencialismo; garantia do devido processo legal e da ampla defesa. Ver artigos 6, 7, 8, 10, 11, 28 e 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

LIBERDADES INDIVIDUAIS: a defesa perene da liberdade de escolha, em todos os seus desdobramentos: liberdade de expressão; liberdade religiosa; liberdade econômica; liberdade de imprensa; liberdade de reunião e assembléia; liberdade de empreender; liberdade de ir e vir; liberdade de contratar; liberdade de pensamento; liberdade política; livre circulação de bens, pessoas e capital. Ver artigos 1, 3, 12, 13, 18, 19, 20, 23, 26 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL: responsabilidade sobre os atos e escolhas; recompensa pelos méritos; punição pelas infrações; desestímulo aos abusos; redução da impunidade; responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro; redução da dependência do governo; clareza sobre a relação entre direitos e deveres; uso responsável e racional dos recursos naturais; responsabilização clara dos agentes e servidores públicos (“accountability”); coerência entre discurso e prática; trabalho voluntário; participação ativa da sociedade na condução do país e dos órgãos públicos; exercício pleno da cidadania; estímulo ao desenvolvimento de soluções privadas e/ou coletivas para o enfrentamento de problemas públicos. Ver artigos 26 e 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

MERITOCRACIA: premiação ao esforço individual; recompensa a dedicação; estímulo ao trabalho; estímulo ao estudo; garantia do gozo dos frutos do trabalho; estímulo ao desenvolvimento das potencialidades individuais; prosperidade e desenvolvimento humano;

desenvolvimento de melhores competências; criação de um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social; redução da acomodação; redução do nepotismo e apadrinhamento; aumento da produtividade geral da sociedade; aprimoramento dos serviços públicos; empreendedorismo; estímulo à competição; estímulo à cooperação; estímulo à inovação. Ver artigos 26 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PROPRIEDADE PRIVADA: respeito ao fruto do trabalho; garantia das diferenças; garantia da privacidade; garantia da liberdade de expressão, principalmente, da liberdade de imprensa; garantia dos direitos das minorias, já que permite que todas as pessoas, sem distinção, sejam proprietárias dos meios de produção, sem privilégios ou diferenças; peça-chave para a existência e manutenção do estado democrático de direito; estímulo à preservação e ao cuidado dos bens privados e públicos; estímulo ao uso racional e adequado da propriedade, tornando os próprios proprietários responsáveis por eventuais abusos; inserção do indivíduo com propriedade legalizada na economia; possibilidade de utilização do bem como um ativo para obtenção de empréstimos e, conseqüentemente, como estímulo ao crescimento econômico; estímulo ao investimento em benfeitorias; estímulo ao investimento externo no Brasil; estímulo ao cumprimento de contratos e a redução dos custos de transação; garantia de uso sustentável dos recursos naturais e de preservação de áreas de risco. Ver artigos 17 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: representa os interesses da maioria, respeitando as minorias; permite a tomada de decisões com responsabilidade e punição dos indivíduos por abusos (= a democracia direta não permite a punição dos indivíduos por abusos); legítima determinados indivíduos para agir em nome dos demais, sem populismos excessivos; impede a ditadura das massas ou o surgimento de regimes totalitários; preserva os direitos e garantias individuais; restringe as decisões impulsivas e irracionais; mantém a separação de poderes e impede a criação de líderes messiânicos. Ver artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

TRANSPARÊNCIA: possibilidade de fiscalização pela sociedade civil e imprensa; estímulo ao trabalho correto dos agentes públicos; limitação e combate aos atos de corrupção; melhor gerência dos bens públicos; responsabilização das pessoas por desvios; contribuição dos partidos da oposição na fiscalização; restrição ao abuso de liberdades individuais; maior possibilidade de análise dos resultados dos governos; diminuição da perseguição política de desafetos do governo; democratização da responsabilidade pelo uso racional dos recursos públicos; aumento do controle sobre a qualidade dos serviços públicos. Ver artigos 10, 11 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

EFICIÊNCIA, EFICÁCIA e EFETIVIDADE: uso racional dos recursos naturais, humanos e financeiros; estímulo à visão de longo prazo e à escolha de investimentos adequados; governança institucional para evitar desvios e abusos de poder; obtenção de melhores resultados com menores gastos; melhores serviços para a população; melhor qualidade de vida; serviços públicos proporcionais ao tamanho da carga tributária; uso racional e sustentável do meio-ambiente; busca do crescimento sustentável; ações e programas que gerem resultados concretos e mensuráveis; programas voltados para a população, e não para a burocracia. Ver artigos 22 e 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

IGUALDADE PERANTE A LEI: sistema legal impessoal e imparcial, em que todos os cidadãos são tratados com igualdade jurídica; vedação da discriminação legal; restrição a criação de privilégios para determinados grupos de interesse; diminuição da corrupção; vedação a racialização dos cidadãos; redução das práticas de favorecimento; diminuição da influência dos grupos de interesse; restrição ao surgimento de políticos populistas; valorização do mérito individual; diminuição da impunidade dos poderosos; respeito dos agentes do Estado em relação aos cidadãos; impedimento de abusos de governos autoritários; preservação das liberdades individuais. Ver artigos 1, 2, 7, 21, 23 e 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Carta de Princípios

imil.org.br

O Instituto Millenium tem a missão de promover a democracia, a economia de mercado, o estado de direito e a liberdade. Para isso, visa a se tornar referência e agente de divulgação de valores que gerem prosperidade e desenvolvimento humano para o Brasil.

O Instituto Millenium promove os valores e princípios da sociedade livre, com base na filosofia que combina respeito pelas virtudes das democracias de mercado com sólido compromisso com os indivíduos que, por deficiências, idade, despreparo, infortúnios ou políticas públicas inadequadas, permanecem à margem da sociedade.

Os valores e princípios são: o direito de propriedade, as liberdades individuais, a livre iniciativa, a afirmação do individualismo, a meritocracia, a transparência, a eficiência, a democracia representativa e a igualdade perante a lei, atribuindo-se ao Estado, nas esferas limitadas pelas instituições constituídas sob o estado de direito, a responsabilidade de servir a cada um e a todos no provimento, principalmente, de segurança, justiça, igualdade de oportunidade através de saúde e educação básicas, e qualidade ambiental.

O Instituto Millenium defende políticas públicas que resolvam problemas reais da nação brasileira, de acordo com aqueles valores e princípios, inspirado nos exemplos das bem sucedidas modernas democracias. Tem a missão de se tornar referência e agente de divulgação de soluções para a sociedade brasileira, baseadas em visão pragmática de assuntos públicos de governo, política, economia, sociedade e cultura. Cumprirá sua missão por seus próprios méritos, por meio do prestígio e integridade profissional de seus autores, documentação rigorosa de suas pesquisas e um processo de avaliação de resultados que assegure a qualidade de seus produtos.

O Instituto Millenium promove debates, encontros, seminários, entrevistas, artigos, a criação, enfim, de rico e diverso conteúdo, a partir da atuação de seus membros, colaboradores e convidados, importantes formadores de opinião, sobre assuntos de interesse público e, principalmente, a sua divulgação em todos os meios de comunicação, de forma acessível e objetiva. Sua agenda não é ditada ou comprometida com qualquer fonte financiadora, que o torne representante de qualquer interesse de doador ou empresa.

O Instituto Millenium é uma associação de fins não econômicos, sem fins lucrativos, que será enquadrada sob a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), independente de qualquer grupo político, religioso, empresarial ou governamental, mantida por doações de indivíduos, fundações ou empresas.

O Instituto Millenium não aceita contribuições que impliquem posicionamento predeterminado diante de qualquer tema ou outro procedimento que de alguma forma comprometa a integridade intelectual de seus trabalhos.

O Instituto Millenium é apartidário. O trabalho está disponível para o público

independentemente de qualquer filiação partidária. O Instituto Millenium não apoia candidatos ou partidos. O Instituto Millenium é comprometido com o fluxo livre de informação e um debate transparente e aberto que mantenha seu foco em propostas de soluções concretas para o avanço de nossa sociedade e não em pessoas ou ideologias.

Linha editorial

imil.org.br

Para cumprir sua missão de promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade; respeitando seus valores e sua linha pragmática de ação, sem qualquer vinculação político-partidária, o Instituto Millenium elaborou o presente documento que serve de referência para seus editores e articulistas.

1) O site do Instituto Millenium busca tratar das principais questões relacionadas à sua missão de promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade, sempre tendo em vista o objetivo maior de aumentar a prosperidade e o desenvolvimento humano no Brasil e no mundo.

2) O Instituto Millenium busca refletir, através dos textos publicados, seu caráter plural e pragmático, no sentido de contribuir para a promoção de quaisquer avanços na atual situação do país. O contraste permanente com a dinâmica empírica da realidade é algo a ser buscado para que as nossas idéias mostrem sua verdadeira relevância. Em razão desta postura plural e pragmática, o Instituto Millenium reúne entidades e pessoas que refletem diferentes visões de mundo, mas que comungam os valores e respeitam a linha editorial da entidade.

3) O Conselho Editorial do Instituto Millenium define como temas prioritários: Política, Economia, Conjuntura nacional e internacional, Sociedade, Cidadania e Justiça

Enquanto veículo, o Instituto Millenium se reserva o direito de optar ou não pela publicação de artigos que tratem de temas que não se enquadrem nos temas prioritários supracitados, não estejam de acordo com os nossos valores ou que não respeitem os requisitos abaixo indicados.

4) Os artigos enviados ao Instituto Millenium devem estar alinhados aos valores defendidos pelo Instituto, como segue: Estado de Direito, liberdades individuais, responsabilidade individual, meritocracia, propriedade privada, Democracia Representativa, Transparência, Eficiência e Igualdade perante a lei.

5) Como o Instituto Millenium pretende elevar a qualidade do debate público, discutindo os valores que embasam e justificam as diferentes posições, não serão publicados artigos contendo palavras de baixo calão, ataques pessoais e posicionamentos radicais, que não consideram o embate de idéias como algo saudável e desejável em uma democracia.

6) Como defensor da liberdade de expressão e da responsabilidade individual, o Instituto Millenium não assume a responsabilidade pelas opiniões expressas em nenhum dos artigos publicados no site. Essas opiniões não refletem, necessariamente, a posição da entidade, nem dos demais articulistas e especialistas que fazem parte do Instituto Millenium.